Paulo Roberto de Gouvêa Medina

A POLÍTICA EM MINAS

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL 308

SENADO FEDERAL

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série Edições do Senado Federal apresenta títulos de interesse público dos mais variados temas, tais como história, literatura e direito. Com mais de trezentos títulos, reúne autores de renome, a exemplo de Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo de Varnhagen e Juscelino Kubitschek. As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT), órgão criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 com a finalidade de formular e implementar a política editorial do Senado Federal.

O Conselho Editorial recebe, para avaliação editorial e de mérito, propostas que estejam em consonância com as linhas editoriais de seu regimento interno.

O autor interessado em publicar por meio do Conselho Editorial deve encaminhar seu manuscrito acompanhado da proposta de publicação para: cedit@senado.leg.br.

Para mais informações, acesse: senado.leg.br/conselhoeditorial.asp

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA é professor emérito da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo sido diretor de sua Faculdade de Direito.

Advogado, foi conselheiro federal da OAB por sete mandatos. No triênio 2013/2016, foi o agraciado com a Medalha Rui Barbosa ("comenda máxima" da Ordem dos Advogados do Brasil), passando a ter assento permanente no Conselho Federal. Exerceu, ali, várias atribuições, tendo sido presidente da Comissão de Ensino Jurídico, por dois períodos e relator do vigente Código de Ética e Disciplina da OAB, tanto na comissão que elaborou o respectivo anteprojeto quanto na fase de sistematização final do texto.

Autor de livros e artigos jurídicos, bem como de estudos sobre ensino jurídico e ética profissional, publicou também vários trabalhos sobre história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, de que é Membro-Efetivo, tendo sido, ainda, coautor da obra *Lafayette, um Jurista do Brasil* (Belo Horizonte, DEL REY, 2009), responsável pela Parte II, *Perfil do Jurista*.

Além da entidade referida, é membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (cujo Conselho Superior integra), bem como da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional. Integra o Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora. Foi presidente do Conselho Executivo e curador do Museu Histórico da OAB.

A Política em Minas

SENADO FEDERAL
Mesa
Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha
2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho
1º SECRETÁRIO

Senador Weverton
2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli
Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira
Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues
PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque
VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante
Aldrin Moura de Figueiredo
Ana Luísa Escorel de Moraes
Ana Maria Martins Machado
Carlos Ricardo Cachiollo
Cid de Queiroz Benjamin
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Eduardo Bueno
Elisa Lucinda dos Campos Gomes
Fabrício Ferrão Araújo
Heloisa Starling
Ilana Feldman Marzochi
Ilana Trombka
João Batista Gomes Filho
Ladislau Dowbor
Márcia Abrahão Moura
Rita Gomes do Nascimento
Toni Carlos Pereira

Paulo Roberto de Gouvêa Medina

A Política em Minas

Edições do Senado Federal
vol. 308

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 308

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF
Editoração eletrônica: SEGRAF
Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco
© Senado Federal, 2023
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br
https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1
Todos os direitos reservados

Medina, Paulo Roberto de Gouvêa.
A política em Minas / Paulo Roberto de Gouvêa Medina. — Brasília : Senado Federal, 2023.
361 p. : il., retrs. — (Edições do Senado Federal ; v. 308)

ISBN: 978-65-5676-418-4

1. História política, Minas Gerais. 2. Política e governo, Minas Gerais. 3. Político, biografia, Minas Gerais. 4. Movimento político, Minas Gerais. I. Título. II. Série.

CDD 320.98151

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz – CRB-1 1179

Ser mineiro

Ser mineiro é ser religioso e conservador,
é cultivar as letras e as artes,
é ser poeta e literato,
é gostar de política e amar a liberdade,
é viver nas montanhas,
é ter vida interior,
é ser gente.

(Carlos Drummond de Andrade,
versos finais do poema *Ser mineiro*)

À memória de Dario de Castro Medina,
meu pai.

À memória do ministro Adhemar Ferreira Maciel,
meu amigo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO 13
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO 19
Deputado federal Lafayette de Andrada

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO 23
Deputado Adalclever Lopes
Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO 25
Deputado Lafayette de Andrada
Coordenador do programa editorial

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO 29

NOTA DO AUTOR À PRIMEIRA EDIÇÃO 33
UMA CRÔNICA DA HISTÓRIA POLÍTICA DE MINAS

I **HISTÓRIA DA POLÍTICA MINEIRA** 39

I A VOCAÇÃO POLÍTICA DOS MINEIROS 41
1. A política em Minas 41
2. Fatores influentes na formação dos políticos mineiros 45
3. Características dos políticos mineiros 50
4. Um tempo que passou 54

II OS INCONFIDENTES: PRECURSORES DOS POLÍTICOS MINEIROS 57
1. A Inconfidência Mineira como movimento político 57
2. O ideário dos inconfidentes 64
3. Os líderes do movimento e outros participantes 66
4. A legenda dos inconfidentes e sua importância na cultura política de Minas Gerais 68

III MINAS NA POLÍTICA DO IMPÉRIO 71
1. Minas entre o espírito liberal e o senso grave da ordem 71
2. A Revolução Liberal de 1842 77
3. Liberais e conservadores, em Minas 82
4. Estadistas mineiros do Império 85
5. O desenvolvimento econômico da Província 93
6. O legado do regime imperial 96

IV O MOVIMENTO REPUBLICANO EM MINAS 101
1. A fonte de inspiração: a Inconfidência Mineira 101
2. O *Manifesto republicano de 1870*: subscritores mineiros 104
3. A matriz do pensamento republicano dos mineiros: a Faculdade de Direito de São Paulo 107
4. A proclamação da República: repercussão em Minas 108
5. Principais líderes republicanos no Estado 112

V MINAS NA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA 115
1. Singularidades e contradições 115
2. O quadro político-partidário 118
3. Principais nomes da política mineira: presidentes da República 122
4. Chefes políticos no Estado 131
5. A política e o interesse público: governos do Estado 134
6. Minas no contexto nacional: esperanças e frustrações 138
7. O fim de uma era 143

VI A REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS 149
1. Antecedentes: a Aliança Liberal e o papel de Minas 149
2. A opção pelo movimento armado e as articulações dos líderes mineiros 156
3. Antônio Carlos e Olegário Maciel, figuras-chave, e outros nomes de destaque no movimento 159
4. A mobilização dos revolucionários e os campos de luta, em Minas 162
5. Reflexos políticos: a Legião de Outubro ou Legião Liberal Mineira 169

VII MINAS NA POLÍTICA DA SEGUNDA REPÚBLICA 171
1. Os primeiros tempos: Olegário Maciel e a continuidade do seu governo 171
2. O longo domínio de Benedito Valadares 175
3. A efêmera Constituição de 1934 e o Golpe de 1937 183
4. O *Manifesto dos mineiros* 191
5. A queda do Estado Novo e o alvorecer de um novo tempo 195

VIII MINAS NA POLÍTICA DA TERCEIRA REPÚBLICA 199
1. Panorama da Terceira República 199
2. A primeira eleição para governador 210
3. Governos de Minas 211
4. Minas no cenário nacional 214
5. Os acontecimentos de 1964 em Minas 223
6. O fim da Terceira República 226

II **FIGURAS DA POLÍTICA MINEIRA** 229
Afonso Pena 231
Francisco Sales 235
João Pinheiro 241
Carlos Peixoto 247
Wenceslau Braz 251
Delfim Moreira 255

Raul Soares 259
João Luiz Alves 265
Afrânio de Melo Franco 271
Arthur Bernardes 277
Melo Viana 283
Antônio Carlos 287
Olegário Maciel 293
Francisco Campos 297
Benedito Valadares 307
Gustavo Capanema 311
Pedro Aleixo 315
Milton Campos 321
Juscelino Kubitschek 331
Bias Fortes 337
Magalhães Pinto 341
Tancredo Neves 347

REFERÊNCIAS 353

PREFÁCIO
À SEGUNDA EDIÇÃO

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

O Senado Federal, ao reeditar esta obra do procurador, jurista e professor aposentado Paulo Roberto de Gouvêa Medina, homenageia a carreira exitosa de um advogado que tantos serviços prestou ao nosso país e à advocacia, nomeadamente no desempenho de cargos e de missões na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Política em Minas venceu seleção pública realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 2016, em edital do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil.

O foco da obra é a política mineira. Podemos dizer que, antes mesmo de o brasileiro se entender por brasileiro, o mineiro já existia com identidade estabelecida. A nossa identidade nacional construiu-se no processo de Independência. Até lá, a colônia brasileira mal disfarçava a sua natureza: um conjunto de feitorias de produção relativamente autônomas, porém integradas aos grandes mecanismos da economia-mundo.

A dificuldade de integração do espaço econômico colonial repercutiu na nossa Independência. Tivemos, assim, mais de ano de conflitos intensos, no Sul, no Nordeste — sobretudo na Bahia e no Maranhão — e no Norte, até que a autoridade do Império, traduzida no arranjo da monarquia constitucional de D. Pedro I, se estabelecesse nos contornos do mapa da futura nação brasileira.

Assim, antes da Independência, o mineiro aparecia entre os tipos regionais mais destacados. A identidade da região das Minas, nesse período, assumia leitura essencialmente histórica, que marca a epopeia da transição do caos original de uma sociedade da mineração, fundada nos feitos heroicos dos bandeirantes e dos primeiros descobridores, para uma sociedade complexa, urbana, rica e socialmente diversificada, que viria a conectar as várias regiões brasileiras, dinamizando a economia colonial. Em princípios do século XIX, a colônia superava a própria metrópole, fato evidente na opção da família real portuguesa pelo Brasil, na fuga às invasões dos exércitos napoleônicos.

A associação entre a identidade dos habitantes das Minas e o discurso histórico resultou em produção caudalosa, ainda nos momentos iniciais. Não podemos compreender a epopeia de fixação do território mineiro, o estabelecimento da economia da mineração setecentista, sem fazer alusão aos relatos e memórias históricas elaborados desde o alvorecer da colonização da capitania, em princípios do século XVIII. Daí surgiu a memorialística mineira, constituída de relatos históricos dos bandeirantes, de memórias e de relatórios técnicos de administradores reinóis, até as formas mais refinadas da nossa literatura colonial.

O interesse dos árcades mineiros em relatos históricos era notório. Cláudio Manuel da Costa seria autor de várias memórias sobre a sociedade da mineração, como o poema *Vila Rica* e o *Fundamento Histórico de Vila Rica*.

Tomás Antônio Gonzaga faria, nas *Cartas Chilenas*, a sátira política do Governador da Capitania de Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses, o Fanfarrão Minésio. Transformaria o seu drama pessoal, no episódio da Inconfidência Mineira, em um poema-libelo de defesa de fundo político, jurídico e romântico, o clássico *Marília de Dirceu*. Nesta última obra, o poeta inconfidente já testemunha a mudança de autor de referências sobre a memória histórica mineira em objeto dela.

A identidade da região das Minas construiu-se, portanto, na narrativa histórica. Poucos Estados brasileiros valorizam tanto a sua história como Minas. O Estado também é reconhecido pelo viés da preservação do rico patrimônio histórico e artístico, importante produto da indústria do turismo e de um patrimônio imaterial vigoroso e culturalmente

diversificado, expresso nas tradições populares, festivas e musicais, na produção econômica e na gastronomia, todos elementos incrustados nas raízes mais profundas do povo mineiro.

A Inconfidência Mineira impregnou fortemente a imaginação histórica mineira. Depois do opróbrio experimentado no período imperial, Tiradentes apareceria com destaque entre os mitos oficiais da história nacional recuperados pela nascente República, na elaboração da biografia histórica da Nação.

Como bem demonstra o trabalho de Paulo Medina, seria a Inconfidência a fazer a ponte para o futuro na política mineira. O autor, entretanto, não pretende obra de historiografia. Medina declara que faz "uma crônica da nossa vida política, ao longo do tempo, sem pretensão mais ampla". Ele conhece bem, entretanto, as obras da historiografia e não se exime de citá-las e repertoriá-las, inclusive as publicações mais recentes.

A pujante historiografia sobre Minas não é mais local ou regional. Um sistema sólido de ensino superior compreende departamentos de história das universidades federais e estaduais, cuja produção científica é destaque no cenário da pesquisa histórica nacional e internacional. Como se escreve sobre história de Minas, desde o século XVIII, é natural a existência de grupos de pesquisa nacionais e internacionais sobre o tema, sendo inúmeros os títulos publicados anualmente.

Medina reconhece e cita essa produção historiográfica. O autor recorre a Afonso Arinos, João Camilo de Oliveira Torres, Joaquim Nabuco, Octávio Tarquínio, Castello Branco, Raymundo Faoro, Pedro Nava, Silvio Romero, João Camilo de Oliveira Torres, e faz acenos à historiografia moderna, como José Murilo Carvalho, Kenneth Maxwell, Laura de Mello, Isabel Lustosa e Souza, Boris Fausto, Ronaldo Vainfas, Octaciano Nogueira, Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva. Também é conhecedor da vasta produção memorialística dos próprios políticos mineiros e de seus discursos políticos, recorrendo à prosopografia (retratos coletivos de biografias políticas) como método de exploração da história política.

O autor inova, nesta obra, ao propor uma escala diferenciada de tratamento do objeto. A abordagem da política mineira contempla limites temporais muito abrangentes, que se estendem do século XVIII

ao período ditatorial. Essa mudança de escala permite ao autor entrever características reveladoras da representação política mineira.

A primeira delas parece ser uma constatação óbvia: a contribuição mineira inestimável na construção das elites políticas brasileiras, em quantidade e em qualidade. Apesar da decadência da atividade mineral, no século XIX, Minas continuava sendo a província mais populosa e preservaria o maior plantel de escravos, até a abolição. A expansão das fronteiras agrícolas e a maior integração do território mineiro ao mercado interno propiciaram que Minas continuasse sendo um celeiro inesgotável das elites políticas, importância que se fortaleceu, na Primeira República, com a Política dos Governadores, mais conhecida pelo nome de Política do Café com Leite.

Assim, parece difícil não cometer injustiças ao se tratar da contribuição de Minas para a política nacional. No Império, a representação parlamentar mineira prevaleceu na Constituinte de 1823 e marcou períodos distintos, contando com ícones como Bernardo de Vasconcelos, o Marquês do Paraná ou Teófilo Otoni.

A República Velha consolidaria a presença mineira no cenário político nacional, com nomes como Delfim Moreira, Wenceslau Braz, Arthur Bernardes (todos presidentes da República), Francisco Sales (futuro presidente do Estado), Afrânio de Melo Franco (ministro de Estado e chefe de missões diplomáticas) e João Luís Alves (mais tarde, ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal). Em razão de sua posição na crise política que desaguou na Revolução de 30, os políticos mineiros ainda preservaram o seu quinhão de poder, até que Vargas optasse por uma solução de fora das negociações políticas, Benedito Valadares. O Estado Novo não favoreceria o surgimento de lideranças políticas, até a redemocratização, impulsionada pelo Manifesto dos Mineiros.

Minas foi escaldada no caos original de uma sociedade mineradora. Surgida do caos, viu na conciliação a sua condição de sobrevivência. Atuando como operadores no centro de muitas crises políticas sérias, que resultaram em transições importantes na história brasileira, os políticos mineiros desenvolveram aptidão especial para a negociação das grandes questões nacionais e uma especial adesão às instituições republicanas. Medina cita algumas exceções e mesmo algumas decisões

equivocadas, porém permaneceu como traço essencial da prática política mineira o que Milton Campos apontou como a "constante liberal".

Esse perfil político encontraria em Juscelino Kubitscheck e em Tancredo Neves a expressão mais precisa. JK iniciou o seu governo com uma crise política resolvida apenas com um contragolpe. Enfrentou outras ameaças de golpe em seu mandato, nada que se assemelhasse às forças que combateu no processo de mudança da Capital da República, a exemplo da oposição da UDN de Carlos Lacerda.

Se JK aprendeu a valsa da política, Tancredo Neves parecia ser o regente. Passou por crises políticas importantes. Basta observar que era líder do Governo Jango, no Congresso, quando Auro Moura Andrade declarou vaga a presidência da República, no contexto do Golpe Militar de 1964. Apenas Tancredo, porém, teria êxito em reunir o arco de alianças políticas que tornaria possível a transição democrática em nosso país. Artífice da abertura política, da grande conciliação da nação brasileira, mesmo com a sua morte deixara amarrada a transição, bifurcada na convocação da Assembleia Nacional Constituinte e na transição para o poder civil.

Medina vai recuperar no trecho do discurso de posse de Tancredo, no Governo de Minas Gerais, a permanência da constante liberal, o dístico dos inconfidentes: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade", o farol luminoso que orientaria os navegantes na rota de saída da longa e agoniante noite da ditadura.

É com esse legado de ideias, de práticas, de grandes biografias políticas, de experiências políticas extremamente relevantes, as quais marcaram a história nacional, que o político mineiro se confronta, nas circunstâncias presentes da ação política.

Nas grandes crises que marcaram a nossa história, a constância desse sentimento republicano nos salvou de verdadeiras tragédias. Nesses momentos maiores, a disposição para o diálogo, para a negociação, como o mecanismo de solução fundamental dos conflitos, apresentou-se como a saída da crise.

O Senado Federal entende a publicação da obra de Medina como uma homenagem aos homens públicos mineiros que gravaram páginas memoráveis na história pátria. Acrescenta mais um canto sobre os nossos

ancestrais, brindando os homens que fizeram Minas "girar pelo Universo", como observava Cláudio Manoel da Costa, no poema *Vila Rica*:

> *Em fim serás cantada, Villa Rica,*
> *Teu nome impresso nas memórias fica.*
> *Terás a glória de ter dado o berço*
> *A quem te faz girar pelo Universo.*

PREFÁCIO
À SEGUNDA EDIÇÃO

Deputado federal Lafayette de Andrada

Em boa hora, o Conselho Editorial do Senado, o qual saudamos na pessoa de seu presidente, senador Randolfe Rodrigues, decidiu republicar a obra *A Política em Minas*, do eminente professor Paulo Roberto G. Medina.

O autor aborda, em uma agradável leitura, fatos da política mineira e focaliza os protagonistas que lhes deram vida. Analisa a vocação política dos mineiros, os fatores que, em sua opinião, foram influentes na formação dos políticos daquele estado montanhês e as características dos seus políticos e as peculiaridades da política em Minas.

Filho de político do interior de Minas, nascido em um ambiente político, o autor revela que era atraído pelas conversas do pai com os amigos que se reuniam, frequentemente, em sua casa e via-o receber, de quando em vez, figuras ilustres do cenário político, que iam visitá-lo. Revela ainda que, durante o curso de Direito, atuando na política universitária, teve oportunidade de travar contato com vários líderes, notadamente quando se engajou na campanha pela criação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E que, posteriormente, a lembrança daqueles nomes referidos pelo pai, nos serões domésticos, levou-o a procurar os livros de história política, as memórias e as biografias dos principais vultos que nela aparecem, o que fazia com a sensação de quem retomasse os antigos diálogos na casa paterna. Que assim acabou fazendo do estudo da história política um *hobby*, a que passou a dedicar-se por anos a fio, de onde surgiu, por consequência, a presente obra.

Percorrendo cerca de 175 anos da história mineira, abrangendo o período que se inicia ainda no século XVIII com a Inconfidência e que se estende até o movimento de 1964, o autor elenca nesta obra fatos relevantes e aponta neles a atuação de destacados líderes políticos mineiros.

Ele apresenta uma contextualização histórica iniciada na Inconfidência Mineira, que percorre a Independência do Brasil, o período das Regências, a Maioridade de D. Pedro II, a Revolução Liberal de 1842 (cujo protagonismo foi de Minas e São Paulo), todo o período do Segundo Império, com breve síntese biográfica de figuras ilustres mineiras, liberais e conservadoras, que tiveram relevo naquele período, o movimento republicano e a Proclamação da República, sempre destacando, nesses episódios da nossa história, o posicionamento de Minas, das correntes políticas mineiras, e a participação de figuras destacadas de Minas Gerais nos referidos momentos históricos.

Faz a compilação de todos os mineiros que presidiram a Câmara dos Deputados no Segundo Império (chamada, à época, de Assembleia Geral) e, no mesmo diapasão, apresenta todos os mineiros que assumiram a chefia de governo, que era representado, no sistema parlamentarista de então, pelo presidente do Conselho de Ministros.

Na sequência, aborda a Primeira República, a "política café com leite", a campanha civilista e os estadistas mineiros de maior relevo, bem como os que ocuparam a Presidência da República e o Governo de Minas no período. Conclui a abordagem, dando enfoque ao governo do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em Minas, considerado decisivo para o surgimento da Aliança Liberal, que foi a gênese da Revolução de 1930. Analisa a era Vargas em suas três fases, culminando com a ditadura implementada em 1937. O autor finaliza o exame desse período conturbado e importante da vida nacional dando destaque ao "Manifesto dos Mineiros", impresso em Barbacena (MG) e assinado por nomes dos mais expressivos da política e da intelectualidade estadual da época. Esse documento representou o primeiro grande ato de contestação pública ao regime autoritário então instalado no País por Getúlio Vargas.

O autor finaliza a primeira parte da obra dedicando-se ao exame da atuação dos políticos mineiros no período que se inicia com a deposi-

ção de Vargas em 1945 e se consolida com as eleições de 1946 e com a elaboração da nova Constituição Federal, democrática. Dois momentos distintos da história de Minas e do Brasil são abordados: o período compreendido entre os anos de 1946 e 1964, no qual se alternaram no governo estadual representantes da UDN e do PSD, fato que confirma a natureza democrática do momento vivido; e a ruptura em 1964, momento em que Minas Gerais e seu governador, Magalhães Pinto, tiveram atuação decisiva para a deposição de João Goulart.

Na segunda parte, que constitui um complemento necessário da primeira, o autor aborda breve biografia de 21 destacados líderes políticos mineiros após o advento da República.

A obra constitui, portanto, uma importante fonte de informações, um texto de referência que pode e deve ser utilizado por aqueles que procuram se inteirar das marchas e contramarchas da vida política no Estado de Minas e dos mineiros no cenário nacional.

Assim, parabenizamos o Senado Federal, por intermédio do seu presidente, senador Rodrigo Pacheco, por mais essa iniciativa, que contribui, sobremaneira, para a preservação da história nacional.

PREFÁCIO
À PRIMEIRA EDIÇÃO

Deputado Adalclever Lopes
Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Este livro, *A política em Minas*, de Paulo Roberto de Gouvêa Medina, foi o grande vencedor do edital do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil. O título foi escolhido por meio de seleção pública realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2016.

A iniciativa do Parlamento mineiro tem o propósito de valorizar a memória de Minas Gerais, por meio da publicação de obras de valor histórico e cultural, construindo um acervo literário que possa ser acessado por todos. Essa ação contribui, assim, para a compreensão do desenvolvimento político e social não só do Estado, mas também do País.

Para cumprir esse objetivo, já foram publicadas obras de inegável valor, como as novas edições de *História da Revolução Liberal de 1842*, de José Antônio Marinho, e *Autos de Devassa*, que contêm as fases do processo judicial movido pela Coroa portuguesa contra Tiradentes e os demais inconfidentes.

Assim como a reedição dessas obras tem importância indiscutível, a publicação de *A política em Minas* concretiza outra vertente do programa editorial, que é a de fazer chegar aos leitores novas interpretações da formação de nossa identidade política e social.

Nesta obra, Paulo Roberto de Gouvêa Medina utiliza seu vasto e reconhecido repertório no campo do Direito para, desta feita, lançar luzes sobre aspectos da história política mineira.

Como assinala o próprio autor, o livro procura fazer justiça às tradições políticas de nosso Estado. De modo criterioso, destaca os grandes líderes mineiros que se projetaram no cenário nacional ao longo da história, de Afonso Pena a Tancredo Neves, de Francisco Sales a Juscelino Kubitschek, de Afrânio de Melo Franco a Milton Campos.

Com muita habilidade e sempre atento à participação decisiva desses homens públicos, escrutina a formação dos políticos de Minas, desde os precursores inconfidentes, passando pelo legado do regime imperial, pelo movimento republicano do século XIX e pela queda do Estado Novo, até ao fim da Terceira República, entre tantos acontecimentos que afetaram a vida do Brasil.

Com suas qualidades, *A política em Minas* já nasce destinada a tornar-se uma referência nos estudos sobre o tema.

PREFÁCIO
À PRIMEIRA EDIÇÃO

Deputado Lafayette de Andrada
Coordenador do programa editorial

A presente obra difere das anteriores desta coleção por não se tratar de reedição de obra já esgotada. Esta é inédita. É fruto de processo seletivo que teve como escopo a feitura de um trabalho cujo tema específico fosse a história política de Minas Gerais.

Aqui o autor percorre os principais episódios de nossa história em que Minas teve posição destacada, e discorre sobre grandes estadistas mineiros da história brasileira.

No capítulo introdutório, o autor analisa a vocação política dos mineiros, os fatores que, em sua opinião, foram influentes na formação dos políticos mineiros e as características dos políticos de Minas.

A seguir, ele começa a parte histórica propriamente dita, escrevendo sobre a Inconfidência Mineira, passando brevemente pela Independência do Brasil e pelo período das Regências até a maioridade de D. Pedro II, destacando sempre figuras mineiras que tiveram participação naqueles acontecimentos.

Ainda na fase imperial, o autor dedica um capítulo à Revolução Liberal de 1842 e, a seguir, inicia uma interessante abordagem sobre os principais nomes mineiros que tiveram destaque no Segundo Império, liberais e conservadores, trazendo breve síntese biográfica de todos eles. Ele faz a compilação de todos os mineiros que presidiram a Câmara dos Deputados no Segundo Império (chamada, à época, de Assembleia Geral)

e, no mesmo diapasão, apresenta todos os mineiros que assumiram a chefia de governo, que era representado, no sistema parlamentarista de então, pelo presidente do Conselho de Ministros.

A obra trata, a seguir, do movimento republicano em Minas, com suas origens e inspirações. O autor discorre sobre o *Manifesto republicano de 1870*, enfatizando os mineiros que o subscreveram, e discorre ainda sobre os clubes republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo, que ele considera a matriz do pensamento republicano dos mineiros. Por fim, analisa a repercussão em Minas Gerais da Proclamação da República e elenca os principais líderes republicanos no Estado.

O capítulo subsequente inicia com uma interessante consideração sobre as contradições e as singularidades do panorama político de Minas na Primeira República. O autor mostra que a representação política em Minas era da melhor qualidade, composta dos nomes mais categorizados que o Estado podia escolher. Homens austeros, de caráter ilibado, que exerciam a política com inegável desprendimento, muitos deles com condições econômicas modestas. A coisa pública não era usada para auferir vantagens na vida privada. Por outro lado, o grande contraste era que a máquina pública era usada de toda forma para se manter no poder: nomeações políticas, remoções, perseguições aos adversários, favorecimentos aos amigos e nepotismo eram práticas comuns, num clima em que predominava o coronelismo. Tais abusos e distorções, porém, como previne o autor, não se originavam de falhas de caráter, mas sim da cultura política da época, que aceitava como normais esses procedimentos hoje não toleráveis.

A seguir, o autor passa então a descrever o quadro político-partidário na Primeira República, explicando que, na verdade, só havia um único partido, com suas ramificações nos estados. Era o Partido Republicano, que, em cada estado, tinha seu nome adaptado, sendo os mais influentes o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Seguindo o plano de sua obra, o autor elenca os principais nomes da política mineira no período, com destaque para aqueles que ocuparam a Presidência da República e para os governadores do Estado, sem se esquecer, no entanto, de outras figuras ilustres que tiveram relevante atuação no âmbito regional ou no plano nacional.

O autor tece comparações entre as atuações dos líderes estaduais em dois dos mais importantes momentos da vida política nacional nas primeiras décadas do século XX: a "Campanha Civilista", que opôs a candidatura de Rui Barbosa à do marechal Hermes da Fonseca, e a Revolução de 1930. Segundo ele, o "situacionismo" tradicional da maior parte dos chefes políticos mineiros, que apoiaram a candidatura do militar, levou, no pleito de 1910, ao rompimento do antigo pacto com os paulistas, os quais tomaram partido do ilustre jurista. O protagonismo mineiro seria, no entanto, resgatado posteriormente, segundo o autor, pela atuação do então presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, considerada decisiva para o surgimento da Aliança Liberal, que foi a gênese da Revolução de 1930.

O período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, com suas três fases distintas – o governo provisório, o curto período constitucional e o regime autoritário do Estado Novo – é o objeto dos dois capítulos subsequentes da obra. O autor examina o papel das lideranças políticas de Minas nas articulações que deram origem à Aliança Liberal e os confrontos de natureza militar que se seguiram ao assassinato de João Pessoa e à eclosão do movimento revolucionário de 1930. Após citar o período de continuidade do governo de Olegário Maciel, o autor destaca "o longo domínio de Benedito Valadares". Também examina a atuação dos representantes mineiros na Assembleia Constituinte de 1934 e aponta o surgimento de figuras que, posteriormente, teriam grande destaque na vida nacional, como Juscelino Kubitschek de Oliveira e Pedro Aleixo. Cita também a efêmera existência do Partido Progressista Democrático, destinado a dar apoio à candidatura do paulista Armando Sales nas eleições presidenciais previstas para 1938, que seriam, no entanto, frustradas pelo golpe do Estado Novo, em 1937. O autor finaliza o exame desse período conturbado e importante da vida nacional dando destaque ao *Manifesto dos mineiros*, impresso em Barbacena e assinado por nomes dos mais expressivos da política e da intelectualidade estadual. Esse documento, equilibrado e moderado no seu tom, representou, no entanto, o primeiro grande ato de contestação pública ao regime autoritário então instalado no País por Getúlio Vargas.

A seguir, o autor finaliza a primeira parte de sua obra, dedicada ao exame da atuação dos políticos mineiros na denominada Terceira República, que se inicia com a deposição de Vargas em 1945 e que se

consolida com as eleições de 1946 e com a elaboração da nova Constituição Federal, democrática. Nesse capítulo, dois momentos distintos da história de Minas e do Brasil são abordados: o período compreendido entre os anos de 1946 e 1964, no qual se alternaram no governo estadual representantes da UDN e do PSD, fato que confirma a natureza democrática do momento vivido; e a ruptura em 1964, momento em que Minas Gerais e seu governador, Magalhães Pinto, tiveram atuação decisiva para a deposição de João Goulart.

Percorrendo cerca de 175 anos da história mineira, abrangendo o período que se inicia ainda no século XVIII com a Inconfidência e que se estende até o movimento de 1964, o autor elenca nesta obra fatos relevantes e aponta neles a atuação de destacados líderes políticos estaduais. A obra ora apresentada constitui, portanto, uma importante fonte de informações, uma obra de referência que pode e deve ser utilizada por aqueles que procuram se inteirar das marchas e contramarchas da vida política no Estado.

Na segunda parte da obra, que constitui um complemento necessário da primeira, na qual os fatos e os personagens são apresentados em uma narrativa ampla e abrangente, o autor aborda breve biografia de 21 destacados líderes políticos mineiros após o advento da República. A abordagem biográfica permite que o leitor possa contextualizar melhor e compreender os traços de personalidade dos agentes que são os sujeitos da história narrada.

De Afonso Pena a Tancredo Neves – ambos coincidentemente falecidos sem que pudessem levar a termo o mandato presidencial para o qual foram eleitos –, os nomes escolhidos pelo autor constituem bons exemplos daquilo que se espera da atuação dos representantes do povo.

Esperamos, portanto, que o leitor possa fazer bom uso da obra apresentada, que representa mais uma importante contribuição da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para a valorização da memória política do povo mineiro.

Ao assim fazer, o professor Paulo Medina contribui em muito para a preservação da memória histórica mineira, o que merece aplausos, especialmente nesses tempos em que a ampla disseminação e a imensa velocidade da transmissão de informações têm, muitas vezes, como consequência a facilitação do seu esquecimento.

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO

É significativo para o livro e honroso para o autor que a segunda edição de *A política em Minas* seja lançada pelo Senado Federal, na ocasião em que exerce sua presidência o senador Rodrigo Pacheco, recentemente reconduzido ao cargo. A ascensão do ilustre senador à curul daquela Casa do Congresso Nacional assinala o retorno de Minas ao proscênio da vida política do País. E reaviva a lembrança do legado deixado por alguns dos grandes nomes mineiros que pontificaram no passado. Mostra também, no contexto em que ocorre, como a política mineira, ao longo da história, sem abdicar dos seus valores e das suas tradições, tem sabido renovar-se, abrindo espaço para o ingresso, nos seus quadros, de novas lideranças. Rodrigo Pacheco elegeu-se senador na mesma faixa etária em que chegaram à Câmara alta, na Primeira República, outros políticos de Minas como Raul Soares (eleito aos quarenta e quatro anos) e João Luiz Alves (este, embora integrando a representação do Espírito Santo, eleito aos trinta e oito anos) ou, na Terceira República, Lúcio Bittencourt (eleito, em 1954, aos quarenta e três anos). Não por acaso, os dois outros Senadores de Minas Gerais, no momento, pertencem também à nova geração de políticos, o senador Carlos Viana, longe ainda de uma idade provecta e o senador Cleitinho (Cleiton Gontijo de Azevedo), bem próximo da idade dos seus predecessores, antes mencionados, quando alcançaram o Senado.

O Senado Federal, como chave do sistema federativo, sempre foi o destino das grandes lideranças políticas do País e a ele galgaram os principais nomes da política mineira. Se a Câmara dos Deputados mantém viva a passagem, pela sua presidência, de figuras como Carlos Peixoto Filho, Sabino Barroso, Astolfo Dutra, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Pedro Aleixo, Carlos Luz (para só recordar as três primeiras Repúblicas), o Senado conserva a lembrança dos mineiros que o pre-

sidiram na condição de Vice-Presidentes da República (Afonso Pena, Wenceslau Brás, Delfim Moreira, Bueno de Paiva e Melo Viana), especialmente a deste último, que, tendo presidido a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi, depois, Vice-Presidente da Casa, no regime da nova Constituição promulgada.

O Senado tem cumprido papel relevante na história política do País. E o símbolo da sua importância para o regime, a inspirar, permanentemente, seus ilustres membros, no trabalho cotidiano, está representado pelo busto de Rui Barbosa, colocado acima da sua Mesa diretora, como espécie de penhor ao compromisso de todos com a democracia. De modo que, ao acolher o presente livro, que fala da política de Minas, no seu acervo de publicações, o Conselho Editorial do Senado, abre-lhe um cenário condizente com o tema de que se ocupa, para que nesse panorama os leitores possam situar os homens que, fazendo política, fizeram a história de Minas Gerais.

* * *

O texto foi integralmente revisto para esta segunda edição, fazendo-se, nele, pequenas correções e alguns acréscimos, com o escopo de aprimorá-lo. Na *Parte II*, abriu-se um novo capítulo para o registro de dados biográficos de Benedito Valadares. Supriu-se, assim, uma lacuna da primeira edição, que fora motivada pelo fato de a atuação política do ex-governador de Minas achar-se tão amplamente exposta na *Parte I* que seria dispensável qualquer comentário adicional a seu respeito. A omissão, contudo, poderia dar azo a interpretações desprimorosas que a atribuíssem a eventual desapreço do autor à figura do ilustre político, razão por que, para esta segunda edição, fez-se acrescentar àquela parte do livro capítulo dedicado à sua biografia.

Achou-se conveniente manter, na referida *Parte II,* testemunhos pessoais do autor acerca de determinadas figuras da política mineira com quem conviveu. Embora tal enfoque não seja comum à exposição de dados biográficos, pareceu-lhe que o caráter de crônica da vida política em Minas, atribuído ao livro – e destacado na Nota do Autor à primeira edição –, justificava esse tipo de abordagem, acrescentando, assim, ao

perfil dos políticos mineiros, ali apresentado, a impressão por eles deixada na memória de quem os conheceu. Ao fazê-lo, não teve o autor, pois, a veleidade de revelar experiências de sua vida (que, em si mesmas, não haveriam de ter interesse para o leitor), mas, sim, o intuito de transmitir o quão importante foi, para o conhecimento da personalidade dessas figuras, o contato com elas mantido.

Na referida nota à primeira edição, o autor externou seu agradecimento a diversas pessoas que lhe ofereceram subsídios para o livro. Nesta oportunidade, é justo incluir, entre esses nomes, o de um caro colega e amigo, o advogado Rodrigo Badaró, que lhe possibilitou acesso a um dos livros de seu ilustre e saudoso avô dedicado à biografia de político mineiro de sua época. O senador Murilo Badaró, a par de sua intensa atividade política, foi também um intelectual de reconhecido mérito (membro e presidente da Academia Mineira de Letras), havendo contribuído para a historiografia política mineira com importantes estudos sobre as vidas de Gustavo Capanema, José Maria Alkmim, Milton Campos e Bilac Pinto, o primeiro dos quais (cuja edição se acha esgotada) o autor não possuía em sua biblioteca.

Cabe, por fim, registrar o agradecimento do autor a todos quantos se interessaram pela reedição deste livro, viabilizando-a por meio do Senado Federal. Se a obra, porventura, não corresponder a tão nobre acolhida, ao menos, dessa forma, far-se-á justiça ao protagonismo de Minas Gerais na história política do País. Não é outro, aliás, o propósito deste livro.

Março / 2023.

NOTA DO AUTOR À PRIMEIRA EDIÇÃO

UMA CRÔNICA DA HISTÓRIA POLÍTICA DE MINAS

Não tem este livro o propósito de descrever a história política de Minas Gerais, senão o de recordar-lhe os momentos marcantes. Trata-se, na verdade, de uma crônica da nossa vida política, ao longo do tempo, sem pretensão mais ampla, ou seja, sem a veleidade de fazer obra de historiografia. Esta exigiria o talento de historiador, que o autor não possui. O objetivo é, naturalmente, o de narrar fatos da política mineira e focalizar os protagonistas que lhes deram vida. Na elaboração do trabalho, partiu-se de um ângulo de observação pessoal, em que o autor se situa como mero espectador, jamais do alto de uma cátedra que lhe impusesse o compromisso da imparcialidade. Daí a licença que o cronista se arroga ao analisar os acontecimentos sem abdicar das suas posições, sobretudo em face de episódios de que foi contemporâneo. Como cidadão habituado, desde cedo, a ter opiniões bem definidas acerca da vida política do País e havendo acompanhado o seu desenrolar nos últimos 60 anos, formei convicção própria em torno dos fatos e fiz meu juízo crítico acerca dos personagens neles envolvidos, de modo que a narrativa que me proponho empreender não estará isenta, nesse particular, de alguma dose de subjetivismo. O tempo decorrido possibilitou, certamente, maior reflexão sobre uns e outros e, até mesmo, algumas mudanças de opinião, aqui e ali. Ademais, se cheguei a ter, na mocidade, minhas ilusões políticas, há muito as perdi e, hoje, no outono da existência,

nenhuma ligação próxima com a política ou com os partidos políticos mantenho. Continuo a interessar-me pela vida política, longe, porém, da sua militância. Dessa forma, se não posso assumir plena equidistância dos fatos, como é próprio do historiador, seria incapaz de amoldá-los a ideias preconcebidas. Meu intento sincero é o de expressar o que me parece traduzir a verdade histórica.

Filho de político do interior – aliás, o filho mais novo, tão distante do pai na idade, quanto próximo dele pela afeição que lhe dedicava –, nasci num ambiente político, atraído sempre pelas conversas de meu pai com os amigos que se reuniam, frequentemente, à noite, em sua casa e vendo-o receber, de quando em vez, figuras ilustres do cenário político, que iam visitá-lo, sobretudo na época das eleições. Durante o curso de Direito, tendo atuado na política universitária e presidido mais de uma entidade representativa dos estudantes, tive oportunidade de travar contato com vários líderes, notadamente quando me engajei na campanha pela criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, à época em que dirigia o antigo Diretório Central dos Estudantes.

Mais tarde, a lembrança de nomes referidos pelo saudoso pai, nos serões domésticos, levou-me a procurar os livros de história política, as memórias e as biografias dos principais vultos que nela aparecem, o que fiz, aliás, com a sensação de quem, assim, retomasse os diálogos de outrora na casa paterna. E, dessa forma, fui fazendo da história política um *hobby*, a que passei a dedicar-me nas horas de lazer. Este livro é fruto dessas leituras. Dedico-o à memória de duas pessoas que contribuíram para o seu advento.

O primeiro homenageado não poderia deixar de ser meu pai, já referido. Dario de Castro Medina (1892-1969) começou como vereador, em São João Nepomuceno. Eleito, a primeira vez, em 1926, pelo distrito da cidade, como candidato de oposição, na dissidência do Partido Republicano Mineiro, assumiu o posto de líder da Minoria. Novamente guindado à Câmara Municipal, pelo Partido Social Democrático, em 1950, tornou-se, então, líder da Maioria. Prefeito do município, de 1955 a 1959, pela mesma legenda, realizou importante obra administrativa. Exemplo de homem público e de cidadão, só não alçou voos mais altos na política porque a tanto não o animava sua proverbial desambição. Foi, quando jovem, um

combatente na luta contra a oligarquia política no Estado, havendo dirigido, por algum tempo, até o seu fechamento pela Revolução de 1930, o semanário *A Cruzada*, na sua cidade. Amargou duras perseguições, após a vitória daquele movimento, a que se opusera. Foi preso e teve a casa vasculhada por policiais, à procura de armas. Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista, ao lado de Arthur Bernardes, de quem se aproximou, na ocasião. Em 1946, indignado com o desfecho da convenção do seu partido, o PSD, tomou a iniciativa de comunicar ao velho amigo Carlos Luz que sua posição já estava tomada: apoiaria a candidatura de Milton Campos ao governo do Estado. Antecipou-se, assim, ao próprio líder, numa demonstração de independência e da visão que tinha dos acontecimentos políticos. Sua amizade de muitos anos a Carlos Coimbra da Luz (desde os tempos em que este ingressou na vida pública, em Leopoldina) não o impediu de conservar, até o fim, grande admiração por Juscelino Kubitschek (cujo antagonismo com aquele surgiu quando da candidatura de JK à presidência), a quem saudou, em determinado evento, na cidade de Leopoldina, em nome dos prefeitos da região.

O segundo homenageado é o meu inesquecível amigo Adhemar Ferreira Maciel (1928-2014). Magistrado e professor, ministro do Superior Tribunal de Justiça, aposentando-se nesse cargo, voltou ao exercício da advocacia, em Belo Horizonte, e a ela se dedicou até que, de repente, viu-se internado num hospital e, dois meses depois, falecia. Jurista de escol, homem de grande cultura humanística, foi o ministro Adhemar, na verdade, quem me incentivou a escrever este livro, a partir da leitura do capítulo referente à Primeira República, então destinado a publicação na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, como simples artigo. Não teve aquele saudoso amigo, ao longo da vida, atuação na política; era, no entanto, sobrinho-neto de uma grande figura da política mineira, Olegário Maciel. Sobre esse personagem forneceu-me, aliás, valiosos subsídios para o presente trabalho.

Cumpre esclarecer o critério adotado na abordagem dos acontecimentos a que o livro se refere, com relação a dois aspectos. Primeiramente, no que tange ao período abrangido pelo estudo, que vai da Inconfidência Mineira à Terceira República. Tomando como termo final desta o movimento de 1964, não se avança além desse limite na análise

dos governos mineiros que se sucederam a partir daí nem se focalizam os personagens que atuaram na cena política nos anos subsequentes. Faz-se menção mais detida apenas ao primeiro governador eleito, diretamente, após a implantação do regime militar. E no Capítulo I são referidos, de passagem, nomes de políticos mineiros que se projetaram naquela fase. Entendeu-se que não havendo, ainda, perspectiva histórica para o estudo daquele período, qualquer tentativa de desenvolvê-lo seria temerária. Pela mesma razão, na segunda parte do livro, dedica-se espaço, tão só, a vultos da política mineira cujas biografias se consolidaram, com o exercício de elevados cargos, até aquele marco, ainda que, depois, alguns deles continuassem a ter participação destacada no cenário nacional – o que, nesses casos, justificou breve comentário a tal respeito. Aliás, a escolha dos nomes a que se dedicam os 21 capítulos daquele título do livro pode não corresponder à expectativa do leitor, que preferisse a adoção de outro critério para esse fim ou a abordagem da biografia de outras figuras. Teve-se em vista, fundamentalmente, dar destaque aos mineiros que maior contribuição ofereceram à vida política do País no período republicano, seja pelos cargos que exerceram, seja pelas ideias que difundiram. Focalizam-se os que exerceram a mais alta magistratura da nação ou deixaram seus nomes ligados a acontecimentos políticos relevantes, além de outros que aliaram o talento político à capacidade intelectual, dando, assim, contribuição de dupla ordem ao País. Não há negar, na seleção desses nomes, um critério pessoal, justificado pela avaliação que o autor faz dos personagens ou pela contribuição que pode dar ao estudo de suas biografias.

Outro aspecto que requer justificativa é o do critério seguido na divisão do período republicano. A história política consagrou o método de classificação do regime segundo as fases que o compõem, estabelecendo-se essas fases em função de fatos históricos que demarcam a evolução da República. Tais fatos correspondem, em geral, ao exercício do poder constituinte, seja por assembleias democráticas, seja por movimentos revolucionários, que, modificando a estrutura das instituições, fundam uma nova etapa na vida republicana. Têm-se, assim, a Primeira República, proclamada, provisoriamente, pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, e consolidada com a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro

de 1891; a Segunda República, nascida da Revolução de 1930 e com ela implantada, de fato, sob a direção de um governo provisório e ditatorial, cuja institucionalização se deu, de forma precária, com o Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, completando-se, em seguida, mediante duas Constituições, a de 1934 e a de 1937, sem que, nesse interregno, houvesse mudança de comando ou de orientação no País; e a Terceira República, que começa com a queda do Estado Novo, institucionaliza-se com a Constituição de 18 de setembro de 1946 e se estende até o movimento de 1964. Há autores que distinguem o regime getulista em duas etapas, levando em conta cada uma das Constituições que, nele, foram postas em vigor, a de 16 de julho 1934, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, e a de 10 de novembro de 1937, outorgada pelo ditador. Mas, ambas as Cartas Políticas foram instrumentos de um mesmo regime, nascido da revolução que pôs no poder o seu chefe. Por isso, preferiu-se seguir a divisão que aparece no livro e que tem o abono, por exemplo, do eminente Prof. Paulino Jacques, em seu *Curso de Direito Constitucional*[1]. Na concepção do autor, portanto, a Quarta República instala-se em 1964 e encerra-se com o fim do regime militar, seguindo-se a Quinta República, cuja institucionalização ocorreu com a vigente Constituição, de 5 de outubro de 1988. As consequências das ações que marcaram a Quarta República continuam a repercutir sobre o cenário político, constituindo, assim, ainda hoje, matéria reservada com mais propriedade aos comentários jornalísticos do que aos estudos históricos.

O livro procura fazer justiça às tradições políticas de Minas Gerais e aos grandes líderes que se projetaram no cenário nacional, honrando o seu Estado. Não é um ensaio ufanista nem uma crítica preconceituosa. Em algumas passagens, opõe reparos à atuação de políticos, partidos ou governos. No conjunto, porém, a conclusão que permite extrair é a de que, em todos os tempos e em todas as facções partidárias, destacaram-se grandes mineiros, a que o Brasil muito ficou a dever e que hão de

1 JACQUES, Paulino. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 91 et seq., onde o autor, na epígrafe do capítulo correspondente à promulgação da Constituição de 1946, alude à "estruturação constitucional da 3ª República".

servir de exemplo às novas gerações. Mostrar o papel que esses homens públicos representaram é, aliás, a razão maior deste livro

* * *

Devo registrar meus agradecimentos aos que colaboraram para a edição do livro. Já me referi ao incentivo recebido para a sua elaboração da parte do saudoso amigo ministro Adhemar Maciel, a cuja memória rendo homenagem, lembrando, ainda, os subsídios que me ofereceu sobre seu ilustre tio-avô, o presidente Olegário Maciel. Agradeço ao jornalista Wilson Cid, que me emprestou um dos livros consultados, bem como sua coleção do antigo jornal *JF Hoje*; ao pesquisador Douglas Fasolato, que me forneceu importante material acerca da Revolução de 1930, referido no texto; ao caro colega Décio Mitre, pelos subsídios sobre os mandatos de Milton Campos como presidente da Seccional de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil; ao velho amigo engenheiro José Roosevelt Pereira, pelas informações técnicas que me forneceu acerca do problema siderúrgico em Minas. Agradeço, finalmente, ao meu filho e colega Eduardo Borges de Mattos Medina, que colaborou na revisão do trabalho e no ajuste da bibliografia, contribuindo, como sempre, com a sua apreciação crítica, como primeiro leitor da obra.

Por fim, desejo expressar a honra de ver este livro editado pelo Departamento Cultural da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Escolhido, para esse fim, em processo seletivo, a edição se dá com o selo prestigioso de uma Casa que tem sido celeiro de líderes para o País e bem simboliza as tradições democráticas de que Minas se ufana. Para efeito do referido processo seletivo, foram destacadas dos originais todas as páginas suscetíveis de identificar o autor. Na presente edição, as aludidas páginas – a começar desta nota de apresentação – reincorporaram-se ao texto.

Juiz de Fora, abril de 2017.

I
HISTÓRIA DA POLÍTICA MINEIRA

I
A VOCAÇÃO POLÍTICA DOS MINEIROS

1. A política em Minas 2. Fatores influentes na formação dos políticos mineiros 3. Características dos políticos mineiros 4. Um tempo que passou

1. A POLÍTICA EM MINAS

Desde os tempos coloniais, o espírito político dos mineiros se manifestou vivamente. A Conjuração Mineira foi, na verdade, uma articulação política em torno de um ideal patriótico. A partir da instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, mineiros de valor começaram a destacar-se nos conselhos do Estado. Ver-se-á, a seguir, que, ao empreender sua primeira viagem pelo interior do País, no começo de 1822, dom Pedro I cercou-se de quatro mineiros, para vir entender-se com a Junta Governativa da capitania e granjear a confiança do povo.

O Império revelaria uma plêiade de políticos mineiros do mais alto quilate. Quatro deles chefiaram gabinetes daquele regime – Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná; Martinho Álvares da Silva Campos; Lafayette Rodrigues Pereira e Afonso Celso de Assis Figueiredo –, assim como outro grande estadista que, embora nascido em Portugal, fez toda sua carreira política em Minas – Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté. Dois outros, ainda que sem jamais presidir o Conselho de Ministros, tornaram-se figuras emblemáticas do Império: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Teófilo Ottoni.

O movimento republicano encontrou em Minas apoio de grande número de prosélitos, alguns dos quais, como se verá no capítulo correspondente, subscreveram o manifesto de 1870. Talvez a figura mais expressiva desse movimento haja sido João Pinheiro da Silva, que viria a governar o Estado, falecendo, em 1908, quando se encontrava na metade do seu mandato, como presidente eleito em eleições diretas, depois de haver ocupado a chefia do governo, logo depois da implantação do novo regime, em caráter provisório.

A Primeira República correspondeu ao período de maior presença dos políticos mineiros na vida pública nacional. Naquela fase, além de brilhantes parlamentares, como Carlos Peixoto Filho – expoente do chamado "Jardim da Infância", dos tempos de Afonso Pena –, o Estado deu ao País três presidentes eleitos – o referido Afonso Pena, Wenceslau Braz e Arthur Bernardes –, além do vice Delfim Moreira, que assumiu a presidência em virtude da morte, antes da posse, de Rodrigues Alves, que se elegera para um segundo mandato. Exerceu Delfim, então, o governo até a posse do sucessor, Epitácio Pessoa.

A Revolução de 1930 foi liderada por Minas e não teria sido deflagrada sem Minas, isto é, sem a decisão de fazê-la do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A este se atribui, aliás, a frase "Façamos a revolução, antes que o povo a faça", cuja autenticidade será examinada, no capítulo próprio.

Na Segunda República, o Estado pagou o preço da subserviência a Vargas, com o longo domínio de Benedito Valadares, interventor e, depois, governador eleito pela Assembleia Legislativa, até a queda do regime estadonovista, em 1945.

O grande momento de Minas, na Terceira República, correspondeu ao mandato presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira, período de importantes realizações e profundas transformações, assinalado, sobretudo, pela construção da nova capital, Brasília.

Após o movimento político-militar de 1964 – nascido em Minas, em defesa da democracia, então ameaçada, mas, logo desviado dos seus objetivos pelo prolongado regime militar, que redundou numa ditadura de sucessivos chefes e crescentes restrições à ordem democrática –, Minas representou o papel de mero figurante do poder, na pessoa de seguidos

vice-presidentes da República – José Maria Alkmim (no governo Castelo Branco), Pedro Aleixo (na presidência seguinte, de Costa e Silva) e Aureliano Chaves (no último período do regime militar, presidido pelo general João Baptista Figueiredo). O segundo desses vice-presidentes – eminente homem público, que vinha da Primeira República, ocupara posição de destaque, como presidente da Câmara dos Deputados, no período que antecedeu ao golpe do Estado Novo e atingira o apogeu de sua carreira, como parlamentar, na Terceira República –, o mineiro Pedro Aleixo deveria ter passado de simples figurante a chefe do governo, quando da doença que incapacitou o presidente Costa e Silva, levando-o, em pouco tempo, à morte, mas um golpe dentro do golpe o destituiu do cargo, ensejando a posse de uma Junta Militar, a que sucederia outro general presidente, Emílio Garrastazu Médici[1]. Vale o registro de que o presidente que promoveu a abertura política – "lenta, segura e gradual", como prometera, mas acidentada, como não seria desejável –, o general Ernesto Geisel foi quem indicou como vice de seu sucessor o então governador de Minas, Aureliano Chaves. Por outro lado, sempre constou, no noticiário político da época, que o presidente Castelo Branco, desejoso de fazer-se suceder por um civil (evitando, assim, a implantação definitiva do regime militar), tinha como nome de preferência para tanto o do então deputado mineiro Bilac Pinto.

Com o fim do regime militar e o advento da Nova República, frustrou-se a oportunidade de Minas reassumir a Presidência da República, com a morte inesperada, antes da posse, do último presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, o ilustre político de São João del-Rei e ex-governador do Estado Tancredo de Almeida Neves[2].

---

1 É digno de nota que, por força da Lei nº 12.486, de 12/9/2011, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, Pedro Aleixo passou a figurar na galeria dos presidentes da República. Consoante o art. 1º da referida lei, "O cidadão Pedro Aleixo, vice-presidente da República impedido de exercer a presidência em 1969 em desrespeito à Constituição Federal então em vigor, figurará na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais".

2 Tancredo Neves, embora, como Pedro Aleixo, não tenha assumido a presidência da República, passou a figurar na galeria dos ex-presidentes, conforme dispõe o art.

Eleito para o mandato seguinte pelo voto popular, Fernando Collor de Melo teria como vice-presidente o senador por Minas Gerais Itamar Augusto Cautiero Franco. Com o *impeachment* daquele jovem político, Itamar, já afastado de Collor, assumiu a presidência, marcando, novamente, a presença de Minas na chefia da Nação. O ex-prefeito de Juiz de Fora, por dois mandatos, que viria a ser eleito, depois, governador de Minas Gerais, tornou-se, assim, uma das principais figuras da Quinta República, como representante da nova geração de políticos mineiros, que surgira após 1964. Itamar Franco faleceu a 2 de julho de 2011, quando se achava no exercício do seu terceiro mandato de senador por Minas Gerais.

Na sequência da vida republicana, o nome mineiro que surge, posteriormente, no mais alto escalão da política nacional, é o do empresário e ex-senador José Alencar Gomes da Silva, eleito vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva e com este reeleito, tendo falecido logo após o término do segundo mandato. A presidente Dilma Rousseff, sucessora de Lula, embora nascida em Minas, realizou toda sua formação no Rio Grande do Sul, Estado a que se acha, pois, mais vinculada.

Minas Gerais teve, como se vê, invariavelmente, ao longo do tempo, posição de destaque no cenário político nacional. O espírito político tornou-se apanágio dos mineiros, a marca que mais distingue os homens de Minas, no contexto nacional.

Se a São Paulo sempre se atribuiu a condição alegórica de "locomotiva do País", e a bravura cívica sempre foi característica dos gaúchos – povo que, na frase eloquente de João Neves da Fontoura, "traçou as fronteiras da pátria, a ponta de lança e a pata de cavalo", a terra de Minas Gerais tornou-se conhecida e respeitada como fonte de ideais e celeiro de líderes no plano político.

1º da Lei nº 7.465, de 21/4/1986: "O cidadão Tancredo de Almeida Neves, eleito e não empossado, por motivo do seu falecimento, figurará na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais". A referida lei foi sancionada pelo presidente José Sarney.

2. FATORES INFLUENTES NA FORMAÇÃO DOS POLÍTICOS MINEIROS

A ideia de que há uma vocação natural dos mineiros para a política sugere o exame dos fatores determinantes dessa tendência. Não é fácil identificá-los, assim como se afiguram relativos os critérios que se procuram adotar para definir o perfil do mineiro, em si. Para esse fim, buscam-se causas de diferente natureza, como as de ordem antropológica, geográfica ou histórica[3]. Todas elas extremamente vagas e imprecisas.

Certas circunstâncias apontadas pela Sociologia ou pela História podem explicar, porém, o fato de que, em Minas Gerais, a política haja despertado, desde os tempos da capitania, o interesse dos seus filhos, induzindo-os à sua prática e neles revelando alguns traços comuns, que permitem falar de um estilo mineiro de fazer política.

A primeira dessas circunstâncias reside na ocorrência de "rápido desenvolvimento de núcleos urbanos", em Minas, conforme assinala Gladstone Chaves de Melo:

> A riqueza do subsolo favoreceu o surto e o rápido desenvolvimento de núcleos urbanos, e por isso, se em Minas Gerais não se formou a aristocracia rural, o municipalismo teve força desde cedo[4].

De fato, à luz da Sociologia Política, o fenômeno urbano assume posição relevante. É de Maurice Duverger, em obra especializada, esta observação:

> Qualquer que seja o caso, as consequências políticas do fenômeno urbano são consideráveis. A democracia nasceu nas cidades, na época das cidades antigas. O socialismo se desenvolveu nas modernas cidades industriais.

---

3 Veja-se, por exemplo, o erudito estudo: CARVALHO, Daniel de. Raízes psicológicas. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma), p. 91.

4 MELO, Gladstone Chaves de. Vida política. *In*: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais*: terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 282.

> As revoluções são essencialmente fenômenos urbanos. (...) A influência "política" das cidades não é apenas direta, por causa dos contatos que se multiplicam entre os homens, mas pela facilidade que oferecem à sua ação política (o direito de reunião e, sobretudo, o direito de manifestação são, essencialmente, direitos urbanos). Sua influência se exerce também indiretamente, pelo fato de serem as cidades o fator essencial do desenvolvimento da civilização e do progresso material e intelectual. A linguagem consagrou este fato considerando como sinônimos "urbanidade" e "caráter civilizado"[5].

Em Minas, já em 1711, eram criadas três vilas: vila do Carmo (depois Mariana), Vila Rica e vila de Sabará. Em 1713, foi elevado à categoria de "vila" o antigo arraial do Rio das Mortes, com o nome de São João del-Rei. Em 1714, surgiriam Vila Nova da Rainha (então arraial de Caeté) e vila do Príncipe (hoje cidade do Serro). Em 1715, seria a vez da vila de Nossa Senhora da Piedade (depois, Pitangui) e, em 1718, o antigo Arraial Velho daria lugar à vila de São José (hoje cidade de Tiradentes). "Oito, pois, eram as vilas existentes até 1718. Duas no centro, duas no caminho do norte, uma no norte, três a oeste"[6]. As referidas vilas tiveram grande desenvolvimento durante todo o século XVIII. E organizaram-se, jurídica e administrativamente, por meio de posturas, que tratavam do alinhamento e da limpeza das ruas[7].

Cidades como Vila Rica, Mariana e São João del-Rei apresentavam, no final do século XVIII, desenvolvimento urbano e cultural expressivo. As bibliotecas existentes nas duas primeiras cidades, sobretudo, favoreceram a formação de uma elite intelectual e política, cuja atuação mais importante se deu no movimento dos inconfidentes. Ver-se-á mais adiante que a Inconfidência Mineira foi, acentuadamente, um movimento intelectual.

---

5 DUVERGER, Maurice. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 44-45.

6 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 92-93.

7 CARVALHO, Daniel de. *Ensaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964, p. 46 e 52.

Essa circunstância teve, portanto, influência preponderante no despertar da consciência política dos mineiros e no advento de um primeiro grupo de homens voltado para os assuntos políticos.

José Veríssimo parece sintetizar o que, até aqui, se disse, quando observa:

> Mais numerosa e mais densa que nenhuma outra, na população de Minas, aquela ao menos que tinha Vila Rica como centro imediato, sentia-se melhor o contacto recíproco, criador de solidariedade. Sendo a mais rica, era também a mais isenta, a mais desvanecida de suas possibilidades. Este desvanecimento bairrista tinha-o Tiradentes em sumo grau. O espírito localista, feição congênita dos mineiros, oriundo das condições físicas e morais do desenvolvimento da capitania, fortificava ali o nativismo ou nacionalismo regional. O sentimento da liberdade e da independência, atribuído geralmente aos montanheses, parece ter em Minas mais uma vez justificado o conceito[8].

Conjugado a tudo isso, outro fator que iria despertar natural reação dos mineiros e, a esse propósito, congregá-los em movimentos políticos, foi o da forte presença do Estado, que, cedo, se manifestou em Minas, mais do que em outras regiões do País. "Os mineiros conheceram o Estado bem de perto" – diz João Camilo de Oliveira Torres[9]. Defrontaram-se, aliás, com a face odiosa do Estado, a do Estado autoritário, fiscalista, espoliador, tal qual se revelou, nas nossas terras, o Estado português. Foi contra a mão pesada desse Estado meramente arrecadador – um Estado que tudo exigia e nada proporcionava em troca, antes cuidava de proibir, até, iniciativas no campo industrial – que se levantaram os mineiros, no

8 VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 102.

9 TORRES, João Camilo de Oliveira. Momentos capitais do processo histórico. *In*: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais:* terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 15.

início do século XVIII, em vários movimentos, o mais trágico dos quais foi aquele que importou no sacrifício de Filipe dos Santos[10].

Havia, em Minas, como assinala João Camilo, "um forte estado de espírito liberal, que se alimentava, também, dos ressentimentos herdados das velhas lutas contra o Fisco. O mineiro era, muitas vezes, liberal. Certamente o Império, adotando esta flor de requintado liberalismo, que é a monarquia parlamentar, dava aos mineiros tudo o que queriam"[11].

Mas houve também outro fator cuja influência, ainda que indireta e destinada a produzir efeito a longo prazo, revelou-se ponderável na formação de uma classe política, em Minas. Referimo-nos ao culto das humanidades, que a criação dos primeiros colégios e seminários proporcionou, a partir do século XVIII.

Observa Baptista Pereira que "Minas, apesar de não ter academias, foi durante decênios a província onde melhor se ensinavam humanidades no Brasil"[12]. Data de 1794 a criação, em Minas Gerais, de um estabelecimento de ensino que não apenas foi pioneiro como também marcaria época na história da educação, no País: o Colégio Caraça, que funcionou durante mais de um século, com uma interrupção, no início do século XIX. Pelo Caraça passaram grandes figuras da vida pública, como Camilo Maria Ferreira Armond (o Conde de Arcos), Afonso Pena, Arthur Bernardes, Olegário Maciel, Fernando de Melo Viana, Astolfo Dutra, Afonso Pena Júnior, Joaquim de Salles, Péricles Vieira de Mendonça e tantos outros[13]. Em 1854, era fundado o seminário de Mariana,

---

10 TORRES, João Camilo de Oliveira. 1720: Filipe dos Santos. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 78-80.

11 TORRES, João Camilo de Oliveira. Política, muita política... *In*: *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1961-1962, v. 4, cap. 5, p. 879-883.

12 PEREIRA, Antônio Baptista. *Figuras do Império e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 57.

13 Sobre o Colégio Caraça, é importante o depoimento do ex-aluno, jornalista e futuro deputado federal por Minas, Joaquim de Salles, nas suas memórias: SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993, p. 289-447.

de orientação lazarista, que, igualmente, firmaria tradição no ensino. Convém lembrar que, entre os políticos que mais se destacaram em Minas, desde o Império, estavam clérigos e bacharéis. Estes vinham, especialmente, da Faculdade de São Paulo. A Faculdade de Direito de Minas Gerais somente seria fundada a 4 de dezembro de 1892, tendo como seu primeiro diretor o então presidente do Estado, Afonso Pena. Mas, já então, os estudantes mineiros se congregavam, em São Paulo, em entidades que constituíam redutos de Minas na Academia do Largo de São Francisco, como foi o caso do Clube Republicano dos Estudantes Mineiros e da Sociedade Beneficente Mineira da Academia de São Paulo[14]. Aí se revelava o espírito gregário dos mineiros que, certamente, explica muito desse sentimento a que, mais tarde, se chamaria de "mineiridade", tão expressivo do comportamento dos políticos mineiros.

Uma das características dos políticos mineiros sempre foi o elevado nível intelectual. Grandes homens públicos de Minas eram conhecidos pela atuação pragmática, não se destacando, propriamente, pela cultura. Teria sido o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão (que se caracterizava, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, pelo "bom senso condutor"), Francisco Sales, Wenceslau Braz, Delfim Moreira, Arthur Bernardes, Benedito Valadares, José Maria Alkmim, Magalhães Pinto e muitos outros. Mas a maioria era representada por intelectuais do nível de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Martinho Álvares da Silva Campos (médico), Lafayette Rodrigues Pereira (sucessor de Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras – ABL –, embora haja falecido antes da posse), Afonso Pena (pai) e Afonso Pena Júnior (que foi também membro da ABL), Augusto de Lima (do mesmo modo, membro da ABL), João Luís Alves (igualmente da ABL), Raul Soares, Afrânio de Melo Franco, Francisco Luís da Silva Campos, Daniel de Carvalho, Gustavo Capanema, Paulo Pinheiro Chagas (médico e bacharel em Direito), Clóvis Salgado (professor catedrático da Faculdade de Medicina da UFMG), Afonso Arinos de Melo Franco (também integrante da ABL), Milton Campos,

14 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 167.

Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Oscar Dias Corrêa (que também pertenceu à ABL), Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Mário Palmério (matemático, professor universitário e romancista, sucedeu a Guimarães Rosa na ABL) – todos, com as exceções mencionadas, eminentes juristas ou professores de Direito, sendo que, desses, alguns encerraram suas vidas públicas como ministros do Supremo Tribunal Federal[15]. Teófilo Ottoni, que não tinha formação superior, tendo sido, apenas, guarda-marinha, pela Academia de Marinha, onde não prosseguiu os estudos, dominava o latim e o ensinava aos filhos. Cristiano Ottoni, seu irmão, engenheiro especializado em ferrovias, comunicava-se em latim com Lafayette Rodrigues Pereira, durante as crises do governo autoritário de Floriano Peixoto, para driblar a censura.

Por derradeiro, é importante destacar que o culto da tradição sempre foi caro aos mineiros. A consciência do papel representado pelos inconfidentes e da contribuição que deram ao Império ilustres nomes de Minas Gerais foi para as gerações de políticos que atuaram no regime republicano significativa motivação e penhor de uma grave responsabilidade a ser honrada. Esse sentimento serviu de elo a gerações de políticos mineiros e talvez explique, mais do que quaisquer outros, o que se costuma apontar como vocação dos mineiros para a política.

3. CARACTERÍSTICAS DOS POLÍTICOS MINEIROS

A habilidade, a prudência e a discrição costumam ser apontadas como características dos políticos mineiros. Em geral, os homens de Minas não são propensos a arroubos nem têm gestos ousados. Cautos, são, não raro, tidos como desconfiados. Argutos, a muitos parecem espertos e

15 Foi o caso, entre os mencionados, de João Luís Alves, Bilac Pinto e Oscar Dias Corrêa. Outro político nascido em Minas (na cidade de Curvelo) que chegou ao Supremo Tribunal Federal foi Adauto Lúcio Cardoso, cuja carreira política se desenrolou no Rio de Janeiro, então capital federal e, depois, capital do antigo Estado da Guanabara. Foi, como está dito no capítulo próprio, signatário do *Manifesto dos mineiros*, não tendo jamais perdido os vínculos com Minas Gerais.

sagazes. Reservados, afiguram-se aos olhos dos críticos de má vontade como reticentes.

Na verdade, há uma tendência para traçar dos políticos mineiros não um perfil, mas uma caricatura. Nessa perspectiva, eles são apontados como espécies raras que se põem sempre *em cima do muro*, custando-lhes definir-se em face de situações difíceis. A reserva mental lhes seria própria. E, por isso, não se mostrariam muito confiáveis nas tratativas.

José Bonifácio, o patriarca da Independência, foi dos primeiros a alimentar essa impressão distorcida dos mineiros, sem prever que um ramo da sua família criaria raízes em Minas, conforme será relatado, ao seu tempo, e que uma de suas filhas (Gabriela, que se casara com Martim Francisco, irmão do patriarca) acabaria sendo sepultada nas terras mineiras de Barbacena. Quando dom Pedro I veio a Minas, na viagem já mencionada e da qual se fará, mais adiante, pequeno relato, José Bonifácio cuidou de alertar o imperador para que não se fiasse nos mineiros, tidos, por ele, como espertos e finórios.

Página antológica, da lavra de um consagrado cronista mineiro, Fernando Sabino – "Afinal, que é ser mineiro?" –, contribuiu, de certo modo, para que os traços caricaturais dos mineiros fossem difundidos amplamente. Nela, se diz que "mineiro não prega prego sem estopa. Mineiro não dá ponto sem nó". Mas, antes se afirma que um dos cuidados do mineiro é o de "não dar passo maior que as pernas"[16]. Essa observação indica o que é fundamental no comportamento do mineiro e tão claramente se nota no perfil dos seus políticos mais respeitados: a cautela. Realmente, o político mineiro, em geral, não é dado a aventuras. Em um ou outro dos nossos homens públicos encontrar-se-á um temperamento mais atirado, que se movimenta com ímpeto de igual natureza, especialmente quando imbuído da ânsia de progresso ou do desejo de transformação. Teófilo Ottoni e Juscelino Kubitschek serão os exemplos mais expressivos desse tipo de temperamento. Mas, quase

16 SABINO, Fernando. Afinal, que é ser mineiro?. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 103-105.

sempre, os empreendimentos conduzidos por mineiros têm a marca da cautela e o escopo da segurança. Lembre-se de que a capital de Minas, Belo Horizonte, foi construída em dois governos sucessivos e numa época em que o Estado havia acumulado recursos suficientes para tanto. João Pinheiro foi um governante voltado para o que, hoje, se chama de "desenvolvimentismo", mas sem jamais arriscar-se, em seus planos, sem nunca "dar passo maior que as pernas". O governo de Milton Campos foi, fundamentalmente, um governo de planejamento, que permitiu ao seu sucessor, Juscelino, implantar um dos esteios do seu binômio "energia e transporte", criando a Cemig. E isso foi feito sem alarde, sem os recursos que a propaganda das ações governamentais, depois, tornaria de uso corriqueiro.

No plano das tratativas políticas, nenhum exemplo maior de fidelidade aos compromissos assumidos do que a maneira como Minas se lançou à Revolução de 1930, embora não viesse a receber tratamento análogo do grande vitorioso daquele movimento, após a sua instalação no poder.

A probidade pode ser apontada também como traço característico dos homens públicos mineiros. No capítulo atinente à Primeira República, especialmente, encontrar-se-ão as razões dessa afirmativa. Haverá exceções, naturalmente, explicáveis, sobretudo, pela onda de corrupção que varreu o País, nos últimos tempos. Mas, os governos de Minas não servem de paradigma nesse campo nebuloso.

Muitas vezes, tem-se enxergado no espírito cauteloso dos mineiros um elemento do seu suposto conservadorismo. Caberia, a esse propósito, repetir a sábia observação de Alceu Amoroso Lima, no perfil dos mineiros que tão bem traçou: "Os defeitos dos mineiros me parecem frutos dos excessos de suas qualidades"[17]. O mineiro, em verdade, é conservador nos princípios, mas avançado na sua visão do interesse público. Essa é a nota dominante dos seus líderes mais prestigiosos, desde a Primeira República.

17 LIMA, Alceu Amoroso. Lista de defeitos. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 94.

A sutileza da frase, a forma suave de referir-se a ocorrências graves ou a maneira hábil de desviar-se de perguntas indiscretas são outras características dos políticos mineiros. No capítulo atinente à Revolução de 1930, far-se-á referência a um episódio sangrento, verificado em Montes Claros, durante a campanha eleitoral que contrapôs os partidários da Aliança Liberal aos adeptos da Concentração Conservadora. Trabalhava, naquela época, na redação da Imprensa Oficial, o jovem poeta Carlos Drummond de Andrade. Comentando com o presidente Antônio Carlos o título que pretendia dar à matéria alusiva ao conflito e que se referia ao tiroteio ocorrido, recebeu do sutil Andrada esta sugestão: "Não. Diga assim: Os acontecimentos de Montes Claros..."[18].

José Maria Alkmim foi outro político de fina inteligência e invulgar sagacidade. Quando da cassação dos direitos políticos de seu velho amigo Juscelino Kubitscheck, logo no início do regime militar que se seguiu a 1964, saiu-se assim ante a pergunta de um repórter sobre como recebera a notícia daquele ato: "Pelo telefone". E nada mais disse...

Milton Campos, sempre elegante e discreto, tinha como característica não a evasiva, mas a fina ironia nos seus comentários com os íntimos. Sobre Juscelino, que o sucedeu no governo de Minas e cujo comportamento diferia tanto do seu, por ser o político de Diamantina extrovertido e alegre, Milton Campos dizia: "O Juscelino não parece governador, parece o filho do governador".[19]

Benedito Valadares explicava a liderança que exercia sobre o PSD mineiro, ao falar sobre o método que os partidos políticos deveriam sempre adotar, qual seja o de discutir os assuntos, reservadamente, antes das reuniões e a estas somente levar o problema quando já houvesse consenso em torno da solução. "A reunião é para aprovar o que se propõe" – comentava, na sua habitual sutileza.

---

18 WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Companhia das Letras, 1992, p. 25.

19 NAVA, Pedro. *Beira-Mar, Memórias*/4. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1978, p. 169.

Eram assim, inteligentes, sutis, às vezes irônicos e ferinos, os velhos políticos mineiros.

4. UM TEMPO QUE PASSOU

Os tempos atuais não parecem revelar o mesmo estilo ou o mesmo tipo de comportamento dos políticos mineiros.
"Minas não há mais / José, e agora?"[20] é a observação que nos acode, para relembrar o poeta.

A conclusão é, seguramente, muito pessimista. Desapareceu, sem dúvida, aquele tipo de político mineiro que conhecemos no passado. A renovação de lideranças não se tem processado no mesmo ritmo de antes. Parece haver certo alheamento dos homens de valor em relação à política. De um lado, outros campos de atividade passaram a atrair muitos dos que teriam condições de contribuir para a vida pública. As profissões liberais encontraram perspectivas mais promissoras, com o desenvolvimento econômico, a sofisticação da ciência e a abertura de novos campos de especialização. De outro lado, os partidos já não têm a mesma força de atração de outrora, bastando dizer que, no quadro de agremiações hoje existentes, não há distinção nítida entre umas e outras, salvo, talvez, no que diz respeito a cinco ou seis mais representativas e, assim, reduziu-se bastante o espaço para os que aspiram a uma atuação política construtiva e edificante. As eleições tornaram-se extremamente dispendiosas e o sistema proporcional que se insiste em manter nivelou por baixo a representação política, abrindo espaço a figuras que se fizeram populares sem ter revelado qualidades de liderança ou vocação para a vida pública.

---

20 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Antologia poética*, 11ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1978, pp. 10/12. Poema *José*, cujos versos aludidos no texto devem ser assim destacados: "E agora, José [...] quer ir para Minas, /Minas não há mais, /José, e agora?".

Acresce a tudo isso que a figura do "marqueteiro", criação dos últimos tempos, não raro, parece colocar em segundo plano o candidato, levando-o a dizer o que, supostamente, o eleitorado quer ouvir e inibindo, dessa forma, o seu poder de influência sobre este. Ora, líder é aquele que seja capaz de apontar caminhos e traduzir aspirações e não quem tenha a imagem construída, artificialmente, à força da propaganda e dos recursos de comunicação. E só no verdadeiro líder, no homem que tenha real aptidão para a vida pública, podem-se encontrar características como as que, antes, marcavam o perfil dos políticos mineiros.

Isso não significa que não haja, hoje, nomes de valor no cenário político ou que Minas, em virtude de um certo declínio de sua representação, haja perdido relevância no contexto nacional. Estão, aí, em diferentes partidos, figuras que afastam essa visão negativa. E o protagonismo que o Estado teve, no passado, há de ser recuperado em toda a plenitude, na medida em que os quadros partidários sejam revitalizados e novas vocações para a vida pública surjam.

II
OS INCONFIDENTES: PRECURSORES DOS POLÍTICOS MINEIROS

1. A Inconfidência Mineira como movimento político 2. O ideário dos inconfidentes 3. Os líderes do movimento e outros participantes 4. A legenda dos inconfidentes e sua importância na cultura política de Minas Gerais

1. A INCONFIDÊNCIA MINEIRA COMO MOVIMENTO POLÍTICO

A Inconfidência Mineira, tendo um objetivo revolucionário, qual seja o de separar parte do País de Portugal e instituir uma República com sede em terras de Minas Gerais, foi, porém, antes de tudo, um movimento político, dominado por ideias que a filosofia política começara a difundir pelo mundo. E, a rigor, não foi além de uma articulação política envolvendo intelectuais, militares, sacerdotes, fazendeiros, pequenos agricultores e pecuaristas, negociantes, homens de ofícios modestos (como um sapateiro e um carpinteiro), gente, enfim, de várias classes sociais, com predominância, é certo, de uma pequena burguesia. Não chegou a tomar o caráter de uma sublevação, porque dessa não houve, sequer, "um começo de execução" que pudesse caracterizar crime de tal

natureza[1]. Tudo não passou de uma série de reuniões, de conversas reservadas, de doutrinamento político, ora em forma de sessões plenárias, na casa de um dos conjurados, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, que ficaria conhecida como "Casa dos Inconfidentes", ora em encontros – combinados ou casuais – nas residências de alguns dos membros do grupo. Se o governo de Portugal não houvesse reagido às notícias sobre essas reuniões e encontros da forma violenta e desproporcional como reagiu, talvez o movimento não fosse adiante, por falta de meios para transformar as ideias que o moviam na sublevação da ordem acalentada pelo sonho utópico.

Nem por isso a Conjuração Mineira de 1789 deixa de ser um acontecimento da maior importância na história do Brasil. Na verdade, ela marcou uma tomada de consciência em torno da reação que se impunha, naquele momento, ante os abusos cometidos pela Coroa portuguesa e despertou o sentimento de nacionalidade nascente, atuando como uma força sinérgica capaz de forjar nova perspectiva para um povo oprimido. É, por isso, uma das páginas memoráveis da história do Brasil, que deve ser estudada ao influxo das inspirações patrióticas de que se achavam imbuídos os participantes do movimento.

Os abusos contra os quais se insurgiam os inconfidentes não eram os de ordem fiscal, apenas. É errôneo afirmar que o movimento surgiu em face da derrama ou da cobrança de impostos em série, que o governador da capitania, então o Visconde de Barbacena, fora instruído a promover. Havia, de fato, um clima de cerceamento de atividades que sufocava a capitania e impedia o desenvolvimento de qualquer forma de produção.

Proibia-se a instalação de todo tipo de indústria, controlava-se, com rigor, as iniciativas de produção. À margem desse panorama, existiam, porém, ideias novas que despertavam os mineiros para um futuro mais digno.

O ponto de partida do movimento foi, como se sabe, um encontro mantido, no Rio de Janeiro, em meados de 1788, entre o alferes Joaquim

1 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. As ideias da Inconfidência. *In*: _____. *Rosa de Ouro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 203.

José da Silva Xavier, que ficaria celebrizado como o Tiradentes, e o jovem José Álvares Maciel, que, diplomado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra[2], acabara de retornar ao Brasil, depois de visitar a Inglaterra e a França. Cunhado do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, Maciel recebeu Tiradentes, que, provavelmente, o tenha conhecido por intermédio de Freire de Andrade. E com ele entreteve-se em conversa instigante, tendo-lhe emprestado livros que o alferes, embora homem de poucas letras, ambicionava conhecer.

Regressando a Vila Rica, Tiradentes acercou-se de um grupo de homens interessados nas mesmas ideias que começavam a empolgá-lo. Realizaram-se, então, as primeiras reuniões em casa de Freire de Andrade, com a presença do alferes e, ainda, do padre Carlos Corrêa de Toledo e Mello, de Ignácio José de Alvarenga Peixoto, de José Álvares Maciel e do padre José da Silva e Oliveira Rolim[3]. Já aí despontava, aliás, a atuação de Tiradentes, senão como líder, seguramente como o grande incentivador do grupo – o "animoso alferes", de que falaria Cecília Meireles, no *Romanceiro da Inconfidência*.

Foram atraídos para as conversas seguintes dois bacharéis de prestígio na capitania: Thomaz Antônio Gonzaga, magistrado, antigo ouvidor em Vila Rica, já, então, designado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, e Cláudio Manuel da Costa, prestigioso advogado em Vila Rica, que fora secretário do governo da capitania, na gestão de Gomes Freire, o Conde de Bobadela. Eles formaram com Ignácio José de Alvarenga Peixoto, antigo ouvidor da comarca do Rio das Mortes, sediada em São João del-Rei, a tríade dos juristas da Inconfidência. Alvarenga Peixoto, já então dedicado à administração de suas fazendas, ostentava a patente de coronel comandante do Regimento Auxiliar da Campanha do Rio Verde, localidade onde se situava sua principal fazenda. Os três – Gonzaga, Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto – eram

2 Os estudos realizados por Álvares Maciel cobriam um largo campo de conhecimento, abrangendo a aritmética, a geometria, a filosofia racional e moral, a história natural, a física e a química, como informa JOSÉ, Oiliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985, p. 96.

3 JOSÉ, *op. cit.*, p. 56.

poetas e integravam a Arcádia Mineira, agremiação literária fundada na capital da capitania. Outras figuras influentes vieram a ser envolvidas nos conciliábulos: o cônego Luís Vieira da Silva (também um intelectual respeitado), o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, o coronel José Ayres Gomes, o capitão José de Rezende Costa, José de Rezende Costa Filho, o médico Dr. Domingos Vidal Barbosa, além de homens que, sem disporem do mesmo prestígio, passaram a interessar-se pelos planos dos inconfidentes. Esses conversadores tornaram-se protagonistas de um episódio que, no dizer de seu advogado dativo, no processo a que iriam responder, o bravo José de Oliveira Fagundes, "não passava de um criminoso excesso de loquacidade e entretenimento de quiméricas ideias, que se desvaneciam logo que cada um desses réus se separavam"[4]. Foram os inconfidentes ou conjurados mineiros, cujos nomes a história guardaria.

É certo que essas conversas ecoariam e ganhariam ressonância especial com a condenação dos inconfidentes, em sentenças facciosas e cruéis. Se, nos anos seguintes, os áulicos do poder manifestavam apoio à decisão – como fez, lamentavelmente, em discurso na Câmara de Vila Rica, o Dr. Diogo de Vasconcelos, pai do grande Bernardo Pereira de Vasconcelos[5] –, a opinião pública parece haver sido solidária aos condenados. Tanto que o delator, Joaquim Silvério dos Reis, teve de mudar-se de Vila Rica, indo, primeiro para o Rio de Janeiro e, depois, para o Maranhão. Anota, a esse respeito, Afonso Arinos de Melo Franco:

> Os Autos da Devassa da Inconfidência contêm uma petição do traidor ao vice-rei conde de Resende, solicitando permissão para passar ao Rio de Janeiro com a sua família, em vista da "triste situação em que vivia nesta conquista, cercado de inimigos porque foi fiel a Sua Majestade". E é sabido que sempre acossado pela revolta que a sua denúncia em todos despertara,

4 *Defesa dos réus pelo advogado da Misericórdia*, cit. por Afonso Arinos de Melo Franco, *in op. cit.*, p. 220.

5 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 22.

> preferiu transferir-se, com a família, para o longínquo Maranhão, onde, então, mal chegariam os ecos do drama em que representara o pior papel.[6]

Nas reuniões e nos encontros dos inconfidentes, os temas eram, inicialmente, teóricos, versando sobre as doutrinas políticas então em voga e sobre a história recente da independência das colônias britânicas, que vieram a formar os Estados Unidos da América. José Álvares Maciel trouxera da Europa, como já foi dito, subsídios importantes sobre as formas de governo, que estavam na ordem do dia. O estudante de medicina, na França, José Joaquim Maia e Barbalho, tivera, por sua vez, em Paris, no ano de 1787, encontro com o representante diplomático dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, de quem pretendia obter apoio para os planos de rompimento com Portugal, de que se começava a cogitar[7]. Estava-se, portanto, numa fase preliminar da Inconfidência, uma fase de estudos e elucubrações. Mais tarde, sem dúvida, as tratativas avançaram e planos de ação foram feitos, assim como se elaboraria um programa de governo para a hipótese de vitória do movimento, como observa Oiliam José, em seu livro sobre Tiradentes[8]. Projetos de leis estruturais para o novo país teriam sido redigidos por Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, embora os respectivos textos jamais hajam sido encontrados[9]. Estratégias de ação foram traçadas e chegou-se a definir o dia do levante, que haveria de coincidir com a data de início da derrama fiscal que se anunciava, de forma a sensibilizar a comunidade de Vila Rica para a necessidade de uma reação. Entre os inconfidentes, a eclosão do movimento seria anunciada por meio de uma senha, previamente definida: "tal dia é o batizado".

De compra de armas ou de treinamento militar, não se cogitava. Para aquele fim, faltavam, obviamente, recursos. Com relação ao segundo

---

6 *Op. cit.*, p. 208.

7 MAXWELL, Kenneth. Jefferson e o Brasil. *Folha de S. Paulo, São Paulo*, 16 abr. 2015.

8 JOSÉ, *op. cit.*, p. 56 et seq.

9 Afonso Arinos admite como "mais provável" que, "prevenidos como estavam, os dois íntimos amigos tenham destruído, ao primeiro sinal de estar descoberta a conspiração, os seus manuscritos comprometedores" (*op. cit.*, p. 225).

ponto, consideravam-no dispensável, por contarem com o Regimento comandado pelo tenente-coronel Francisco Paula Freire de Andrade e acreditarem em vagas e ingênuas soluções, como, por exemplo, a de que o padre Toledo pudesse armar cem homens "valentes e dispostos" e, com eles, sublevar a vila de São José del-Rei, hoje cidade de Tiradentes[10].

Em suma, o movimento alimentava-se de ilusões e resumia-se a longas conversações. Era, como salienta Afonso Arinos de Melo Franco, uma "revolução de ideias" ou um "movimento de intelectuais"[11].

A referência mais expressiva ao teor intelectual da Inconfidência encontra-se numa peça literária, de autoria, durante muito tempo, controvertida: as famosas Cartas chilenas. Tratava-se de um poema satírico em que o governador da capitania, Luís da Cunha Menezes – que antecedera, no cargo, ao Visconde de Barbacena, no período de 1783 a 1788 –, é fustigado, como o Fanfarrão Minésio, pelo suposto remetente, Critilo, nas epístolas endereçadas ao seu amigo Doroteu. Cunha Menezes ficara conhecido como governante autoritário e inescrupuloso e entrara em atrito com o então ouvidor Thomaz Antônio Gonzaga. Este teria sido, segundo opinião dominante, o autor das cartas, que alguns, no entanto, atribuem a Cláudio Manuel da Costa. Critilo seria, então, Gonzaga, e o destinatário exatamente seu amigo Cláudio, na figura de Doroteu. As cartas na imaginação do autor, teriam sido remetidas de Santiago do Chile para a Espanha onde se encontraria o destinatário, deslocando-se o seu cenário de Vila Rica para a capital do país andino, a fim de lhe dar o caráter de aparente ficção[12].

Afonso Arinos de Melo Franco, ressaltando "a ligação direta das Cartas chilenas com a Inconfidência", observa:

---

10 JOSÉ, *op. cit.*, p. 58.

11 Cf. *op. cit.*, p. 220.

12 No frontispício da obra, lê-se o seguinte: "Cartas Chilenas – Em que se contam os sucessos de todo o governo de Fanfarrão Minésio, general de Chile. Escritas na língua Castelhana pelo Poeta Critilo. Traduzidas em Português, e dedicadas aos Grandes de Portugal por um Anônimo". (Cf. GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.).

> As Cartas Chilenas combatem violentamente os privilégios da aristocracia, principalmente os do governador, fidalgo que, com a sua empáfia, vinha humilhar as figuras mais respeitáveis da terra. Entre os conspiradores, são frequentes as alusões a este estado de coisas. O Tiradentes, sempre mais exaltado, vivia repetindo para quem o quisesse ouvir que os capitães-generais eram fidalgos que chegavam carregados de criados e voltavam, findo o período, carregados de ouro roubado aos povos que tratavam com desprezo.[13]

Joaquim Silvério dos Reis, o delator, tinha especial animosidade com Thomaz Antônio Gonzaga, a quem acusou intensamente em seu depoimento, na Devassa. Aliás, ele é um dos personagens das *Cartas chilenas*, onde aparece como Silverino. Gonzaga, cuja participação na Inconfidência é discutida, tornou-se, assim, alvo de perseguição das autoridades portuguesas, o que explica sua condenação a degredo, pelo prazo de dez anos, em Moçambique.

Sem dúvida, porém, Gonzaga assim como Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto destacaram-se como orientadores do movimento, ao lado de Luís Vieira da Silva e outros, este último um intelectual de grande expressão, conforme já foi salientado. Atuaram, na verdade, com espírito político e deram ao movimento a conotação aqui destacada. Foram os precursores dos políticos mineiros. Muito padeceram. Cláudio Manuel da Costa, o mais velho, solteiro, embora vivesse em união estável (como, hoje, se diria) com uma companheira, que lhe dera duas filhas, morreu enforcado, num cubículo da Casa dos Contos, em Vila Rica, onde se achava preso. A versão oficial foi a de suicídio, mas os indícios apontam no sentido de assassinato. Ele sabia demais e privava da intimidade de pessoas gradas, inclusive o Visconde de Barbacena. Este, no início, teria manifestado simpatia pelo movimento, mas a pressão da Coroa o transformou em verdugo dos inconfidentes. Houve quem o acusasse de comprometimento com a morte de Cláudio. Gonzaga, o poeta lírico de Marília de Dirceu, foi condenado a degredo na África, como já se disse,

13 Cf.*op. cit.*, p. 231.

e, lá, acabou casando-se com a filha de um português que o acolhera em sua casa e dele cuidou quando doente. Juliana de Sousa Mascarenhas era o nome de sua esposa. Teve filhos com ela, e eles criaram o ramo africano de sua família. A desventurosa Marília (cujo nome real era Maria Dorothea Seixas Brandão) morreu solteira e só muitos anos depois as cinzas de ambos, postas lado a lado no Mausoléu da Inconfidência, promoveriam um reencontro simbólico dos jovens noivos de outrora. Alvarenga Peixoto, indo também em degredo perpétuo para a África, deixou no Brasil a mulher, Bárbara Eliodora, e os filhos. Ele faleceu, pouco depois de chegar ao destino, a 27 de agosto de 1792, já em estado de alienação mental, causado pelo longo tempo de prisão e pela profunda depressão que o dominara. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira (de seu nome de solteira) pertencia a uma família de posses (o pai era advogado e fazendeiro, a mãe originava-se de tradicional família paulista), era também intelectual, a primeira poetisa brasileira de que se tem notícia. Criou os filhos e, em 1816, entrou para o Convento da Ordem Terceira do Carmo, de São João del-Rei, com dispensa do noviciando, recebendo o hábito de irmã. Morreu tuberculosa, em 24 de maio de 1819, aos 60 anos, em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais[14]. Os restos mortais de ambos repousam, como os de Gonzaga e Maria Dorothea, no Mausoléu dos Inconfidentes, em Ouro Preto.

2. O IDEÁRIO DOS INCONFIDENTES

Como já foi dito, os inconfidentes, ao cabo de sucessivas reuniões, traçaram planos e formularam um programa básico de governo.

Ficou definido que a capital do país independente seria São João del-Rei. Em Vila Rica, instalar-se-ia uma universidade, com faculdade de Direito e outros cursos de nível superior. Também da fundação de

14 MEDEIROS, Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de. *Um poema para Bárbara:* a história de amor que ajudou a escrever a história do Brasil. São Paulo: Gutenberg, 2015. Epílogo, p. 421.

uma siderúrgica se cogitava, para o aproveitamento do minério de ferro em que era rica a capitania de Minas Gerais. Para tanto, contava-se com os estudos de José Álvares Maciel, que seria o encarregado de dirigir a implantação da indústria de siderurgia. Aliás, em Angola, para onde seguiu, como degredado, Álvares Maciel trabalhou na instalação de fornos para fundição de ferro.

Tudo isso considerado e tendo em vista o papel de Tiradentes e Álvares Maciel na elaboração desses planos, comenta Oiliam José:

> Tiradentes e Maciel exprimiam, com isso, realismo que, por si só, basta para negar procedência ao julgamento dos que insistem em ver na Conjuração de Minas apenas sonho de idealistas ou devaneio de poetas[15].

O objetivo fundamental da Conjuração era, como tantas vezes ressaltado, a independência da colônia. Não se pode precisar, contudo, a extensão que se pretendia atribuir a esse plano, nem se as circunstâncias da época poderiam permitir aos inconfidentes prévia definição a esse respeito.

Afonso Arinos de Melo Franco faz, sobre esse ponto, a seguinte observação:

> Mas se a ideia da independência ressalta, assim, nitidamente, da Devassa, o mesmo não se pode dizer em relação à sua extensão. Isto é, não se pode obter a segurança da orientação dos inconfidentes sobre o caráter regional ou nacional da independência que eles procuravam; se a desejavam somente para a Capitania das Minas ou se pretendiam estendê-la a toda a América portuguesa[16].

Havia a intenção de unir Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, como salienta Oiliam José[17], mas não se tem noção das perspectivas acaso

15 JOSÉ BONIFÁCIO, *op. cit.*, p. 97.
16 Cf. *op. cit.,* p. 253.
17 JOSÉ, *op. cit.*, p. 59-60.

existentes para a concretização desse objetivo. O mais provável é que os inconfidentes, tornando Minas Gerais independente, previssem que aquelas capitanias, em seguida, também se levantariam contra o jugo da Coroa portuguesa.

O que se tem como certo, conforme adiante será aprofundado, é o caráter republicano do movimento. Pretendia-se instaurar uma República nas terras de Minas Gerais, estendendo-a, depois, a outras capitanias, na medida em que o movimento, sendo vitorioso, pudesse atrair revolucionários de outras partes do Brasil.

3. OS LÍDERES DO MOVIMENTO E OUTROS PARTICIPANTES

Entre os condenados no processo dos inconfidentes, nem todos tiveram o mesmo grau de comprometimento com a Conjuração. Havia aqueles que, efetivamente, conspiraram, tomando participação ativa nas reuniões já referidas, sugerindo planos, atraindo novos adeptos, arregimentando homens para a luta, engajando-se no movimento e sujeitando-se, conscientemente, aos riscos que dele decorreriam. À frente desses, estava, sem dúvida, Tiradentes. Octávio Tarquínio de Sousa põe ênfase nesta afirmativa, que resume o consenso geral: "só um possuía vocação de mártir, têmpera de herói: Tiradentes"[18].

O alferes Joaquim José da Silva Xavier foi não só o mais decidido e o mais corajoso dos inconfidentes como também o mais leal. Nos interrogatórios a que foi submetido, no curso da Devassa, assumiu seu papel no movimento, sem inculpar ninguém. Alguns dos seus companheiros mostraram-se tíbios a esse respeito e não faltaram os que se empenhassem em jogar toda a responsabilidade sobre os ombros de Tiradentes. O herói terá falhado, apenas, sob um aspecto: foi por muito falar, e não guardar reserva de alguns fatos ou não ter a cautela de evitar

18 SOUSA, *op. cit.*, p. 22.

certos comentários em determinadas rodas, que acabou comprometendo o movimento.

Ao lado de Tiradentes, com espírito realmente revolucionário, colocaram-se aqueles que participaram das primeiras reuniões em casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Entre os intelectuais do grupo, o que mais se destacou pela sua atuação no movimento foi o cônego Luís Vieira da Silva. "Merecidamente – diz Oiliam José –, coloca-se [ele] entre as maiores figuras da Conjuração. Maior do que ele, só Tiradentes"[19]. Nos seus sermões, não escondia o inconformismo com a situação da capitania. Ele foi uma espécie de Vieira redivivo.

Thomaz Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa tiveram participação menor no movimento. Alvarenga Peixoto, ao contrário, envolveu-se mais do que aqueles nas articulações, tendo sido considerado, à vista das conclusões da Devassa, um dos principais responsáveis pela rebelião que se tramava. Dele diria o crítico literário Antônio Cândido que fora, "dentre os poetas mineiros, o mais resolutamente envolvido na Inconfidência"[20]. Com relação a Gonzaga, muitos historiadores negam-lhe efetiva participação na Inconfidência, entre os quais Almir de Oliveira. Em monografia dedicada ao assunto, o escritor juiz-forano demonstra, à luz dos Autos da Devassa e com base nos estudos de vários historiadores, que Gonzaga não participou do movimento[21]. O autor chama a atenção para "a fragilidade dos fundamentos da culpabilidade de Gonzaga, aceitos pela Alçada"[22]. E conclui, asseverando: "não temo afirmar, certo de não laborar em equívoco, que Tomás Antônio Gonzaga não foi efetivamente um conjurado"[23].

Laura de Mello e Souza situa a participação dos intelectuais da Conjuração Mineira nos seguintes termos:

---

19 JOSÉ, *op. cit.*, p. 108.

20 VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial:* 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

21 OLIVEIRA, Almir de. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

22 *Ibid.*, p. 121.

23 *Ibid.*, p. 149.

> Enquanto os encontros se limitaram à discussão de teorias sobre o governo mais justo – se o dos monarcas absolutos, o dos constitucionais ou, quem sabe, o da República – ou sobre o destino das colônias, que, a exemplo das norte-americanas, poderiam um dia se tornar independentes, os letrados mantiveram aceso o interesse. Eram homens de ideias, de academias, afeitos a perseguir a palavra que melhor expressasse o que lhes ia pela cabeça. Já matar governadores, pôr tropas na estrada, terçar armas e derramar sangue, não eram coisas com as quais tivessem familiaridade[24].

Havia, pois, entre os chamados "inconfidentes," os que assumiram posição de vanguarda, com ânimo revolucionário, e aqueles que, tendo concorrido para a causa, não tiveram, porém, o mesmo protagonismo.

4. A LEGENDA DOS INCONFIDENTES E SUA IMPORTÂNCIA NA CULTURA POLÍTICA DE MINAS GERAIS

É inegável que os inconfidentes deixaram uma legenda que, ainda hoje, ilumina a cultura política de Minas Gerais. Heróis, ou não – e o termo só pode ser empregado, a rigor, em relação a Tiradentes –, tornaram-se referências morais para os políticos mineiros. Há, no Estado, o sentimento de que os mineiros de boa vontade precisam ser fiéis à legenda dos inconfidentes.

A constante liberal de Minas, a que se fará alusão, a seguir, nasce com a Inconfidência. Foram os seus protagonistas que, arriscando-se pelo ideal da libertação, cunharam com sangue e lágrimas o lema que a bandeira de Minas Gerais incorpora: Libertas quae sera tamen ("Liberdade ainda que tardia").

---

24 SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa.* São Paulo*:* Companhia das Letras, 2011. (Coleção Perfis Brasileiros), p. 175.

A divisa do Estado – extraída de uns versos de Virgílio, por sugestão de Alvarenga Peixoto[25] – traduz, assim, o episódio marcante de sua história. É com justo orgulho que os mineiros a invocam.

Decorridos dois séculos e um quarto do movimento de 1789, o ideal dos inconfidentes permanece vivo. E o seu significado se renova, na medida em que impõe aos mineiros compromissos com os valores republicanos, que estavam na base dos sonhos acalentados pelos inconfidentes.

Como se ressaltou, a Inconfidência fez surgir, na velha capitania, o ideal republicano. Não aspirava, tão somente, à autonomia política, mas pretendia adotar como forma de governo a República.

Os princípios republicanos sempre foram caros aos mineiros. Foi significativa, como se verá, no capítulo próprio, a participação de Minas no movimento republicano. O trato da coisa pública atraiu, desde a proclamação da República, mineiros ilustres, que foram exemplos de líderes e estadistas. E isso implicou longo aprendizado na arte de fazer política. A fonte de inspiração para tanto foi a Inconfidência Mineira. A arte da política para os mineiros não é, pois, mero diletantismo nem simples jogo de interesses. Ela tem a inspirá-la a legenda dos inconfidentes, de que os homens públicos de Minas devem procurar ser dignos.

25 Alvarenga Peixoto concebera as armas e a bandeira do novo Estado, nesta aparecendo um índio, rompendo as amarras, ao fundo da legenda mencionada (VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*: 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000).

III
MINAS NA POLÍTICA DO IMPÉRIO

1. Minas entre o espírito liberal e o senso grave da ordem 2. A Revolução Liberal de 1842 3. Liberais e conservadores, em Minas 4. Estadistas mineiros do Império 5. O desenvolvimento econômico da Província 6. O legado do regime imperial

1. MINAS ENTRE O ESPÍRITO LIBERAL E O SENSO GRAVE DA ORDEM

A vida política de Minas Gerais sempre se pautou por dois valores aparentemente conflitantes, que os seus grandes líderes souberam conciliar: liberdade e ordem. Ao longo da história, a prevalência de um ou de outro desses valores, em determinados momentos, resultou do senso comum dos mineiros, que se mostrou invariavelmente capaz de indicar o caminho a seguir, como uma bússola que os seus timoneiros tivessem em mãos. Essa capacidade de orientação tornou-se apanágio de alguns homens públicos, que, por isso, se erigiram em figuras oraculares da velha província, desde o Império. A dois deles, de gerações republicanas distintas, coube cunhar frases emblemáticas, que resumem o comportamento dos mineiros. Milton Campos, em artigo estampado na edição de *O Jornal* dedicada ao Estado, no ano de 1927, cuidou de acentuar a constante liberal de Minas Gerais[1]. João Pinheiro, no manifesto *Ao povo*

1 "A constante liberal de Minas Gerais". *In*: CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 5-11.

mineiro, de 1906, lançando seu programa como candidato ao governo do Estado, salientou:

> Nas contendas dos partidos, na própria violência das paixões, distingue-se sempre, dominando-as em linha alta, o senso grave da ordem, que é o sinal mesmo do gênio mineiro[2].

Manifestações desse comportamento dos mineiros encontram-se, na história política do País, desde os albores da nacionalidade, antes mesmo da nossa independência política.

A primeira viagem de dom Pedro I a Minas, nos meses de março e abril de 1822, pôs em evidência o que se vem de dizer. Havia, na época, sinais inquietantes de desconfiança dos mineiros com a conduta do príncipe regente, em face da corte de dom João VI e das aspirações de independência do Brasil. Percebendo isso e visando a dirimir dúvidas, de forma a consolidar sua autoridade, num momento grave da nossa história, dom Pedro decidiu deixar o Rio de Janeiro, pela primeira vez, e vir a Minas, conversar com os membros da Junta Governativa da capitania, entrar em contato com o povo, esclarecer os mineiros das suas intenções e, assim, granjear-lhes o apoio, naquela hora decisiva. Fê-lo, quase de improviso, acompanhado de quatro assessores de primeiro nível e alguns poucos auxiliares subalternos (que, com o imperador, compunham uma comitiva de dez pessoas), em viagem a cavalo, que se estendeu de 25 de março a 21 de abril e que o levou até Vila Rica, passando por Barbacena, São João del-Rei, São José e Queluz. Os membros do primeiro escalão da comitiva imperial eram todos mineiros: Estêvão Ribeiro de Resende, futuro Marquês de Valença; Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, futuro Visconde de Caeté; padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Vigário de Pitangui; e José de Resende Costa, antigo inconfidente, perdoado e redimido pela corte – todos esses futuros deputados à Assembleia Constituinte de 1823[3].

---

2 Ao povo mineiro, documento datado de Caeté, 7 de fevereiro de 1906. *In*: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Ideias políticas de João Pinheiro.* Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa: MEC, 1980, p. 177-197.

3 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, v. 1, p. 315. Embora o autor citado não esclareça, José de Resende

As suspeitas de desafio à autoridade do príncipe regente e de eventual espírito separatista dos mineiros foram dissipadas. O objetivo da viagem foi plenamente alcançado, como registra o secretário de Estado *ad hoc* Estêvão Ribeiro de Resende:

> [...] por todas as estradas por onde passou apareceram os maiores desejos de união; as diferentes Câmaras e Povos (ainda por onde S. A. R. não passou) representaram a firme adesão e resolução de o reconhecerem como Príncipe Regente Constitucional do Reino do Brasil, por ser essa a única medida capaz de o salvar dos males que o ameaçam[4].

O sentimento de coesão nacional dos mineiros aliado ao senso grave da ordem, que os caracterizava, impôs-se naquele momento difícil, desmentindo a maledicência de José Bonifácio, que, na sua idiossincrasia em relação aos habitantes da capitania de Minas, chegara a advertir o

Costa era o inconfidente mineiro que, depois de, juntamente com o pai, cumprir pena de degredo em Cabo Verde, foi libertado e reabilitado pelas autoridades portuguesas, tornando-se, de volta ao Brasil, figura importante da corte e deputado à Assembleia Geral. O padre Belchior Pinheiro de Oliveira era um dos deputados que representavam o Brasil junto às cortes de Lisboa e que integrou, depois, a Assembleia Constituinte de 1823. Amigo e confessor de dom Pedro I, acompanharia o imperador, em setembro, na viagem histórica a São Paulo e estava ao seu lado, às margens do Ipiranga, quando se deu a proclamação da Independência. Teria sido decisiva sua palavra a dom Pedro, ponderando que, diante das cartas recebidas da corte, "não há outro caminho senão a Independência e a separação"(SOUSA, *op. cit.*, v. 2, p. 30). Mineiro, Vigário de Pitangui frequentava, na região, o solar da legendária matriarca Joaquina de Pompéu, de que se falará mais adiante. Dona Joaquina estava, aliás, entre as pessoas gradas que receberam dom Pedro, em Vila Rica, na visita aqui referida (Cf. VASCONCELOS, Agripa de. *Sinhá Braba:* D. Joaquina do Pompeu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 281-282). Sobre o futuro Visconde de Caeté, que teve papel destacado no movimento pela permanência de dom Pedro I no Brasil, contra as insistentes convocações da corte portuguesa para que regressasse a Portugal, Octávio Tarquínio de Sousa não lhe menciona o nome completo nem lhe atribui a condição de bacharel, formado em Coimbra – o que se pode encontrar, no entanto, na *op. cit.* de VASCONCELOS, p. 284.

4 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. tomo I, p. 317.

príncipe regente para que, neles, não se fiasse, por não passarem, no Brasil, dos "mais finos trapaceiros do Universo"[5].

Bem diversa foi a reação dos mineiros à segunda visita de dom Pedro, já então imperador, realizada em março de 1831, no contexto que precedeu à abdicação. Em vilegiatura de lazer, à região, em companhia de dona Amélia, o imperador foi recebido friamente na capital da província. Vivia-se, ainda, o clima de revolta contra o assassinato do jornalista e intelectual italiano Líbero Badaró, que, radicado em São Paulo, havia quatro anos, ali se tornara elemento agregador dos que se batiam pelos ideais de liberdade (especialmente os estudantes de Direito), pagando, por isso, com a própria vida, uma vez que foi morto, em novembro de 1830, numa cilada urdida por quatro homens, em circunstâncias que comprometiam autoridades brasileiras, ao menos por omissão. Isabel Lustosa descreve a reação dos mineiros e relata a conjuntura que se atravessava, então:

> Quando dom Pedro chegou a Minas com dona Amélia, celebravam-se em muitas igrejas exéquias fúnebres em honra de Líbero Badaró. Nas cidades e vilas, onde todos os joelhos se haviam curvado, e onde seu nome, poucos anos antes, só era pronunciado com reverência, a recepção que dom Pedro teve nessa última viagem foi diametralmente oposta à que tivera em 1822. Para agravar ainda mais esse clima, ele fez em Ouro Preto um discurso infeliz, misto de dureza e brandura, cujo efeito foi o frio acolhimento da plateia. Só um dia ele se demorou nessa viajem desalentadora. No curso dessa viagem já falava em abdicar[6].

Manifestava-se, aí, o sentimento liberal dos mineiros, em consonância, aliás, com o que se passava no Rio de Janeiro, onde, quando da volta do imperador, graves conflitos entre portugueses e brasileiros se

5 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. v. 1, p. 318.

6 LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros), p. 295-296.

verificaram, culminando na chamada "Noite das Garrafadas" e tendo desdobramento, ainda, nas reações populares que acabaram por revelar um clima inteiramente hostil à permanência de dom Pedro I à frente da Nação.

O líder político que galvanizava a opinião pública brasileira contra os portugueses que pretendiam dominar o imperador e levá-lo a uma possível restauração do Reino Unido era um deputado mineiro: Evaristo da Veiga, jovem e vibrante jornalista da *Aurora Fluminense*, que, embora nascido no Rio de Janeiro e ali residindo, se tornara deputado pela província de Minas Gerais. Evaristo se integrava numa bancada de alta representatividade, em que figuravam nomes como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná), Antonio Paulino Limpo de Abreu (futuro Visconde de Abaeté, português de nascimento, que fez carreira política em Minas) e os padres José Custódio Dias e José Bento Leite Ferreira de Melo. Foram estes, ao lado de Estêvão Ribeiro de Resende, já referido, os primeiros líderes políticos mineiros que se projetaram nos conselhos do Império.

No período das regências, logo surgiria outro episódio a pôr à prova o senso grave da ordem dos mineiros, no que dizia respeito à preservação do texto constitucional. Foi a tentativa de substituir a Constituição de 1824 por ato da Câmara dos Deputados, que se pretendia transformar em Assembleia Geral, com poderes constituintes. Curiosamente, a iniciativa desse projeto partiu de dois deputados mineiros, os padres José Custódio Dias e José Bento Leite Ferreira de Melo, aliados ao então ministro da Justiça, o padre Feijó, no movimento que ficou conhecido como a "revolução dos três padres". Reunidos na Chácara da Floresta, localizada no Rio de Janeiro, que era de propriedade do primeiro, com um grupo significativo de deputados, tramaram os padres José Custódio e José Bento a aprovação de uma nova Constituição, cujo projeto fora elaborado, em grande parte, por este último e impresso numa gráfica da cidade mineira de Pouso Alegre. O projeto de Constituição ficou, por isso, conhecido como a Constituição de Pouso Alegre. Era, aliás, um projeto bastante liberal, que fortalecia as províncias, atribuindo considerável autonomia às assembleias provinciais, que seriam, então, criadas. Mas o movimento que se pretendia institucionalizar por meio desse projeto obedecia a

objetivos menores, isto é, decorria, na verdade, de desavenças do ministério, em especial do padre Feijó, com o patriarca José Bonifácio, tutor de dom Pedro II, a quem se acusava de favorecer a temida restauração de dom Pedro I, fomentada, na época, pelos chamados "caramurus"[7]. A Câmara, depois de um dia e meio de tensas discussões, entre 30 e 31 de julho de 1832, acabou rejeitando o golpe intentado. Prevaleceu a palavra serena e sábia de Honório Hermeto Carneiro Leão, que se fez intérprete, na ocasião, do senso grave da ordem, apanágio dos mineiros[8].

Mas a posição equilibrada do Marquês do Paraná não conseguiu impedir que se consumasse outro movimento encetado à margem da Constituição: o golpe da maioridade. Aí, existia, sem dúvida, uma inspiração liberal, na mesma linha da que determinara, anos antes, a abdicação de dom Pedro I, respaldada, ademais, em fortes manifestações da opinião pública. José Murilo de Carvalho descreve assim os acontecimentos de 1840:

> No dia 23 de julho, a Assembleia Geral reunida num Senado cercado por 8 mil pessoas decretou formalmente a maioridade. O ato reeditava e completava o Sete de Abril. A praça era a mesma, o conteúdo era o mesmo, qual seja, a troca de governante feita sob pressão popular, o aclamado era o mesmo. D. Pedro II era plebiscitado uma segunda vez pela elite, pela tropa e pela rua. A diferença em relação a 1831 era que no primeiro caso o motivo principal era derrubar um rei, no segundo, entronizar outro[9].

Tratava-se, de qualquer maneira, de um golpe, uma vez que a resolução da Assembleia Geral contrariava disposição expressa da Consti-

---

7 Assim se designavam os partidários do retorno de dom Pedro I, que haviam fundado um jornal denominado *O Caramuru*, para veiculação de seus propósitos (Cf. VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial:* 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, verbete *Caramurus*).

8 Sobre o tema, ver SOUSA, Octávio Tarquínio de Sousa. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil), p. 82-106.

9 CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Coleção Perfis Brasileiros), p. 40.

tuição, cujo art. 121 dizia que o imperador somente seria considerado maior aos dezoito anos. Honório Hermeto tentara, em vão, condicionar a decisão a um procedimento eleitoral que investisse os deputados da legislatura seguinte de poderes "para reformar o art. 121 da Constituição, a fim de que S. M. o Imperador atual, o senhor dom Pedro II, possa ser declarado maior de 18 anos"[10]. Embora a redação do projeto se afigure um tanto canhestra (porque não faria sentido preceituar que o imperador seria declarado maior de 18 anos, senão que a maioridade seria antecipada), a fórmula daria legitimidade à modificação que se pretendia. Mas a pressão das circunstâncias, como salientou Teófilo Ottoni, fez com que cedessem as preocupações de ordem constitucional, e a maioridade foi, assim, decretada. O episódio colocou em posições antagônicas os maiores líderes mineiros. Teófilo Ottoni, como se disse, foi favorável à medida, mas a ela se opuseram Honório Hermeto e Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, aliás, não compareceram à sessão em que a matéria foi votada[11]. Venceu o espírito liberal, menos pela força do princípio do que pelo pragmatismo da providência.

Outro fato histórico de grande significado para o liberalismo mineiro foi a Revolução de 1842, em que despontou a figura de Teófilo Ottoni, consagrado, a partir de então, como um dos grandes homens públicos de Minas Gerais.

2. A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

O movimento revolucionário que eclodiu, quase simultaneamente, nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, no ano de 1842, foi motivado pelo advento de duas leis que alteravam diplomas legais tidos como progressistas pelos liberais, em termos de ordenamento jurídico, mas que os conservadores, então no poder, consideravam incompatíveis com

10 SOUSA, Octávio Tarquínio de Sousa. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1988, p. 124.

11 *Ibid*., p. 126, 129 e 141.

a realidade nacional. A primeira era a Lei nº 234, de 23 de novembro de 1841, que restaurava o Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional de 1834, órgão de assessoria do Poder Moderador, que possuía também funções de tribunal administrativo. Composto de 12 membros, com investidura vitalícia e verificando-se sua composição originária num período de domínio dos conservadores, o receio dos liberais era o de que o órgão viesse a atuar como uma *longa manus* do partido adversário. A segunda lei referida era a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que, reformando o Código de Processo Criminal de 1832, redefiniu o papel dos juízes de paz, transferindo para os delegados de polícia a atribuição de promover inquéritos criminais e para os juízes municipais toda a competência jurisdicional que, originariamente, era conferida aos juízes de paz. A mencionada lei dispunha sobre o provimento dos cargos de juiz municipal, juiz de Direito e promotor de Justiça, os primeiros, necessariamente, e o último, preferentemente, por "bacharéis formados". Não faltavam razões aos conservadores para promover essa reforma, que, em alguns pontos, sem dúvida, representou um avanço. É o que bem observa Afonso Arinos de Melo Franco[12].

Entretanto, se a lei em questão teve como ponto positivo a estruturação que deu aos mencionados cargos do Judiciário e do Ministério Público, no que diz respeito aos organismos policiais (chefia de polícia, delegados e subdelegados de polícia) pecou por exacerbar-lhes a competência. Estes passaram a ter poderes para expedir mandados, dar andamento a processos de formação de culpa, pronunciar réus, controlar e fiscalizar as câmaras municipais e promover representações com vistas à conversão de medidas de interesse local em posturas, com força de lei. Além de reforçar os poderes das autoridades policiais (que, em alguns casos, confundiam-se com as dos juízes e promotores), a Lei nº 261, de 1841, restringia a liberdade de ir e vir, ao dispor, no art. 12: "Ninguém pode viajar por mar ou por terra, dentro do Império, sem passaporte, nos casos e pela maneira que for determinado nos Regulamentos do Governo".

12 FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967, v. 4, p. 195-197.

Hermes Lima, em estudo sobre a política no Império, afirmou, acerca da citada lei de reforma do Código de Processo Criminal: "A famigerada lei concedia autoridade judiciária à polícia. Era o AI-5 do Império. Durou trinta anos, mas a evolução política pela voz do Parlamento a superou"[13].

Em verdade, a par dessas reformas do ordenamento jurídico, a gota d'água que fez com que as paixões se derramassem pelas províncias de Minas e de São Paulo, avolumando a torrente revolucionária, foi a dissolução da Câmara que se empossaria em maio de 1842, decretada a pretexto de vícios ocorridos no processo eleitoral de sua composição e que resultou, no fundo, de um rasgo autoritário do ministério conservador[14].

A revolução foi deflagrada em São Paulo pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ex-presidente da província que fora destituído do cargo pelo governo central, de forma autocrática e contava, naquela província, com o expressivo apoio do ex-regente, padre Feijó. Em Minas, o movimento teve como líderes principais Teófilo Ottoni e José Feliciano Pinto Coelho, aquele deputado-geral, este comandante em chefe dos revolucionários e que chegou a ser proclamado presidente interino da Província. Em São Paulo, o *front* localizou-se em Sorocaba; em Minas, a luta processou-se em diversas cidades, culminando com a Batalha de Santa Luzia, a 20 de agosto, quando os revoltosos foram derrotados pelas tropas do então Barão de Caxias. Fracassou, assim, o movimento, sem que os rebeldes consumassem o plano de tomar Ouro Preto. A hesitação revelada, a esse respeito, por José Feliciano teria sido a causa principal do revés. Dominando boa parte da Província e chegando a Queluz em condições de atacar a capital, o comandante dos revolucionários não teria sabido aproveitar a ocasião e avançar sobre Ouro Preto, preferindo retroceder a São João del-Rei, com o que deu tempo às forças legalistas de recompor-se e deixou no ar a impressão de que lhe faltavam forças para prosseguir – o que foi fator de desânimo para

13 LIMA, Hermes. Notas à política do Segundo Reinado. *In*: BONAVIDES, Paulo et alii. *As tendências atuais do direito público:* estudos em homenagem ao Prof. Afonso Arinos. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 111-118, especialmente p. 118, com relação ao trecho transcrito.

14 Cf. Afonso Arinos de Melo Franco, ob. e vol. cits., p. 199, n. 476.

muitos dos seus comandados. O cônego José Antônio Marinho, *doublé* de combatente e historiador do movimento, diz, no seu livro repassado de paixão pela causa:

> A retirada do Presidente interino de Queluz para São João del-Rei foi um golpe fatal descarregado sobre o movimento." (...) De todos os erros que para o diante se cometeram, nenhum fora tão fatal ao movimento[15].

Em Santa Luzia, Teófilo Ottoni foi preso por uma figura que ligou seu nome a Juiz de Fora, como um dos seus fundadores e principal responsável pela sua urbanização, o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, já então naturalizado brasileiro. Halfeld, que combatera na guerra contra Napoleão, trazendo, assim, da Europa experiência de soldado, formava dupla com Honório de Azeredo Coutinho, quando efetuou a prisão do líder dos revoltosos. Ele teria agido, na ocasião, com dignidade, alvitrando a hipótese de que os prisioneiros seguissem nas suas montarias, para Ouro Preto e Mariana, onde seriam julgados. Mas, o seu alvitre não foi atendido e o que aconteceu foi que todos fizeram o percurso a pé, em longa caminhada, parte da qual, aliás, acorrentados.

O julgamento de Teófilo Ottoni, em Mariana, foi uma página memorável do acontecimento histórico. Quando o réu ingressou no recinto do tribunal, onde faria a própria defesa, os jurados se levantaram. E, ao final, absolveram-no, por unanimidade, tendo o juiz-presidente do júri entregado a Ottoni a pena com que lavrara a sentença. Esta foi, em grau de recurso, confirmada pelo Tribunal da Relação. A 14 de março de 1844, seria concedida anistia geral aos revoltosos.

À margem dos combates travados nesse movimento revolucionário, sucederam episódios que mostram os abusos cometidos pelos legalistas, após a vitória, em Santa Luzia, e as maquinações que promoveram com o escopo de assegurar a punição dos vencidos. Dos primeiros, o cônego

15 MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos) (do original intitulado *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*), p. 124.

Marinho dá alguns exemplos, em seu livro, relatando extorsões praticadas, a pretexto de livrar determinados cidadãos de processos criminais, como foi o caso daquela de que foi vítima um grande líder liberal de São João Nepomuceno, o coronel José Dutra Nicácio, que se viu na contingência de pagar certa importância para preservar a liberdade, cedendo ao assédio sofrido com esse objetivo, na vila de São Manoel do Pomba, onde, então, se encontrava[16]. Quanto às maquinações tramadas, em detrimento dos revoltosos presos, a mais odiosa foi a que consistiu na tentativa de fazer com que alguns réus, pronunciados em processos em trâmite na comarca de Paraibuna, sediada em Barbacena, fossem julgados pelo júri no termo judiciário de São João Nepomuceno, onde se contava com a influência do líder conservador Custódio Ferreira Leite, o Barão de Aiuruoca, no sentido de que fossem condenados. Ocorreu, porém, que esse prestigioso líder se recusou a participar da manobra e o projeto dos que pretendiam valer-se do movimento para perseguir os adversários teve de ser abandonado[17].

A Revolução de 1842 projetou Teófilo Ottoni no cenário nacional. Contando, então, 35 anos, o grande mineiro comportou-se com invulgar bravura e destemor, em todos os lances da refrega. Mas também com inegável espírito aventureiro e certo grau de temeridade. Quando ele deixou o Rio de Janeiro, a cavalo, rumo ao palco das operações de guerra, cruzando os limites com a província de Minas e passando pelo então arraial do Paraibuna (hoje Juiz de Fora), para alcançar Queluz, o bravo mineiro já sabia da derrota dos revolucionários em São Paulo. No entanto, ocultou esse fato dos companheiros, para não desanimá-los da luta.[18]

---

16 MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 317.

17 *Ibid*., p. 290-291.

18 Completa descrição do movimento e do seu desfecho encontra-se em CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni, ministro do povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: MEC, 1978, p. 91-129. Sobre o desenrolar do movimento em São Paulo, é interessante a leitura do ensaio de Paulo Setúbal, Na Revolução de 1842, *In*: SETÚBAL, Paulo. *Nos bastidores da história:* contos históricos. São Paulo: Saraiva, 1955, p. 9-24. O líder do movimento em São Paulo, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar casa-se, ao final da luta, com Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de Santos. O casamento

3. LIBERAIS E CONSERVADORES, EM MINAS

Os partidos políticos no Império não chegaram a ter estrutura legal que os dotasse de personalidade jurídica e lhes atribuísse forma adequada de constituição e funcionamento. Eram, na verdade, correntes políticas que agrupavam os seguidores de determinadas tendências e favoreciam a formação de blocos parlamentares. Foi com esse sentido que atuaram o Partido Liberal e o Partido Conservador, surgidos a partir do Ato Adicional de 1834 e, mais tarde, em certo período, o Partido Progressista. Os liberais ficaram conhecidos, depois da derrota em Santa Luzia, por "luzias", e os conservadores eram chamados de "saquaremas", em alusão à fazenda do Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), na cidade do mesmo nome da província do Rio de Janeiro, sendo aquele um dos líderes preeminentes do partido, ao lado do Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Sousa) e do senador Eusébio de Queirós, com os quais formava a célebre *trindade saquarema*. Na maneira como atuavam, sobretudo quando à frente do governo, pouco se diferençavam. Daí a frase de Holanda Cavalcanti, político daquele tempo, que ficou famosa: "nada mais igual a um saquarema do que um luzia no poder".

Se, assim, era pouco nítida a distinção entre os dois partidos, do ponto de vista do ideário que professavam e dos princípios por que se pautavam, mais difícil era a definição de suas áreas de influência nas províncias. Em Minas, porém, segundo observa João Camilo de Oliveira Torres, por ser "a província mais populosa do Império e a de maior concentração urbana, ocorriam condições para vida partidária regular e eleições efetivamente representativas"[19]. Ademais, próceres

tem entre os seus convidados o padre Feijó, que, dias após a cerimônia, é preso por Caxias. O diálogo que se trava, então, entre os dois é extraordinário. Caxias ressalva que "só o dever de soldado" o levava a tal. Feijó relembra a ironia do destino de vir a ser preso pelo filho do general Lima e Silva que, quando regente, nomeara major. E entrega-se à prisão.

19 TORRES, João Camilo de Oliveira. Momentos capitais do processo histórico. *In*: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais:* terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 20, item 7º.

locais, com forte influência em determinadas regiões, concorriam para marcar a presença de ambos os partidos no interior da Província. Eram os barões do Império, cujo prestígio provinha, em geral, de suas ricas fazendas de café ou, nos raros casos de alguns pioneiros, das atividades empresariais a que se dedicavam[20].

Assevera Victor Nunes Leal que "a figura dominante no cenário provincial" era a do seu presidente, "delegado do Imperador, cuja função política mais importante era garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo"[21].

Isso não impedia, contudo, que, em Minas, "mesmo havendo governos conservadores em São Cristóvão", os luzias ganhassem "não somente nas eleições para deputados, como também nas de senadores, tendo sido, por vezes, apresentadas ao Poder Moderador listas tríplices unanimemente liberais"[22]. Havia, em geral, equilíbrio de forças entre liberais e conservadores, na Província.

No cenário nacional, os políticos mineiros que mais se destacaram nas hostes dos luzias foram Teófilo Ottoni, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)[23], Martinho Álvares da Silva Campos, Lafayette Ro-

---

20 Cite-se, como exemplo, o Barão de São João Nepomuceno, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, sócio principal da Estrada de Ferro União Mineira, depois incorporada à Leopoldina Railway. Natural de Simão Pereira, ele recebeu o título de barão após acompanhar o imperador Pedro II em viagem a São João Nepomuceno, na inauguração do ramal daquela ferrovia, em 1881. Foi também cafeicultor e magistrado, havendo servido como juiz no Termo Judiciário de Juiz de Fora, pertencente, então, à comarca de Paraibuna, com sede em Barbacena. Exerceu o cargo de presidente da Província, de 26 de setembro de 1864 a 18 de dezembro de 1865. Liberal, participou da Revolução de 1842.

21 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 78.

22 Cf. João Camilo de Oliveira Torres, ob. e p. cits . Recorde-se que, de acordo com a Constituição de 1824, os senadores eleitos formavam listas tríplices encaminhadas ao imperador, a quem cabia escolher o nome que deveria ser empossado no cargo vitalício.

23 Limpo de Abreu, nascido em Portugal e formado em Coimbra, depois de fazer carreira na magistratura, ocupou os mais altos postos na vida política, tendo sido deputado, senador, membro do Conselho de Estado, ministro de várias pastas e

drigues Pereira e Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. O primeiro, a que já se fez referência, não chegou ao ministério, mas o povo o consagrou como seu ministro *in pectore*, o que lhe valeu a antonomásia de Ministro do Povo. Os demais, como se verá a seguir, tornaram-se presidentes do Conselho de Ministros, a partir de 1882.

Do lado dos saquaremas, as expressões maiores eram Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Vasconcelos foi membro do Conselho Provincial, vice-presidente da Província, deputado, senador, ministro, membro do Conselho de Estado, jurista eminente, autor do Ato Adicional e de outras importantes leis do Império, como o Código Penal de 1830, considerado obra modelar, que despertou o interesse dos maiores penalistas da época, até mesmo na Alemanha. Honório Hermeto foi dos políticos mais influentes e hábeis do Segundo Império, presidente de um dos seus gabinetes.

Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto vinham dos primeiros tempos do Brasil independente. De um passado liberal e oposicionista, à época de dom Pedro I, acabaram transformando-se nas primeiras lideranças do Partido Conservador, contribuindo, aliás, para o seu surgimento. Vasconcelos teve papel relevante nesse sentido, ao promover o chamado "movimento do regresso", que assim explicou, em discurso na Câmara:

> Fui liberal, então a liberdade era nova no País, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero agora servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o País

presidente da província de Minas Gerais, de 5/11/1833 a 31/3/1834 e de 3/12/1834 a 5/4/1835. De início, liberal, afastou-se, depois, desse partido, como se verá a seguir.

> contra a desorganização, depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam: o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu País?[24]

Era a manifestação do "senso grave da ordem", a que se referiria, mais tarde, João Pinheiro.

4. ESTADISTAS MINEIROS DO IMPÉRIO

Minas revelou, no Império, uma notável plêiade de homens públicos, cujo advento foi favorecido pela prática, ainda que incipiente e imperfeita, do sistema parlamentar de governo. Já foram apontadas, no primeiro capítulo, as causas que podem explicar a vocação dos mineiros para a política. Cabe, neste passo, apenas, salientar o fato de que a província teve especial relevo no cenário político imperial, de tal modo que o apogeu atingido pelo Estado, na Primeira República, foi uma decorrência natural da escola de homens públicos que se formou naquela quadra.

O presente estudo, que não é uma obra de historiografia, mas simples crônica da vida política do Estado, desde os tempos da velha província (alcançando também um pouco do Brasil Colônia), não comporta referência minuciosa aos personagens que atuaram nesse campo, durante o período considerado. Por isso, lembrar-se-ão, apenas, os nomes daqueles

---

24 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil), v. 5, p. 162. Os historiadores não precisam a data desse discurso, que, segundo José Murilo de Carvalho, não é encontrado nem nos Anais da Câmara e do Senado, nem nos jornais da época. O referido historiador, ressalvando que ninguém até hoje conseguiu provar a autenticidade desse discurso, reconhece, porém, que "ela tem todas as condições de plausibilidade", em vista das fontes respeitáveis que a abonam. Segundo o citado historiador, o famoso discurso deve ter sido proferido entre 1837 e 1838 (CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. Coleção Fundadores do Brasil, p. 9).

que ocuparam os postos de maior destaque na política do Império. Não apresentaremos uma relação dos presidentes da Província. O extenso número dos governantes de Minas no Império – ao todo 61 – torna incompatível com a natureza e os limites deste estudo a enunciação de seus nomes. Por outro lado, a mesma circunstância, denotando o caráter efêmero que teve a investidura da maioria dos chefes de governo provinciais, retira muito do interesse que pudesse haver, da parte do leitor, no conhecimento dessa relação.

No que diz respeito aos parlamentares mineiros que ilustraram a Câmara dos Deputados, na época, cumpre mencionar os que presidiram aquela Casa da Assembleia Geral, ainda que nem todos hajam projetado seus nomes na tela da história.

Abre esta lista, com merecido relevo, Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, deputado em mais de uma legislatura, que dirigiu a Casa como seu vice-presidente, nos tempos da Regência (1830). Não sendo mineiro de nascimento, tornou-se um dos políticos de maior prestígio na Província, que, como já foi referido, presidiu, em dois períodos distintos. Presidiria, mais tarde, também o Senado e o Conselho de Ministros. Segue-se-lhe o nome de uma figura eclesiástica – que era doutor em Direito Canônico –, o do bispo Antônio Maria de Moura, presidente da Câmara no biênio 1834-1835. Vem, em seguida, Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, presidente no período de 1837-1840 e que presidiria, depois, o Senado, tendo sido, ainda, conselheiro de Estado e ministro da Fazenda, da Justiça e do Império, além de haver sido deputado à Assembleia Constituinte de 1823. José Joaquim Fernandes Torres, na sequência, presidiu a Câmara de 1845 a 1846, tendo sido também ministro da Justiça e do Império. Com um pequeno intervalo, sucedeu-lhe José Pedro Dias de Carvalho, revolucionário de 1842, conselheiro de Estado, ministro do Império e da Fazenda e presidente do Banco do Brasil, o qual exerceu a presidência da Câmara no biênio 1847-1848. Gabriel Mendes dos Santos, que foi também senador, presidiu a Câmara no período 1850-1851. José Ildefonso de Sousa Ramos, o Visconde de Jaguari, foi presidente da Casa em 1852 e, mais tarde, presidiria o Senado, tendo sido também conselheiro de Estado e ministro do Império, da Fazenda e da Justiça. Camilo Maria Ferreira Armond, o

Conde de Prados, foi presidente em mais de um mandato (1864-1866 e 1878-1882), tendo sido também conselheiro de Estado. Nessa galeria de ex-presidentes da Câmara, menção especial deve ser feita a Martinho Álvares da Silva Campos, médico, que ocupou a curul daquela Casa no ano de 1882, tendo sido, ademais, conselheiro de Estado, ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros, como se verá, a seguir. No período de 1882 a 1884, finalmente, foi presidente da Câmara José Rodrigues de Lima Duarte, o Visconde de Lima Duarte, natural de Barbacena, depois senador e ministro da Marinha – cuja linhagem familiar seria enriquecida, na República, por outra grande figura da política mineira, seu sobrinho Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A presidência do Senado foi exercida, primeiramente, de 1832 a 1836, por Bento Barroso Pereira, engenheiro militar, que, embora representasse a Província de Pernambuco, era mineiro de nascimento. Em 1838, o cargo seria assumido por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi. Em 1841, seria a vez de ocupá-lo um dos primeiros nomes da vida pública do País, o já referido Estêvão Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença. De 1851 a 1853, presidiria a Câmara Alta Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, já, antes, mencionado. Limpo de Abreu exerceria a presidência do Senado por largo período, de 1861 a 1873. Seria sucedido por José Ildefonso de Sousa Ramos, o Visconde de Jaguari, de 1874 a 1881. No final do Império, chegaria à presidência da Casa, como penúltimo presidente vitalício do Senado, Antônio Cândido da Cruz Machado, o Visconde de Serro Frio.

A Assembleia Constituinte de 1823, dissolvida pelo imperador Pedro I, contou com ilustres nomes de Minas Gerais, cuja bancada, aliás, era a maior da Casa[25].

25 Referem-se, a seguir, os constituintes mineiros de 1823, como se fará, adiante, com os membros das Constituintes republicanas. Foram estes: Belchior Pinheiro de Oliveira (padre), José Joaquim da Rocha, Cândido José de Araújo Viana (depois, Marquês de Sapucaí), José de Rezende Costa, José Gomes da Silveira Mendonça (depois, Marquês de Sabará), Antônio Teixeira da Costa, Manoel José Veloso Soares, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Theotônio Álvares de Oliveira Maciel, José Álvares do Couto Saraiva, José Custódio Dias (padre), João Severiano

O Conselho de Estado teve, igualmente, a presença de insignes mineiros, em suas diferentes fases de existência. Na primeira, que antecedeu à Constituição de 1824, tinha por objeto, exatamente, a elaboração da Carta Política que seria outorgada pelo imperador Pedro I, após a dissolução da Assembleia Constituinte. Tratava-se, portanto, de uma organização provisória, embora já com o número de doze membros que iria manter, com a sua institucionalização definitiva. Entre esses membros estava João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz, mineiro de Mariana, que fora governador da Guiana Francesa, ao tempo de sua ocupação pelas tropas de dom João VI e integrara a frustrada Constituinte. Como ministro da Justiça, referendou a Carta de 1824, aparecendo, assim, como o primeiro nome de Minas com especial destaque no cenário nacional, nos tempos do Império.

A chefia do governo, representada, no sistema parlamentar de então, pelo presidente do Conselho de Ministros coube, em mais de uma oportunidade, a políticos mineiros. Na verdade, somente em 1847, por meio do Decreto nº 523, de 20 de julho daquele ano, criou-se a presidência do Conselho, tornando mais próximo do modelo tradicional o precário parlamentarismo brasileiro. Esse sistema político foi, aos poucos, se firmando, entre nós, muito mais em razão de grandes figuras que pontificavam no Parlamento e contribuíam para afeiçoá-lo às linhas do modelo de governo britânico, do que pelas diretrizes emanadas da Constituição. Com efeito, a espinha dorsal da Constituição Imperial estava no Poder Moderador e este era, por princípio, contrário ao espírito do sistema parlamentar. Por isso, pode-se dizer que o parlamentarismo, no Brasil, formou-se com base na praxe parlamentar, um tanto à margem da Constituição de 1824.

Não obstante, foi significativa a presença, à frente do Conselho de Ministros, de alguns estadistas do Império, entre os quais cabe referir, neste trabalho, os que representavam a província de Minas Gerais.

Maciel da Costa (depois, Marquês de Queluz), João Evangelista de Faria Lobato, Antônio Gonçalves Gomide, Lúcio Soares Teixeira de Gouvea, Estêvão Ribeiro de Rezende (depois, Marquês de Valença), Antônio da Rocha Franco, José Antônio da Silva Maia, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (depois, Visconde de Caeté).

O primeiro gabinete presidido por um mineiro foi o que se estendeu de 6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856, cabendo sua chefia a Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Foi o primeiro gabinete da Conciliação, movimento de união nacional que teve na figura de Paraná o seu grande inspirador.

A 12 de dezembro de 1858, depois da rápida experiência dos gabinetes de coalizão, voltando o Partido Conservador ao poder, assume a presidência do Conselho o antigo liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, agora independente (ou, como dizia Joaquim Nabuco, "desde muito... um mero espectador dos partidos."[26]), cujo governo iria até 10 de agosto de 1859. Dessa ilustre figura, já se falou antes, realçando-se os serviços por ele prestados a Minas e ao Brasil.

Decorridos alguns anos, já no período de predominância do Partido Liberal, foi chamado a formar gabinete Martinho Álvares da Silva Campos, cujo governo teve efêmera duração, indo de 21 de janeiro a 3 de julho de 1882. Homem culto, médico de formação, mas interessado no estudo do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, era um exímio polemista, que se sentia muito mais à vontade na oposição do que no governo[27].

Na sequência dos gabinetes liberais da época, a 24 de maio de 1883, o jurisconsulto Lafayette Rodrigues Pereira assumiu a presidência do Conselho, à frente da qual permaneceu até 6 de junho de 1884. No discurso de posse, já delineava o governo de um jurista, que iria realizar, como notamos em capítulo da sua biografia para a qual concorremos, como um dos seus três autores[28].

---

26 NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 475.

27 Refere Batista Pereira uma declaração curiosa de Marinho Álvares da Silva Campos: "o papel de oposicionista é muito mais patriótico do que o de governo". Diz o autor citado, traçando-lhe o perfil, que, ao assumir o governo, Martinho teria dito: "Mal me acho no governo já estou com saudades da oposição" (PEREIRA, Antônio Baptista. *Figuras do Império e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 59).

28 Ver FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Lafayette, um jurista do Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, p.

A derradeira presença de Minas à frente do governo imperial foi, exatamente, no seu último ministério, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Liberal, o político mineiro agiu, durante sua administração, bem ao estilo dos conservadores, revelando-se autoritário e inábil, o que contribuiu para apressar a queda do Império.

O rol dos estadistas mineiros do Império não se esgota, porém, com os nomes dos que exerceram os mais altos cargos do Legislativo ou do Executivo.

Já foram referidos, antes, dois nomes que podem ser considerados, ao lado do Marquês do Paraná, as estrelas maiores e de brilho mais duradouro da constelação política, no Império: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Teófilo Ottoni.

Afonso Arinos de Melo Franco sintetiza nestes termos o papel representado por esses três vultos do Império:

> Minas deu ao Império três grandes estadistas, homens cujas máscaras históricas muito se assemelham às três fisionomias sucessivas com que o Império se apresentou: Bernardo de Vasconcelos, Paraná e Teófilo Ottoni. Vasconcelos, o "gigante intelectual" na expressão de Nabuco, simboliza, com o seu gênio político, imensa cultura e combatividade apaixonada, o período de construção" (...) Paraná, o "cabeça fria", foi o homem da plenitude, o nauta avisado, o manobrista sem improvisações, que se servia de um aparelhamento constitucional eficaz e respeitado. (...) Se em Vasconcelos dominava a inteligência criadora, se em Paraná sobressaía o bom senso condutor, em Ottoni era o sentimento que predominava, o sentimento acima da razão e da crítica. Sentimento, porém, que é a percepção do futuro e a aliança com ele. Vasconcelos é a ascensão, Paraná a estabilidade, Ottoni a transformação. (...) Ottoni é o representante mais típico que podemos encontrar dessa etapa prenunciadora da República[29].

203. Sobre a passagem de Lafayette pela presidência do Conselho de Ministros, ver o capítulo pertinente, da lavra das citadas autoras, às p. 126-153 do referido livro.

29 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 205-206.

Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), nascido em Vila Rica, representou, na estruturação jurídica do Império, o papel que Rui Barbosa desempenharia, na República. Como ficou dito acima, foi o autor do Ato Adicional de 1834, bem como do Código Criminal de 1830. Foi ele, ademais, quem concebeu o Supremo Tribunal de Justiça, de importância singular na nova estrutura do Poder Judiciário. Parlamentar que se caracterizava pela firme convicção das ideias e pelo brilho intelectual com que as defendia, depois de haver sido ministro da Fazenda em 1831, integrou o Ministério Conservador que dirigiu o País de 19 de dezembro de 1837 a 24 de julho de 1840, ocupando as pastas do Império e da Justiça. Foi a figura preeminente daquele ministério e o seu porta-voz perante o Parlamento, numa época em que não havia sido instituído ainda o cargo de presidente do Conselho. Mais tarde, iria integrar o famoso "ministério das nove horas" (alusão ao tempo de sua investidura), que não vingou, ante o golpe da maioridade antecipada, a que Vasconcelos se opôs. Acometido de uma doença degenerativa, tornou-se hemiplégico, sem perder, contudo, na cadeira de rodas, a energia com que sempre atuara no Senado. Acabou morrendo vítima da epidemia de febre amarela que grassou, no Rio de Janeiro, no ano de 1850.

Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná (1801-1856), era mineiro de Jacuí[30], tendo feito carreira na magistratura para, depois, galgar os mais altos postos do Império e neles pontificar como uma de suas figuras mais eminentes. Antes de presidir o primeiro Ministério da Conciliação, havia sido ministro da Justiça no governo conservador empossado a 20 de janeiro de 1843, neste figurando, aliás, como principal figura, a ponto de Nabuco de Araújo, em discurso na Câmara, a ele se referir como presidente do Conselho, quando essa função, na verdade, ainda não fora criada, pois isso somente aconteceria em 1847[31].

---

30 O nascimento de Honório Hermeto em Jacuí, no Sul de Minas, deu-se por uma circunstância. Seu pai, oficial militar, estava de passagem por aquela cidade, em cujo quartel veio ao mundo o futuro estadista mineiro. A família era, entretanto, de Paracatu (SILVA, José Anchieta da. *A celebração do tricentenário de Santa Bárbara*. Belo Horizonte: Gráfica VBR, 2005, p. 163).

31 NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 88. Diz o autor: "Honório tinha sido efetivamente encarregado da organização

Teófilo Ottoni, falecido em 1869, como já se observou, um ano antes do Manifesto republicano, pode ser apontado, no entanto, como o elo emblemático entre o Império e a República. Natural da vila do Príncipe (hoje cidade do Serro), onde nascera em 1807, foi deputado provincial, deputado-geral, senador cinco vezes eleito por Minas (além de uma pela província de Mato Grosso) – posto que somente viesse a ser escolhido pelo imperador na derradeira oportunidade, isto é, na eleição de 1863 –, consagrou-se como um combatente liberal. O lenço branco com que acenava ao povo, na campanha eleitoral de 1860, no Rio de Janeiro (quando se elegeu deputado, optando, depois de eleito, porém, pelo mandato que, no mesmo pleito, os mineiros lhe conferiram), tornou-se um gesto simbólico da memorável disputa – e inspiraria, muito mais tarde, na campanha presidencial de 1945, atitude idêntica do então candidato oposicionista, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Paulo Pinheiro Chagas, seu principal biógrafo, chega a dizer com relação à importância de Ottoni no cenário da política imperial:

> Na verdade, dois poderes dirigiam o Império: D. Pedro II e o ministério, de um lado, Teófilo Ottoni, do outro. Força igual à sua, só a conhecera Caio Graco, na Roma dos Césares. As massas bem o compreendiam. Dois caminhos orientavam sempre os movimentos do povo, dois polos, que se faziam o eixo das aspirações comuns: o Paço Imperial e a casa do tribuno[32].

Ottoni teve também significativa atuação no campo empresarial. Constituindo a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, pôs em circulação, nas águas desse rio, três vapores, que se tornaram os primeiros meios de navegação e transporte entre São José de Porto Alegre (hoje cidade de Mucuri), na Bahia, até Santa Clara, localizada um pouco abaixo da atual cidade de Nanuque, em Minas Gerais. E, a partir desse porto fluvial, promoveu o desbravamento da região, fundando a

do gabinete e pela primeira vez, como vimos, fora isso oficialmente anunciado".

32 CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni, ministro do povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: MEC, 1978, p. 330-331.

cidade de Filadélfia (hoje Teófilo Otoni), que chegou a inaugurar, a 7 de setembro de 1853. O empreendimento fracassou, do ponto de vista comercial, levando Ottoni à falência e forçando-o a aceitar a encampação da empresa pelo governo imperial, bem como sua subsequente liquidação. Mas, sob o prisma geográfico e político, representou um marco no avanço da civilização para o nordeste da Província.

5. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PROVÍNCIA

Contando com estadistas desse porte, seria de supor que a província de Minas Gerais houvesse experimentado progresso significativo no Império. O raciocínio estaria certo se se pudesse ter como assente a premissa de que, naquela fase de nossa história, o governo tivesse, realmente, o papel de protagonista do desenvolvimento econômico. Tal não ocorria, porém. Do ponto de vista da economia, o País vivia, então, em pleno liberalismo econômico, aplicando-se-lhe, sem exagero, o lema dos fisiocratas – *laissez faire, laissez passer*. Numa economia quase exclusivamente agrária, que tinha no café a principal fonte de produção, o Estado era pouco mais do que um espectador da atividade econômica. Somente a partir da segunda metade do século XIX, surgem as ferrovias – o primeiro grande empreendimento público, levado a efeito mediante concessões outorgadas a alguns capitalistas, com financiamento parcial do Tesouro. Irineu Evangelista de Sousa – o Barão e, depois, Visconde de Mauá – foi o primeiro concessionário da exploração desse meio de transporte. A 30 de abril de 1854, inaugurava-se o trecho da ferrovia que ligava a Baía de Guanabara a Raiz da Serra, em território fluminense, construído em duas etapas. Esse trecho se estendeu, em poucos anos, até as margens do Rio Paraíba do Sul. Em 1858, organizou-se a Estrada de Ferro dom Pedro II (depois transformada na Central do Brasil), sob a presidência de um ilustre mineiro, engenheiro que se especializou nesse tipo de transporte, Cristiano Benedito Ottoni. As linhas dessa estação chegaram até Minas Gerais e tomaram também o rumo de São Paulo. Novos ramais ferroviários foram implantados, tendo, por fim, o escoamento da produção de café. O café foi, na verdade, o elemento

propulsor do avanço das ferrovias no sudeste do País[33]. É de recordar-se, ainda, pela sua importância para a região da Zona da Mata, a Estrada de Ferro União Mineira (depois incorporada à Leopoldina Railway), cujo sócio principal era Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, o Barão de São João Nepomuceno. Em 27 de abril de 1881, o imperador Pedro II inaugurou o trecho dessa companhia que ligava Chiador a Ubá, passando, entre outras cidades, por São João Nepomuceno, em alusão à qual seria conferido o baronato ao concessionário daquela linha férrea.

A par das estradas de ferro, cuidou-se também de abrir a primeira via de comunicação rodoviária. A 23 de junho de 1861, inaugura-se a Estrada de Rodagem União e Indústria, empreendimento a cuja frente esteve o engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage, mineiro de Barbacena, que se estabeleceu em Juiz de Fora, cidade da qual se tornaria uma das maiores figuras[34]. A inauguração, com o percurso feito, de Petrópolis a Juiz de Fora, em cinco diligências, cada qual conduzindo 14 passageiros, teve, entre os ilustres viajantes, dom Pedro e dona Tereza Cristina, ministros e outras pessoas gradas[35].

Juiz de Fora, tornou-se, à época, o grande centro industrial do País, fazendo jus à antonomásia de "Manchester mineira"[36]. Nessa cidade instalaram-se fábricas de indústria têxtil, ramo pioneiro na industrialização do País. Bernardo Mascarenhas, natural de Curvelo, empresário de grande visão, que já instalara, na capital industrial da Província,

33 Escrevendo sobre as ferrovias paulistas, cujo marco histórico foi a inauguração, a 18 de março de 1872, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, diz o Prof. Odilon Nogueira de Matos que essas ferrovias foram construídas "em função da economia cafeeira", sem outro plano que o caminho dos cafezais, de tal modo que lembravam, no seu traçado originário, uma árvore, com um tronco e vários ramos ou ramais (*Café e Ferrovias*, *apud* DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patrícia. Júlio Tavares – 1863/1906: café, Mogiana e PRM. São Paulo: Momento Editorial, 2009, p. 36).

34 Mariano Procópio militou na política, tendo sido deputado-geral pelo Partido Conservador.

35 BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991, p. 46 et seq.

36 O hino de Juiz de Fora proclama, numa de suas estrofes: *Das cidades brasileiras és a mais industrial...* Reminiscência daquela época de pujança e pioneirismo.

uma fábrica de tecidos, obtém do município concessão para explorar o serviço de iluminação pública local. Aliás, na antiga Santo Antônio do Paraibuna, fez instalar, em 1889, a primeira usina hidroelétrica da América do Sul, constituindo, então, a Companhia Mineira de Eletricidade, um marco na tradição de pioneirismo de Juiz de Fora. Por essa época, inaugura-se, na cidade, o Banco Territorial e Mercantil de Minas (1887), a que se seguiu, em setembro de 1889, o Banco de Crédito Real, cuja matriz era também em Juiz de Fora.

Outras cidades surgiram ou se desenvolveram, sobretudo na Zona da Mata, na segunda metade do século XIX. "Carangola, Muriaé, Cataguazes, Manhuaçu, Manhumirim, Leopoldina, Pomba, Ubá, Rio Branco, Rio Novo, Viçosa, São João Nepomuceno são testemunhos da nova civilização mineira, que sucedeu à extinta era do ouro, fixando-se na parte leste da Província, em toda a extensão, do Rio de Janeiro ao sul do Espírito Santo."[37]

A política de imigração, que veio a ganhar vulto a partir de 1872 e foi incrementada, especialmente, após a abolição, atraiu para as lavouras de café, em Minas, famílias de portugueses, alemães, italianos e espanhóis. Não é preciso salientar a importância da contribuição desses imigrantes para o desenvolvimento econômico e a nova configuração social da Província. As importações de produtos europeus, notadamente da Inglaterra e da França, representaram papel significativo no abastecimento da população. Importava-se de tudo, desde vestuário até comestíveis. Em certa época, uma política alfandegária mais rígida fez decrescer o volume das importações, mas a realidade do consumo brasileiro, a que Minas não abria exceção, punha à mostra os numerosos produtos importados, de que dependíamos. Foi essa uma característica da economia no período imperial.

37 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 143-144.

6. O LEGADO DO REGIME IMPERIAL

O regime imperial ensejou a formação de grandes estadistas, alguns dos quais vieram a servir, depois, à República. Foi o caso de Afonso Augusto Moreira Pena, que, no Império, exerceu mandatos de deputado provincial e deputado-geral, participando, ademais, de três ministérios: o gabinete Marinho de Campos, como ministro da Guerra; o gabinete Lafayette Rodrigues Pereira, como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e o gabinete Saraiva, como ministro da Justiça.

Monarquistas convictos ou republicanos históricos integraram a primeira Assembleia Constituinte do novo regime, trazendo para este a experiência adquirida no Parlamento do Império. Embora construído à margem da Constituição de 1824, o parlamentarismo, como já se disse, chegou a ser praticado, no Império, segundo os melhores cânones. E, como é próprio desse sistema de governo, serviu de escola a muitos líderes, que iriam destacar-se na República.

Mas o legado do regime imperial manifestou-se também no plano familiar ou genealógico.

É interessante relembrar, a esse respeito, a advertência de Pedro Nava:

> Ninguém pode conhecer nada da história social e política de Minas, se não conhecer um pouco de genealogia para estudar os troncos e os colaterais, por exemplo, dos descendentes de D. Joaquina do Pompéu[38].

Em nota de rodapé, já se fez referência a essa legendária matriarca mineira, que ficou conhecida como dona Joaquina do Pompéu e cujo nome completo era Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco. Mulher de grande tirocínio e forte determinação, dona Joaquina, nascida em Pitangui, estabeleceu-se em uma fazenda no lugar que lhe serviu de alcunha, com o marido, 18 anos mais velho. Vindo ele a ficar hemiplégico, em consequência de um derrame cerebral, assumiu ela a direção do latifúndio, expandindo-o de tal forma que seus domínios

38 NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972. (Memórias), p. 282.

se tornaram maiores, em extensão territorial, do que alguns países da Europa, como a Bélgica ou a Suíça, ou do que alguns estados brasileiros, como Alagoas e Sergipe. Rica e sagaz, ela caiu nas boas graças de dom João VI, ao fornecer-lhe muitas cabeças de gado e produtos agrícolas, logo que a Corte chegou ao Brasil, em 1808. Quando da visita de dom Pedro I a Minas, estava entre as pessoas gradas que o recepcionaram e o futuro imperador teve oportunidade de agradecer-lhe as atenções que dispensara a seu pai. Depois, após a proclamação da independência, deu significativo apoio ao governo imperial na guerra que se desenrolou na Bahia, pela consolidação de nossa autonomia, até a vitória obtida a 2 de julho de 1823, enviando escravos para a luta e suprimentos para a alimentação das tropas. Do casamento de suas sete filhas e três filhos e das linhas colaterais que se formaram a partir de sua família, nasceram ilustres figuras que iriam enriquecer o cenário político brasileiro, no Império e na República. Martinho Álvares da Silva Campos, presidente de um dos gabinetes do Império, era seu neto, e um sobrinho-neto dele, Francisco Luís da Silva Campos, viria a ser o primeiro ministro da Educação, na República e, depois, ministro da Justiça. Bernardo Pereira de Vasconcelos era filho de uma prima de dona Joaquina. Ana Leopoldina, mulher de Virgílio Martins de Melo Franco e mãe de Afrânio de Melo Franco (cujos filhos Virgílio e Afonso Arinos tornar-se-iam grandes líderes políticos, a partir da Segunda República) era também descendente da matriarca mineira[39], assim como Benedito Valadares Ribeiro, que governou Minas de 1933 a 1945. Dona Joaquina do Pompéu viveu de 1752 a 1824. A emoção provocada pela notícia da vitória das forças brasileiras, na Bahia, a 2 de julho de 1823, causou-lhe uma apoplexia cerebral, que a deixou com o braço esquerdo paralisado. Isso não a impediu de continuar dirigindo, com o mesmo pulso, a extensa fazenda, mas foi, aos poucos, reduzindo-lhe as forças e diminuindo-lhe a resistência[40].

---

39 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 132.

40 Sobre a vida e os feitos de dona Joaquina do Pompéu, a obra citada de Agripa Vasconcelos constitui importante repositório de informações (VASCONCELOS, Agripa de. *Sinhá Braba:* D. Joaquina do Pompeu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999).

Outra família de destaque na vida pública republicana em Minas, cujas raízes se situam no Império, é a dos Andradas. O tronco mineiro dessa estirpe vem de dois dos Andradas da Independência, Martim Francisco e José Bonifácio. Casando-se aquele com uma sobrinha, filha do patriarca de Independência, de nome Gabriela, teve, entre outros filhos, Antônio Carlos – dito Antônio Carlos Segundo –, que, vindo com a mãe para Minas (mais precisamente, para Barbacena), em busca de clima favorável à recuperação de sua saúde, casou-se com Adelaide de Lima Duarte e formou o ramo mineiro da família Andrada. O presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi um de seus filhos. Era o terceiro Antônio Carlos sobrinho de José Bonifácio, o Moço, deputado-geral e grande tribuno do Império, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, que tanta influência exerceu sobre uma geração de estudantes – geração que marcou época nas Arcadas do Largo de São Francisco e deu ao Brasil nomes como Castro Alves, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

A vertente mineira da família Andrada enobreceu-se ainda mais quando um de seus membros, José Bonifácio (filho do segundo Antônio Carlos e irmão do presidente mineiro desse mesmo nome), uniu-se em matrimônio à filha de uma grande figura do Império, Lafayette Rodrigues Pereira, casado com dona Francisca. Chamava-se a noiva Corina e era conhecida na intimidade como Pitota. O casal teve, entre outros filhos, Antônio Carlos Lafayette de Andrada, ministro do Supremo Tribunal Federal, e José Bonifácio Lafayette de Andrada, deputado federal por várias legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados. A descendência deste último continuou marcando a presença da família na política mineira. Seus filhos, José Bonifácio Tamm de Andrada e Bonifácio José Tamm de Andrada (conhecido como Andradinha), foram deputados à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, havendo o segundo sucedido ao pai na Câmara Federal, onde vem exercendo sucessivos mandatos. Dois filhos de Andradinha, Antônio Carlos e Lafayette Doorgal de Andrada, seguiram-lhe os passos como deputados à Assembleia Legislativa do Estado, na qual este último cumpre presentemente mais um mandato, sendo o atual vice-presidente daquela Casa. Aquele (conhecido como Toninho Andrada) é, atualmente, prefeito de Barbacena.

Repetindo observação corrente, anotam Maria Auxiliadora de Faria e

Lígia Maria Leite Pereira, ao comentarem a união das famílias Andrada e Lafayette Rodrigues Pereira:

> Com aquele matrimônio, diziam os contemporâneos, abraçavam-se as raízes de duas das mais importantes e tradicionais famílias mineiras: os Rodrigues Pereira e os Andrada[41].

Vinha do Império também outra família tradicional de Minas que marcaria presença na história política da República: a família Melo Franco.

Afrânio de Melo Franco, de quem muito se falará neste livro – tanto na primeira quanto na segunda parte –, era filho de Virgílio Martins de Melo Franco, que fez carreira de juiz no Império. Natural de Paracatu, Virgílio foi juiz em comarcas de Goiás e Minas. Quando sobreveio a República, encerrando a carreira de magistrado, tornou-se senador estadual, membro da Constituinte mineira de 1891, bem como professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais.

O futuro chanceler Afrânio de Melo Franco casou-se com uma filha de José Cesário de Faria Alvim, de nome Sílvia. O casal deixou uma prole que honraria as tradições da família. Seus filhos Virgílio Alvim de Melo Franco e Afonso Arinos foram figuras preeminentes da política, como se verá nos capítulos seguintes. Cesário Alvim, natural de Mariana, republicano histórico, ligado ao marechal Deodoro da Fonseca, foi por este escolhido para assumir o governo de Minas quando da proclamação da República, e seria, depois, eleito pela Assembleia Legislativa presidente do Estado. Tivera Cesário Alvim destacada participação na política do Império. Fora deputado provincial e deputado-geral, por várias legislaturas. Na última década do regime imperial, foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, pelo gabinete Sousa Dantas.

Houve, assim, como se observa na origem das famílias mencionadas, uma continuidade da política mineira nascida no Império, por via genealógica, através da República, florescendo de forma expressiva e proporcionando ao País um celeiro de valores.

---

41 PEREIRA; FARIA, *op. cit.*, p. 69.

IV
O MOVIMENTO REPUBLICANO EM MINAS

1. A fonte de inspiração: a Inconfidência Mineira 2. O *Manifesto republicano de 1870*: subscritores mineiros 3. A matriz do pensamento republicano dos mineiros: a Faculdade de Direito de São Paulo 4. A proclamação da República: repercussão em Minas 5. Principais líderes republicanos no Estado

1. A FONTE DE INSPIRAÇÃO: A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

O ideário republicano propagou-se na província de Minas Gerais ao sopro de um vento que vinha de longe. Não foi um sentimento de ocasião, que houvesse resultado, simplesmente, da propaganda difundida no País, sobretudo a partir de 1870. Havia, nas Alterosas, clima propício à arregimentação de adeptos do regime que haveria de substituir a monarquia. Na verdade, souberam os republicanos recolher o eco da pregação discretamente veiculada, em fins do século XVIII, pelos inconfidentes mineiros.

A Conjuração, que reuniu, na antiga Vila Rica, intelectuais, padres, proprietários de terras e homens de ação, como Tiradentes, era, fundamentalmente, como já se salientou, um movimento republicano. Os inconfidentes, que aspiravam à independência, no sentido da separação do território mineiro, quiçá o de todo o País, em relação a Portugal, tinham em mente a instituição de uma república.

Aliás, o fundamento principal da condenação dos inconfidentes, con-

forme se lê na respectiva sentença, foi o de que "estava ajustado entre os chefes da conjuração fazer-se o motim e levante, e então estabelecer-se uma república, independente, n'aquela capitania de Minas"[1].

Foi a Inconfidência, na verdade, muito mais do que uma conspiração, uma utopia política de inspiração intelectual. Ou, como diz Afonso Arinos de Melo Franco, uma "Revolução de ideias. Movimento de intelectuais"[2]. A seiva que alimentou esse sonho brotou do pensamento político que, já então, se disseminava pela Europa e pelos Estados Unidos. A linha de transmissão entre os pensadores da época, do Velho e do Novo Mundo, e os idealistas mineiros estabeleceu-se por meio dos livros que foram penetrando nas bibliotecas já então existentes na capitania de Minas. Vila Rica, comparada por Sílvio Romero a Weimar, era, particularmente, pujante, do ponto de vista cultural, àquele tempo. Ou, segundo as palavras do historiador da nossa literatura, ao tratar da Escola Mineira:

> Pequena cidade de província, [Vila Rica] reunia em si e a um só tempo homens como Cláudio Manoel da Costa, Thomaz Antonio Gonzaga, Ignácio José de Alvarenga Peixoto, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, Luiz Vieira da Silva, José Alves Maciel, Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas, Francisco Gregório Pires Monteiro, as maiores ilustrações brasileiras da época[3].

O cônego Luís Vieira da Silva, por exemplo, mantinha, em Mariana, uma importante biblioteca que, ao lado de livros religiosos, reunia "obras profanas decisivas para a formação do espírito ilustrado, como as de Raynal, Condillac, Lafittau, Montesquieu, Voltaire, a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, a Lógica do Abade Antonio Genovesi, livros do padre Benito Feijó, de Hume, de Robertson, de Biefeld..."[4].

---

1 ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888, p. 265-266.

2 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. As ideias da Inconfidência. *In*: *Rosa de Ouro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 220.

3 ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888, p. 242-243.

4 SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Perfis Brasileiros), p. 133-134.

As bibliotecas dos inconfidentes cumpriam papel de certo alcance social, na medida em que os livros que lhes formavam os acervos circulavam, por meio de empréstimo, entre os interessados na sua leitura. É o que informa Afonso Arinos de Melo Franco:

> E convém não esquecer que, pelos interrogatórios, se verifica a presença constante em Minas, do hábito tão brasileiro do empréstimo de livros. Isto quer dizer que as bibliotecas se multiplicavam, porque os seus donos as abriam aos amigos e, às vezes, a simples conhecidos. O alferes Xavier, por exemplo, que não tinha intimidade com os intelectuais conspiradores, quando se preocupou em organizar a sua cultura revolucionária, parece ter sido um terrível filante de volumes[5].

Ao influxo dos pensadores cujos livros assim se divulgavam, foram-se consolidando as ideias libertárias dos inconfidentes[6]. O ambiente cultural de Vila Rica (e também o de Mariana) contribuiu, decisivamente, para tanto, como observa Almir de Oliveira:

> Na Vila Rica daqueles tempos havia um grupo de literatos que formava a Arcádia Ultramarina. Eram intelectuais, que se reuniam em sessões, onde se debatiam coisas do espírito. Poetas e juristas. E clérigos. É natural que, num ambiente de inteligências polidas, afeita ao trato de problemas humanos, surgisse a ideia de fazer-se de Minas, quiçá de todo o Brasil, um Estado livre, nos moldes da República americana do norte[7].

---

5 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. As ideias da Inconfidência. *In*: *Rosa de Ouro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 223.

6 Deve-se recordar que até mesmo Tiradentes, modesto alferes da Força Pública, homem de arguta inteligência, que não era, porém, dotado de cultura, teve o seu espírito revolucionário despertado pelas ideias políticas que grassavam na Europa, àquela época, e que pôde haurir, em meados de 1887, no Rio de Janeiro, em visita a José Álvares Maciel, intelectual que regressava do Velho Mundo, "onde realizara estudos e sorvera em largas porções o ar revolucionário" (JOSÉ, Oiliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985, p. 54).

7 OLIVEIRA, Almir de. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 35.

Foi, assim, naquela Minas Gerais setecentista, que se lançaram as primeiras sementes, que, esmagadas pela repressão do governo português, um século depois, ressurgiriam e germinariam, afinal, originando a República brasileira. No exemplo dos inconfidentes, foram buscar os republicanos mineiros a inspiração que os guiou na adesão entusiástica à causa do novo regime. Da brutalidade da repressão aos inconfidentes resultou, para os mineiros, um forte e profundo "sentimento republicano". Por isso, conclui Afonso Arinos de Melo Franco:

> Pode haver dúvidas quanto ao caráter nacional (não regional) do movimento da independência que os inconfidentes sonhavam. Mas não se pode duvidar, em face das provas, do seu caráter republicano[8].

2. O *MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870*: SUBSCRITORES MINEIROS

O manifesto de 1870 é, em geral, tomado como marco do movimento republicano, no Brasil. Antes que esse documento fosse divulgado, no entanto, os ideais que ele expressaria já tinham seus arautos em Minas Gerais. Em 1860, Joaquim Felício dos Santos fundou, em Diamantina, um jornal de tendência republicana. Nos centros mais importantes do Estado, como Juiz de Fora, já se defendia o regime, em contraposição à monarquia, como uma aspiração democrática. O manifesto resultou da articulação dos partidários do novo regime em uma associação, criada no Rio de Janeiro – o Clube Republicano. Sua publicação verificou-se no primeiro número do jornal *A República*, lançado a 3 de dezembro de 1870.

A redação do documento é atribuída a Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça. O manifesto trazia os nomes de 58 subscritores, entre

8 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 195.

os quais se destacavam os mineiros Cristiano Benedito Ottoni, Flávio Farnese Paixão Júnior e Lafayette Rodrigues Pereira.

Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo Ottoni, como este natural da antiga vila do Príncipe (hoje, cidade do Serro), era um intelectual de grande valor. Engenheiro, especializado em transportes ferroviários, foi o primeiro presidente da Estrada de Ferro Dom Pedro II, depois Estrada de Ferro Central do Brasil. Atuou na política, como deputado e senador e, apesar de suas ideias republicanas, gozava de especial apreço do imperador. Seu ilustre irmão, Teófilo Ottoni, falecera no ano anterior. Se vivo fosse, seria, certamente, um dos signatários do manifesto.

Flávio Farnese, também nascido no Serro, era advogado e jornalista, muito ligado a Cristiano Ottoni e a Lafayette. Com este e com o romancista Bernardo Guimarães, fundou, em 1858, no Rio de Janeiro, o jornal *A Atualidade*, que circulou até 1860. Era um jovem de grande talento, que faleceu cedo, razão por que a posteridade não lhe fixou o nome, diferentemente do que sucedeu com os demais mineiros, subscritores do manifesto, que iriam desempenhar papéis de destaque na vida pública.

Lafayette era considerado por Rui Barbosa o maior jurisconsulto do seu tempo, já havendo publicado, à época, um dos livros que o consagrariam no meio jurídico, Direitos de Família (que é de 1869), a que se seguiria, em 1877, Direito das Coisas. Era natural da Vila Real de Queluz de Minas (hoje, Conselheiro Lafaiete), onde nascera, a 28 de março de 1834, na Fazenda dos Macacos.

Questiona-se quanto a saber se Lafayette assinou, efetivamente, o manifesto. Isso porque o grande jurista mineiro, oito anos depois, assumia o cargo de ministro da Justiça, no gabinete Sinimbu e, mais tarde, em 1883, chefiaria o governo, a convite do imperador dom Pedro II, de quem foi sempre amigo, mantendo-se, aliás, fiel a Sua Majestade, mesmo após a queda do Império. Houve quem dissesse, por isso, que Lafayette era o único caso de republicano que se convertera à monarquia...[9] É certo, porém, que o eminente mineiro jamais negou sua concordância

9 Ver, a esse respeito, FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Lafayette, um jurista do Brasil.* Belo Horizonte:

com o manifesto, ainda que isso houvesse representado, tão só, uma forma de protesto, na época, contra a destituição, dois anos antes, do gabinete liberal, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, sem obediência às praxes do parlamentarismo. Com efeito, um desentendimento entre o presidente do Conselho e Caxias, que levara o general a afastar-se do comando das tropas no Paraguai (para desagrado de dom Pedro II), seguido da oposição manifestada por Zacarias à escolha, para a chefia do gabinete, de um senador – Sales Torres Homem –, fizera com que o imperador formasse um novo governo de liderança conservadora, entregando-lhe a chefia ao Visconde de Itaboraí, na ocasião em que o partido deste era minoria na Câmara dos Deputados. Dissolvida, então, esta Casa, o Partido Liberal absteve-se de participar de sua nova composição, de modo que a Câmara passou a ser, sob o governo de Itaboraí, uma câmara unanimemente conservadora. Estava criada uma grave crise no regime monárquico, que, no entanto, não chegou a ameaçar a estabilidade do regime.

Com relação ao *Manifesto republicano*, tudo indica que o próprio imperador não o levou muito a sério. Narra Joaquim Nabuco, na biografia de seu pai, o liberal José Thomaz Nabuco de Araújo, que o então Visconde de São Vicente – o insigne jurista José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente –, sucessor de Itaboraí na presidência do Conselho de Ministros, quando da divulgação do manifesto, fez ver ao imperador que, havendo Sua Majestade jurado fidelidade à Constituição monárquica, não poderia prover nos cargos públicos quem tivesse ideias republicanas, sob pena de fortalecer os que se opunham à sua permanência na chefia do Estado, ao que dom Pedro II respondeu, rindo: "Ora, se os brasileiros não me quiserem para seu imperador, irei ser professor"[10].

Isso nos induz a crer que, para alguns, a aprovação do manifesto não teve o sentido de uma adesão plena ou definitiva à república. Terá sido, ao menos, o caso de Lafayette Rodrigues Pereira.

Del Rey, 2009 – obra em coautoria, de que participa o autor deste texto, como responsável pela Parte II, *Perfil do Jurista* – p. 51-54.

10 NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 703-704.

O certo, porém, é que Lafayette, juntamente com Farnese, foi um dos primeiros propagadores das ideias republicanas, por meio do jornal que ambos editavam no Rio de Janeiro, *A Atualidade*. Segundo Joaquim Nabuco, "*A Atualidade* fora talvez o primeiro jornal nosso de inspiração puramente republicana. A semente que germinou depois, em meu tempo, foi toda espalhada por ela". E, à frente do referido periódico, estavam "Farnese, Lafayette e Pedro Luís, que eram, com Tavares Bastos, os diretores da mocidade liberal"[11].

3. A MATRIZ DO PENSAMENTO REPUBLICANO DOS MINEIROS: A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

O pensamento republicano ganhou força, na verdade, nas tertúlias dos estudantes de Direito de São Paulo. Numa época em que os acadêmicos do Largo de São Francisco demonstravam acentuado espírito associativo, reunindo-se em entidades culturais e políticas, que agitavam a vida provinciana da Pauliceia, surgiu um Clube Republicano Acadêmico e, paralelamente a este, outra instituição do gênero integrada, exclusivamente, pelos estudantes originários de Minas Gerais – o Clube Republicano Mineiro. Em 1888, passou a circular o quinzenário *A República Mineira*, redigido pelos estudantes Delfim Moreira, Estêvão Lobo, Randolfo Chaga, Loreto de Abreu e Valério de Rezende, todos da província de Minas Gerais.

Comenta, a esse propósito, Afonso Arinos de Melo Franco:

> Como se vê, o particularismo montanhês se fazia sentir até na propaganda ideológica. Os rapazes circunscreviam a ideologia aos limites de sua província. Limitação excessiva, convenhamos, mas que não deixava de obedecer a um feitio marcado do caráter mineiro. Um século antes, em 1788, os inconfidentes de Vila Rica pensavam numa República que só se

11 NABUCO, Joaquim. Bagehot. *In*: _____. *Minha formação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 31. Observe-se que o termo "diretor" (que aparece, aí, no plural) era, à época, empregado como sinônimo de "líder".

> apresentava concretamente aos seus espíritos quando colocada dentro das fronteiras da capitania[12].

Outros jornais de tendências republicanas circularam no meio acadêmico, entre os quais *A Metralha*, de que o ilustre pai do autor citado, Afrânio de Melo Franco, foi colaborador assíduo. Esse periódico declarava-se, enfaticamente, "a mais franca e patriótica expressão da ideia revolucionária no País".[13] Era a revolução republicana nos seus primórdios ou na sua fase de fermentação.

Dir-se-ia, como acentuou Afonso Arinos, que os estudantes mineiros retomavam, nas Arcadas do Largo de São Francisco, a tocha acesa pelos inconfidentes, na centúria anterior, e demonstravam o intento de conduzi-la, até a vitória, nos albores de sua vida pública. De notar que, entre esses estudantes estavam alguns dos futuros estadistas da República, como Delfim Moreira (que exerceria a presidência da República), Wenceslau Braz, Arthur Bernardes (estes dois eleitos presidentes da República), Francisco Sales (futuro presidente do Estado), Afrânio de Melo Franco (que seria ministro de Estado e chefe de missões diplomáticas) e João Luís Alves (mais tarde, ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal).

4. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: REPERCUSSÃO EM MINAS

A proclamação da República, nas circunstâncias em que se verificou, colheu de surpresa o País. Na verdade, foi algo que ultrapassou as intenções iniciais dos protagonistas do movimento militar desencadeado na manhã de 15 de novembro de 1889. Quando Deodoro, acometido de forte gripe, deixou o leito e pôs-se à frente da tropa rumo ao Quartel General (em que, para resguardar-se da crise que já fermentava desde

12 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 170.

13 *Ibid.* p. ?

o dia anterior, achava-se instalado o Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, presidente do Conselho), sua intenção era, apenas, a de demonstrar que o governo se tornara insustentável, em face das medidas inábeis que tomara com relação a sucessivos problemas de ordem militar e, em consequência, forçar a sua renúncia ou declará-lo deposto. A partir daí, transpiraram informações de que o imperador, que retornara à corte, vindo de Petrópolis, reunira-se, à tarde, no Paço da Cidade com os seus conselheiros e decidira chamar outro liberal para chefiar o governo, provavelmente, Gaspar Silveira Martins. Era o político gaúcho inimigo pessoal de Deodoro, o que teria agravado o estado de espírito deste, tornando-o, assim, receptivo à onda republicana, que se avolumou, à tarde, na Câmara Municipal, onde exaltados pronunciamentos provocaram, afinal, a consumação da queda do Império[14].

De fato, a população do Rio de Janeiro assistiu ao episódio entre surpreendida e indiferente. É o que observa José Maria Bello, acrescentando: "Nenhuma forte emoção ante o desaparecimento do Império; nenhum irradiante entusiasmo pelo novo regime"[15].

O personagem de Machado de Assis confirma essa impressão, ao dizer que, saindo à rua, no Rio de Janeiro, para observar o movimento, verificou, no Largo do Machado, que "havia espanto, mas não havia propriamente susto"[16].

Ficou famosa, aliás, a frase de Aristides Lobo, segundo a qual "a nação recebeu bestializada a República".

---

14 Sérgio Buarque de Holanda, como recorda o advogado gaúcho Amadeu de Almeida Weinmann, aponta a origem da desavença entre Deodoro e Silveira Martins na disputa pelo amor de uma jovem formosa do Rio de Janeiro, Adelaide, que cortou o coração do bravo general ao trocá-lo pelo inflamado tribuno (Cf. WEINMANN, Amadeu de Almeida. *Alguns personagens de nossa história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013, p. 56-57). Daí dizer-se que a proclamação da República resultou, no fundo, de uma briga por causa de certa namorada...

15 BELLO, José Maria. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 37.

16 ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *In*: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 1032.

Mas, se o povo, propriamente, não teve participação no movimento nem o recebeu com otimismo, em determinados círculos a notícia da proclamação da República foi acolhida com um sentido alvissareiro. Em Juiz de Fora, então a principal cidade de Minas, a Câmara Municipal, logo no dia imediato ao do acontecimento, fazia incorporar aos seus anais um Termo de Proclamação da República Federal Brasileira, registrando-se, em ata, o regozijo do presidente daquela Casa, Dr. Ernesto Braga, "por este fato de tão elevada transcendência, que vem trazer a felicidade da Pátria Brasileira", ao mesmo tempo que "aclamava a República, aceitando em nome do Município o Governo Provisório". Em seguida, usou da palavra o vereador Dr. Fonseca Hermes, que proferiu "uma alocução congratulatória"[17].

Cabe assinalar que, em Minas, desde 1880, vinham sendo eleitos candidatos republicanos, tanto nas eleições municipais quanto nos pleitos para a assembleia provincial e a assembleia geral. "Quando veio a República", observa Afonso Arinos de Melo Franco, "a província tinha eleito sete deputados provinciais e dois deputados gerais republicanos, sendo de se notar que, na eleição senatorial de maio de 1889, Minas conseguiu incluir um candidato republicano, Joaquim Felício dos Santos, na lista tríplice"[18].

No ano anterior, realizara-se em Ouro Preto, exatamente no dia 15 de novembro de 1888, o Primeiro Congresso Republicano Mineiro, sob a presidência de João Pinheiro. Desse evento, que contou com a participação de representantes de 47 municípios da Província, resultou um manifesto vibrante, cujo fecho assim se expressava:

> Nós, os mineiros, já temos feito muito, mas não está tudo feito e o congresso, levantando bem alto a bandeira da República, não pode deixar de proclamar a seus comprovincianos, todos filhos da terra tradicional da liberdade, que não parem nem durmam sobre os louros das recentes vitórias.

17 OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966, p. 131-132.

18 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 198.

> Agir, sempre agir, nunca parar, é a nossa missão, será a de amanhã, a de todos os dias, até que sejamos vitoriosos[19].

Havia, pois, um elevado espírito republicano em Minas, que já se manifestava, concretamente, nos pleitos eleitorais e na difusão do seu ideário, revelando a existência, na província, de alguns líderes que iriam ter, desde logo, importante atuação na estruturação do novo regime. Ficava, naturalmente, como contraponto que a ironia do destino explica o fato de haver sido um mineiro, prócer do Partido Liberal – Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto – o último chefe de governo no regime imperial.

Outros mineiros de prestígio intelectual ou político mantiveram-se fiéis à monarquia, embora, com apurado senso da realidade, não assumissem posições quixotescas em prol da restauração do Império nem se recusassem a colaborar na estruturação do novo regime. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Afonso Pena, eleito senador à Assembleia Constituinte que elaboraria a primeira Carta republicana do Estado – a Constituição de 15 de junho de 1891 – e que teve posição preeminente, no processo constitucional, presidindo a comissão revisora do projeto originário, enviado àquela Assembleia pelo governador em exercício, a chamada "Comissão dos Onze"[20]. Foi esse também o caso de Xavier da Veiga, o clássico autor das *Efemérides mineiras*, que, na Assembleia, proferiu veemente discurso em defesa de suas convicções monárquicas[21].

É digno de nota, aliás, o fato de que houve da parte da liderança do Partido Republicano Mineiro, cujo presidente era João Pinheiro, a preocupação de ensejar a eleição, para a Constituinte estadual, de po-

---

19 Manifesto do Congresso Republicano, publicado em *O País*, edição de 8.12.1888 e reproduzido em BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). Ideias políticas de João Pinheiro. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa: MEC,1980, p. 79-83, especialmente p. 83, no trecho citado.

20 Sobre o tema, ver SILVEIRA NETO. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI/FDUFMG, 1978, p. 16; FERNANDES, Flávio Sátiro; BONAVIDES, Paulo. *História constitucional dos estados brasileiros*. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 134-136.

21 LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua* época. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 143-144.

líticos de diferentes tendências ideológicas, relativamente aos regimes republicano e monárquico. Uma circular expedida por João Pinheiro, quando se formavam as listas de candidatos, revelava o intuito de "evitar que a Assembleia mineira fosse dominada pelo sectarismo."[22]. Isso mostra a elevação moral e o acendrado espírito democrático dos políticos mineiros da Primeira República. E a grandeza deste que foi, sem dúvida, um dos maiores nomes da política mineira em todos os tempos – João Pinheiro da Silva.

5. PRINCIPAIS LÍDERES REPUBLICANOS NO ESTADO

O 15 de novembro de 1889 encontrou Minas Gerais realmente preparada para o regime que, então, se instalou. Havia, na antiga província, um pugilo de homens que, desde os últimos tempos, se aglutinara em torno da ideia republicana. Vários clubes republicanos foram criados na Província, como instrumentos de propaganda do novo regime. Nos centros maiores e em pequenas cidades do interior, surgiram agremiações do gênero. Silviano Brandão, por exemplo, incentivou a criação de clubes não só na sua região (o Sul de Minas, ou mais precisamente em Pouso Alegre, Ouro Fino e Jacuí), como na Zona da Mata (em São João Nepomuceno, cuja emancipação definitiva, em 1880, muito se deveu ao trabalho daquele eminente líder, na Assembleia Provincial).

Nomes ilustres integravam as fileiras republicanas no Estado. Entre outros, além do já referido João Pinheiro – republicano da linha positivista –, devem ser mencionados: Joaquim Felício dos Santos, José Cesário de Faria Alvim, Antônio Olinto dos Santos Pires, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, Crispim Jaques Bias Fortes, Silviano Brandão, Francisco Sales, Aurélio Egídio dos Santos Pires, Carlos Leopoldo Prates, Constantino Luiz Paleta, Fernando Lobo Leite Pereira. Sete desses nomes foram governadores do Estado – Antônio Olinto e Gama Cerqueira, interinamente; Cesário Alvim (o primeiro governador efetivo, nomea-

22 *Ibid*., p. 133.

do pelo marechal Deodoro e, depois, eleito pelo Congresso estadual), Crispim Jacques Bias Fortes, Silviano Brandão, Francisco Sales e João Pinheiro – os quatro últimos eleitos pelo voto direto, sendo que Bias Fortes e João Pinheiro já haviam exercido, antes, o cargo, em caráter provisório. Fernando Lobo foi ministro das Relações Exteriores e da Justiça, no governo Floriano Peixoto. Constantino Paleta, advogado e político de Juiz de Fora, foi deputado federal constituinte, em 1891. Carlos Prates (engenheiro) e Aurélio Pires (farmacêutico) foram professores universitários de grande influência e exerceram importantes cargos públicos no Estado. A esses nomes, devem ser acrescidos os demais que figuram no manifesto de 15 de novembro de 1888, no total de 48 assinaturas. Eram profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, agrimensores), professores universitários, proprietários ou empresários (que se apresentavam como "capitalistas"), todos eles reunidos em torno do ideal republicano. Não deve ser esquecido, no rol dos que, de uma forma ou de outra, atuaram nos acontecimentos do dia 15, o nome daquele obscuro personagem que, sem haver tido papel de liderança no movimento, tornou-se protagonista de importante gesto – o tenente Vinhais. Foi ele quem, da sede dos Correios, no Rio de Janeiro, já ocupada pelos republicanos, transmitiu, por telegrama, a Minas Gerais a notícia do fato auspicioso: a mensagem era dirigida ao jornal republicano *O Movimento*, que circulava em Ouro Preto, sob a direção de João Pinheiro.

De alguns desses nomes voltaremos a falar, quando tratarmos da Primeira República em Minas. Por ora, vale o registro de sua inclusão, por justos títulos, entre os republicanos históricos de Minas Gerais.

V
MINAS NA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

1. Singularidades e contradições 2. O quadro político-partidário 3. Principais nomes da política mineira: presidentes da República 4. Chefes políticos no Estado 5. A política e o interesse público: governos do Estado 6. Minas no contexto nacional: esperanças e frustrações 7. O fim de uma era

1. SINGULARIDADES E CONTRADIÇÕES

O panorama político de Minas Gerais, na Primeira República, foi marcado por singularidades e contradições.

A representação política era da melhor qualidade: compunham-na os nomes mais categorizados que o Estado podia, então, escolher. Mas a vida partidária era dominada pelo autoritarismo e as eleições não primavam pela lisura nem pela autenticidade. Aliás, sob esse aspecto, a situação em Minas não diferia do restante do País, vindo a calhar, pois, o chiste de Gilberto Amado: Na República Velha, "as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira"[1].

Outro aspecto a destacar diz respeito à conduta dos políticos mineiros. Eles eram, em geral, homens austeros, de caráter ilibado, que

1 AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 84.

exerciam a atividade política com inegável desprendimento. Não há notícia de políticos corruptos no Estado, ao longo da Primeira República. Nenhum deles, ao que se saiba, se locupletou no exercício de cargos públicos. Muitos dos que se destacaram na liderança política e ocuparam os mais elevados cargos, eram, aliás, homens de condições econômicas modestas e hábitos morigerados, quando não espartanos. Dá bem uma ideia do estilo de vida dos políticos mineiros a descrição pitoresca de Pedro Nava, nas suas Memórias, quando alude aos deputados e, até, a presidentes do Estado, no seu "fraque bem escovado às vezes cobrindo os fundilhos primorosamente cozidos das calças listradas", com os "calçados usados mas bem tratados e sempre reluzentes", "às vezes cortados transversalmente pela linha das cabecinhas douradas dos pregos da meia-sola". Essas roupas e esses calçados – acrescentava o memorialista, dando caráter de testemunho à observação, ao frisar: "Eu vi. [...] refletiam a simplicidade, a austeridade, a severidade" de costumes dos políticos mineiros[2]. Contrastando, porém, com esse tipo de comportamento, não se pejavam muitos dos nossos líderes de usar a máquina pública para se manter no poder. As nomeações políticas, o nepotismo, as remoções de servidores, notadamente delegados de polícia e diretores de grupos escolares, o favorecimento aos amigos e a perseguição aos adversários, eram práticas comuns, adotadas por varões ilustres para os quais só havia um fato desabonador na política: perder as eleições...[3]

Num clima em que dominava o coronelismo, havia, no entanto, preocupação com o nível intelectual dos escolhidos para o exercício dos mandatos legislativos. Predominavam, entre esses, os bacharéis em Direito. E era na atividade profissional como advogados e promotores de Justiça que eles apareciam e se projetavam, ganhando espaço, em

2 NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 302.

3 Diz Raymundo Faoro: "Esta é a contradição de todos: a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional, a obscura, caótica e submersa soberania popular. A vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer, a qualquer preço." (FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977, v. 2, p. 629).

seguida, no campo político. Ninguém subia em vão, nos escalões da vida pública e os cargos não se conquistavam a poder de dinheiro.

Não havia, em suma, confusão entre o público e o privado, isto é, a coisa pública não era usada para auferir vantagens na vida privada. Os políticos eram autoritários, alguns se comportavam como donos do poder, mas eram homens, individualmente, probos.

Os abusos e distorções não se podiam atribuir, pois, a falhas de caráter, mas à cultura política da época, que aceitava como normais certos procedimentos hoje inadmissíveis. É certo que, para isso, contribuíam as lacunas do ordenamento jurídico então vigente, concebido à luz do individualismo, avesso a controles rigorosos e no qual a autoridade de quem exercia o poder parecia incontrastável. Além do sistema eleitoral vicioso e aberto a fraudes de toda ordem, não havia a exigência de concurso para o provimento de cargos públicos. O Poder Executivo tinha um papel hegemônico em relação aos demais. O Legislativo, por sua vez, exercia o odioso poder de verificação da legitimidade dos mandatos, para dar posse aos seus novos membros, na ausência, então, de uma Justiça Eleitoral ou mesmo de um Código Eleitoral. E o Judiciário, nesse contexto, longe estava de investir-se de competência para atuar no controle dos atos dos demais poderes, praticamente limitando-se a função jurisdicional à solução de conflitos individuais.

Cabe lembrar, ainda, como traço característico da vida pública em Minas, na Primeira República, o fato de que, na sua maioria, a classe política não era constituída de políticos profissionais. Os deputados e senadores exerciam os respectivos mandatos sem se afastarem de suas atividades, fossem as profissões liberais, fosse a administração dos seus negócios, como fazendeiros ou empresários. O exemplo mais significativo, a esse respeito, é o de João Pinheiro, que, depois de exercer, no início da República, funções provisórias de presidente do Estado, afastou-se, temporariamente, da política e voltou a cuidar das suas cerâmicas, na olaria que mantinha em Caeté, até voltar, depois, ao proscênio da vida pública, como senador e presidente eleito de Minas Gerais. Aliás, esse eminente vulto da história mineira costuma ser referido, em razão de suas atividades profissionais, como o "oleiro de Caeté". Naturalmente que, para o exercício cumulativo das funções públicas e das atividades pro-

fissionais, contribuía a circunstância de as sessões das Casas legislativas não serem contínuas, mas limitadas a determinados períodos, no ano.

Por fim, a contradição maior que a política em Minas apresentava, na Primeira República, era esta que Dario de Almeida Magalhães aponta e explica: "O sistema legal, no plano político, era um, e o real, outro, caracterizando uma democracia formal, em que a participação do povo era apenas aparente ou sacramental. O artificialismo indesconhecível denunciava, porém, pela duração que assegurou ao sistema, que este correspondia a uma fase da nossa evolução"[4].

2. O QUADRO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

O quadro político-partidário na Primeira República era um quadro de uma só cor. Não havia matizes que lhe revelassem diversidade de tons – ou de ideias. A bem dizer, nem era um quadro partidário, mas um bloco monolítico, simbolizando orientação única.

O panorama nacional, aliás, não abria espaço à formação de agremiações políticas. Inexistiam partidos nacionais. À falta de legislação sobre a matéria, não prosperaram, no início da República, as tentativas de organização partidária. Dois partidos então criados, a despeito das fortes lideranças que os impulsionavam, fracassaram, não logrando tornar-se, efetivamente, partidos nacionais: o Partido Republicano Federal, idealizado pelo general Francisco Glicério, e o Partido Republicano Conservador, de iniciativa do senador Pinheiro Machado – o condestável da República Velha.

Em Minas, como no País, de um modo geral, a mentalidade dos políticos era contrária aos partidos políticos nacionais. Um nome da mais alta expressão, por exemplo, como João Pinheiro, que, pela sua cultura e pela sua formação jurídica, devia conhecer a experiência de outras nações, nesse campo, tinha posição francamente hostil à representação partidária. Dir-se-ia que os partidos, para os líderes como João Pinheiro,

4 MAGALHÃES, Dario de Almeida. *Figuras e Momentos.* Rio de Janeiro, 1985, p. 294: *Um artista da política (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada).*

não fossem vistos como canais de expressão da vontade popular, mas como entraves ao exercício do poder dos estados, no contexto nacional. Ficara, dos tempos do Império, em que dois grandes partidos, o Partido Liberal e o Partido Conservador, formavam, seguida ou alternadamente, os gabinetes, num estado de feição unitária, cujas províncias nenhuma autonomia possuíam, a ideia de que os partidos políticos dificultariam a vida federativa. E, daí, o temor de que a criação de partidos, na República, pudesse prejudicar o funcionamento da federação, à medida que aparecessem, no plano nacional, como entidades acima dos estados-membros.

A despeito disso, no âmbito dos estados, atuando mais como agentes do poder do que como órgãos representativos de correntes políticas, surgiram os partidos republicanos. Eram partidos únicos ou partidos oficiais, bem de acordo com o sentido de sua atuação. Denominavam-se, em cada estado, pela junção do respectivo gentílico à designação geral de partido. Os mais influentes foram o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Houve casos, é certo, de organização de outras correntes, em determinados estados, como o Partido Federalista, no Rio Grande do Sul, e, já no final da República Velha, o Partido Democrático, em São Paulo e em outras unidades da federação. Mas, naqueles estados, como nos demais, predominava o partido oficial.

O PRM teve, em Minas, papel histórico relevante, tanto na formação de líderes da maior envergadura, quanto na preservação da unidade política do Estado. Esta foi alcançada graças, sobretudo, à ação dos dois primeiros presidentes eleitos pelo voto direto do eleitorado, Afonso Pena e Crispim Jacques Bias Fortes. Havia, até então, uma acentuada dispersão de forças políticas no Estado, que tornava o poder fragmentado e a antiga província ingovernável. Por isso, como lembra Amílcar Vianna Martins Filho, "quando Afonso Pena tomou posse, em julho de 1892, era o nosso nono governador do Estado, em menos de três anos de história republicana do País"[5]. À dispersão das forças políticas somavam-se os

5 MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas:* a origem do estilo mineiro de fazer política (1889/1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 198. Esclareça-se que os primeiros presidentes do Estado foram nomeados pelo governo provisório

movimentos de emancipação, sobretudo na Zona da Mata e no Sul do Estado[6]. O PRM, por meio de sua Comissão Executiva, que agia sob a orientação do presidente do Estado, foi capaz de superar essas dissensões e unir as forças políticas, o que fez, sempre, por meio de "medidas de cooptação e de coerção", tornando-se, assim, "o centro político" do Estado, "inteiramente capaz de dominar a política mineira"[7].

Partido que se apoiava na influência dos chamados coronéis, no interior do Estado, o PRM foi, aliás, uma agremiação marcadamente autoritária, sob o controle dominador da sua Comissão Executiva. Esta, na verdade, traçava a orientação e impunha as ordens, escolhia os candidatos e realizava as eleições. Era o império absoluto da vontade dos chefes, por meio da Executiva do partido, como se este obedecesse a uma organização hierárquica. [8]

---

da República. O primeiro foi Cesário Alvim, antecedido, em caráter interino, por Antônio Olinto, uma vez que, estando, no dia 15 de novembro, em sua fazenda de Ubá, o ilustre mineiro levou uns dias para chegar a Ouro Preto e assumir o governo. Seguiram-se, como presidentes provisórios, João Pinheiro da Silva, Crispim Jacques Bias Fortes (em quatro períodos alternados), Domingos José da Rocha, Frederico Augusto Álvares da Silva, Antônio Augusto de Lima e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Na verdade, foram nove governos, no período referido, não propriamente nove governadores. (Cf. REIS, Milton. *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.).

6 MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 198.

7 *Ibid.*, p. 218.

8 Poucos ousaram desafiar o poder da Executiva do PRM na escolha de candidatos às Casas Legislativas. Há, contudo, ao menos uma exceção interessante. Ministro da Fazenda no governo Wenceslau Braz, o político mineiro Sabino Barroso (grande figura do PRM, que foi também presidente da Câmara dos Deputados) indicou como candidato à Câmara Federal o jornalista e intelectual Joaquim de Salles. A Comissão Executiva o rejeitou e o então presidente do Estado, Delfim Moreira, telegrafou a Sabino, informando que a direção do partido preferia um nome "mais antigo, de maiores serviços ao Estado", nome esse que era, desde logo, mencionado. Joaquim de Salles, que, então, assessorava o ministro da Fazenda, abriu o telegrama, mostrou-o a Sabino, e este, incontinenti, recomendou-lhe a resposta, nos termos que ditou, na hora: "Meu candidato é Joaquim de Salles". Este redigiu o texto da mensagem e indagou: "Ponho abraços?" – "Nem abraços nem saudações. Em seco." – respondeu Sabino. Vinte e quatro horas depois, chegava-lhe outro telegrama do presidente do Estado, comunicando-lhe que a Executiva, por unanimidade, acolhera a indicação.

A propósito da preeminência da Comissão Executiva do PRM na vida partidária, vale lembrar que prestigioso jornalista da época, José Maria Teixeira de Azevedo Júnior (que dirigiu o *Diário de Minas* e o *Jornal do Povo*, em Belo Horizonte, transferindo-se, depois, para *O Farol*, de Juiz de Fora, e tornando-se, por fim, correspondente do *Correio da Manhã*), inspirado, provavelmente, na obra *Tartarin de Tarascon*, de Alphonse Daudet, pespegou-lhe o apelido de Tarasca. Explica Francisco de Assis Barbosa:

> O nome Tarasca vem do legendário dragão que assolava a região do Ródano e que acabou sendo domado por Santa Marta. No dia da santa, nas festas de Pentecostes, a Tarasca surge nas procissões num espantalho, objeto da chacota popular[9].

O vocábulo "tarasca" acha-se incorporado ao léxico. O *Lello universal*, no verbete correspondente, dá-lhe a feição de um "animal fabuloso", descrevendo-o da mesma forma que o historiador citado[10]. O *Caldas Aulete* registra a palavra como designativa de "mulher de mau gênio e feia"[11]. Igual sentido lhe atribuem Cândido Figueiredo[12] e o velho Moraes[13].

Vê-se, assim, que a denominação tem sentido pejorativo, sendo empregada, exatamente, para caracterizar o autoritarismo da Executiva do PRM, que agia como um dragão dominador e absoluto. Mas, não obstante, acabou assimilada pelos próprios integrantes do partido. Tornaram-se

---

(Cf. SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória:* políticos e jornalistas do meu tempo. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961, p. 36 e 37).

9 BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano, nota bibliográfica nº 7. *In*: *Ideias políticas de João Pinheiro.* Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa: MEC, 1980, p. 63.

10 GRAVE, João; COELHO NETO, Henrique Maximiano (Dir.). *Lello universal*. Porto: Livraria Chardron, [19--]. v. 2.

11 AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1970. v. 5.

12 FIGUEIREDO, Cândido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson, data?. v. 2.

13 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 9. ed. Lisboa: Litteraria Fluminense, 18-?. v. 2.

comuns, assim, como numa sinonímia, as referências à Executiva do PRM sob o título de "Tarasca".

Nesse sistema de partido único, era inevitável que nascessem divergências locais, entre as correntes políticas que formavam o PRM e davam apoio aos seus governos. Surgiram, por isso, as dissidências do Partido Republicano Mineiro, que eram micropartidos, de atuação nos municípios em que se formavam. No plano local, as divergências resultavam, muitas vezes, em antagonismos fortes e, até mesmo, em conflitos graves. Na esfera estadual, porém, as correntes conflitantes tinham (ou procuravam ter) o beneplácito da Tarasca e dos governos que ela comandava. E, dessa forma, se processava, ao fim e ao cabo, uma acomodação geral...

3. PRINCIPAIS NOMES DA POLÍTICA MINEIRA: PRESIDENTES DA REPÚBLICA

O sistema político então em vigor – fechado e centralizador – ensejou, não obstante, o surgimento de grandes líderes, homens que pareciam talhados para a vida pública. Isso que, ao observador menos atento, pode afigurar-se paradoxal, explica-se pelo fato de existir, então, no Estado (e no resto do País, de um modo geral) uma elite política que se formara naturalmente mediante o concurso dos bacharéis saídos, sobretudo, das Faculdades de São Paulo e de Minas Gerais. Eles encontravam, então, na atividade política a melhor forma de realização pessoal, talvez porque o País não oferecesse, ainda, no campo econômico, perspectivas mais promissoras para o exercício da advocacia ou para as atividades empresariais. É preciso lembrar que essa fase da história do País corresponde ao apogeu do bacharelismo, tão estigmatizado, hoje, mas que tão importante se revelou para a formação das nossas elites intelectuais e políticas. Acresce que, como já foi dito, os chefes políticos de então sabiam escolher ou cooptar os melhores valores, aqueles que se mostravam aptos para o exercício das funções públicas.

Eram bacharéis em Direito, na sua maioria, os deputados, senadores e presidentes do Estado, em Minas Gerais. Destes últimos, particularmen-

te, excluídos Silviano Brandão, que era médico, Júlio Bueno Brandão, que não tinha formação superior (embora fosse advogado provisionado, isto é, rábula, a quem se permitia o exercício da advocacia), e Olegário Maciel, engenheiro, todos os demais eram bacharéis, diplomados pelas Faculdades de São Paulo ou de Minas Gerais.

Não se pode dizer que esses bacharéis fossem, sem exceção, homens de grande valor intelectual, mas também não parece razoável admitir que a maioria dos que vieram a ser eleitos presidentes do Estado fosse constituída de medíocres, como afirma Afonso Arinos de Melo Franco[14], em apreciação contestada por Daniel de Carvalho[15] e Paulo Amora[16]. Eram, na verdade, cidadãos de estofo moral e intelectual, nem todos cultos, no rigor do termo, mas todos, certamente, dotados dessa qualidade que, hoje, tanto falta aos nossos políticos: o senso comum, a capacidade de identificar-se com os sentimentos e as aspirações da comunidade.

Destacavam-se entre os presidentes do Estado, na Primeira República, figuras de inegável brilho intelectual, como João Pinheiro, Raul Soares, Fernando de Melo Vianna (que foi, depois, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Dentre eles, notabilizou-se, sob o aspecto apontado, Raul Soares de Moura. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, iniciou sua carreira no exercício do cargo de promotor de Justiça, em Carangola, no período de 1901 a 1903. Depois, "ferido por uma decepção sentimental", foi para São Paulo, onde, após breve passagem por Ribeirão Preto, cidade em que já residia um irmão seu, instalou-se em Campinas, abrindo banca de advocacia e ali permanecendo por algum tempo (de 1904 a 1910). Na última cidade, Raul Soares foi aprovado em concurso para professor de Português do Colégio Estadual, concorrendo com dois outros candidatos, um dos quais o conhecido gramático Otoniel Mota.

---

14 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo:* memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961, p. 75.

15 CARVALHO, Daniel de. Política mineira. *In*: *Ensaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964, p. 133-163.

16 AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 32-38.

Em 1909, publicou livro de grande repercussão – *O poeta Crisfal* –, em que atribuiu a autoria da célebre écloga a Cristovam Falcão, refutando tese então sustentada por escritor português, que dava como autor do poema pastoril Bernardim Ribeiro[17]. Raul Soares seria, depois, ministro da Marinha, no governo Epitácio Pessoa (um dos dois ministros civis de pastas militares daquele governo), quando realizou administração que mereceu o reconhecimento geral da Armada.

Para a Câmara dos Deputados e o Senado federais, Minas enviou, na Primeira República, nomes da mais alta expressão, como Carlos Peixoto Filho (presidente, por dois mandatos, da Câmara), Sabino Barroso (presidente da Câmara dos Deputados, ministro da Justiça no governo Campos Sales e ministro da Fazenda no governo Wenceslau Braz), Francisco Sales (que seria presidente do Estado e, depois, ministro da Fazenda no governo do marechal Hermes), Gastão da Cunha (que acabou seguindo a carreira diplomática), João Luís Alves (nascido em Juiz de Fora, civilista conceituado, autor de importante obra sobre o Código Civil, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras), Pandiá Calógeras (ministro de mais de uma pasta, inclusive a da Guerra, no governo Epitácio), Davi Campista (político de Rio Preto, ministro da Fazenda no governo Afonso Pena e pré-candidato à sua sucessão), Antônio Augusto de Lima (presidente provisório do Estado, quando nomeou a comissão encarregada de estudar a transferência da capital para a região de Curral del Rey; professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, historiador e poeta, membro e presidente da Academia Brasileira de Letras), Astolfo Dutra (presidente da Câmara por quatro mandatos, chefe político em Cataguases), Ribeiro Junqueira (José Monteiro Ribeiro Junqueira, de seu nome todo, advogado e empresário, que foi agente executivo em Leopoldina, integrou o Congresso Mineiro e foi, depois, deputado federal em mais de uma legislatura, tendo presidido a Comissão Executiva do PRM), José Bonifácio de Andrada e Silva, de Barbacena, (advogado e historiador, grande tribuno, era membro do

17 CARVALHO, Afrânio de. *Raul Soares, um líder da República Velha*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 47-51.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ingressou na Câmara dos Deputados em 1899 sendo eleito sucessivas vezes até 1930. No governo de seu irmão Antônio Carlos, foi líder da Aliança Liberal ao lado do gaúcho Flores da Cunha, e, após a Revolução de 1930, dedicou-se à carreira diplomática sendo embaixador do Brasil na Argentina, em Portugal, na Itália e no Vaticano, tendo sido vice-presidente da Conferência Pan-americana de 1933), Manoel Tomás Carvalho Brito (advogado e empresário, que chefiou, em 1929, a Concentração Conservadora e que se opôs, em Minas, à Aliança Liberal), Afrânio de Melo Franco (ministro da Viação no governo Delfim Moreira, e, depois de 30, ministro das Relações Exteriores), Afonso Pena Júnior (ministro da Justiça no governo Bernardes, depois membro da Academia Brasileira de Letras), Alaor Prata (engenheiro, prefeito do Rio de Janeiro no governo Bernardes), Viana do Castelo (ministro da Justiça no governo Washington Luís), Francisco Luís da Silva Campos (que seria, após a Revolução de 1930, o primeiro ministro da Educação e, depois, ministro da Justiça, um dos maiores jurisconsultos brasileiros de todos os tempos), Olegário Dias Maciel (que seria, também, senador estadual, vice-presidente do Estado no período de Raul Soares e, finalmente, presidente, eleito a 1º de março de 1930 para o cargo, em que se manteve, após a revolução, até a sua morte, em 1933), além de outras figuras de relevo. De Juiz de Fora para o cenário nacional, despontaram na Primeira República homens da estirpe de Feliciano Augusto de Oliveira Pena (deputado e senador federal, primo-irmão e cunhado de Afonso Pena), João Nogueira Penido Filho (deputado federal em mais de uma legislatura), Fernando Lobo Leite Pereira (senador federal, ministro das Relações Exteriores e da Justiça, no governo Floriano Peixoto, tendo tido, nesse governo, importante papel na repressão às insurreições então surgidas), Constantino Luiz Paleta (deputado federal constituinte, em 1891, republicano histórico, de muito prestígio junto a Floriano Peixoto, em cujo governo declinou da nomeação para as funções de chanceler), Francisco de Campos Valadares (deputado federal em mais de uma legislatura, foi o autor do projeto de lei que revogou o banimento da família imperial), Duarte de Abreu (agente executivo, foi deputado federal e teve destacada atuação na Campanha Civilista de 1909-1910), Francisco Bernardino

Rodrigues Silva (que foi deputado estadual e deputado federal). A esse rol de políticos de Juiz de Fora que se projetaram no plano nacional, é de acrescentar-se o já referido Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que, na Manchester mineira, iniciou sua carreira, como vereador e presidente da Câmara Municipal, ascendendo, depois, a altos cargos no plano estadual (prefeito de Belo Horizonte, secretário de Estado e presidente de Minas Gerais) e federal (deputado, senador, ministro da Fazenda no governo Wenceslau, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, presidente em exercício da República, já no regime Vargas).[18]

No plano estadual, integrando o Congresso mineiro, então composto pelo sistema bicameral, que compreendia a Câmara dos Deputados e o Senado estadual[19], atuaram figuras que, igualmente, engrandeceriam qualquer parlamento[20], como Virgílio Martins de Melo Franco (pai de Afrânio e de Afonso Arinos, o autor de *Pelo sertão*; foi juiz de Direito, em Minas e, depois de aposentado, tornou-se senador estadual e professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais), José Pedro Xavier da Veiga (historiador, autor das *Efemérides mineiras*, obra clássica), Carlos Ferreira

18 Cumpre destacar, entre os parlamentares mineiros da Primeira República, os que integraram a Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Assinaram o texto da 1ª Constituição Republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891: senador Américo Lobo Leite Pereira e deputados Antonio Olyntho dos Santos Pires, Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas, Gabriel de Paula Almeida Magalhães, João das Chagas Lobato, Antonio Jacob da Paixão, Alexandre Stockler Pinto de Menezes, Francisco Luiz da Veiga, José Cândido da Costa Senna, Antonio Affonso Lamounier Godofredo, Álvaro A. de Andrade Botelho, Feliciano Augusto de Oliveira Penna, Polycarpo Rodrigues Viotti, Antonio Dutra Nicácio, Francisco Corrêa Rabello, Manoel Fulgêncio Alves Pereira, Astolpho Pio da Silva Pinto, Aristides de Araújo Maia, Joaquim Gonçalves Ramos, Carlos Justiniano das Chagas, Constantino Luiz Paleta, João Antonio de Avellar, José Joaquim Ferreira Rabello, Francisco Álvaro Bueno de Paiva, José Carlos Ferreira Pires.

19 O Congresso estadual era referido, na gíria política, como a "bitola estreita", em contraposição ao Congresso Nacional, que, segundo o paralelismo com a largura dos trilhos das vias férreas assim estabelecido, seria a "bitola larga".

20 Para conhecimento mais amplo da composição e da importância do Congresso mineiro, especialmente do seu Senado, veja-se SILVEIRA NETO. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI/FDUFMG, 1978.

Alves (médico fluminense radicado em São João Nepomuceno, de que foi o grande edificador; integrou o Congresso Constituinte mineiro de 1891, de cuja Mesa fez parte, como segundo-secretário, vindo a ser, depois, vice-presidente do Senado), Augusto Glória Ferreira Alves (também médico e irmão do anteriormente referido, igualmente radicado naquela cidade mineira, onde foi também agente executivo, elegendo-se, depois, senador estadual e deputado federal), Joaquim Antônio Dutra (como os anteriores, médico em São João Nepomuceno, neto do coronel José Dutra, um dos fundadores daquela cidade, primo e cunhado de Astolfo Dutra), Péricles Vieira de Mendonça (também de São João Nepomuceno, onde foi agente executivo; deputado, presidente da Câmara dos Deputados e senador estadual por vários mandatos), Eduardo Ernesto Gama Cerqueira (que foi vice-presidente do Estado), Júlio César Tavares Paes (nascido em Santana do Sapucaí, hoje Silvianópolis, conterrâneo, portanto, e contemporâneo de Silviano Brandão, foi deputado por duas legislaturas e senador estadual, tendo falecido prematuramente, aos 43 anos)[21], Augusto Coimbra da Luz (deputado na última legislatura do período em referência, foi advogado de grande destaque e um dos fundadores da Faculdade de Direito que hoje integra a Universidade Federal de Juiz de Fora).

Foram presidentes da República, no período estudado, os mineiros Afonso Pena, Wenceslau Braz, Delfim Moreira (na verdade, vice-presidente em exercício) e Arthur Bernardes.

Afonso Pena iniciara a vida pública no Império, quando foi ministro de três pastas – Guerra, Agricultura e Interior e Justiça –, em diferentes gabinetes. Formara-se em São Paulo, em 1870, na mesma turma de Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco, que era integrada também por Crispim Jacques Bias Fortes, futuro presidente de Minas, na Primeira República. Cabe assinalar que, desses seus colegas, Afonso Pena foi o único que obteve o grau de doutor, uma vez que os demais referidos, especialmente os dois primeiros, que eram seus amigos, não se

21 DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patrícia. *Júlio Tavares – 1863/1906:* café, Mogiana e PRM. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

interessaram em fazer o curso respectivo, após o bacharelado. Mostrava, já então, Afonso Pena vocação para o magistério jurídico e veio a ser, efetivamente, um dos fundadores e o primeiro diretor da Faculdade de Direito que hoje integra a Universidade Federal de Minas Gerais. Na República, tornou-se o primeiro presidente eleito do Estado de Minas Gerais pelo voto direto, elegendo-se, depois, vice-presidente da República, no primeiro mandato do presidente Rodrigues Alves, na vaga deixada por outro mineiro, Silviano Brandão, que, eleito para o cargo, quando exercia o governo de Minas, faleceu, no entanto, em dezembro de 1902, antes da posse. Afonso Pena viria a ser o sucessor de Rodrigues Alves. No governo, cercou-se de uma plêiade de jovens políticos, um grupo brilhante, que, pela juventude dos seus integrantes, recebeu a alcunha de "Jardim da Infância". Era esse grupo formado, entre outros, por Carlos Peixoto Filho, João Luís Alves, Pandiá Calógeras, Davi Campista e o gaúcho James Darcy. A crise política armada em torno da sucessão presidencial, quando o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, com apoio de Pinheiro Machado, se impôs candidato, acabou provocando grande abalo no presidente Afonso Pena, já fragilizado pela perda de um filho e acometido de forte gripe, o que o levou à morte, em 1908[22].

Wenceslau Braz Pereira Gomes, antes de ser presidente (1914-1918), fora o vice de Hermes da Fonseca (1910-1914), tendo sido também, no plano estadual, secretário de Estado, vice-presidente e presidente de Minas Gerais. Governou em plena guerra mundial – a primeira guerra, de 1914 a 1918 – e soube manter um clima de ordem, no País, que vivia um período de grande intranquilidade, sofrendo os rescaldos do conturbado governo do marechal Hermes da Fonseca[23]. No quatriênio

22 LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua* época. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

23 Abordando o governo Wenceslau Braz, diz Afonso Arinos de Melo Franco: "Conjugavam-se ameaçadoramente contra ele a crise interna e a catástrofe internacional. A crise interna era alarmante. Politicamente, nunca, desde o 15 de Novembro, a autoridade presidencial descera tanto. A imprensa encarniçou-se contra Hermes, naqueles últimos dias de governo, nos quais terminara o estado de sítio. O pobre marechal era um trapo enlameado, que os jornais arrastavam pela rua da amargura.

de Wenceslau, promulgou-se o primeiro Código Civil Brasileiro – o Código de 1916. No mesmo ano, outra lei importante foi promulgada, atribuindo aos juízes de direito o controle do alistamento eleitoral, bem como a presidência das mesas receptoras. Foi o diploma legal de 27 de dezembro de 1916, assim, uma lei precursora da reforma eleitoral que a Revolução de 1930 instituiria. Também o serviço militar obrigatório surgiu no governo Wenceslau Braz[24].

Delfim Moreira da Costa Ribeiro, antigo presidente do Estado, assumiu o governo federal como vice-presidente eleito, na chapa formada com Rodrigues Alves, para aquele que seria o segundo mandato do ilustre paulista. Sentindo-se Rodrigues Alves, em razão de seu estado de saúde, impossibilitado de assumir o cargo, na data aprazada, comunicou ao presidente do Congresso que o vice Delfim Moreira nele se empossaria, provisoriamente – o que, de fato, aconteceu. Com o falecimento, pouco depois, de Rodrigues Alves, Delfim Moreira continuou no exercício da presidência, até a posse do novo presidente a ser eleito, uma vez que a vaga se dera na primeira metade do mandato e, de acordo com a Constituição à época em vigor – a Constituição de 1891 –, outra eleição, por isso, haveria de realizar-se. Acometido de esclerose progressiva, Delfim Moreira concluiu seu período de governo com a saúde bastante precária[25]. Na verdade, a presidência já vinha sendo exercida,

---

O Rio crispava-se na desordem. Estudantes e populares chocavam-se pelas esquinas e praças, em arruaças violentas, contra forças militares e bandos de capangas armados, sob o comando dos famigerados Serra Pulquério e Pinto de Andrade. Acima da autoridade do governo, procuravam, agora, os mercenários, salvar a própria pele contra a reação do povo." (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 624).

24 BESSONE, Darcy. *Wenceslau, um pescador na presidência*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968. Sobre o perfil de Wenceslau, ver RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947, p. 189-194.

25 João Mangabeira conta que encontrou, uma tarde, Rui Barbosa desolado, em sua biblioteca, porquanto estivera, naquele dia, no Palácio do Catete e sentira os primeiros sinais da doença que acometera o presidente. Daí o seu comentário com o jovem amigo baiano: "Que maldade contra o País: fazerem a chapa presidencial com um moribundo e um louco!". (MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943, p. 294). Juízo talvez exagerado, mas que

havia algum tempo, por uma espécie de gabinete que tinha como chefe o ministro da Viação, Afrânio de Melo Franco. Foi o que se chamou, na época, de Regência Republicana. A despeito disso, empossado Epitácio Pessoa a fim de completar o quatriênio para o qual Rodrigues Alves fora eleito, originariamente, Delfim voltou ao cargo de vice-presidente, que exerceu até a sua morte, a 1º de julho de 1920, alternando momentos de lucidez e de confusão mental. Foi, então, eleito, em eleição suplementar, vice-presidente da República Bueno de Paiva (Francisco Álvaro Bueno de Paiva, político do Sul de Minas), o qual exerceu o cargo até o fim do quatriênio, em 15 de novembro de 1922.[26]

Arthur da Silva Bernardes foi eleito presidente da República, em março de 1922, num clima de grande agitação política, que chegara a ameaçar-lhe a posse. Isso em razão da maior intriga da história republicana. O *Correio da Manhã*, prestigioso jornal do Rio de Janeiro, divulgou cartas supostamente endereçadas pelo presidente ao seu amigo Raul Soares, contendo ofensas ao Exército e, particularmente, ao marechal Hermes da Fonseca. A falsidade dessas cartas foi depois, inequivocamente, comprovada, bem como sua autoria, atribuída a dois falsários: Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães. Mas o episódio criou um clima de animosidade tal entre Bernardes e as Forças Armadas que o presidente Epitácio Pessoa, em reunião com próceres mineiros – a célebre reunião do Palácio do

revelava o impacto que a audiência com Delfim causara a Rui Barbosa, em face das vacilações que o presidente em exercício demonstrava.

26 Sobre o perfil de Delfim Moreira, ver CARVALHO, Daniel de. Política mineira. *In*: *Ensaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964, p. 159-163; RACHE, Pedro. Homens de Minas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947, p. 194-215. Delfim, enquanto conservou plena saúde, demonstrava firmeza, presença de espírito e senso de humor em suas atitudes, como no episódio de sua recusa ao pedido de Rodrigues Alves para que fosse pessoalmente à casa de Rui Barbosa tentar demovê-lo da resposta negativa que este dera ao convite do presidente eleito para representar o Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes: "Conselheiro," – disse ele a Rodrigues Alves, ante a observação deste de que, "se estivesse em condições de sair de casa", o faria – "se o senhor subisse as escadas do Rui estaria subindo, mas eu, se fizesse o mesmo, estaria descendo". E como Rodrigues Alves lhe perguntasse, então, o que pretendia fazer, foi irônico: "Sr. Conselheiro, sinto muito, mas chorar não posso..." (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973. v. 2, p. 853).

Catete – chegou a sugerir a renúncia do candidato já eleito. O quatriênio de Arthur Bernardes foi bastante conturbado, tendo o seu governo transcorrido, em grande parte, sob estado de sítio, com inúmeras prisões e deportação de adversários para a região da Amazônia denominada Clevelândia. Intervenção no antigo Estado do Rio de Janeiro, a pretexto de dualidade de governos e assembleias legislativas, de que resultou o afastamento do presidente Raul Fernandes, adversário de Bernardes; deflagração, em São Paulo, a 5 de julho de 1924, da revolta chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes – um rescaldo do levante do Forte de Copacabana, ocorrido na mesma data, em 1922, conhecido como a rebelião dos 18 do Forte; eclosão de um movimento paralelo, no Rio Grande do Sul, cujas forças se juntaram aos remanescentes da revolta paulista, dando origem à chamada Coluna Prestes, que atravessaria o País, do Centro para o Nordeste, até esgotar-se e dissipar-se, dois anos e meio depois, quando os seus participantes penetraram em território boliviano – foram estes os principais episódios que agitaram o quatriênio do presidente mineiro. Bernardes deixou, em sua passagem pela presidência da República, a marca de seu ideário nacionalista. Foi um governo autoritário, como as circunstâncias, de início, pareciam justificar, mas austero e voltado para os problemas nacionais. Entre outros marcos do governo Bernardes, deve assinalar-se a promulgação da primeira lei de férias remuneradas, antecipando-se à legislação trabalhista, que viria depois da Constituição de 1934[27]. Sem esquecer a ampla reforma da Constituição de 1891, corrigindo os excessos do federalismo centrífugo daquela Carta e limitando o *habeas corpus* aos casos de ameaça ao direito de locomoção.

4. CHEFES POLÍTICOS NO ESTADO

Todos esses nomes até aqui referidos foram lideranças expressivas que a vida política do Estado revelou, na Primeira República. Destacam-se

27 AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964; MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes, estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

desse conjunto algumas personalidades que, pela influência que exerceram no Estado e fora dele, pelas correntes políticas que formaram dentro do PRM, pela liderança duradoura e marcante que protagonizaram, devem ser referidas como os grandes chefes políticos de Minas, naquele período. A atuação desses chefes demarcou períodos de influência bem definidos, a que correspondem, assim, fases distintas da política do Estado, na República Velha.

O primeiro grande chefe republicano foi Silviano Brandão – Francisco Silviano de Almeida Brandão, de seu nome todo. Político do Sul de Minas, médico de formação, um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde lecionou Medicina Legal, foi presidente do Estado de 1898 a 1902. Formou prosélitos, dentro do PRM, de tal modo que, após a sua morte, estes passaram a ser designados de "os viuvinhas" (assim mesmo, com o artigo definido masculino...) – e a influência do antigo chefe parecia, ainda, subsistir. Era ligado à corrente que se formou em apoio a Floriano Peixoto, diversamente de Cesário Alvim, o primeiro presidente eleito do Estado, vinculado a Deodoro da Fonseca, com quem mantinha relações pessoais, desde os tempos do Império – e cuja renúncia à presidência da República foi um dos fatores determinantes do seu afastamento do governo de Minas.

Seguiu-se o extenso período de liderança de Francisco Sales, político de Lavras, que foi o sucessor de Silviano Brandão na presidência do Estado. Homem tido como de pouco brilho intelectual, mas de exemplar honradez, dotado de bom senso e capacidade de articulação, Francisco Sales chegou a ser cogitado como candidato à presidência da República, mas declinou da lembrança de seu nome em favor de Afonso Pena, que acabou sendo o escolhido. Foi, depois, ministro da Fazenda, no governo Hermes da Fonseca. Coube-lhe papel importante na chamada "política dos governadores", inaugurada por Campos Sales (que preferia chamá-la de "política dos estados"), uma vez que lhe deu sustentação, em Minas, num prenúncio da futura composição que ficou conhecida como a "política do café com leite".

O domínio de Sales, no PRM, dura até 1918, quando, com a ascensão de Bernardes à presidência do Estado, inicia-se a fase do bernardismo, francamente antagônica à do político de Lavras, que, a propósito, cai,

então, num ostracismo do qual jamais se recuperará. Bernardes, pelo seu feitio pessoal, era um homem extremamente dominador. Costuma-se dizer, aliás, que o período de sua liderança na política mineira superou, até mesmo, a força da Tarasca, porque passou a ser o "domínio de um só homem". Além do mais, Arthur Bernardes era intransigente e suspicaz. Foi, aliás, em razão de seus excessivos melindres que se afastou de Francisco Sales, o líder que lhe abrira espaço na política[28].

Ao bernardismo, vai suceder, a partir de 1926, o carlismo, com a investidura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na presidência de Minas Gerais. Um dos líderes políticos mais sagazes que Minas já conheceu, dotado de inegáveis qualidades de estadista, Antônio Carlos realizou importante administração à frente do governo do Estado, como se verá mais adiante. Parecia ser o candidato natural à sucessão de Washington Luís e a frustração dessa expectativa foi, sem dúvida, fator determinante para que Minas apoiasse a Revolução de 1930.

Há quem aponte também, pela sua preeminência na cúpula do PRM, como um dos chefes que demarcaram terreno na política de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes. De fato, foi o político de Barbacena quem, por mais tempo, chefiou a Tarasca (de 1898 a 1917). Mas, a despeito disso, sua influência foi mais regional, não se podendo dizer que tenha sido chefe de uma corrente do PRM, como os anteriormente referidos.

---

28 O estremecimento entre Bernardes e Sales deu-se em virtude de um discurso inábil, por este proferido, como presidente da Comissão Executiva do PRM, no banquete oferecido a Delfim Moreira, em Belo Horizonte, a 7 de julho de 1918, ao ensejo de sua eleição para a vice-presidência da República, na chapa de Rodrigues Alves. Embora Arthur Bernardes estivesse à mesa principal, como presidente eleito do Estado, Francisco Sales, falando em nome das lideranças de Minas, não lhe referiu sequer o nome e, aparentemente, desdenhou de seu papel como intérprete da política mineira ao dizer, referindo-se a Delfim, que este seria, junto a Rodrigues Alves, "o órgão autorizado das aspirações e da política deste Estado". Daniel de Carvalho, na biografia de Francisco Sales, descarta a intenção deste de desmerecer Bernardes, atribuindo o fato à hipótese de que o discurso houvesse sido redigido por terceira pessoa, imbuída de intenção malévola – o que, de qualquer forma, deixa mal Francisco Sales ou corrobora o juízo depreciativo que alguns faziam de seus dotes intelectuais (CARVALHO, Daniel de. *Francisco Sales:* um político de outros tempos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963, p. 89, 98 e 99).

Além do que, faleceu a 14 de maio de 1917, quando a liderança de Francisco Sales ainda predominava.

Outras figuras prestigiosas da política mineira, como Cesário Alvim, João Pinheiro e Raul Soares, não chegaram a desempenhar o mesmo papel desses chefes na condução da política mineira, por haverem saído de cena prematuramente. José Cesário de Faria Alvim – que fora o primeiro presidente efetivo do Estado, por designação do governo provisório da República e que veio a ser eleito presidente pelo Congresso estadual, logo após a promulgação da primeira Constituição de Minas, em reconhecimento à sua longa folha de serviços, desde os tempos do Império, como deputado provincial e deputado-geral –, renunciou ao cargo, menos de um ano depois de sua consagradora indicação, pelo voto quase unânime dos congressistas mineiros, e afastou-se, assim, definitivamente, da vida política. João Pinheiro da Silva e Raul Soares de Moura faleceram, antes dos 50 anos, na metade dos respectivos mandatos, como presidentes do Estado.

Afonso Pena e Wenceslau Braz, que ascenderam à presidência da República e ocupam lugares de destaque na história do Brasil, não são também, em geral, apontados como chefes políticos, por não haverem exercido, no Estado, por tempo tão duradouro como os primeiros aqui referidos, a liderança do PRM – ou, talvez, também por lhes faltar o perfil correspondente a esse papel. A indicação de ambos como candidatos à presidência não decorreu, aliás, do exercício de uma liderança pessoal que se impusesse no cenário nacional, mas de circunstâncias conjunturais.

5. A POLÍTICA E O INTERESSE PÚBLICO: GOVERNOS DO ESTADO

A volúpia pelo poder, que caracterizava a atuação dos homens públicos mineiros na Primeira República, pode sugerir a ideia de que estes se compraziam com o jogo político, sem outro objetivo que não fosse o de alcançar os postos administrativos ou as cadeiras do Legislativo e, assim, desfrutar de sua influência. Essa maneira de ver incorreria, no entanto, em grave equívoco e não faria justiça ao papel que eles representaram

naquela quadra da nossa história, onde se forjaram muitos dos nossos maiores estadistas. Os líderes políticos de Minas estavam, em geral, sintonizados com o interesse público e procuravam realizá-lo, com os meios de que, então, dispunha o Estado.

Logo no início da República, quando as finanças do Estado apresentavam situação bastante confortável, empreendeu-se a mudança da capital, com o planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte. Com isso, deu-se cumprimento ao disposto no art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição de 15 de junho de 1891, que previa a transferência da capital, de Ouro Preto para outro lugar. A obra, nas circunstâncias, não representou grande ônus para os cofres públicos[29] nem foi um rasgo de aventura ou uma obsessão de qualquer governo interessado em executá-la para marcar lugar na história. Com a modéstia que convinha à República e a austeridade tão do gosto dos mineiros – para usar a frase que, mais tarde, Milton Campos tornaria célebre –, a edificação de Belo Horizonte foi realizada nos governos Afonso Pena e Crispim Jacques Bias Fortes, tendo sido a nova capital inaugurada, por este, em dezembro de 1897.

O incremento da economia, com a valorização do café, o apoio à pecuária e a modernização da indústria de laticínios, foi uma constante nos primeiros governos, sendo digna de nota a realização, em 1903, na Capital, durante o governo de Francisco Sales, do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, quando os problemas concernentes a esses setores foram amplamente discutidos e as soluções equacionadas.

A criação de fazendas-modelo, a partir da fazenda da Gameleira, nas cercanias de Belo Horizonte, foi uma iniciativa importante do breve governo de João Pinheiro (1906-1908), que, como se sabe, faleceu na metade do mandato, aos 47 anos de idade, causando sua morte grande

29 Informa Afonso Arinos de Melo Franco que "O preço dela, entre 1895 e 1899, foi de 26.000 contos, soma considerável tendo-se em vista as arrecadações orçamentárias e o valor da moeda, no tempo", mas a que o Estado pôde fazer face porque, "graças à situação invejável do café, o tesouro mineiro nadava em ouro." (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 262).

comoção nacional. Arthur Bernardes, mais adiante (1922-1926), retomaria esse projeto. Foi em seu governo que se criou a Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa (terra natal do presidente), gérmen da conceituada Universidade Federal com que, hoje, conta aquela cidade.

João Pinheiro assinalou, ainda, seu governo, com a reforma do ensino primário e do ensino normal, a implantação do ensino técnico, bem como com a criação de vários grupos escolares, setor a que, igualmente, daria especial prioridade Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Este eminente homem público contou, para tanto, com o concurso de um grande secretário do Interior, Francisco Luís da Silva Campos (que viria a ser, depois da Revolução de 1930, como já foi dito, o primeiro ministro da Educação do País), o qual empreendeu, então, importante reforma da educação, em Minas. A preocupação com os modernos métodos de ensino levou o governo Antônio Carlos a promover a vinda ao Estado de um grupo de educadores estrangeiros, entre os quais se destacava a professora russa Helena Antipoff, que acabou permanecendo no País. Foi, ainda, no governo Antônio Carlos que se instalou, em 1927, a Universidade de Minas Gerais.

Cuidaram também os governos republicanos, em Minas, a partir de João Pinheiro, da expansão das ferrovias, com a construção de novos ramais, para atender ao interior do Estado, sobretudo à zona cafeeira.

João Pinheiro tinha clara visão desenvolvimentista do País e procurou imprimir ao seu governo uma linha de atuação inspirada nas modernas concepções econômicas, cunhando, mesmo, uma expressão que definia sua filosofia política – o "economismo"[30]. Arthur Bernardes também revelou especial cuidado com as finanças públicas, adotando uma política de austeridade administrativa e fiscal, em seu quatriênio. De destacar-se sua preocupação com a exploração de nossas riquezas minerais, especialmente o minério de ferro, o que o levou a resistir a pretensões ambiciosas da empresa Itabira Iron, promovendo revisão do contrato que lhe assegurava a exploração das minas de ferro.

30 Sobre o perfil de João Pinheiro, ver RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947, p. 19-222.

O incentivo à agricultura e a racionalização do plantio, mediante orientação técnica moderna, foram preocupações de vários governos, como os de Delfim Moreira e Júlio Bueno Brandão. Aquele criou escolas de formação técnica, de modo a habilitar profissionais capazes de dar aos fazendeiros do interior a orientação exigida. O segundo, visando a facilitar o crédito aos agricultores, fundou o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

Raul Soares, cujo governo durou menos de um ano e meio – porquanto, empossado a 7 de setembro de 1922, faleceu, prematuramente, a 4 de agosto de 1924, tendo permanecido licenciado do cargo, em razão da moléstia de que foi acometido, de setembro de 1923 a abril de 1924 – deixou algumas marcas de sua capacidade administrativa, já revelada, no plano federal, quando ocupou o Ministério da Marinha. Instituiu nova divisão administrativa no Estado, dando maior racionalidade à organização dos municípios. Reformou o sistema contábil, estabelecendo o método de empenho prévio das despesas a pagar. Concebeu importante plano viário para o Estado, planejando a construção de estradas de rodagem que ligassem o interior à Capital e cuidando, especialmente, das estradas de ferro, que entendia devessem merecer prioridade do governo, ante a constatação de que as primeiras ficavam sempre sujeitas a uma condição que escapava ao controle do Estado: o combustível dos veículos, que vinha de fora.[31]

31 Não comportando este trabalho estudo pormenorizado dos vários governos estaduais da Primeira República, convém registrar, todavia, a sequência dos que se seguiram à Constituição de 1891, indicando os respectivos titulares, eleitos na conformidade daquela Constituição, depois dos vários governos provisórios que a antecederam e aos quais já se fez referência. Cabe lembrar que os governantes recebiam, então, o título de presidente do Estado. Foram estes os seguintes, tendo sido o primeiro eleito pelo Congresso estadual e os demais pelo voto direto do eleitorado: José Cesário de Faria Alvim Filho (18/6/1891 a 9/2/1892, sucedido, interinamente, após a sua renúncia, pelo vice, Eduardo Ernesto Gama Cerqueira), Afonso Augusto Moreira Pena (1892-1894), Crispim Jacques Bias Fortes (1894-1898), Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902 – sucedido, no final do mandato, pelo vice Joaquim Cândido da Costa Sena, quando o titular, já eleito vice-presidente da República, na chapa de Rodrigues Alves, veio a falecer, antes da posse nesse último cargo), Francisco

6. MINAS NO CONTEXTO NACIONAL: ESPERANÇAS E FRUSTRAÇÕES

A história política de Minas Gerais, lastreada no idealismo dos inconfidentes, já havia revelado ao Brasil grandes estadistas, durante o Império, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão (o Marquês do Paraná), Teófilo Ottoni, Lafayette Rodrigues Pereira e muitos outros. A República, porém, pelo sentimento de preservação da coisa pública que alimentou, pela renovação dos costumes políticos que reclamava, pelo clima de liberdade que lhe era essencial, parece haver despertado, de modo particular, a vocação dos mineiros para a vida pública. A isso se conjugava a existência de "certas constantes psicológicas de sua gente", forjadas sob a influência do meio ou em função da própria geografia – "região sertaneja de montanhas" – e das condições econômicas – caracterizadas pelo "equilíbrio de sua economia de consumo" –, o que fazia do mineiro "o homem telúrico por excelência", "cauteloso nos negócios", "hostil a aventuras e a transformações súbitas" – ou seja, conservador, por natureza. Esses traços, que José Maria Bello tão bem identificou, explicam, talvez, a vocação do mineiro para a política, de que já se falou, e o equilíbrio por que quase sempre se pautaram seus líderes. Foi refletindo sobre tais virtudes, aliás, que aquele historiador pernambucano pôde esboçar um quadro altamente lisonjeiro do ambien-

Antônio de Sales (1902-1906), João Pinheiro da Silva (1906-1908, quando faleceu, sendo sucedido pelo vice Júlio Bueno Brandão), Wenceslau Braz Pereira Gomes (1909-1910, quando renunciou para candidatar-se a vice-presidente da República, na chapa do marechal Hermes da Fonseca), Júlio Bueno Brandão (1910-1914), Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1914-1918), Arthur da Silva Bernardes (1918-1922), Raul Soares de Moura (1922-1924, quando faleceu, sendo sucedido pelo vice Olegário Maciel), Fernando de Melo Viana (1924-1926), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), Olegário Dias Maciel (1930-1933, quando faleceu, sendo sucedido, interinamente, pelo secretário do Interior, Gustavo Capanema e, depois, por doze anos, já em plena Segunda República, por Benedito Valadares Ribeiro, que permaneceu à frente do governo até a queda do Estado Novo) – Cf. REIS, Milton. *A trajetória do poder*: de Cesário Alvim a Aécio Neves. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

te político de Minas, no início da República, ao descrever o panorama dos primeiros tempos do novo regime, no Estado:

> No tumulto dos primeiros anos da República, Minas Gerais conservara-se como uma espécie de zona neutra, para onde acorriam os perseguidos ou ameaçados pelas revoluções e guerras civis. Esforçavam-se os seus governos por viver em paz com o da União e não se empenhar a fundo nas ásperas contendas partidárias, estranhas às suas fronteiras[32].

Nesse ambiente, em que predominava o que João Pinheiro qualificaria de "o senso grave da ordem", atuavam homens ciosos das tradições montanhesas, comprometidos com o seu futuro, preparados para servir ao País. Gilberto Amado, senador pelo Estado de Sergipe na República Velha, eminente professor de Direito e diplomata, dá um testemunho autorizado do clima político de Minas, naqueles tempos:

> Para o brasileiro jovem, apaixonado do Brasil e desejoso do seu bem, ir a Minas era encorajador. Recordo certas reuniões à noite, no Palácio da Liberdade. Em torno de Bernardes, Afrânio de Melo Franco, João Luís Alves, Raul Soares, Afonso Pena Júnior, Daniel de Carvalho, Francisco Campos.

E depois de referir-se a outras figuras de Minas – Cristiano Machado, Carvalho Brito, Gudesteu Pires –, acrescenta o seguinte sobre os mineiros e sua Capital:

> Presidindo a esta grei excepcional, Mendes Pimentel, mestre de gerações, era uma espécie de Mentor ou Nestor daquela Ilíada de heróis pacíficos. A vivenda de Sabino Barroso perpetuava a lembrança do esquálido príncipe das virtudes mineiras. Saía-se de Belo Horizonte crente de que ali se preparava o futuro do Brasil, que qualquer coisa de novo e grande ali se criava[33].

---

32 BELLO, José Maria. Presidência Afonso Pena. *In*: _____. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 240.

33 AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 99-100.

Teria Minas Gerais correspondido a tais esperanças? Até certo ponto, sim. Basta considerar o que se disse antes. O legado dos políticos mineiros da Primeira República não desapareceu com o advento de episódios menos gloriosos nem com o posicionamento menos feliz assumido por alguns deles em determinadas circunstâncias.

Na concepção do autor, Minas falhou quando, por duas vezes, negou apoio à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Em 1910, a candidatura militar surgiu depois que se frustrou a tentativa de Afonso Pena de fazer-se substituir pelo brilhante Davi Campista, o que deu origem à crise política que levaria o presidente à morte. E a situação mineira, tendo à frente, à época, como presidente do Estado, Wenceslau Braz, foi, em grande parte, responsável pelo malogro de tal solução, uma vez que, incumbido de articulá-la, aquele político não demonstrou empenho ou interesse nesse trabalho. O chefe do governo mineiro chegou a ser chamado, por isso, na ocasião, de "o Judas Wenceslau", atribuindo-se-lhe, assim, culpa pelo abandono a que foi relegado o presidente Pena. Não se sabe se o político de Itajubá não quis, não pôde ou não soube levar a bom termo as articulações em torno do nome pretendido por Afonso Pena, que, aliás, encontrava reais dificuldades no fato de ser um político de Minas (embora nascido no Rio de Janeiro) a suceder um mineiro. Homem de inatacável integridade pessoal, Wenceslau não terá agido, no episódio, movido por ambições pessoais. Mas, acabou aceitando o lugar de vice na chapa do marechal Hermes, induzido por Pinheiro Machado e outras raposas da política de então. Mais acertado teria sido o seu comportamento se agisse, na oportunidade, como agiria, tempos depois, outro mineiro ilustre, Júlio Bueno Brandão, que, instado pelo caudilho gaúcho a formar com ele uma chapa, na sucessão do marechal Hermes, em detrimento do próprio Wenceslau, resumiu em frase que se tornou célebre a atitude por ele assumida: "Prefiro cair com Minas a cair em Minas". Entre o inconveniente de dissentir dos seus companheiros de Minas Gerais e a preocupação de guardar-lhes fidelidade, ainda que vendo tolhida uma natural aspiração de sua carreira política, Bueno Brandão preferiu a última hipótese. Wenceslau cedo terá tido motivos de arrepender-se da atitude assumida. Quando percebeu os rumos que o atrabiliário governo do marechal Hermes tomava, comu-

nicou ao presidente seu propósito de presidir pouco o Senado (função que cabia, de acordo com a Constituição, ao vice-presidente) e passou a maior parte do quatriênio em Itajubá, de onde, depois, foram buscá-lo como candidato à presidência[34].

O situacionismo mineiro, na Campanha Civilista, tomou, pois, o partido do marechal Hermes. Deram apoio a Rui Barbosa uns poucos políticos – mas, de grande expressão –, como Carlos Peixoto Filho, Davi Campista, João Luís Alves, Afonso Pena Júnior, Duarte de Abreu. Pior do que isso: a Minas Oficial (para usar a expressão de Rui) não só apoiou maciçamente a candidatura do ex-ministro da Guerra, como se sobressaiu, com triste galhardia, nas fraudes que campearam nas eleições, de 1910, sobretudo nos "domínios dos srs. Bias Fortes e Wenceslau Braz"[35].

Rompeu-se, naquele pleito, o famoso pacto do café com leite, porquanto o Estado de São Paulo apoiara a chapa de Rui Barbosa, dando-lhe, aliás, o vice, Albuquerque Lins. Em 1919, na sucessão de Rodrigues Alves (morto, como já se recordou, antes da posse para aquele que seria o seu segundo mandato como presidente), Minas voltou a posicionar-se contra a candidatura de Rui, que tinha como adversário Epitácio Pessoa. O nome de Rui Barbosa chegou a ser lembrado por políticos mineiros, especialmente Francisco Sales e Ribeiro Junqueira, e contava, então, com a simpatia de Wenceslau Braz, para quem "as manifestações da opinião nacional indicavam claramente o nome glorioso de Rui"[36]. Mas, o situacionismo mineiro, mais uma vez, preferiu acompanhar o candidato

---

34 Essa circunstância deu margem a que o maior frasista da época, Emílio de Menezes, dissesse, com fina ironia, que "era a primeira vez que via um funcionário público ser promovido por abandono de emprego" (BESSONE, Darcy. *Wenceslau, um pescador na presidência*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968, p. 140, nº 72).

35 BARBOSA, Rui. *Memória sobre a eleição presidencial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1971. (Obras Completas de Rui Barbosa, 37, t. 2), p. 150.

36 Cf. Francisco de Assis Barbosa. *In*: FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967. v. 5, p. 245-246, nº 612 – volume de responsabilidade Afonso Arinos de Melo Franco, com a colaboração do autor citado, que integra a obra, em 6 volumes, editada sob os nomes daquele historiador e homem público e de Jânio Quadros.

oficial, ao lado de São Paulo. Não se pode deixar de assinalar que Raul Soares, então secretário do Interior do governo Bernardes, em Minas, foi quem conduziu os entendimentos, junto aos políticos de outros estados, que culminaram naquela tomada de posição. É difícil compreender e menos ainda aceitar como um homem da estatura intelectual de Raul Soares pudesse agir, na política, com o pragmatismo próprio de quem só visasse ao poder, relegando a segundo plano as qualidades pessoais dos candidatos, num quadro em que a escolha não estava jungida a injunções partidárias, suscetíveis de dividi-los, previamente, em correligionários e adversários. Rui, afinal, não era um candidato antagônico aos interesses de Minas, mas um nome nacional, e Epitácio, por ocasião dessas tratativas, nem sequer se encontrava no País, sabido que o governo o enviara a Versalhes, como seu representante, na Conferência da Paz, que sucedeu à Primeira Guerra, e na França permaneceu ele durante todo o período da campanha eleitoral, de que, portanto, por estranho que pareça, nem sequer participou, elegendo-se, na verdade, como beneficiário de um arranjo político de cúpula[37]. Não se nega o valor intelectual que Epitácio também possuía, inclusive como respeitado jurista, mas, evidentemente, não tinha ele a folha de serviços que Rui podia apresentar à Nação. Além do mais, Epitácio Pessoa vinha de aposentar-se, como ministro do Supremo Tribunal Federal, por motivos de saúde! Não obstante tudo isso, Minas o preferia a Rui, como candidato a presidente da República.

O episódio que mais pôs à prova os compromissos de Minas para com o País, na República Velha, foi o da Revolução de 1930, em face do protagonismo que o Estado assumiu na articulação daquele movimento. Teria Minas Gerais correspondido, naquela oportunidade, às esperanças que a Nação depositava no tirocínio dos seus líderes? Agiu o Estado,

37 O biógrafo de Raul Soares dá a entender que a preferência do líder mineiro, pessoalmente, seria pelo nome de Rui, mas que, no caso, teria de colocar o interesse de Minas, em prol de um entendimento com outros estados, acima de seu desejo pessoal. Diz Afrânio de Carvalho: "Se tivesse de decidir só por si sobre o candidato, Rui teria sido logo apoiado, mas Raul sabia discernir com clareza entre o seu sentimento pessoal e a conveniência impessoal da política do seu Estado." (CARVALHO, Afrânio de. *Raul Soares, um líder da República Velha*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 141-142).

então, em consonância com o papel que vinha desempenhando na República? Qual a responsabilidade que deve ser atribuída a Minas em razão da ruptura constitucional provocada pelos revolucionários e da nova ordem política, por eles estabelecida?

Estas questões não são de fácil resposta, mas procuraremos examiná-las no item seguinte.

7. O FIM DE UMA ERA

A Revolução de 1930 teve como justificativa a necessidade de restabelecer a verdade eleitoral, comprometida pelas fraudes das atas falsas ou das eleições "a bico de pena", sempre controladas pelo poder dominante, com apoio no sistema coronelista. "Justiça e representação" era o seu lema. Mas, o certo é que, no pleito de 1º de março de 1930, que colocou em confronto Júlio Prestes, candidato oficial, contra Getúlio Vargas, candidato da oposição reunida na Aliança Liberal, a fraude campeou dos dois lados.

O historiador Boris Fausto situou a questão, de forma precisa, em poucas palavras:

> Júlio Prestes venceu as eleições de 1º de março de 1930. Os recursos políticos imperantes, condenados verbalmente pela Aliança, foram utilizados também por ela. As "máquinas eleitorais" produziram votos em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde Getúlio teria vencido por 298.627 votos contra 982[38].

38 FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006, p.179. É interessante observar que Getúlio venceu, por larga margem, nos três Estados que compunham a Aliança Liberal. Em Minas, teve 168.696 votos, contra 53.822 atribuídos a Júlio Prestes; na Paraíba foi de 23.990 sufrágios a votação de Getúlio, enquanto Júlio Prestes obteve, apenas, 8.948 votos. De outra parte, Júlio Prestes foi o candidato vitorioso, sempre com expressiva votação, em todas as demais unidades da federação. Somente no Distrito Federal houve equilíbrio entre os candidatos, Júlio Prestes somando 32.402 votos e Getúlio alcançando 30.901 votos. No cômputo final

As circunstâncias indicam que, embora inspirada em nobres ideais, a Revolução de 1930 obedeceu, na prática, a interesses predominantemente conjunturais. Foi muito mais um movimento contra o resultado final do pleito do que uma revolução contra o regime até então reinante. É certo que havia um caldo de cultura a fomentá-la, cujos componentes eram de ordem política e militar. Foram fatores ponderáveis da revolução, de um lado, a intransigência e a insensibilidade do presidente Washington Luís em face da nova situação, e de outro, os anseios do movimento tenentista, cujas forças, embora dispersas, àquela altura, ainda estavam vivas e iriam mostrar, logo nos primeiros tempos do regime revolucionário, seu extraordinário poder de influência. Da parte das lideranças da Aliança Liberal ou de políticos influentes que a apoiaram (entre os quais estavam dois antigos alvos das insurreições militares recentes, Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes), houve, aliás, certa hesitação em deflagrá-la. O próprio Getúlio revelou-se reticente até o último momento e nenhum ânimo revolucionário demonstrava. O estopim que, afinal, desencadeou a revolução foi o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa aliancista, morto por motivos que, segundo se apurou depois, nada tinham a ver com a disputa política nacional. O mais estranho de tudo foi que, vitoriosa a revolução, inverteu-se o resultado das urnas e investiu-se no poder o candidato oficialmente derrotado. Ainda que o resultado do pleito não fosse confiável – e, efetivamente, não era –, nada autorizava a afirmar que a vitória houvesse cabido a Getúlio Vargas...

A posse deste na chefia do governo teve, de qualquer forma, o mérito de assegurar a preservação do poder civil, uma vez que, deposto o presidente Washington Luís, foi uma junta militar, integrada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha que, de imediato, ocupou o poder, aparentemente disposta a exercê-lo por

dos votos, a vitória de Júlio Prestes deu-se por uma diferença de 390.169, o candidato paulista com 1.032.233 e o gaúcho com 642.064. (Cf. "A Cruzada", jornal editado em São João Nepomuceno-MG, sob a direção de Dario de Castro Medina, pai do autor deste trabalho, nº 188, de 9/3/1930).

algum tempo, até que Getúlio, chegando à capital da República, já encontrou removidas as dificuldades iniciais para que assumisse a presidência. A consequência da nova ordem foi, no entanto, a derrocada das instituições, com a implantação de uma ditadura no País, que se impôs, de início, sem limites, durante o chamado governo provisório. Eleito, depois, presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934[39], Getúlio continuou, no entanto, a exercer poderes discricionários, sob o regime de estado de guerra, decretado em dezembro do ano seguinte, a pretexto de combater "comoções" intestinas decorrentes da insurreição comunista. Finalmente, a 10 de novembro de 1937, desferiu o golpe do Estado Novo, outorgando ao País nova Carta Política, de feição parafascista. O poder pessoal de um só homem sobrepôs-se, assim, ao longo de quase quinze anos, ao tão condenado poder dos presidentes dos estados, na República Velha. A Federação se rompeu, o Estado unitário se restaurou e o que desde o final do Império representava o ideal da autonomia das antigas províncias, transformou-se num anátema, a ponto de, em solenidade cívica, na capital da República, promover-se a queima das bandeiras dos estados!

Minas, que não participara da chapa da Aliança Liberal, teve grave responsabilidade por tudo o que sucedeu. É certo que a posição do Estado não fora unânime. O velho PRM não caminhou unido para a

39 Getúlio foi eleito por larga margem, recebendo o seu opositor votação pouco mais do que simbólica. Era ele, por ironia do destino, Borges de Medeiros, mentor político de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul por sucessivos mandatos, na República Velha, que se tornou, após a Revolução, um dos arrependidos de que se falará adiante. Getúlio obteve 175 votos contra 59 atribuídos a Borges de Medeiros. A Assembleia Nacional Constituinte de 1934, a despeito de haver promulgado uma Constituição moderna, de relevante sentido social, que trazia, ademais, inovações importantes, como a institucionalização da Justiça Eleitoral (originária do Código Eleitoral de 1932) e a criação da Justiça do Trabalho, assim como a instituição do mandado de segurança, tinha um vício de origem: um sexto, praticamente, dos seus membros provinha de uma representação classista, de 40 (quarenta) deputados, à moda do fascismo italiano. Foi esse um instrumento de que Getúlio Vargas se valeu para assegurar a prevalência de sua orientação nos trabalhos de elaboração da nova Carta e a subsequente eleição, pela Assembleia. (Cf. Decreto nº 22.653, de 20/4/1933, decreto de convocação da Assembleia Constituinte).

Aliança Liberal. A esta se contrapôs o movimento da Concentração Conservadora, chefiada por Carvalho Brito, antigo e respeitado líder, que militava na política mineira desde os tempos de João Pinheiro, a quem era muito ligado. O referido movimento deu apoio ao governo Washington Luís, de que Minas participava, uma vez que o vice-presidente era Fernando de Melo Vianna, que presidira o Estado antes de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Os próceres mineiros que se puseram à frente da Aliança Liberal e, depois, apoiaram a Revolução de 1930 cedo ou tarde se arrependeriam de sua atitude.

Arthur Bernardes foi o primeiro a fazê-lo. Depõe, a esse respeito, o ilustre advogado Dario de Almeida Magalhães: "Considerando-se responsável, de maneira decisiva, pela ascensão ao poder do Sr. Getúlio Vargas, o Sr. Artur Bernardes me declarou sempre julgar que esta responsabilidade lhe impunha a obrigação cívica, a obrigação de honra de, enquanto tivesse forças, empenhá-las, sem medir consequências, para livrar Brasil da situação que o infelicitava"[40]. Aliás, em 1932, Bernardes colocou-se ao lado dos paulistas, na Revolução Constitucionalista, lançando, então, o manifesto *À Nação*, do qual se tornou célebre a bela frase: "Quanto a mim, fico com São Paulo, pois para São Paulo se transportou hoje a alma cívica do Brasil"[41]. Em consequência, foi preso e exilado.

Antônio Carlos, que viria a presidir, com o garbo e o brilho que lhe eram peculiares, a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e, depois, a Câmara dos Deputados, que a sucedeu, acabou amargando a traição do regime e caiu, logo, em irrecuperável ostracismo, além de suportar a humilhação de uma prisão domiciliar, em Juiz de Fora[42]. É que o

40 MAGALHÃES, Dario de Almeida. Dois Estilos Políticos. *In*: *Figuras e momentos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 107-108.

41 AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 137-140, especificamente p. 139.

42 PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos:* um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, *passim*, especialmente Capítulo 10, *Um democrata no ostracismo*, máxime p. 485.

ditador não admitia, à sua volta, quem lhe fizesse sombra ou pudesse, eventualmente, confrontar-se com o seu poder absoluto.

Sentia-se, mais do que nunca, a ausência, na cena política, do bravo Raul Soares. Não é difícil, porém, imaginar-lhe a conduta. O memorialista Pedro Nava, jovem estudante de medicina em Belo Horizonte, quando o grande líder mineiro desapareceu, traçando-lhe o perfil de estadista, observa: "Com Raul pode ser que houvesse um 1930, mas... sem Minas"[43].

43 NAVA, Pedro. *Beira-mar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978, p. 109.

VI
A REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS

1. Antecedentes: a Aliança Liberal e o papel de Minas 2. A opção pelo movimento armado e as articulações dos líderes mineiros 3. Antônio Carlos e Olegário Maciel, figuras-chave, e outros nomes de destaque no movimento 4. A mobilização dos revolucionários e os campos de luta, em Minas 5. Reflexos políticos: a Legião de Outubro ou Legião Liberal Mineira

1. ANTECEDENTES: A ALIANÇA LIBERAL E O PAPEL DE MINAS

A atuação dos líderes mineiros, particularmente a de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Estado, foi decisiva para o surgimento da Aliança Liberal. Sem Minas, a semente da Revolução de 1930 não teria sido lançada no terreno político e a República Velha subsistiria, ainda, por algum tempo, mansa e pacificamente, como a posse que se legitima por si mesma[1].

1 Eis o que diz, a esse respeito, João Neves da Fontoura: "Sem ele (referia-se a Antônio Carlos), sem sua decisão de levantar a candidatura rio-grandense, de sustentá-la erga omnes, mesmo quando mais tarde muitos fraquejaram e tentaram até compor-se com o Catete, inclusive rendendo-se ao nome do Sr. Júlio Prestes ou dispondo-se a aceitar, de cabeça baixa, a viciosa sentença das 'urnas', sem Antônio Carlos nada – absolutamente nada – teria acontecido na sucessão do Sr. Washington Luís. O Sr.

O protagonismo de Minas Gerais no episódio não foi um rasgo de idealismo ou a determinação de uma vontade férrea de mudar o panorama político do País. As razões determinantes do acordo entre Minas e o Rio Grande do Sul, – acordo que logo envolveu o Estado da Paraíba –, eram, na verdade, meramente pragmáticas. Houvesse tido continuidade a política do café com leite, com um mineiro sucedendo ao presidente paulista, Washington Luís, e tudo continuaria como dantes, no melhor dos mundos. Mas o voluntarismo do paulista de Macaé (como era conhecido Washington, político nascido naquela cidade fluminense, que fez carreira em São Paulo, atingindo a presidência do estado, de onde partiu para a Chefia da Nação), a inflexibilidade que o caracterizava, o espírito autoritário que lhe marcava o perfil, levaram-no a impor a candidatura do então governador (ou presidente) daquele estado, Júlio Prestes, em detrimento da aspiração natural de Antônio Carlos de sucedê-lo.

Foi a partir da percepção de que Washington Luís não o apoiaria que Antônio Carlos rompeu com o presidente, firmando entendimento com o Rio Grande do Sul, de que resultou a conjugação de forças que lançou o nome de seu presidente, Getúlio Vargas, como candidato de oposição.

Os laços de confiança que mantinham um clima de bom relacionamento entre os dois políticos começaram a esgarçar-se exatamente na ocasião em que Antônio Carlos tributou a Washington Luís a mais calorosa demonstração de apreço. A 25 de agosto de 1928, o presidente de Minas recebeu, em Juiz de Fora (sua residência permanente e base política no Estado), com todas as pompas, o presidente da República. Este ficou hospedado na mansão do Dr. João Nogueira Penido, médico e político aparentado com o presidente Andrada, tendo sido homenageado com um banquete, no Fórum local, seguido de baile de gala no Clube Juiz de Fora, além de missa solene, na manhã seguinte, na Catedral da cidade. Na casa em que ficou hospedado, teve longa conversa com Antônio Carlos. Este, sempre arguto e sagaz, saiu do encontro com a

Júlio Prestes chegaria ao Catete entre palmas e flores." (FONTOURA, João Neves da. *Memórias: a* Aliança Liberal e a Revolução de 30. Porto Alegre: Globo, 1963. v. 2, p. 71).

certeza de que o presidente tinha outro nome para a sua sucessão. Daí ao rompimento, em meados do ano seguinte, foi um passo.[2]

O primeiro gesto de Antônio Carlos no sentido de afastar-se do presidente da República, deu-se mediante carta datada de 20 de julho de 1929 e entregue ao chefe da Nação por um portador ilustre, o futuro chanceler Afrânio de Melo Franco[3]. Nela, de forma altaneira e elegante, Antônio Carlos comunicava a Washington Luís que, não havendo o presidente definido, até então, sua posição em torno do assunto, resolvera apoiar o nome do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, declinando, pois, da "honrosa lembrança" do seu próprio nome, "pela

2 A visita de Washington Luiz a Juiz de Fora foi um acontecimento político importante. O presidente viajou acompanhado do Vice, Melo Viana (que ficou também hospedado na mansão do Dr. Penido) e de uma comitiva que incluía os ministros Vianna do Castelo, da Justiça, Otávio Mangabeira, das Relações Exteriores e Victor Konder, da Viação, além de 27 deputados federais, à frente o líder da Maioria na Câmara, o paulista Manoel Vilaboim, ilustre professor de Direito. Agradecendo à saudação de Antônio Carlos, no banquete realizado no Fórum, o presidente ressaltou: "Em todos os lances memoráveis da nossa história, o Brasil sempre teve um Andrada que trabalhava pelo seu Estado, pela sua terra e pela sua pátria. Está nas tradições de Minas a ordem com a liberdade, assim como está nas tradições dos Andradas o trabalho incessante com o amor da Pátria." (Cf. *Diário Mercantil*, 27/8/1928). Outras personalidades ilustres acompanharam Washington Luiz nessa visita, como o Conde Pereira Carneiro, segundo se lê no mesmo jornal. A visita foi amplamente noticiada em jornais do Rio de Janeiro. *O Paiz*, que era situacionista, deu destaque, na edição de 27/28 de agosto (segunda e terça-feira) à "Excursão do Sr. Presidente da República a Juiz de Fora". O *Diário Carioca*, oposicionista, foi irônico, ao comentar a viagem, como se vê da seguinte manchete: "O Sr. Washington Luiz brilhantemente conseguiu fazer nove refeições e dois discursos em trinta e poucas horas." (edição de 28/8/1928). Entre essas refeições, incluía-se o almoço em Petrópolis, primeira etapa da aludida viagem, em que o presidente Washington Luiz inaugurou, oficialmente, a estrada Rio-Petrópolis.

3 O inteiro teor dessa importante missiva está no livro de Virgílio de Melo Franco, *Outubro, 1930* (FRANCO, Virgílio de Melo. *Outubro, 1930*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 85-87). Acha-se a referida carta igualmente reproduzida em PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos:* um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 344-346.

convicção amadurecida em meu espírito de que assim melhor servirei aos altos interesses da nossa Pátria".

Já então, os entendimentos entre representantes dos governos de Minas e do Rio Grande do Sul, com vistas à formação da Aliança Liberal, iam avançados. Em junho de 1929, Francisco Campos, secretário do Interior do governo mineiro, e João Neves da Fontoura, deputado federal da bancada gaúcha, acertaram, em dois encontros realizados no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, a ação conjunta dos seus estados no processo sucessório. No dia 17 daquele mês, realizou-se a reunião decisiva, no tradicional hotel, onde Campos se hospedara e no qual João Neves residia, contando também esse encontro com a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva, deputado federal e irmão do presidente Antônio Carlos. Em breve conversa, à tarde, no apartamento nº 809, concordaram os três em firmar um pacto a esse respeito, que, redigido por Francisco Campos, foi, em nova reunião, à noite, assinado, de um lado por José Bonifácio, como líder da bancada mineira na Câmara dos Deputados e, de outro, por João Neves da Fontoura, como líder da bancada do Rio Grande do Sul. O pacto (ou "acordo", como consta do documento), concebido em oito itens, estabelecia, em essência, que, se o presidente da República propusesse como candidato um nome mineiro, o Rio Grande o apoiaria; se qualquer outro nome fosse proposto, Minas sugeriria o nome de Getúlio Vargas, que teria, assim, o apoio dos dois estados. Admitia-se a hipótese de que o candidato pudesse ser, alternativamente, Borges de Medeiros, antigo presidente do Rio Grande do Sul, por sucessivos mandatos e então presidente do Partido Republicano Rio-Grandense, caso, naturalmente, proposto por Washington Luís. E ressalvava-se que, se o presidente, porventura, indicasse outro nome mineiro que não fosse o de Antônio Carlos, este somente aceitaria a indicação se o vice fosse um gaúcho, indicado por Borges de Medeiros. A declaração enfatizava, ainda, no item V: "Fica firmado entre os dois estados o compromisso de agirem em solidariedade e completa identificação no tocante à marcha dos acontecimentos políticos, para o fim de ser conseguido o objetivo referido nos anteriores"[4].

4 Sobre o referido pacto, ver FONTOURA, *op. cit.*, p. 71-77. O inteiro teor do documento encontra-se em *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30*. Brasília: Câmara

Washington Luís, conforme se esperava, impôs o nome de Júlio Prestes como candidato à sua sucessão, vindo, assim, o então presidente de São Paulo a formar com o baiano Vital Soares a chapa situacionista, apoiada pela maioria dos governantes estaduais. Estes, à exceção dos de Minas e do Rio Grande do Sul (e, naturalmente, o de São Paulo), foram consultados por telegrama e quase todos responderam pela aceitação da candidatura Júlio Prestes. O único dos destinatários da consulta a responder negativamente foi João Pessoa, presidente da Paraíba. Sua resposta acabou resumida na palavra "nego", que ganhou sentido simbólico (embora não houvesse sido empregada, textualmente, no telegrama) e assim se incorporou à bandeira do Estado, nela passando a figurar como um dístico histórico. Essa resposta foi também a senha para que se selasse, em seguida, o tríplice acordo entre Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando-se, assim, a Aliança Liberal, que teria como candidatos à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente, Getúlio Vargas e João Pessoa. Comunicado do resultado da consulta pelo presidente Washington Luís, Antônio Carlos enviou-lhe, a 1º de agosto de 1929, outra carta, mais incisiva, mas igualmente elegante, comunicando-lhe que, "diante da atitude intransigente que V. Exa. assume relativamente a essa candidatura, alegando não poder reabrir sobre a mesma discussão porque importaria dispersar forças reunidas para sustentá-la; e, considerando o voto da comissão executiva do PRM, do pronunciamento das Câmaras Municipais do Estado e da opinião, cujos fundamentos tenho tornado públicos, estou impossibilitado de concordar com a candidatura do Sr. Júlio Prestes, sem embargo das boas relações pessoais que sempre mantive e mantenho com esse ilustre compatriota." E o líder mineiro concluía: "Em consequência, cumpre-me comunicar a V. Exa. que tenho de considerar definitivamente postas perante a Nação, pelos três Estados – Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais – as candidaturas do Dr. Getúlio Vargas à presidência da República e do Dr. João Pessoa à vice-presidência"[5].

dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1984, p. 209-210.

5 PEREIRA; FARIA, *op. cit.*, p. 347-348; FRANCO, Virgílio de Melo, *op. cit.,* p. 96-97.

Antes, no mês de julho, Antônio Carlos reunira-se, em Juiz de Fora, com Afrânio de Melo Franco e os políticos gaúchos João Carlos Machado e Flores da Cunha, quando tomou ciência de que este era portador de carta dirigida ao presidente da República por Getúlio Vargas, na qual o missivista formalizava o rompimento com a linha política do governo, ficando, então, assentado que o presidente de Minas tomaria a mesma atitude.

Quando da remessa da última carta de Antônio Carlos ao presidente da República, a Comissão Executiva do PRM já havia definido seu apoio à chapa da Aliança Liberal, em reunião realizada em Belo Horizonte, a 30 de julho de 1929. A 20 setembro, realizar-se-ia, no Rio de Janeiro, a convenção para o lançamento oficial das candidaturas, que foi presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A campanha da Aliança Liberal estendeu-se pelo País, a partir de então, até fevereiro de 1930. Em Minas, à Aliança contrapôs-se o movimento da Concentração Conservadora, chefiada por Manuel Tomás de Carvalho Brito, político e empresário de grande prestígio no Estado, que havia integrado o governo de João Pinheiro. Ao seu lado, estava o vice-presidente da República, Melo Viana, que rompera com a situação mineira, quando preterido na disputa pelo governo de Minas, em favor da candidatura de Olegário Maciel, bem como o vice-presidente do Estado, Alfredo Sá, além de alguns deputados federais e estaduais.

Foi a Aliança Liberal, certamente, após a Campanha Civilista, de 1909-1910, o mais importante movimento político a que o País assistiu. Em Minas, a disputa eleitoral foi marcada por comícios que reuniram multidões, nas principais cidades do Estado, especialmente em Belo Horizonte e Juiz de Fora[6]. Houve também um grave incidente, ocorrido

6 Um relato dos comícios realizados nas duas cidades mineiras, com a presença de João Pessoa e outros líderes da Aliança Liberal, encontra-se no livro de João Neves da Fontoura, já citado, com a reprodução, inclusive, de trecho do belo discurso proferido pelo autor – o grande tribuno daquele movimento político – na capital do Estado, no qual ele compara o entusiasmo dos mineiros aos seus rios, que nascem da serra, vindo, "sem rumor e sem pressa, das vertentes profundas do sentimento íntimo" (FONTOURA, João Neves da. *Memórias: a* Aliança Liberal e a Revolução de 30. Porto Alegre: Globo, 1963, v. 2, p. 277-278).

a 6 de fevereiro de 1930 (quase às vésperas das eleições de 1º de março), em Montes Claros, que, por pouco, não provoca intervenção federal no Estado. Deu-se que, ao chegar àquela cidade do Norte mineiro, a caravana da Concentração Conservadora, para participar de um congresso agrícola que ali se realizaria (dedicado, especificamente, ao cultivo do algodão) irrompeu sério conflito, de que resultaram mortos e feridos. O episódio teve uma causa acidental. Ao passarem pela casa do chefe político local, o médico Dr. João José Alves, manifestantes que acompanhavam os líderes da Concentração Conservadora soltaram fogos de artifício e um deles atingiu o grupo que se encontrava na parte externa daquela residência, provocando fumaça que fez sangrar o nariz do dono da casa. A esposa deste, senhora decidida e voluntariosa, dona Tiburtina de Andrade Alves, tomou a iniciativa da reação, que levou os companheiros do Dr. João Alves a começar o tiroteio.

A derrota, nas urnas, dos candidatos da Aliança Liberal e os desdobramentos que teve o pleito de 1º de março – o principal dos quais foi o assassinato de João Pessoa (de que se falou noutro capítulo) – acabaram gerando o movimento revolucionário de 1930. O clima pós-eleitoral, acendendo paixões e provocando antagonismos, era, em tudo, favorável à rebelião armada. Antônio Carlos, com o seu sexto sentido para os acontecimentos políticos, percebeu isso. "Façamos a revolução, antes que o povo a faça" – teria dito, num discurso, em Juiz de Fora. Na verdade, porém, jamais foi confirmada a autoria dessa frase, que se tornou histórica. É certo que Antônio Carlos não a desmentiu, mas, a versão mais exata parece ser a que a atribui ao jornalista mineiro Djalma Andrade. Este a teria inserido numa entrevista do presidente de Minas ao jornal *O Globo*[7].

Fato que agravou por demais as tensões que marcaram o clima pós-eleitoral foi a decisão da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional de não validar a eleição dos deputados que integravam a bancada da Paraíba e de alguns dos mais prestigiosos líderes que compunham a bancada mineira na Câmara, como Afrânio de Melo Franco,

7 PEREIRA; FARIA, *op. cit.*, p. 339-340.

Augusto de Lima e Gudesteu Pires. Dir-se-ia que o espírito intransigente e a inabilidade política de Washington Luís contaminaram os deputados da Maioria e estes acabaram perpetrando um abuso inominável, que mostrou, a toda evidência, a necessidade de instituir-se a Justiça Eleitoral no País – e isso acabou acontecendo com a revolução vitoriosa.

No Senado, foi poupado da degola Olegário Maciel, que se elegera, ao mesmo tempo, senador e presidente do Estado. Conta-se, aliás, que o fato de Washington Luís não haver dispensado ao líder mineiro as atenções de praxe, mandando visitá-lo, no Rio, por ocasião de sua posse como senador, no hotel em que se hospedara, terá influído no ânimo de Olegário, que, inicialmente pouco simpático à revolução, a ela aderiu, depois, com inesperado entusiasmo[8].

2. A OPÇÃO PELO MOVIMENTO ARMADO E AS ARTICULAÇÕES DOS LÍDERES MINEIROS

Embora o clima político no País prenunciasse a eclosão do movimento armado, a decisão dos líderes políticos nesse sentido foi lenta, difícil e hesitante. Assim como Getúlio Vargas, Antônio Carlos oscilou muito entre o ânimo de apoiar a revolução e a tendência de evitá-la, dando a impressão, até, em certo momento, de recuar do propósito de deflagrá-la. Quem lê o livro de Virgílio de Melo Franco sobre a Revolução de 1930 percebe, claramente, isso.

Havia, sem dúvida, dificuldades no caminho dos aliancistas, especialmente dificuldades de recursos para fazer face à compra de armas e à mobilização para o combate. A contribuição financeira de Minas foi

8 Segundo o comentário de Francisco Campos, que Carlos Drummond de Andrade reproduz, "Quem fez a Revolução foi Washington Luís, com sua rigidez: não quis mandar visitar o Presidente eleito de Minas, Olegário Maciel, hospedado em hotel, no Rio. Se o fizesse, Olegário retribuiria a visita, e os dois se entenderiam. Ofendido, o velho Olegário voltou para Minas e desfechou a Revolução, que antes ele não aceitava." (ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 142).

substancial. E, para tanto, foi importante o trabalho do então jovem político mineiro Virgílio Alvim de Melo Franco, o "Virgilinho". Juntamente com José Bernardino Alves, Virgílio conseguiu levantar 3 mil contos de réis para aquele fim, junto a amigos simpáticos ao movimento. A essa importância, somaram-se os mil contos com que concorreu a Paraíba. Esse dinheiro foi transportado ao Rio Grande do Sul (que também entrou com a sua parte), de avião, por Lindolfo Collor, um dos mais ativos líderes gaúchos, que, vitoriosa a revolução, assumiria o cargo de ministro do Trabalho, em seguida à criação do ministério respectivo.

Pode-se dizer que a decisão de deflagrar a revolução foi tomada a 27 de maio de 1930, em Juiz de Fora, quando a Executiva do PRM reuniu-se na residência de Antônio Carlos, situada na Rua Espírito Santo. Estiveram presentes, além do presidente do Estado, os seguintes líderes: Arthur Bernardes, Júlio Bueno Brandão, Afonso Pena Júnior, José Bonifácio de Andrada e Silva, Mário Brant, Alaor Prata, Wenceslau Braz, Teodomiro Santiago, Monsenhor João Pio e Ribeiro Junqueira. Assistiu à reunião o já referido Virgílio de Melo Franco, deputado estadual, que desempenharia papel relevante nas articulações entre Minas e o Rio Grande do Sul, merecendo, por isso, de Oswaldo Aranha o epíteto de "Ariel da Revolução", numa alusão ao personagem de Shakespeare no drama *The Tempest* (*A tempestade*), que é a figura mitológica disposta a cumprir as missões mais arriscadas, voando, nadando, mergulhando no fogo ou navegando nas nuvens...[9] Testemunha da célebre reunião de Juiz de Fora, Virgílio a qualificou de "decisiva" para a Revolução de 1930[10].

Dias depois, a 3 de junho de 1930, novo encontro dos articuladores do movimento realizar-se-ia na residência de Antônio Carlos, na mesma

9 Ver, a esse respeito, NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962, p. 19. Assinale-se que Virgílio, no dia seguinte à morte de João Pessoa, chegava a Porto Alegre, de navio, e no Rio Grande do Sul permaneceria até a revolução, somente retornando ao Rio de Janeiro no comboio em que viajou Getúlio Vargas, 98 dias depois. Pela sua ação militar e por suas ligações com expoentes do tenentismo, Virgílio ficou conhecido como o "tenente civil da Revolução".

10 Cf. autor e ob. cits., p. 164.

cidade, dele participando Virgílio, com os líderes gaúchos João Neves da Fontoura e Flores da Cunha[11].

Faltava, todavia, como diz José Maria Bello, "a centelha que acende o incêndio"[12]. Veio esta com o assassinato de João Pessoa, a 26 de julho, na Confeitaria Glória, do Recife, onde o presidente da Paraíba foi atingido por disparos feitos por um desafeto, João Duarte Dantas, e também por um cunhado deste[13]. O motivo teria sido a veiculação, pelo jornal oficial da Paraíba, *A União*, de notícia sobre cartas e outros documentos encontrados em um cofre arrombado pela polícia daquele estado, os quais comprometeriam o assassino em uma aventura amorosa. João Dantas era amigo íntimo de José Pereira, o chefe político de Princesa, na Paraíba, havia muito em conflito com João Pessoa, em razão de medidas fiscais adotadas pelo seu governo em prejuízo dos interesses daquele coronel do sertão. Não existia em tudo isso nenhuma relação com a Aliança Liberal, a não ser, indiretamente, se assim se pode entender, na medida em que o antagonismo entre os políticos da Paraíba repercutia no plano federal, de modo a revelar que o desafeto do presidente do estado contava com o apoio do presidente da República. Por outro lado, o temperamento autoritário de João Pessoa, a perseguição movida contra seu desafeto, a medida arbitrária tomada pela polícia da Paraíba contra este, a pretexto de procurar armas que ele manteria em situação irregular, tudo isso compõe um quadro em que a atuação do presidente paraibano não diferia em nada da que os seus correligionários imputavam ao presidente Washington Luís. Barbosa Lima Sobrinho, um dos mais autorizados historiadores da Revolução de 1930, descreve esse panorama com muita propriedade, chegando a dizer que "o feitio pessoal do presidente da Paraíba tinha alguma coisa de comum com o sr. Washington Luís"[14].

---

11 FONTOURA, *op. cit.*, p. 346. Ver também, FRANCO, Virgílio de Melo, *op. cit.*, p. 165.

12 BELLO, José Maria. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 342.

13 Sobre o episódio, ver FONTOURA, *op. cit.* p. 357-359, que, entretanto, lhe dá interpretação diferente da que o autor deste texto expõe, com base em outras fontes, inclusive o livro já citado de José Maria Bello.

14 LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro:* 1930. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 121.

A morte de João Pessoa teve intensa repercussão no País[15]. Em Porto Alegre e em Belo Horizonte, líderes da Aliança Liberal improvisaram comícios de repúdio ao crime, associando-o à disputa eleitoral pela presidência da República. João Pessoa, estranhamente, foi sepultado não na capital da Paraíba, mas no Rio de Janeiro, no Cemitério de São João Batista. Ao baixar o corpo à sepultura, diversos oradores se fizeram ouvir, inflamando a multidão presente. Um deles, Gomes Filho, de Juiz de Fora, chegou a proclamar que "o povo mineiro desceria das montanhas para vingar a morte de João Pessoa"[16]. De certo modo, foi o que ocorreu, quando, a 3 de outubro, irrompeu a revolução, em Porto Alegre.

3. ANTÔNIO CARLOS E OLEGÁRIO MACIEL, FIGURAS-CHAVE, E OUTROS NOMES DE DESTAQUE NO MOVIMENTO

Muitos foram os mineiros que se engajaram no movimento revolucionário, contribuindo para a sua vitória. João Neves da Fontoura menciona alguns deles: Francisco Campos, Odilon Braga, Djalma Pinheiro Chagas, José Bernardino Alves, Abílio Machado, Alcides Lins, Arthur Bernardes, Mário Brant, Virgílio de Melo Franco, Otacílio Negrão de Lima, Amaro Lanari e Ovídio de Andrade[17]. Arthur Bernardes, figura preeminente do PRM e ex-presidente da República e do Estado, teve papel destacado na liderança do movimento, que, sem ele, provavelmente, não se sustentaria. Francisco Campos, secretário do Interior no governo Antônio Carlos, foi, como se observou, um dos articuladores da Aliança Liberal e da própria revolução, participando das tratativas com os líderes gaúchos, no Rio e

15 Barbosa Lima Sobrinho, indicando que João Pessoa não era uma voz ardorosa em prol da revolução, cunhou uma frase expressiva: "João Pessoa vivo foi uma voz contra a revolução. Mas João Pessoa morto foi o verdadeiro rearticulador do movimento revolucionário" (LIMA SOBRINHO, *op. cit.,* p. 127).

16 OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966, p. 251.

17 FONTOURA, *op. cit.*, p. 397.

em Porto Alegre. Odilon Braga foi secretário de Segurança Pública no governo Olegário Maciel e um dos que comandaram as forças revolucionárias em Minas[18]. José Bonifácio de Andrada e Silva, líder da bancada mineira na Câmara dos Deputados, teve atuação destacada nas tratativas para a formação da Aliança Liberal, figurando, em seguida, entre os políticos mineiros que deram decisivo apoio à Revolução. Sobre a atuação de Virgílio de Melo Franco, já se falou acima. Cada um dos mineiros referidos por João Neves teve participação relevante no movimento. A esses nomes, deve ser acrescentado o de Cristiano Machado, que, de início um tanto cético quanto à revolução, a partir de sua investidura no cargo de secretário do Interior do governo Olegário Maciel, empenhou-se com ardor na marcha dos acontecimentos.

Paulo Pinheiro Chagas, dando destaque à participação de seu ilustre tio, Djalma Pinheiro Chagas, assim qualifica a ação dos líderes mineiros no movimento revolucionário:

> Em suma, a palavra final, a respeito da Revolução de 30 em Minas, é esta: Antônio Carlos fez a sua proposição e articulou-a; Artur Bernardes, à frente do PRM, consolidou-a; e Olegário Maciel, honrando os compromissos de Minas, consumou-a. Mas o denominador comum, o general-em-chefe, o condestável, era um só: Djalma Pinheiro Chagas.[19]

Não se pode deixar de observar que o autor citado, à época doutorando em Medicina, foi também um bravo combatente da Revolução de 1930, nas operações desenvolvidas em Minas Gerais. As figuras-chave da Revolução de 1930, em Minas, não só em virtude dos cargos que ocupavam à época das articulações ou no momento da sua deflagração, mas também, sobretudo, pela determinação com que se lançaram à frente

18 Por ato do presidente Olegário Maciel, datado de 10 de outubro de 1930, Odilon Braga foi designado "assistente civil do comando geral das Forças em operações militares do movimento de reivindicação republicana" (Cf. ROMÃO, J. E. (Coord.). *Arquivo "Odilon Braga"*. Juiz de Fora: UFJF, Imprensa Universitária, 1979, p. 15).

19 CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p. 135.

da luta que se iria travar, foram, no entanto, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Olegário Dias Maciel.

De Antônio Carlos, diria Virgílio de Melo Franco que "tinha um supremo horror à ideia de revolução". "O ponto de vista do presidente de Minas" – acrescenta Virgílio – "era o de que não se podia salvar o cosmos apelando para o caos". Mas, com o correr dos dias, "começou a se operar uma mudança no espírito de Antônio Carlos", homem, do seu natural, "suave, maneiroso e polido". E o presidente de Minas percebeu que, para enfrentar um chefe autoritário e vingativo como Washington Luís, só apelando para o uso da força – o que, no fundo, era uma imposição da "lei bárbara do momento"[20].

Olegário Maciel, para os articuladores do movimento, de um modo geral, era uma incógnita. Poucos punham fé na sua atuação e quase todos, no íntimo, lamentavam que a revolução não houvesse sido deflagrada ainda no governo de Antônio Carlos. Aliás, a previsão inicial era a de que isso ocorresse no mês de agosto, mas as dificuldades surgidas adiaram o seu início para 3 de outubro, quase um mês depois, portanto, da posse de Olegário no governo de Minas, que ocorrera a 7 de setembro. O "velho Olegário", como era referido pelos políticos daquela época, surpreendeu, todavia, pela determinação e pelo destemor com que empunhou a bandeira da revolução. Ficou famosa uma frase sua que dá a medida da disposição com que enfrentaria os embates: "Minas não tem armas, nem munições, mas lutará até com pedras"[21].

No dia "D" da revolução, Olegário Maciel fez expedir comunicado oficial, dirigido aos presidentes das câmaras municipais, do seguinte teor:

> Os desmandos do Governo da República levaram o País a uma insurreição geral, combinada para hoje, às 17 horas, nos diversos estados, de Norte a

20 FRANCO, Virgílio de Melo, *op. cit.*, p. 144-145.

21 O autor deste texto vale-se, neste ponto, de notas sobre a personalidade de Olegário Maciel que lhe foram repassadas por um sobrinho-neto do ex-presidente de Minas, o ministro do STJ Adhemar Ferreira Maciel, recentemente falecido – aliás, um caro e saudoso amigo, a quem o autor deve a maior parte do incentivo para a composição do presente trabalho.

> Sul do País. Neste momento, já tivemos notícia de que a guarnição federal do Rio Grande do Sul já se rendeu, depois de pequena resistência. Nesta capital foram presos o comandante do 12º Regimento de Infantaria e diversos oficiais, estando o quartel federal cercado por força muito superior da Polícia, estando-lhe marcado prazo para rendição, a fim de evitar efusão de sangue. O Governo confia na colaboração das autoridades para manter a ordem e a normalidade desse município, a fim de dispensar os soldados da Polícia, cuja concentração é conveniente para futuras eventualidades. (as.) Olegário Maciel, presidente do Estado; Cristiano Monteiro Machado, secretário do Interior; José Carneiro de Rezende, secretário das Finanças; Alaor Prata Soares, secretário da Agricultura; Levindo Eduardo Coelho, secretário da Educação e Saúde Pública.[22]

4. A MOBILIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS E OS CAMPOS DE LUTA, EM MINAS

Em Minas, as guarnições do Exército – todas fiéis ao governo – sediavam-se em Juiz de Fora (onde estava o Comando-Geral da 4ª Região Militar, com as suas várias unidades), em Belo Horizonte (que abrigava o 12º Regimento de Infantaria) e, ainda, em São João del-Rei, Ouro Preto, Três Corações, Itajubá e Pouso Alegre.

Os combates em Belo Horizonte foram intensos e estenderam-se até a manhã de 8 de outubro, quando o 12º RI se rendeu às forças revolucionárias[23]. Para esse desfecho contribuiu o fato de o comandante

---

22 OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966, p. 252.

23 Pedro Nava, no último volume de suas *Memórias*, descreve o clima de guerra na capital do Estado, referindo-se ao início dos combates, "quando (por volta das três horas da madrugada) os ribombos de tiro aumentaram não só de intensidade como mudaram tonalidade e ritmo" e "trouxeram à mente de cada um a ideia de que o Doze dispunha de artilharia e que estava canhoneando Belo Horizonte". E fala das requisições de "capas, capotes, cobertores" que, juntamente com um colega e sob proteção de escolta policial, atendendo a solicitação do secretário do Interior, Cristiano Machado, promoveu junto ao comércio de Belo Horizonte – verdadeiro

daquela unidade, coronel José Joaquim de Andrade, haver sido preso em sua residência, logo no dia 3 de outubro, vindo, aliás, cinco dias depois, a exortar seus comandados a encerrar a luta, diante dos rumos do movimento. Àquela altura, enfrentando a ofensiva dos soldados da Força Pública de Minas, sob o comando do coronel Luís Fonseca, com a energia elétrica e a água já cortados e sem um médico que atendesse aos feridos, a situação do 12º RI era insustentável.

Em São João del-Rei, o 11º RI capitulou, depois de três dias de combate com as forças revolucionárias, comandadas pelo general Aristarco Pessoa – e a luta só não foi adiante em face da intercessão apaziguadora do arcebispo de Mariana, dom Helvécio[24]. "O 10º BC de Ouro Preto debandava, ou aderia, num primeiro encontro com uma simples patrulha adversária, em Carandaí."[25]

A tomada da guarnição militar de Três Corações – o 4º Regimento de Cavalaria –, no Sul do Estado, teve lances épicos; durou "trinta e seis horas de fogo ininterrupto", segundo o relato de Paulo Pinheiro Chagas:

> A tomada da ponte sobre o Rio Verde, que era o acesso natural à cidade, foi um grande feito. Nunca esquecerei aquela cena esplêndida: os veteranos soldados da Força Pública de Minas achatados no chão, como lagartixas e arrastando-se milimetricamente na conquista da ponte, sob o fogo incessante dos contrários. Aí morreu, entre outros, o nosso companheiro, o bravo tenente Miranda Vasconcelos, sargento que João Lemos comissionara naquele posto. O assalto ao 4º RCD durou trinta e seis horas de fogo ininterrupto, com lances heroicos de cada lado. Enquanto João Lemos avançava por Cambuquira, atravessando o Rio Verde, o coronel Luiz Fonseca atacava, pelo lado oposto, a estação da estrada de ferro.[26]

confisco, com o emprego de violência... (NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 40-41).

24 MORAES, Aurino. *Minas na Alliança Liberal e na revolução*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990, p. 440.

25 LIMA SOBRINHO, *op. cit.*, p. 143.

26 CHAGAS, *op. cit.*, p. 146.

Acrescenta o mesmo autor: "Não foi preciso atacar Itajubá. Parlamentando com os seus oficiais, na estação de Cristina, Djalma Pinheiro Chagas conseguiu a confraternização das duas tropas"[27].

Em Pouso Alegre, onde estava sediado o 8º Regimento de Artilharia Montada, também não houve luta. Um acordo intermediado pelo bispo da diocese local, dom Otávio, fez com que o comandante daquela unidade militar libertasse os revoltosos presos no início da revolução, nas proximidades de Borda da Mata, enquanto os soldados da Força Pública, prestes a atacar o regimento, se retiravam da cidade, só voltando, para ocupá-la pacificamente, após a vitória do movimento[28].

No Triângulo Mineiro, a ação das forças revolucionárias verificou-se em manobras defensivas, ante a tentativa de guarnições vindas de São Paulo de penetrar no território mineiro pela ponte do Delta, em Uberaba. Informa Aurino Moraes que "As melhores posições chegaram a ser ocupadas mais de uma vez pelos legalistas. A polícia mineira teve de enfrentar uma situação perigosa"[29].

Em suma, afora os combates de Belo Horizonte, São João del-Rei, Três Corações e no Triângulo, no restante do Estado não se registraram enfrentamentos, reduzindo-se os acontecimentos, como diz Barbosa Lima Sobrinho, "às negaças ou hesitações de quem ainda não sabe o rumo que vai tomar, mas que não pensa, de modo nenhum, no áspero caminho do sacrifício"[30]. Em Juiz de Fora, do mesmo modo, não chegou a haver confrontação de forças, embora isso parecesse iminente, em dado momento, na medida em que se aproximavam da cidade as forças revolucionárias, comandadas pelo tenente-coronel Aristarco Pessoa (irmão de João Pessoa), e o 10º RI, na defesa do governo, já se encontrava em posição de luta, em pontos estratégicos como o Morro do Imperador[31].

---

27 *Ibid*., p. 149.

28 Informação colhida na internet, *site Pouso Alegre, passado e presente* (http://www.tvuai.com.br/pousoalegre/home.html). *Estórias do Mandu*, de Eduardo Toledo.

29 MORAES, *op. cit*., p. 441.

30 LIMA SOBRINHO, *op. cit*., p. 143.

31 Aurino Moraes dá a entender que teria havido combate prolongado e árduo, em Juiz de Fora, sem dar, contudo, pormenores seguros a esse respeito (Cf. MORAES,

Os soldados da Polícia Militar do Estado, desde o início da revolução, haviam deixado a sede do município, concentrando-se parte no então distrito de Coronel Pacheco e o restante do contingente em Barbacena. Esta cidade foi um ponto estratégico da revolução. No prefácio que escreveu para a 2ª edição do livro de Aurino Moraes, aqui citado, o deputado Bonifácio José Tamm de Andrada enfatiza:

> Se Barbacena caísse, a Revolução estaria derrotada em Minas. Transformou-se, por isso, aquela comuna num poderoso centro de informações e de articulações bélicas, onde o telefone, o telégrafo e ainda o interfone seletivo da Estrada de Ferro Central do Brasil representaram fatores significativos para as comunicações.[32]

Colunas de civis – os "batalhões patrióticos" – foram organizadas, no Estado, com o fim de engrossar o movimento, como aconteceu na vizinha cidade de Rio Pomba. Ali se formou o "Batalhão Patriótico Odilon Braga", composto de 48 homens, sob o comando do tenente comissionado Dr. Último de Carvalho – jovem político que se destacaria, mais tarde, como deputado estadual e federal. A referida coluna de voluntários dirigiu-se a Juiz de Fora, de onde retornou a 30 de outubro, sendo recebida com aplausos "pela população pombense"[33].

Em Juiz de Fora, como se disse, não ocorreram combates, propriamente. Quando os revolucionários já se aproximavam da cidade, teriam

---

op. cit., p. 440). A informação parece infundada. Paulino de Oliveira, no Capítulo XIII da *História de Juiz de Fora* (*A Revolução de 30*) não dá notícia de combates na cidade (OLIVEIRA, Paulino de, *op. cit.*, p. 247-257). O *Diário Mercantil*, nas edições posteriores a 24 de outubro de 1930, relatando episódios do período da revolução, nenhuma alusão faz a tais ocorrências.

32 MORAES, *op. cit*. p. VII. Em Barbacena, o então jovem advogado José Bonifácio Lafayette de Andrada, pai do prefaciador citado, fez circular, desde o dia 6 de outubro até alguns dias depois da vitória da revolução, o *Jornal Revolucionário*, importante fonte de informação e fator significativo para manter elevada a moral dos revolucionários (prefácio à *op. cit.*, *ibidem*).

33 FERREIRA, Roberto Nogueira. *Cem anos-luz! O imparcial:* 1896-1996, um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: RN Ferreira, 1996, p. 87-88.

ocorrido escaramuças na zona norte da cidade, o que levou a população juiz-forana a ouvir o início do tiroteio na região da Remonta, onde ficava a cavalaria da 4ª Região Militar[34]. Esta, então sob o comando do general Azevedo Costa, manteve a cidade sob controle, desde o dia 3 de outubro até a vitória da revolução, a 24 de outubro, impondo rigorosas restrições à população, como toque de recolher às 22 horas, fechamento das casas de diversão às 21, proibição de ajuntamento de pessoas e de venda de bebidas alcoólicas, além de outras medidas do gênero. Foi imposta censura à imprensa. O *Diário Mercantil*, no período de 3 a 24 de outubro, circulou normalmente, sem trazer, contudo, qualquer notícia sobre o desenrolar da revolução. Estampava, apenas, comunicados da 4ª Região Militar (inclusive tabelamento de gêneros alimentícios) e notícias insossas, como a de que o bispo, dom Justino José de Sant'ana, convocava os padres a rezar pela paz no País. Aparentemente para mostrar que estava sob censura, o referido jornal publicou, com destaque, na primeira página, matérias literárias, como o texto de Joaquim Nabuco, em *Minha formação*, intitulado "Massangana" (edição de 8/10/1930), ou um comentário com o título de "O neo-romantismo e o expressionismo na Alemanha" (edição de 20/10/1930). Tratava-se, por certo, do mesmo expediente de que se valeriam, muitos anos depois, alguns jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, na vigência do Ato Institucional nº 5, para indicar que estavam impedidos de comentar os acontecimentos políticos. Juiz de Fora viveu, no dizer de Paulino de Oliveira, "vinte dias de

34 Nas cercanias da cidade, sucederam incidentes, o mais grave dos quais ocorreu no distrito de Chácara, onde o coronel Onofre Augusto de Paula foi morto, ao tentar reagir, sozinho e de forma temerária, à invasão do lugar por um contingente de revolucionários, composto de cerca de 80 homens, trazendo todos um lenço vermelho ao pescoço, símbolo da Aliança Liberal. O batalhão penetrou no arraial, num tropel de cavalos, atirando para o alto e brandindo ameaças aos moradores adversos. Estes, em grande número, refugiaram-se em fazendas da região. O bravo coronel Onofre tornou-se, assim, vítima da causa da legalidade – ao que tudo indica por ter agido afoitamente (ele teria dado o primeiro tiro), na situação de desvantagem em que se encontrava. Um filho dele, Otaciano de Paula, anos depois, viria a tornar-se prefeito de Chácara, quando este antigo distrito emancipou-se de Juiz de Fora (informação extraída da internet e fornecida ao autor pelo pesquisador Douglas Fasolato).

opressão"[35]. Mas, nos últimos dias da luta, colunas formadas por civis e soldados da Polícia Militar aproximaram-se da cidade. Uma delas, sob o comando do futuro general Nélson de Melo, chegou até Igrejinha, bairro da zona norte da cidade. Era iminente, àquela altura, a queda da 4ª Região Militar, até porque já não havia plena união entre os oficiais[36]. E é significativo que o seu comandante haja deixado o posto no mesmo dia em que o presidente Washington Luís, afinal, afastava-se do governo. Tudo parece revelar que os ministros militares, que, até então, contemporizavam, só deram o *ultimatum* definitivo ao presidente para que deixasse o cargo ao verificarem que estava para cair o derradeiro bastião de resistência, localizado em Juiz de Fora.

No dia 24 de outubro, no epílogo da revolução, um batalhão de voluntários penetrou, de forma imponente, em Juiz de Fora, sob o comando do então tenente da aviação militar que se tornaria uma legendária figura, admirada em todo o País, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Paulo Pinheiro Chagas, na biografia do brigadeiro, assim descreve a cena:

> Uma tropa de cavalaria, com cerca de oitenta homens, penetra, então, ruidosamente, em Juiz de Fora. São quase todos elementos civis, de lenço vermelho ao pescoço, que o entusiasmo levara a pegar em armas. À sua frente Eduardo, que os organizara.
>
> Encontrando-o, na rua Halfeld, Tasso [Tinoco] dirige-lhe um cumprimento alegre:
>
> — "Bravos, Eduardo. Que belo esquadrão de cavalaria!"
>
> E ele, desajeitado, com sua conhecida aversão a essas exterioridades:
>
> — "Que fazer, Tasso? Trouxeram-me, como vês!"...[37].

35 OLIVEIRA, Paulino de, *op. cit.*, p. 253-257.

36 Refere Paulino de Oliveira que, vitoriosa a revolução, oficiais e soldados, "libertos da obediência a que os obrigava o dever imposto pelos ensinamentos da caserna... vieram para a rua, congraçando-se muitos deles com os adversários da véspera e com eles festejando o acontecimento memorável" (OLIVEIRA, Paulino de, *op. cit.*, p. 256).

37 CHAGAS, Paulo Pinheiro. *O brigadeiro da libertação*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1946, p. 136-137. Civis que haviam integrado batalhões revolucio-

Àquela altura, como se ressaltou acima, já sabendo da deposição do presidente Washington Luís desde as primeiras horas da manhã, o general Azevedo Costa abandonara o comando da 4ª Região Militar, deixando a cidade rumo à capital da República. Assumiu o posto o coronel Sousa Filho, em nome do novo regime.

A partir de 25 de outubro, o noticiário do *Diário Mercantil* sobre os acontecimentos pós-revolucionários tornou-se intenso e vibrante. A respeito da deposição de Washington Luís, dizia, em larga manchete, na edição daquela data: "O povo de Juiz de Fora recebeu a nova com enthusiasmo delirante". Seguiram-se, também, notícias sobre atos de revanchismo dos partidários da revolução, como o empastelamento do *Brasil-Jornal*, cuja redação situava-se na Rua Santa Rita, e a invasão do escritório do ilustre advogado Dr. José Rodrigues Valle, ambos simpáticos à causa da Concentração Conservadora (edição de 1º/11/1930).

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada encontrava-se na cidade quando a revolução estourou, hospedado na Fazenda da Floresta, de propriedade da família Assis. Por volta das 16 horas do dia 3 de outubro, no entanto, dirigiu-se, de carro, a Barbacena, de onde acompanhou o movimento. Dessa forma, quando chegaram à referida fazenda os oficiais do Exército incumbidos de prendê-lo, o antigo presidente de Minas ali já não se achava. Retornaria a Juiz de Fora no dia 30, em trem especial, "sendo recebido com grande manifestação popular"[38].

No seu segundo volume de memórias, que apresenta uma das mais completas histórias da Revolução de 1930, João Neves da Fontoura acentua: "cumpre reconhecer que a luta em Minas foi das mais árduas, não só pela prolongada atividade do 12º RI e das demais guarnições, como pela proximidade da sede do Governo da União". O memorialista – que foi o grande tribuno da Aliança Liberal e vigoroso articulador da revolução – destaca a atuação, no Estado, dos seguintes oficiais do Exército, que vie-

nários também chegaram a Juiz de Fora logo depois da queda do regime, como o futuro deputado e ministro do Supremo Tribunal Bilac Pinto (Cf. *Diário Mercantil*, edição de 25/10/1930).

38 OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966, p. 257.

ram emprestar sua colaboração à Força Pública de Minas, comandando muitas das ações aqui desenvolvidas: tenente-coronel Aristarco Pessoa, Cordeiro de Farias, Otto Feio, Nelson de Melo, Maynard Gomes, Ulhoa Cavalcanti "e outros participantes das sedições de 1922 e seguintes"[39]. Entre estes últimos estava o brigadeiro Eduardo Gomes – um dos 18 heróis que sobreviveram ao levante do Forte de Copacabana, em 1922 –, cujo nome, por isso e por tantos serviços relevantes prestados ao País, deve ser explicitado, na referida listagem.

5. REFLEXOS POLÍTICOS: A LEGIÃO DE OUTUBRO OU LEGIÃO LIBERAL MINEIRA

Vitoriosa a revolução, sentiram os líderes do movimento a necessidade de organizar um grupo político que pudesse dar sustentação ao seu ideário, no meio social. Concebida por Oswaldo Aranha[40] e contando com o apoio entusiástico dos tenentes, criou-se, então, a Legião de Outubro, misto de agremiação política e organização paramilitar. A legião implantou-se nos principais estados, logo se revelando que o seu objetivo principal era o de dividir ou enfraquecer os antigos partidos republicanos, notadamente os de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sua inspiração era nitidamente autoritária, segundo o modelo fascista, em voga na época. Seu plano de ação era o de formar milícias, no interior de cada estado, que pudessem ser mobilizadas, em defesa da revolução – isto é, do governo central –, em qualquer eventualidade.

Em Minas, o movimento tomou o nome de Legião Liberal Mineira ou Legião Revolucionária Mineira. Como se verá, adiante, o presidente

39 FONTOURA, *op. cit.*, p. 427-428.

40 Maurício de Lacerda, em livro que é um depoimento apaixonado e polêmico sobre a época, destaca as tendências fascistas que, então, parecia revelar Oswaldo Aranha (depois, porém, um dos grandes líderes da resistência ao nazifascismo, que levou o Brasil à guerra contra o Eixo), aludindo ao prestigioso político como "um político fascista, que precisa de legiões" (LACERDA, Maurício de. *Segunda República*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1931, p. 362).

Olegário Maciel emprestou-lhe, de início, discreto e constrangido apoio. Os líderes mais ativos do movimento eram Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari.

A Legião Liberal Mineira teve, no entanto, duração efêmera. Instalada em fevereiro de 1931, dois anos depois, em fevereiro de 1933, desaparecia. Como sucessora provisória da legião, surgiu a Frente Única Mineira, que foi o embrião do Partido Social Nacionalista, também de curta duração, vindo, afinal, a consolidar-se no Partido Progressista de Minas Gerais. Este foi, por derradeiro, o partido da revolução no Estado.

O velho PRM não se extinguiu logo. Mas, como se relata no capítulo atinente à Segunda República, sofreu duro revés, para o novo partido, nas eleições destinadas à composição da bancada mineira na Assembleia Constituinte de 1934. Àquela altura, Arthur Bernardes, que rompera com o governo provisório em 1932 e, por isso, amargou o exílio, era uma liderança em declínio no Estado e alvo de hostilidades por parte dos revolucionários, aos quais, ingenuamente, dera apoio. O ex-presidente, último bastião do velho PRM, veria, em breve, o seu partido extinguir-se. Somente após a queda do regime, em 1945, o grande líder mineiro voltaria à tona, fundando o Partido Republicano, em âmbito nacional.

Como sói acontecer a todas as revoluções, a Revolução de 1930 cumpria, assim, sua vocação autofágica, destruindo lideranças que lhe haviam sido fundamentais nas articulações que permitiram deflagrá-la.

VII
MINAS NA POLÍTICA DA SEGUNDA REPÚBLICA

1. Os primeiros tempos: Olegário Maciel e a continuidade do seu governo 2. O longo domínio de Benedito Valadares 3. A efêmera Constituição de 1934 e o Golpe de 1937 4. O *Manifesto dos mineiros* 5. A queda do Estado Novo e o alvorecer de um novo tempo

1. OS PRIMEIROS TEMPOS: OLEGÁRIO MACIEL E A CONTINUIDADE DO SEU GOVERNO

Quando a revolução eclodiu em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1930, Minas Gerais encontrava-se, havia menos de um mês, sob novo governo. Sucedendo a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um dos principais articuladores do movimento, assumira a chefia do Estado, a 7 de setembro, Olegário Dias Maciel, tendo como vice Pedro Marques de Almeida, político de Juiz de Fora. O novo presidente do Estado (como, então, se qualificava o governador) era um político de longa tradição, que fora deputado provincial e geral no Império, senador estadual e federal na República, presidente do Senado mineiro, vice-presidente do Estado e presidente em exercício, em substituição a Raul Soares. Engenheiro de formação, especializado na área de transportes, exercera, no governo Wenceslau Braz, as funções de consultor técnico do Ministério da Viação e inspetor-geral dos Serviços de Vias Férreas. Era, ademais, um dos republicanos históricos de Minas Gerais, prócer dos mais influentes do velho PRM, credenciado, assim, por todos os títulos, para o mais

elevado posto da política estadual. Embora não houvesse integrado a linha de frente dos revolucionários mineiros, foi solidário ao movimento e mostrou-se fiel aos compromissos assumidos pelo Estado. Por isso e pela importância da participação de Minas no episódio, Olegário Maciel foi o único entre os antigos governadores que se manteve no cargo após a vitória da revolução, conservando, mesmo, o título de presidente do Estado. Dessa forma, preservou Minas da nomeação de um interventor, ao contrário do que sucedera nos demais estados[1]. Além do mais, seu decidido e decisivo apoio à Revolução de 1930 valeu-lhe o título de General Honorário do Exército Brasileiro. Portando-se de forma altaneira no exercício da presidência do Estado, Olegário Maciel impôs-se ao respeito do todo poderoso chefe do governo federal, de tal modo que, em certo momento, desejando este conferenciar com o líder mineiro, que se esquivava de ir ao seu encontro no Rio de Janeiro, Getúlio veio ter com Olegário, em Juiz de Fora, onde se reuniram, reservadamente, na Fazenda da Floresta, a meio caminho de distância entre a capital da República e a do Estado[2].

Olegário Maciel chegou ao governo do Estado na altura dos 75 anos. Conta-se, aliás, que a idade provecta e a perspectiva de um curto governo teriam influído na decisão de Antônio Carlos de escolhê-lo como candidato à sua sucessão. Recebendo-o em seu gabinete, certo dia, quando o elevador do Palácio da Liberdade estava parado, o astuto presidente percebeu que Olegário chegara ao andar de cima ofegante e comentou com alguém: "O Olegário está por pouco!". Isso teria sido

1 Cioso da sua condição, Olegário Maciel pôde, assim, devolver ao ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, ofício que este dirigira ao interventor no Estado, com a observação de que, em Minas, não havia interventor (CARVALHO, Daniel de. *Ensaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964, p. 140).

2 Depõe, a esse respeito, Daniel de Carvalho: "Convidado pelo chefe do Governo Provisório para uma conferência no Rio, respondeu que não sairia do território de Minas e alvitrou que se encontrassem em Juiz de Fora. Getúlio teve de viajar para uma conversa com o 'velho'. Nesta conferência, Olegário mostrou discordância com certas medidas tomadas pelo Governo Provisório. Não gostou, por exemplo, da aposentadoria forçada de alguns ministros do Supremo Tribunal, citando nominalmente Pires de Albuquerque." (*op. cit.*, p. 139).

decisivo para que Antônio Carlos aceitasse o velho político como cabeça de chapa, deixando o candidato de sua preferência, Pedro Marques de Almeida, no lugar de vice, na expectativa de que este viesse a assumir logo o governo...[3] Realmente, Olegário Maciel veio a falecer antes do término do mandato, a 5 de setembro de 1933, vítima de enfarte fulminante, enquanto tomava seu banho matinal, estendido na banheira dos aposentos presidenciais, no Palácio da Liberdade. Mas o vice, àquela altura, já havia renunciado ao cargo para assumir a Prefeitura de Juiz de Fora. E a sucessão mineira teria desfecho surpreendente e bizarro, como se verá a seguir.

O governo de Olegário Maciel teve a marca do seu chefe: foi um governo firme e independente, que soube manter sua autoridade nos primeiros tempos turbulentos da revolução, enfrentando, sobranceiramente, as dificuldades e ameaças do momento político que o País vivia. A maior dessas ocorreu a 18 de agosto de 1931, durante um congresso do PRM, quando o comandante da unidade do Exército sediada em Belo Horizonte, coronel Júlio Pacheco de Assis, invocando ordens superiores, chegou a intimar o presidente a passar-lhe o governo. Contando com o apoio da Força Pública estadual e o respaldo de políticos influentes junto ao governo provisório da República, como Wenceslau Braz, Antônio Carlos e Francisco Campos, o "velho" Olegário resistiu à tentativa de deposição. Sobreveio logo uma contraordem, desfazendo o que Oswaldo Aranha qualificaria, depois, como um "equívoco" – sem apagar, com isso, a impressão de que seria ele o principal responsável por esse equívoco...

Olegário Maciel soube, além do mais, conservar as rédeas do poder, agindo com habilidade, sabendo sempre até aonde ir, guiado pela percepção de que não podia remar contra a maré. Velho líder do PRM, deste foi-se afastando, progressivamente, quando sentiu que os novos tempos haviam tornado obsoleto o partido oligárquico da República

3 Cf. comentário de Francisco Campos, reproduzido por Carlos Drummond de Andrade, *in*: ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 142.

Velha. Aderiu, assim, à Legião de Outubro, fundada em 27 de fevereiro de 1931 para unificar as forças políticas que apoiavam o governo provisório. E, embora um tanto contrafeito, chegou a participar de um desfile do grupo paramilitar que representava aquele movimento, de inspiração fascista[4]. A Legião de Outubro deu origem à Frente Única Mineira, que congregou os adeptos da nova ordem com vistas à organização de novo partido político. Este surgiu em fevereiro de 1932: foi o Partido Social Nacionalista, de duração efêmera. No mesmo ano, o prestígio de Olegário Maciel junto ao governo federal consolidou-se, em virtude do apoio que emprestou a Getúlio Vargas, opondo-se à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em 1933, era fundado, sob a liderança do presidente de Minas, o Partido Progressista, que conquistaria a maior parte dos lugares na bancada mineira da Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

Sobre a personalidade de Olegário Maciel, estadista que encarnava as virtudes peculiares aos políticos mineiros da Primeira República, vale lembrar o testemunho de Paulo Pinheiro Chagas, que, tendo militado na oposição ao seu governo, na juventude, reconheceu, depois, que "Olegário era o último representante de uma estirpe de grandes varões, singelos e puros, nobres e pobres", dizendo mais, que ele "marca o fim de uma época de gigantes"[5].

No plano administrativo, a passagem de Olegário Maciel pelo governo de Minas ficou marcada pela instalação, em Divinópolis, de uma usina de álcool derivado da mandioca, com finalidade energética, o que

---

4 Pedro Nava descreve assim a presença de Olegário Maciel no desfile ocorrido a 21 de abril de 1931: "o velho Olegário com aquela sua cara de esfinge blindada envergando uma camisa cáqui envergonhada e disfarçada pelo colete e pelo fraque perremistas", assistia à passagem dos legionários, ao lado de Francisco Campos. A Legião de Outubro, segundo acrescenta o memorialista mineiro, foi "o primeiro vagido fascista dado no Brasil". (NAVA, Pedro. *O Círio Perfeito - Memórias/6*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983, p. 67).

5 CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p. 175. A alusão do autor aos políticos mineiros da República Velha confirma o que se disse no primeiro capítulo desta série.

correspondia ao seu pensamento de que o uso do álcool como combustível era o que se mostrava mais conveniente ao País, dada a abundância da produção canavieira e de mandioca nas nossas terras. Preocupou-se, aliás, fundamentalmente, em sua administração, com a melhoria dos meios de comunicação, o que lhe parecia essencial para o desenvolvimento do Estado. E defendeu a criação de uma siderúrgica, com participação da iniciativa privada, tanto nacional quanto estrangeira, divergindo, nesse ponto, da orientação adotada por Arthur Bernardes, no seu nacionalismo ortodoxo.

Com o falecimento de Olegário Maciel, estando vago o cargo de vice-presidente, assumiu o governo, interinamente, o secretário do Interior, Gustavo Capanema, então jovem dos seus 33 anos. Capanema e Virgílio de Melo Franco logo despontaram como candidatos a interventor, no Estado, o primeiro com o apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha e do ex-ministro da Educação Francisco Campos, o segundo contando com a influência em seu favor de Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda, e do próprio pai, Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores.

2. O LONGO DOMÍNIO DE BENEDITO VALADARES

A sucessão de Olegário Maciel passou por um procedimento inusitado, mesmo se considerarmos que o País vivia, àquela época, em regime discricionário. Embora a escolha do novo governante ficasse confiada ao talante do chefe do governo provisório, não se podia prever que este fosse agir, no episódio, como um mágico que tirasse da própria cartola um nome inesperado. E foi, na verdade, o que aconteceu.

Getúlio, recebendo Benedito Valadares em seu gabinete, confidenciou-lhe que não nomearia nem Capanema nem Virgílio, porque, qualquer que fosse o indicado, a escolha despertaria reações contrárias de gente muito próxima a ele e ao seu governo. Assim, pela confiança que depositava em sua pessoa e pela impressão favorável que lhe vinham causando as conversas com ele mantidas em torno da sucessão mineira, decidira designá-lo para o cargo, recomendando-lhe, porém, que

guardasse segredo a esse respeito, até que a nomeação se efetivasse. Benedito Valadares, deputado no seu primeiro mandato, tinha, com Getúlio, ligação de ordem familiar, pois era concunhado do capitão Ernesto Dornelles, primo do presidente. Mas esse fato, se conhecido era dos políticos, não os autorizava a crer que Benedito pudesse sequer figurar na lista dos candidatos à interventoria, já que não passava de um obscuro deputado que não primava pelos dotes intelectuais nem demonstrara, ainda, capacidade de liderança.

Para simular um procedimento de consulta junto à bancada de Minas na Assembleia Nacional Constituinte que, havia pouco, se instalara, Getúlio pediu ao presidente daquele órgão, o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que lhe apresentasse uma lista de nomes, formada por deputados que pudessem contar com o apoio de seus pares. Antônio Carlos levou-lhe a lista solicitada, composta dos seguintes nomes: Odilon Braga, Licurgo Leite, Pedro Aleixo, Augusto Viegas, Raul de Sá e Noraldino Lima. Ao receber a lista, Getúlio sugeriu ao velho Andrada: "— Põe aí esse Benedito Valadares para maior de espada".

O próprio Benedito declara, em suas memórias, depois de descrever o episódio como acima sumariado: "Antônio Carlos, político inteligentíssimo e sagaz, assustou-se; estava escolhido o interventor"[6].

Tão ansioso ficou Benedito Valadares, à espera da confirmação da escolha, que foi a custo que manteve reserva em torno do assunto. Chegou mesmo, em conversa com dois deputados amigos, José Maria Alkmim e João Tavares Beraldo, a sondá-los, sutilmente, sobre a eventual repercussão de sua nomeação, sugerindo-lhes um pacto no sentido de que, se um deles fosse o nomeado, convidasse os demais para o seu secretariado... Beraldo admitiu a proposta, ainda que não a levando muito a sério, mas Alckmin a repeliu, em tom galhofeiro, por não figurar em suas cogitações a eventual escolha de Valadares.

No seio da bancada mineira na Assembleia Constituinte, chegou a esboçar-se um movimento para, em vista dos rumores que começavam a

6 VALLADARES, Benedicto. *Tempos idos e vividos:* memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 52.

circular, excluir da lista de candidatos o nome de Benedito. Mas Getúlio convocou-o ao seu gabinete para tranquilizá-lo: "Mandei chamá-lo para dizer que, se seu nome vier, o senhor será o interventor; se não vier, o senhor o será também, pois quem nomeia o interventor sou eu"[7].

E assim foi, para espanto geral do meio político. "A nomeação de Valadares" – diz Afonso Arinos de Melo Franco, então em Belo Horizonte – "caiu como uma bomba sobre a cidade desprevenida"[8]. Houve quem cogitasse de sequestrá-lo, na viagem de volta a Minas, e isso veio a transpirar, chegando ao conhecimento de Getúlio e do próprio Benedito, que, entretanto, não se intimidou com o risco de fazer o trajeto de trem, para a posse na capital do Estado[9]. Oswaldo Aranha e Afrânio de Melo Franco, em consequência do desfecho da sucessão mineira, exoneraram-se de seus cargos no ministério de Getúlio.

A notícia de que Benedito Valadares, e não Capanema ou Virgílio de Melo Franco, seria o novo interventor, logo repercutiu em Montevidéu, onde se realizava, no mês novembro de 1933, Conferência Pan-Americana, em que o Brasil fazia-se representar, entre outros, por Gilberto Amado, Afrânio de Melo Franco e Francisco Campos. Gilberto Amado, em suas memórias, fala do clima de expectativa que cercava os dois últimos, cada qual aguardando a nomeação do seu candidato. Diz o diplomata e escritor sergipano:

---

7 VALLADARES, *op. cit.*, p. 55

8 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo:* memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961, p. 313.

9 Quem cogitou de articular o tresloucado gesto foi Otacílio Negrão de Lima, segundo revela Afonso Arinos (*op. cit.*, p. 314). Benedito refere-se ao episódio, em suas memórias, qualificando, aliás, de "rapto" a ameaça assoalhada e indicando outros políticos que participariam da aventura, conforme o próprio Getúlio lhe revelara. Seriam eles: Virgílio de Melo Franco, Bias Fortes, Gabriel Passos, junto a alguns militares (*op. cit.*, p. 56). Nenhuma comprovação há, todavia, da suposta conivência desses políticos com a trama, que, aliás, não passou de vagas conversas que não chegaram a traduzir-se, sequer, num plano de ação, pelo que se depreende dos relatos a respeito do episódio.

> Antes do termo da conferência, Afrânio, chamado às pressas, às pressas tornou ao Rio. O telegrama a Francisco Campos foi recebido por ele na minha presença, no hotel em que morávamos. Fiel ao seu feitio, Getúlio enganara os dois. Não escolheu nem o candidato de Afrânio nem o de Francisco Campos. Getúlio os mandara longe para os reunir no mesmo laço estrangulador. Oh, homem![10]

Benedito Valadares, a exemplo de Olegário Maciel, conservou sempre o título de governador, seja durante o período inicial de sua investidura, seja após o golpe que implantou o Estado Novo. Nesse interregno, foi eleito governador pela Assembleia Constituinte mineira, como candidato único, pelo voto dos 34 deputados do seu partido – o Partido Progressista –, enquanto os 13 deputados do velho PRM (que se reorganizara) deixavam o recinto[11]. A eleição, porém, foi menos tranquila do que pode revelar o resultado. O PRM chegou a articular o lançamento de outra candidatura, frustrando-se, porém, o seu intento, ante a constatação de que o nome de Valadares era, antes de tudo, uma imposição do governo federal, que só aparentemente se democratizara. Getúlio, posto a par da resistência ao nome de Benedito e da iminência de sua derrota pelo PRM, a que se aliava uma dissidência do Partido Progressista, foi peremptório:

> Em nenhuma hipótese abro mão de Minas. Já não posso contar com o Rio Grande e São Paulo, este nas mãos de Armando de Sales e aquele nas de Flores da Cunha, que me combatem. De sorte que, se preciso, empregarei a força militar para eleger Valadares.[12]

Diante disso, Antônio Carlos, que tomara a iniciativa de sondar Getúlio sobre o assunto, por intermédio do líder gaúcho João Carlos

10 AMADO, Gilberto. *Depois da política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960, p. 224.

11 VALLADARES, *op. cit*., p. 95-97.

12 Cf. Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.,* p. 251.

Machado, recuou da articulação iniciada, cedendo ao império das circunstâncias com o realismo que caracterizava a sua linhagem na política brasileira: "É uma tradição dos Andradas, vez por outra, ceder em face da força bruta"[13].

Na verdade, Benedito Valadares foi sempre e invariavelmente um governador dócil às ordens e aos caprichos de Getúlio Vargas. Por isso, tão longo foi o seu domínio absoluto em Minas: durou 12 anos... Uma única vez Benedito esboçou uma reação às ordens de Vargas, mas logo se retraiu, numa espécie de arrependimento eficaz, que o manteve nas boas graças do chefe. É o que se verá mais adiante, quando se tratar do Golpe de 1937.

Como sói acontecer aos governantes cuja investidura não decorre do voto popular, Benedito Valadares tornou-se alvo de constantes pilhérias. O perfil intelectual do governador, que nunca foi dos mais brilhantes, acabou deformado pela má vontade dos críticos, que o pintavam, com evidente exagero, como um néscio[14]. Erros elementares de português eram-lhe atribuídos, nas piadas que se contavam a seu respeito. O governador de Minas, presença assídua no anedotário popular, era visto como alguém que claudicava no domínio do vernáculo[15]. Aliás, Benedito continuou a carregar esse estigma por toda a vida, mesmo depois que suas inegáveis qualidades políticas e uma natural perspicácia o haviam consagrado como articulador hábil e sagaz[16].

---

13 Cf. Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 251.

14 É preciso notar que Benedito possuía dois diplomas de nível superior, o de odontólogo e o de bacharel em Direito. Formado em Direito no Rio de Janeiro, exerceu a advocacia em sua terra natal, Pará de Minas, antes de ingressar na vida pública.

15 Uma sátira interessante do político Benedito Valadares, de sua carreira política, da surpreendente nomeação para interventor em Minas e de sua subserviência a Getúlio encontra-se no romance *Brasílio*, de autoria do deputado e, depois, ministro do STF Oscar Dias Corrêa, seu adversário da UDN. No livro, Benedito é representado pelo personagem Brasílio Val-Verde e Getúlio pode ser claramente identificado na figura de Genésio Vasques (Cf. CORRÊA, Oscar Dias. *Brasílio*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968).

16 Um episódio pitoresco ocorrido na Câmara dos Deputados, no final dos anos 1950, dá a medida do que se vem de dizer. Discursava o líder da oposição, Afonso Ari-

Ao assumir o governo, Benedito procurou cercar-se de auxiliares idôneos e capazes, escolhendo, para as secretarias estaduais, jovens políticos que se revelariam, em pouco tempo, grandes nomes da política brasileira, como Juscelino Kubitschek (Gabinete Civil), Carlos Luz (Secretaria do Interior) e Israel Pinheiro (Secretaria de Agricultura). Sua administração, se não teve êxito proporcional ao tempo por que se estendeu, deixou algumas marcas importantes no campo administrativo (com a implantação do Departamento Estadual de Estatística), no da indústria (com o incentivo à criação da Cidade Industrial de Contagem), no da agricultura (com a criação da Fazenda Escola do Florestal, vinculada à Universidade Rural de Viçosa), no do ensino tecnológico (com a fundação, em Juiz de Fora, do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, pioneiro na América Latina), no da pesquisa científica (com a incorporação, ao Estado, do Instituto Biológico Ezequiel Dias), no das finanças (com a criação do Banco Mineiro da Produção), no da radiodifusão (com a inauguração da Rádio Inconfidência) e no do turismo (com a construção do Grande Hotel de Araxá, então o maior do País).

A grande perda sofrida pelo Estado no governo de Benedito Valadares foi, sem dúvida, a da usina siderúrgica, que, em vez de instalar-se aqui, acabou sendo implantada no antigo Estado do Rio de Janeiro, com a criação de Volta Redonda. Benedito não quis, não soube ou não pôde

nos, quando Valadares passou a aparteá-lo, insistentemente, o que gerou discussão áspera entre os dois, o ex-governador de Minas reclamando de referência a determinada atitude sua que denotaria jactância, no dizer do deputado udenista. Benedito explicou sua insatisfação: "Reclamo apenas contra o adjetivo. Jactância é de V. Exa.". Afonso Arinos não perdeu a oportunidade para uma estocada no antigo adversário: "Jactância não é adjetivo, excelência, mas substantivo". Afonso Arinos descreve assim a reação do plenário: "A Câmara estourou numa enorme gargalhada. Parece que vejo ainda Alberto Deodato na primeira fila, corado, a cabeleira branca, contorcendo-se com as mãos no ventre, no esforço de rir. Valadares caiu na cadeira, fulminado" (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965, p. 211-212). Talvez na tentativa de apagar essa impressão desfavorável aos seus dotes intelectuais, Benedito Valadares publicou dois romances, *Esperidião* e *A lua caiu*, que não foram bem recebidos pela crítica, não faltando, mesmo, quem lhes contestasse a autoria.

empenhar-se nesse projeto para o qual Minas, por todas as razões, de ordem econômica e estratégica, haveria de ser o estado preferido. É sintomático, aliás, que não se encontre uma palavra a esse respeito, no seu livro de memórias, aqui já citado.

A decisão do governo de instalar a usina siderúrgica no Estado do Rio de Janeiro teve, é certo, o respaldo de estudo técnico promovido por comissão de especialistas – a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, criada em março de 1940. Lê-se no verbete correspondente à Companhia Siderúrgica Nacional do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, editado pela Fundação Getúlio Vargas:

> Para a localização da usina, depois de estudadas várias regiões, a comissão deu preferência ao trecho compreendido entre Barra do Piraí (RJ) e Barra Mansa (RJ), no vale do Paraíba, que apresentava principalmente a vantagem de poder contar com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Do ponto de vista da defesa militar, a área reuniu igualmente condições favoráveis. Foi finalmente escolhida a área de Volta Redonda (RJ), situada a nove quilômetros de Barra Mansa.[17]

Não está dito, aí, entretanto, que no Estado do Rio de Janeiro não há minério de ferro nem carvão. Este teria de vir (como ainda hoje ocorre), em sua maior parte, do exterior, sem dispensar, naturalmente, o complemento oriundo do Sul do País, um e outro, em todo caso, devendo ser transportados até Volta Redonda por via férrea, o último a partir do Porto de Santos ou do Porto do Rio de Janeiro. E o ferro, obviamente mais pesado, haveria de sair da região metalúrgica de Minas Gerais, exigindo custoso transporte até a sede da usina, em longo trajeto a ser percorrido por extensas composições da Central do Brasil, conforme estamos habituados a ver, agora com a substituição da ferroviária estatal por uma empresa particular.

17 MEDEIROS, Jarbas. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Forense Universitária, 1984, v. 1, p. 858.

Dúvidas podem ser suscitadas quanto à questão de saber qual a localização preferível para a usina, tendo em vista a remessa do ferro laminado, a partir do Estado do Rio ou do Estado de Minas, pelo Porto de Santos. Qual a menor distância entre o centro produtor considerado e o porto de escoamento do produto industrializado?

Admitindo-se, por exemplo, que a usina houvesse sido instalada em Juiz de Fora (e há razões ponderáveis para ter-se em vista tal hipótese como a mais racional), não se pode deixar de recordar, a esse propósito, o alvitre, há muito cogitado, da ligação, por via férrea, dessa cidade mineira com o Sul de Minas, através do ramal Lima Duarte-Bom Jardim, que facilitaria a comunicação com o Estado de São Paulo. Tal solução seria de extrema importância considerando-se a hipótese de a escolha haver recaído na Manchester mineira. Assinale-se que, quando da instalação, aí, da Siderúrgica Mendes Júnior, no último quartel do século XX, estudos técnicos realizados apontaram Juiz de Fora como o melhor local para a instalação da siderúrgica, mesmo sem contar a cidade com o referido acesso ao Sul do Estado. Não há motivos para crer que, no início da década de 1940, a situação fosse diferente.[18]

A verdade é que, na decisão do governo federal de instalar a usina siderúrgica no Estado do Rio de Janeiro, pesaram fatores de outra ordem. Não se pode esquecer que o governador daquele antigo Estado era Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Getúlio...

18 O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 5 de setembro de 1956, publicou matéria do jornalista Wander Moreira contendo a seguinte declaração do general Edmundo de Macedo Soares, então presidente da Companhia Siderúrgica Nacional: "Fiz tudo para levar esta Usina para Minas e colocá-la nas proximidades de Juiz de Fora. Mas não encontrei da parte dos mineiros nenhuma receptividade para esta ideia". Em entrevista, no Rio, o jornalista juiz-forano Dormevilly Nóbrega voltou ao assunto, mostrando, aliás, a referida matéria ao general Macedo Soares, que confirmou a declaração, acrescentando: "Tentamos, realmente, e tivemos a tristeza de ouvir de um político mineiro que 'Juiz de Fora estava saturada de indústrias'". O entrevistador empenhou-se em saber o nome desse político, mas o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional recusou-se a revelá-lo, dizendo "que ele considerava o nome da triste figura como o seu maior 'segredo de Estado'". (Cf. NÓBREGA, Dormevilly. *Revendo o passado (memória juiz-forana)*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1998, p. 100).

Como quer que seja, o certo é que não se tem notícia de que Benedito Valadares houvesse tentado demover o chefe do governo da ideia de fazer instalar no Estado fluminense a Companhia Siderúrgica Nacional. Contando sempre com o apoio irrestrito de Vargas e empenhando-se, aliás, por todos os meios e modos, em fazer-se merecedor da confiança do presidente, nesse caso a estrela do governador de Minas não brilhou. E a sua omissão no episódio o deixou muito mal perante a história política do Estado.

Juracy Magalhães dá, sobre o episódio, depoimento que coincide com as considerações aqui feitas. Depois de observar que "Benedito governou o grande Estado como se fosse um prefeito do interior", assinala:

> Enquanto isso, no Rio, o almirante Ernani do Amaral Peixoto, com outra mentalidade, ia conseguindo convencer seu poderoso sogro a desviar a construção da primeira grande usina siderúrgica brasileira de Minas para Volta Redonda. Todo o ferro-gusa estava nas Gerais, e o lógico teria sido fundar no território mineiro a grande usina que forjaria aço para seu progresso industrial. Mas Benedito não sabia ou não queria lutar por isso.[19]

3. A EFÊMERA CONSTITUIÇÃO DE 1934 E O GOLPE DE 1937

A segunda Constituição republicana, promulgada a 16 de julho de 1934, não inaugurou, propriamente, um novo regime. A circunstância de haver possibilitado a permanência, na chefia do governo, do ditador entronizado pela Revolução de 1930 – o qual seria eleito presidente no dia imediato à sua promulgação –, ao mesmo tempo que ensejava a eleição, nos estados, pelas respectivas assembleias, de governadores que já exerciam a função de interventor, era um sinal bem claro do continuísmo que a Carta Constitucional vinha consagrar. Por isso, com ela não nasce uma

19 MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 184.

nova República, mas tem sequência o mesmo regime instituído após a queda da República Velha. É a Segunda República que continua a existir, agora sob as vestes de uma democracia – na verdade, mais aparente do que real. E, assim mesmo, por pouco tempo...

É inegável, porém, que a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte assinalou o surgimento de novos líderes, que iriam realizar, a partir de então, promissoras carreiras no cenário político brasileiro. Minas Gerais, especialmente, muito se beneficiou dessa oportunidade. A bancada mineira, composta de 37 constituintes, era a maior daquela Assembleia. Dos deputados que a integravam, 31 pertenciam ao novo Partido Progressista, enquanto seis, apenas, provinham do velho PRM[20].

Alguns dos constituintes eram veteranos da Primeira República (como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Daniel de Carvalho e João Nogueira Penido) ou haviam começado a destacar-se na vida pública já na sua última década (como Virgílio de Melo Franco, o grande articulador da revolução, Cristiano Machado e Odilon Braga, que haviam sido deputados estaduais e secretários de Estado). Outros eram filhos de conhecidos líderes daquele período (Bias Fortes, José Braz, Delfim Moreira Júnior e Júlio Bueno Brandão Filho). A maioria, entretanto, compunha-se de nomes novos, cujas carreiras políticas apenas despontavam, depois de breves passagens, em alguns casos, pelo Executivo ou pelo Legislativo

20 Eis os nomes que compunham a bancada mineira na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (eleito, por unanimidade, presidente da Assembleia), José Francisco Bias Fortes, Virgílio Alvim de Melo Franco, José Monteiro Ribeiro Junqueira, José Braz Pereira Gomes, Adélio Dias Maciel, Luiz Martins Soares, Pedro Aleixo, Francisco Negrão de Lima, Gabriel de Rezende Passos, Augusto das Chagas Viegas, Pedro da Matta Machado, Delfim Moreira Júnior, José Maria Alkmim, Odilon Duarte Braga, José Vieira Marques, Clemente Medrado Fernandes, Raul de Noronha Sá, Simão da Cunha Pereira, João Nogueira Penido, João Tavares Corrêa Beraldo, Joaquim Furtado de Menezes, Cristiano Monteiro Machado, Polycarpo de Magalhães Viotti, Daniel Serapião de Carvalho, Levindo Eduardo Coelho, Aleixo Paraguassu, Valdomiro de Barros Magalhães, Belmiro de Medeiros Silva, Lycurgo Leite, Celso Porfírio de Araújo Machado, Octávio Campos do Amaral, Júlio Bueno Brandão Filho, José Carneiro de Rezende, João Jacques Montandon, Anthero de Andrade Botelho e João José Alves.

municipais: Pedro Aleixo, Negrão de Lima, Gabriel Passos, José Maria Alkmim, João Beraldo, Celso Machado. Basta a enunciação desses nomes para se perceber o elevado nível da representação mineira, plenamente consentâneo com as tradições políticas do Estado.

A Constituinte de 1933/34 foi a única das assembleias do gênero que não se transformou automática e imediatamente em Legislativo ordinário. Promulgada a Constituição, exerceu, é certo, funções legislativas ordinárias, mas em caráter provisório ou até que se realizassem eleições para a Câmara dos Deputados e que as assembleias legislativas, nos estados, indicassem os dois senadores que representariam cada unidade da federação no novo Senado[21]. Antes, procedeu à eleição do presidente da República, mantendo no cargo Getúlio Vargas, por expressiva maioria de votos. A composição da Câmara conservou, no entanto, quase o mesmo elenco que formara a Assembleia Constituinte. Da representação mineira, saiu, por exemplo, Odilon Braga, que foi nomeado ministro da Agricultura. E entrou outra grande figura, cuja passagem pela política seria meteórica, porquanto sua vocação jurídica sem demora o atraiu para a advocacia, da qual se tornaria um expoente: Dario de Almeida Magalhães[22]. Outros nomes que se somaram à bancada mineira na Câmara dos Deputados foram os de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Carlos Coimbra da Luz e João de Resende Tostes, político de Juiz de Fora. Ao segundo, prestigioso nome da Zona da Mata, foi confiada a liderança do governo, o que traduzia o prestígio da bancada mineira.

Em Minas, integrando a Constituinte estadual e, depois, a Assembleia Legislativa em que aquela se transformou, pontificaram, ao lado de antigos nomes como o de Afrânio de Melo Franco, jovens políticos como Milton Campos, Bilac Pinto, José Bonifácio Lafayette de Andrada e Paulo Pinheiro Chagas. Enquanto isso, eleito vereador, em São João

21 Nesse sentido, dispunha o art. 2º das Disposições Transitórias da Constituição de 1934. A 4 de outubro de 1934, realizaram-se as eleições para a Câmara dos Deputados, que se instalou em março de 1935.

22 Dario de Almeida Magalhães havia sido eleito deputado constituinte, mas renunciou ao mandato antes do término dos trabalhos da Assembleia. Na eleição para a Câmara dos Deputados, ficou como suplente, assumindo, depois, o cargo.

del-Rei, com a maior votação daquele pleito, Tancredo de Almeida Neves assumia a presidência da Câmara Municipal de sua terra.

Uma plêiade de políticos surgia, assim, no panorama de Minas Gerais. Eles atravessariam os tempos difíceis que se avizinhavam e atingiriam o auge de suas carreiras na Terceira República, inaugurada em 1945, com a queda do Estado Novo.

Mas, antes, sobreveio a longa noite do Estado Novo, implantado com o Golpe de 10 de novembro de 1937.

Cinco políticos mineiros tiveram participação nesse episódio ou se viram por ele envolvidos: Francisco Campos, Benedito Valadares, Negrão de Lima, Menelick de Carvalho e Pedro Aleixo. E um escapou ao naufrágio das instituições de forma sobranceira e digna: Odilon Braga. Recusando-se a assinar a Carta de 1937, o político de Rio Pomba exonerou-se do Ministério da Agricultura e afastou-se, assim, do cenário político. Foi, aliás, o único dos ministros de Vargas a tomar essa atitude.

Francisco Campos, que havia sido o primeiro ministro da Educação e Saúde, assumiu o Ministério da Justiça pouco antes do golpe, de que seria o mentor intelectual. Foi ele quem elaborou a Carta Política que serviu de instrumento ao Estado Novo, sendo outorgada pelo presidente da República na referida data. Tratava-se de uma Carta de inspiração fascista, bem ao feitio das ideias professadas pelo seu autor. Campos, já então, notabilizara-se pelo talento, que dele fizera um dos maiores juristas do País e lhe rendera a alcunha de "Chico Ciência". Professor catedrático de Filosofia do Direito antes dos 30 anos, em memorável concurso, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, transferira-se para a Faculdade Nacional de Direito, passando a lecionar no seu curso de doutorado. Ficou famosa a conferência que proferiu, a 28 de setembro de 1935, no salão da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, sob o título *A política e o nosso tempo*, cujo texto foi depois incorporado ao seu livro *O Estado nacional*[23]. Peça de suma importância para a Ciência Política, permeada por sedutora erudição, constitui, no

23 CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001. (Biblioteca Básica Brasileira), p. 11-38.

entanto, impressionante profissão de fé antidemocrática. Nela está dito, em certo trecho:

> [...] observa-se, em todos os países, uma indiferença crescente pelo que se passa nos parlamentos. Ninguém, hoje, tem dúvidas de que o meridiano político não passa mais pelas suas antecâmaras ou pelas suas salas de sessões. O centro de gravidade do corpo político não cai onde reina a discussão, mas onde impera a vontade. Os corpos deliberativos deixaram de deliberar. A linguagem política do liberalismo só tem um conteúdo de significação didática, ou onde reinam os professores, cuja função é conjugar o presente e o futuro nos tempos do pretérito. Para as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu.[24]

Na linha do pensamento de que "o centro de gravidade do corpo político não cai onde reina a discussão, mas onde impera a *vontade*", achava o conferencista que só "um homem carismático, marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica," poderia preencher o vazio do ambiente político e nele fazer imperar a vontade inerente ao poder de decisão. Por isso, acrescentava: "Não há hoje um povo que não clame por um César"[25]. É de supor que esse César haja sido por ele encontrado na pessoa de Getúlio Vargas, a cujas mãos confiou um extraordinário instrumento de poder. Mal percebia, certamente, que a Getúlio só o poder pessoal interessava e que aquela Carta tinha para ele apenas o sentido de coonestar a permanência indefinida no cargo[26]. Por isso, nem mesmo a Constituição autoritária foi cumprida pelo ditador: o plebiscito a que deveria ser submetida jamais

24 *Ibid*., p. 33-34.

25 *Op. cit*., p. 23-24.

26 O eminente jurista e político Waldemar Ferreira disse, a seu respeito: "Não passou a Carta de 1937 de engodo, destinado, pura e simplesmente, a disfarçar regime ditatorial em toda a amplitude do conceito". FERREIRA, Waldemar Martins. *História do direito constitucional brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2003. (Coleção História Constitucional Brasileira), p. 108.

se realizou, os órgãos do Parlamento nacional previstos na famosa "Polaca" (como ficou conhecida a Carta de 1937, por sua afinidade com a Constituição polonesa de 1935) nunca foram convocados, o exercício da presidência não teve limites fixados – e, assim, Getúlio pôde governar, discricionariamente, por mais oito anos, concentrando todos os poderes, inclusive o de controlar decisões da Suprema Corte (a que poderia negar cumprimento) até ser deposto, em 1945. O próprio Campos acabou por desencantar-se do regime e veio a conceder entrevista à imprensa, de grande repercussão na época, que contribuiu para o seu fim[27].

Benedito Valadares foi, como governador de Minas, o elemento de confiança de Getúlio por este incumbido de preparar terreno para o golpe. É certo que, ao pressentir a intenção de Vargas, Valadares esboçou resistência, parecendo disposto a trabalhar no sentido de evitar o golpe. Foi em meados de maio de 1937, quando, instado pelo presidente a colocar a Força Pública de Minas à disposição do Exército, a pretexto de assegurar possível intervenção no Rio Grande do Sul, cujo governador, Flores da Cunha, criava dificuldades ao governo, Benedito deslocou-se do Rio de Janeiro, onde se encontrava, para o seu Estado e de lá enviou a Vargas carta em que expressava divergência em relação à estratégia por ele seguida, ao mesmo tempo que dava ordens ao comandante do Batalhão da Polícia Militar, sediado em Juiz de Fora, no sentido de que removesse de seu quartel para Barbacena todo o armamento pesado ali existente, de modo que, se confronto houvesse com o Exército, esse se daria fora da sede da 4ª Região Militar, situada na Manchester mineira. Chegando a Belo Horizonte, Benedito faria um pronunciamento, à noite, pela Rádio Inconfidência, expondo sua posição e comunicando o rompimento com o governo federal.

Sucedeu, porém, que, do Rio de Janeiro, em sucessivos radiogramas, Carlos Luz, líder do governo, e Pedro Aleixo, presidente da Câmara dos

27 Francisco Campos, após deixar o Ministério da Justiça, afirmou, em trabalho doutrinário, que a Carta de 37, por não haver sido implementada e cumprida por Getúlio, não passou de "documento de valor puramente histórico" (*apud* FERREIRA, Waldemar Martins, *op. cit.*, p. 109).

Deputados, fizeram sentir a Benedito o inconveniente de uma reação precipitada, cuja primeira consequência seria, provavelmente, sua própria queda. No palácio, Mário Matos, fiel assessor e conselheiro, fez iguais ponderações a Benedito, de modo que este recuou e acabou proferindo um discurso insosso, em que apenas comunicava a breve realização de uma convenção para escolha do candidato à sucessão de Getúlio Vargas. Depois, Valadares, que, naquela noite, recusara-se, até, a atender a telefonema de Getúlio, voltou a alinhar-se com este, tornando-se peça importante da preparação do golpe... Os jornais divulgaram, na época, que Getúlio, diante da atitude de Benedito, a teria qualificado, numa expressão bem gaúcha, de "guampada de boi manso"[28]. Valadares foi, em seguida, o principal articulador da candidatura de José Américo de Almeida à sucessão presidencial. Percebendo, porém, que esse candidato não daria ao governo maior tranquilidade que o adversário, Armando Sales de Oliveira, logo o abandonou e correu ao palácio para propor a Getúlio o golpe de Estado – ou a "revolução", como o denominou[29].

Negrão de Lima, por indicação de Valadares, foi o emissário de Getúlio a vários governadores do Norte e do Nordeste, com o escopo de obter-lhes aquiescência ao golpe que se planejava. Teve a coadjuvá-lo, nessa tarefa, Menelick de Carvalho, ex-prefeito de Juiz de Fora (1933-1936), incumbido por Benedito de consultar os governadores de Mato Grosso e Goiás[30].

Pedro Aleixo, colhido de surpresa pelos acontecimentos do dia 10 de novembro, ao ver a Câmara que presidia cercada pelas tropas militares, dera, porém, ainda que inconscientemente, sua contribuição para que o ambiente propício ao golpe fosse preparado. Isso ocorreu quando, jovem deputado, em seu primeiro mandato e na altura dos 36 anos, deixando-se levar pelo canto da sereia, aceitou convite de Vargas para concorrer à presidência da Câmara dos Deputados, disputando com o respeitado

28 Sobre o episódio, é interessante o relato de Benedito Valadares, *in:* VALLADARES, *op. cit.*, p.122-130. Ver também, acerca do assunto, CHAGAS, *op. cit.*, p. 275-277.

29 VALLADARES, *op. cit.*, p. 163.

30 *Ibid.*, p. 172 e 180.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que se candidatava à reeleição[31]. Apesar do imenso prestígio pessoal deste, Pedro Aleixo, com o apoio de Getúlio e da máquina do governo, foi o vitorioso, na sessão de 3 de maio de 1937, obtendo 152 votos contra 131 conferidos a Antônio Carlos. Getúlio achou a diferença pequena, mostrou-se indignado com a rebeldia de alguns deputados da Maioria e combinou com o ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, as medidas a tomar contra o principal responsável pela defecção havida na base governista – o governador de Pernambuco, Lima Cavalcanti, que, à última hora, orientara os deputados de sua bancada no sentido de apoiar Antônio Carlos. Lima Cavalcanti acabou respondendo a processo perante o Tribunal de Segurança Nacional, a pretexto de uma intenção manifestada de visitar a Rússia... Mas veio a ser absolvido, tal a futilidade da acusação[32].

A derrota de Antônio Carlos teve duplo significado. Com ela, Getúlio assegurava o controle da Câmara por alguém supostamente disposto a obedecê-lo e afastava do caminho um líder de prestígio nacional, que seria, por certo, obstáculo à trama do Estado Novo. Depoimento importante, a esse respeito, deu o futuro presidente da República Café Filho, que, à época deputado, sufragara o nome de Pedro Aleixo contra Antônio Carlos. Diz o ilustre político, nas suas memórias:

> Eu mesmo, com todo o meu ardor oposicionista, cometi equívocos. Votei contra Antônio Carlos, num momento em que se devia fortalecer o Andrada como um centro de resistência ao Governo de Vargas, que preparava a derrubada das instituições[33].

---

31 Diria, mais tarde, o eminente advogado Dario de Almeida Magalhães, analisando o episódio, que este deixara muito mal o deputado Pedro Aleixo: "fez muito mal à sua carreira" (*apud* PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos:* um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 468).

32 LIRA NETO. *Getúlio:* do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930–1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

33 FILHO, Café. *Do sindicato ao Catete:* memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966, v. 1, p. 99.

Relegado ao ostracismo, Antônio Carlos tentou voltar à tona, pondo-se à frente de um novo partido. Ainda em maio de 1937, depois da derrota sofrida para a presidência da Câmara, reuniu um grupo de correligionários, em sua residência de Juiz de Fora, e fundou o Partido Progressista Democrático, destinado a dar apoio à candidatura de Armando Sales à presidência da República. Mas as candidaturas então lançadas frustraram-se, como já foi dito, a partir do instante em que a articulação do golpe de Estado as superou.

Cumpre ressalvar que o Estado Novo, como qualquer outro período da história, não foi um eclipse total na vida do País. A despeito do naufrágio das instituições, a vida cultural permaneceu ativa. E para isso contribuiu a atuação de um mineiro, que se manteve como titular da pasta da Educação durante 11 anos (1934-1945): Gustavo Capanema. O ministério, então denominado da Educação e Saúde, melhor se chamaria, na verdade, de Ministério da Educação e Cultura (como, depois, passou a ser qualificado, até que houvesse desdobramento das duas áreas em pastas distintas), porquanto a cultura foi o alvo principal do trabalho empreendido por Capanema à frente daquela secretaria de Estado. Por outro lado, a passagem de Francisco Campos pelo Ministério da Justiça não ficou marcada, apenas, no plano político-institucional: importantes iniciativas se verificaram, durante a sua gestão (1937-1942), na área da legislação codificada, com a constituição de comissões que elaboraram o Código de Processo Civil e os novos Códigos Penal e de Processo Penal, além de outras leis de grande relevância, sempre sob a coordenação do ministro, que redigiu primorosas exposições de motivos aos respectivos projetos. Poder-se-ia repetir, pois, em relação a esse período de trevas, a frase com que Machado de Assis encerra um dos seus romances: "alguma coisa escapa ao naufrágio das ilusões".

4. O *MANIFESTO DOS MINEIROS*

Na altura do segundo semestre de 1943, a situação contraditória que o País vivia – prestes a engajar-se na guerra contra o nazifascismo, na Itália, em prol dos valores democráticos ameaçados pelos regimes

totalitários de Hitler e Mussolini, mas com o seu povo, internamente "reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar", sob o guante da ditadura Vargas – levou um grupo de políticos de Minas Gerais a promover o lançamento de manifesto que traduzisse o sentimento dos mineiros, ansiosos pela restauração das liberdades públicas. Puseram-se à frente desse movimento Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga, Dario de Almeida Magalhães, Pedro Aleixo, José de Magalhães Pinto e Luís Camilo de Oliveira Neto, que conceberam a ideia do manifesto, em encontros realizados no Rio de Janeiro.

A primeira minuta do documento foi redigida por Odilon Braga. Virgílio de Melo Franco redigiu um segundo esboço. E Dario de Almeida Magalhães preparou uma terceira versão. Os textos foram, em seguida, revistos por Virgílio, com a ajuda do jornalista Luís Camilo, surgindo, então, sua forma final, que foi enviada a Belo Horizonte para ser submetida ao crivo de Milton Campos e Pedro Aleixo, daí resultando pequenas alterações.

Procedeu-se, a seguir, à coleta de assinaturas e programou-se a divulgação do manifesto para o dia 24 de outubro daquele ano de 1943, data que correspondia ao aniversário da vitória da Revolução de 1930, a cujos ideais o documento se reportava.

O manifesto foi impresso em Barbacena, por iniciativa do empresário Achiles Maia, amigo de Virgílio, o qual ficou sendo, aliás, segundo o critério de ordem alfabética adotado, o primeiro dos seus signatários. Quem o fez circular, a partir daquela cidade, foi o ex-deputado estadual e futuro presidente da Câmara dos Deputados, José Bonifácio Lafayette de Andrada, que se desincumbiu dessa missão com o arrojo habitual. Os nomes mais expressivos da política e da intelectualidade de Minas, entre os opositores do Estado Novo, assinavam o manifesto. No rol dos primeiros, figuravam políticos que, logo em seguida, se filiariam a três partidos que tiveram grande expressão no País ou em Minas, após a queda daquele regime: a UDN – União Democrática Nacional –, o PSD – Partido Social Democrático – e o PR – Partido Republicano (este de influência mais localizada no Estado). Predominavam os futuros udenistas: Adauto Lúcio Cardoso (que fez carreira política no Rio de Janeiro), Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Deodato (natural de

Sergipe, mas radicado em Belo Horizonte), Bilac Pinto, Caio Mário da Silva Pereira, Carlos Faria Tavares, Carlos Horta Pereira, Darci Bessone de Oliveira Andrade, João Fransen de Lima, José Bonifácio Lafayette de Andrada, José de Magalhães Pinto, Milton Campos, Odilon Braga, Paulo Pinheiro Chagas (que, tendo pertencido à UDN quando de sua fundação, passou, depois, para o PSD), Pedro Aleixo e Virgílio Alvim de Melo Franco. Do futuro PSD, o nome que aparece é o de Lair Resende de Paleta Tostes, eleito deputado federal em 1945. Os adeptos do PR, tendo à frente Arthur Bernardes, eram, entre outros, Arthur Bernardes Filho, Daniel de Carvalho, Dario de Almeida Magalhães, Dilermando Cruz, Mário Brant, Feliciano de Oliveira Pena e Tristão da Cunha. No rol dos intelectuais, sem notória participação na política à época do manifesto (embora alguns a houvessem tido na República Velha), destacavam-se Afonso Pena Jr., Astolfo Rezende, Augusto de Lima Jr., Cândido Naves, Francisco Mendes Pimentel, Joaquim de Sales, José do Vale Ferreira, Luís Camilo de Oliveira Neto, Nelson de Sena, Pedro Batista Martins e Pedro Nava. Havia, ainda, outros políticos da República Velha, como Alaor Prata, Alfredo Carneiro Viriato Catão, Fausto Alvim e Gudesteu Pires. E, ao lado desses, Belmiro de Medeiros Silva, deputado constituinte em 1933.

Grande líder mineiro, já, então, em posição antagônica a Getúlio, Antônio Carlos preferiu não assinar o manifesto. A ausência de sua assinatura no texto foi, certamente, a mais sentida pelos articuladores do movimento ou por quantos com ele se solidarizaram.

Já Arthur Bernardes, tendo aderido ao manifesto, tentou retirar sua assinatura do documento, quando percebeu que a última versão divulgada continha referência sibilina aos erros da República Velha, "com a opressão de estados de sítio de duvidosa legitimidade e extensa duração"[34]. Essa alusão, sem dúvida, o atingia, porquanto, como já foi dito

34 Ver, a esse respeito, AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 180-181. O autor dá a entender que a referência que desagradara a Bernardes foi, depois, suprimida. Mas, na verdade, ela consta do texto estampado no livro: NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962, p. 139-149.

em capítulo anterior, o governo de Bernardes transcorreu em permanente estado de sítio.

O *Manifesto dos mineiros* não tem o estilo peculiar a documentos dessa natureza. Como está dito no seu exórdio, "não é um documento subversivo". Declaravam, enfaticamente, seus autores: "não visamos agitar, nem pretendemos conduzir". Tratava-se, na verdade, de uma peça de elevado teor doutrinário, em que os princípios da democracia eram invocados para mostrar a necessidade de restabelecer-lhes a vigência no País. Recordava-se, ademais, o compromisso de Minas com as liberdades públicas, enaltecendo o movimento dos inconfidentes e a Revolução Liberal de 1842, comandada, em Minas, por Teófilo Ottoni. O tom do documento era, desde o início, moderado: "As palavras que nesta mensagem dirigimos aos mineiros, queremos que sejam serenas, sóbrias e claras". Fazia-se, em seguida, uma exortação ao sentimento cívico do povo de Minas: "As conquistas espirituais também se perdem quando o homem as negligencia, por lhe parecer assegurada a sua posse" tanto quanto "Os bens materiais arruínam-se e se perdem quando a diligência do dono não se detém sobre eles".

Não obstante o equilíbrio da mensagem – que era uma defesa de ideias e não um incitamento à luta –, a reação do ditador ao manifesto foi implacável. Os signatários do documento que exerciam cargos públicos foram todos demitidos e aqueles que ocupavam funções em empresas privadas viram-se constrangidos a delas afastar-se ou foram dispensados, por pressão do governo sobre as respectivas direções. Benedito Valadares teve papel decisivo nesses atos de perseguição, pois, embora houvesse procurado dissuadir Getúlio de assim agir, cedeu à determinação desse e fez-se intérprete de suas ordens junto a bancos e empresas mineiras a que alguns dos signatários estavam vinculados. Ele próprio revela, nas suas memórias, a reação de Vargas: "[...] vamos dar uma lição a essa gente"[35].

Tendo em conta o fato de a maioria dos signatários do manifesto ser constituída de bacharéis em Direito, advogados ilustres em Belo Hori-

35 *Op. cit.*, p. 226.

zonte ou no Rio de Janeiro, alguns, respeitados professores de Direito, Getúlio ironizou o movimento, aludindo aos seus responsáveis como "leguleios em férias".

Mas, homem próximo de Getúlio, companheiro de revolução e, então, chefe de Polícia na capital da República, o antigo tenente João Alberto sentiu logo, com a sua acuidade, o alcance do documento. Cruzando com Virgílio de Melo Franco, de carro, numa rua do Rio, usou, em relação ao manifesto, a seguinte metáfora: "Aquela pedra que vocês lançaram da montanha ninguém mais pode parar"[36].

Palavras proféticas, porque, de fato, o *Manifesto dos mineiros* teve contribuição relevante para o fim da ditadura Vargas.

5. A QUEDA DO ESTADO NOVO E O ALVORECER DE UM NOVO TEMPO

O desgaste da ditadura Vargas iria num crescendo, a partir do rompimento da censura, com a entrevista concedida por um dos candidatos, em 1937, à presidência da República, José Américo de Almeida, ao jornalista Carlos Lacerda, que o *Correio da Manhã* publicou na edição de 22 de fevereiro de 1945. Apesar de convocadas eleições para o Parlamento nacional (que teria funções constituintes) e a presidência da República, subsistia o receio de que Getúlio promovesse um novo golpe para manter-se no poder – e havia sinais claros de que isso poderia acontecer. Apoiado pelos comunistas, sob a liderança de Luís Carlos Prestes (que, havia pouco, saíra da prisão), surgia o Movimento Queremista, com o *slogan* "Queremos Getúlio", a que se associava a tese então levantada da "Constituinte com Getúlio". O ditador, que, até aí, soubera exercer com certa habilidade seus poderes discricionários, perdeu, todavia, a noção do senso comum ao praticar o ato mais desastroso de sua vida política: a nomeação do irmão, Benjamin Vargas – conhecido como "Bejo" – para chefe de Polícia, na capital federal. Indivíduo de conceito duvidoso,

36 NABUCO, Carolina, *op. cit.,* p. 139.

tido como atrabiliário e que, antes, mais de uma vez, se envolvera em episódios de violência, sua nomeação para aquele importante cargo, sucedendo a João Alberto, foi a gota d'água no ambiente político-militar ao redor de Vargas. A 29 de outubro de 1945, o general Cordeiro de Farias, como emissário dos generais reunidos no Ministério da Guerra, foi ao Palácio Guanabara comunicar a Getúlio que deveria afastar-se da presidência. O golpe branco que pôs fim ao Estado Novo não encontrou resistência. Estabelecido consenso entre os dois principais candidatos às eleições do dia 2 de dezembro, general Eurico Gaspar Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes, em torno da sucessão a processar-se, assumiu o governo o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares.

Em Minas, Benedito tentou uma última cartada para manter-se no governo do Estado, apesar da queda do regime. Valendo-se de sua aproximação com o general Dutra, cuja candidatura à presidência, pelo PSD, coordenara – apesar do pouco ou nenhum entusiasmo que por ela demonstrara Vargas –, o governador de Minas viajou logo ao Rio de Janeiro, onde teve conversa um tanto áspera com o ministro da Justiça, Prof. Sampaio Dória, mas acabou convencido pelo presidente Linhares a passar o governo, com o compromisso de indicar o sucessor – o que, entretanto, não se efetivou[37]. Havendo sido estendida aos estados a fórmula de "todo o poder ao Judiciário", defendida, então, pela UDN, foi designado interventor em Minas o desembargador Nísio Baptista de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça.

O período de transição, no Estado, desde a queda do Estado Novo até a posse do primeiro governador eleito, foi acidentado. Os entrechoques entre os dois principais partidos recém-criados – o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional – e a disputa interna entre alas da primeira agremiação fizeram com que Minas vivesse, então, situação semelhante à dos primeiros tempos da República, com administrações efêmeras que comprometeram a continuidade administrativa.

Assim, tendo sido nomeado a 4 de novembro de 1945, o desembargador Nísio Baptista de Oliveira exerceu o cargo de interventor até 3

37 Ver, a esse respeito, VALLADARES, *op. cit.* p. 278-279.

de fevereiro de 1946, quando o transmitiu a um político do PSD, João Tavares Corrêa Beraldo, nomeado pelo presidente Eurico Dutra, que fora eleito a 2 de dezembro de 1945. Sucedeu-lhe Júlio Ferreira de Carvalho, nomeado a 14 de agosto de 1946 e que permaneceria no cargo até 16 de novembro daquele ano. A 17 de novembro de 1946, assumia a interventoria Noraldino Lima, que governaria Minas durante pouco mais de um mês, transmitindo o cargo, às vésperas do Natal de 1946, ao último dos interventores, o engenheiro Alcides Lins. Caberia a este exercer a função até a posse do governador eleito a 19 de janeiro de 1947, o insigne Milton Campos, cuja investidura se deu a 19 de março daquele ano.

Soava, então, a alvorada de um novo tempo na política mineira. Uma plêiade de valorosos políticos compunha a bancada mineira na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, alguns deles vindos da Primeira República, a maioria, porém, oriunda da Segunda República[38]. A Assembleia Constituinte, que elaboraria a Constituição Estadual de 1947, contava, igualmente, com políticos de futuro promissor, como Tancredo Neves e Ribeiro Pena, entre os pessedistas, e Oscar Dias Corrêa e Rondon Pacheco, entre os udenistas, ao lado de veteranos como Pedro Aleixo, também da UDN. A vocação política dos mineiros encontrava, a partir de então, um novo cenário para o seu desenvolvimento.

38 Era a seguinte a composição da bancada mineira na Assembleia Constituinte: senadores Fernando de Melo Viana e Levindo Coelho, ambos do PSD; deputados Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Rodrigues Seabra, Pedro Dutra, Bias Fortes, Duque de Mesquita, Israel Pinheiro, João Henrique, Cristiano Machado, Wellington Brandão, Joaquim Libânio, José Maria Alkmim, Augusto Viegas, Gustavo Capanema, Rodrigues Pereira, Celso Machado, Olinto Fonseca, Lair Tostes, Milton Prates e Alfredo Sá, pelo PSD; deputados Monteiro de Castro, José de Magalhães Pinto, Gabriel Passos, Milton Campos, Lopes Cançado, José Bonifácio Lafayette de Andrada e Licurgo Leite, pela UDN; deputados Jarbas de Lery Santos e Esequiel Mendes, pelo PTB; e deputados Jaci Figueiredo, Daniel de Carvalho, Arthur Bernardes Filho, Mário Brant, Filipe Balbi e Arthur Bernardes, pelo PR. Com a posse de Milton Campos como governador de Minas, já encerrados os trabalhos da Constituinte, assumiu-lhe a vaga, na Câmara dos Deputados, Afonso Arinos de Melo Franco.

VIII
MINAS NA POLÍTICA DA TERCEIRA REPÚBLICA

1. Panorama da Terceira República 2. A primeira eleição para governador 3. Governos de Minas 4. Minas no cenário nacional 5. Os acontecimentos de 1964 em Minas 6. O fim da Terceira República

1. PANORAMA DA TERCEIRA REPÚBLICA

A Terceira República ergueu-se sobre um terreno minado. O longo domínio getulista durara 15 anos e transcorrera, quase todo, em regime ditatorial, deixando marcas que ainda não se haviam apagado. O culto à personalidade do ditador, alimentado pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda –, fazia com que sua foto aparecesse nos jornais, diariamente. O retrato dele permanecera, durante todo aquele tempo, nas paredes das repartições públicas. As cidades do País, de um modo geral, passaram a ter uma rua ou avenida com o seu nome. Sua presença incorporou-se, assim, ao dia a dia dos brasileiros[1]. E isso não mudou, inteiramente, com a sua queda. Quando, na primeira reunião do novo governo, chefiado por José Linhares, cogitou-se do destino de Vargas, o ministro da Guerra, Góes Monteiro – o mesmo

1 Ampla exposição sobre as atividades do DIP e a divulgação da imagem de Getúlio, durante o seu longo governo, encontra-se em FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros), p. 115-128.

que fora o grande estrategista da Revolução de 1930 e, depois, dera sustentação ao golpe do Estado Novo –, opôs-se à hipótese de exílio do ex-presidente[2]. Este voltou para São Borja, com todas as honras, como se, de fato, seu afastamento do governo houvesse decorrido de vontade própria. Dois meses depois, prevalecendo-se da legislação por ele mesmo outorgada, elegia-se, simultaneamente, senador por dois estados – Rio Grande do Sul e São Paulo – e deputado por sete outras unidades da federação – Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal –, optando, quando da posse, pelo primeiro mandato. Eurico Gaspar Dutra, derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, vencia as eleições para presidente da República com o seu apoio decisivo. Getúlio hesitou, de início, em tomar partido, ostensivamente, na disputa eleitoral. Mas, convencido de que a opção menos desfavorável era a do apoio a Dutra, aderiu à candidatura do seu ex-ministro, dias antes do pleito. Surgiu, então, estampada em cartazes e jornais, por todo o País, a frase que ficou famosa: "Ele disse: 'vote em Dutra!'". E a voz do antigo ditador continuou a guiar o País... A voz e o pensamento, uma vez que este imprimiu orientação à máquina sindical montada em seu governo e aos órgãos públicos por ele aparelhados, sobretudo os institutos de previdência. Não será exagero dizer, por isso, que o espírito do Estado Novo permeou a estruturação política da Terceira República.

A isso, acrescenta-se o fato de que dois dos principais partidos que se organizaram para a disputa das eleições de 1945, o PSD – Partido Social Democrático – e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro –, nasceram sob o beneplácito de Vargas, o primeiro, aliás, durante longo tempo presidido por seu genro, Ernâni do Amaral Peixoto, enquanto o segundo iria ter, mais adiante, num herdeiro político dele – João Goulart –, sua figura de proa.

Do lado contrário, a oposição agrupava-se em torno da UDN – União Democrática Nacional. Surgindo como uma frente única contra o Estado

2 FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967, v. 6, p. 98, n. 338.

Novo, a UDN reuniu, de início, correntes antagônicas: a dos liberais, que se haviam destacado na luta contra o Estado Novo (entre estes, em Minas, grande parte dos subscritores do *Manifesto dos mineiros*) e iriam constituir o núcleo permanente do partido; a dos socialistas, que formaram a Esquerda Democrática, de efêmera duração e que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro; e a dos bernardistas, que logo saíram para formar o PR – Partido Republicano. Além disso, a UDN acabou fortemente influenciada por remanescentes do tenentismo, contando também com a simpatia de outras correntes militares, que, com o tempo, passariam a fazer-se ouvir junto ao partido. O alvo principal da UDN foi, sempre, o legado de Getúlio, a que o partido deu combate constante e tenaz, ao longo de toda a sua história.

É significativo observar que a destituição de Vargas não implicou a imediata revogação das instituições autoritárias que implantara. O País continuou a reger-se pela Constituição de 1937, embora essa Carta não houvesse adquirido legitimidade nem mesmo segundo o seu próprio sistema, porquanto não chegou a ser submetida a plebiscito, conforme nela se previra. O presidente do Supremo Tribunal Federal que assumiu a presidência da República não fora eleito pelos seus pares, como normalmente ocorre, porque, investido no cargo ainda ao tempo do Estado Novo, nomeado havia sido para exercê-lo pelo então chefe do governo, na conformidade da malsinada Carta Política. E o próprio presidente eleito em 1945, o general Dutra, iniciou seu governo sob o império da Constituição outorgada em 1937, expedindo decretos-leis e praticando atos de duvidosa legalidade, uma vez que aquela Carta, a rigor, já havia perdido vigência. Aliás, o presidente interino, José Linhares, também assim procedera editando, inclusive, leis constitucionais, consoante a Carta de 37, algumas delas para remover parte do entulho autoritário que esta deixara[3]. Na verdade, somente com a promulgação da Cons-

3 Cf. Prado Kelly, discurso proferido na Assembleia Constituinte a 26 de fevereiro de 1946, *in:* KELLY, Prado. *Estudos de ciência política.* São Paulo: Saraiva, 1966, v. 1, p. 139 et seq.

tituição de 18 de setembro de 1946, as instituições do regime getulista desapareceram.

O quadro político da Terceira República, nos seus primeiros tempos, tinha, assim, como pano de fundo, a imagem (ou o espectro) do Estado Novo. E isso foi fator de crises que se sucederam ao longo de todo aquele período. Dizia-se que a UDN, encastelada numa oposição incessante aos governos que se seguiram à queda de Getúlio – e que apenas se conteve no mandato de Dutra, porque a maioria do partido aceitou o governo de coalizão proposto pelo general –, tinha por vezo bater às portas dos quartéis, em busca do apoio dos militares ou na tentativa, até, de atraí-los para conspirações golpistas. O que se observava, porém, como já foi dito, é que militares influentes, sobretudo antigos líderes tenentistas, tinham maior acesso à UDN do que aos outros partidos e, por intermédio dela, procuravam fazer ecoar suas vozes descontentes, em momentos de crise[4]. E estes não foram poucos, em razão dos fatores já apontados.

É importante notar que os três maiores partidos da Terceira República, apesar da origem que tiveram o PSD e o PTB (ambos nascidos à sombra do Estado Novo) e a despeito de eventuais desvios da UDN em relação ao seu ideário liberal, consolidaram-se com o tempo e tornaram-se representativos de segmentos bem definidos do eleitorado brasileiro. O PSD, conhecido, inicialmente, como "Partido dos Interventores", firmou-se como uma agremiação política conservadora, de forte lastro no interior do País, especialmente no meio rural, representando os setores mais influentes das classes produtoras. Foi, aliás, fator de equilíbrio, em determinados momentos, mercê da experiência e do bom senso de alguns dos seus dirigentes, como Nereu Ramos (vice-presidente, eleito pelo Congresso, no governo Dutra, tendo assumido, depois,

4 Isso não era, aliás, um privilégio da UDN. Também sobre o PSD essa influência militar se manifestava, talvez em menor escala. Não terá sido por outra razão que esse partido foi buscar nas fileiras militares, por duas vezes, seu candidato à presidência da República: em 1945, o general Dutra; em 1960, o marechal Lott. A existência, então, de lideranças históricas nas forças armadas explica as ingerências militares no meio político, sobretudo nos momentos de crise ou quando os dirigentes civis não se entendiam.

na crise de novembro de 1955, como vice-presidente do Senado, a presidência da República, após os sucessivos impedimentos do vice Café Filho e do presidente da Câmara, Carlos Luz), Agamenon Magalhães e Etelvino Lins (ambos governadores de Pernambuco), Amaral Peixoto (já referido), Cirilo Júnior e Ulisses Guimarães (ambos paulistas; o último, de geração posterior aos já referidos, presidente da Câmara dos Deputados e, mais tarde, já como prócer do PMDB, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1988), Vieira de Melo (deputado pelo Estado da Bahia e nome de destaque na Câmara como brilhante orador) e os mineiros Fernando de Melo Viana (que, na República Velha, fora vice-presidente da República), Benedito Valadares (que, superando a imagem negativa dos tempos de interventor em Minas, se transformou num prócer partidário dos mais respeitados), Juscelino Kubitschek (governador de Minas e presidente da República, um dos maiores líderes nacionais), Gustavo Capanema (ex-ministro da Educação e, depois, líder da Maioria na Câmara dos Deputados), José Maria Alkmim (ministro da Fazenda no início do governo JK), José Francisco Bias Fortes (que foi governador do Estado), Tancredo Neves (que, depois de haver sido ministro da Justiça no último governo Vargas, assumiu o cargo de primeiro-ministro, no regime parlamentarista de 1961, e teria um futuro político ainda mais importante), Murilo Badaró, Olavo Costa (por duas vezes prefeito de Juiz de Fora, foi também deputado federal), Último de Carvalho, Levindo Eduardo Coelho (senador constituinte em 1946) e Levindo Ozanam Coelho (que viria a ser vice-governador do Estado, na Quarta República, sucedendo a Aureliano Chaves na chefia do governo), assim como muitos outros. O PTB apresentava certa coloração esquerdista, que a corrente mais radical, liderada por Leonel Brizola, às vezes exacerbava, e sofria os efeitos das distorções do movimento sindical que o apoiava, distorções essas que abriram espaço aos chamados "pelegos" – nome que provém de sua associação com as peles dos arreios usadas para tornar mais confortável o assento dos cavaleiros e que se justificava, no caso, porque os referidos líderes sindicais atuavam como intermediários entre o partido e a classe operária. De qualquer forma, o PTB foi sempre a voz das classes trabalhadoras e nele se alteavam líderes como Alberto Pasqualini, Salgado Filho e Fernando Ferrari (este romperia com o par-

tido, no início dos anos 1960), no Rio Grande do Sul; Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, João Lima Guimarães, Camilo Nogueira da Gama, Hildebrando Bisaglia (depois ministro do Tribunal Superior do Trabalho), Jarbas de Lery Santos (que, depois, se transferiu para o PSP), Sílvio de Andrade Abreu, Mário Palmério, Milton Reis e San Tiago Dantas, em Minas Gerais (o último, introduzido na política mineira por João Goulart, embora fosse carioca de nascimento e residisse sempre no Rio de Janeiro), sem falar de autênticos líderes sindicais, como Clodesmidt Riani (também de Minas Gerais). A UDN era, sobretudo, o partido representativo da classe média, concentrando suas forças no meio urbano e tendo como bandeiras o liberalismo, a verdade eleitoral e a moralidade administrativa. Sua representação política, de destacado nível intelectual, era composta, sobretudo, por advogados e professores de Direito, o que lhe valeu o cognome de "Partido dos Bacharéis". Entre estes, apareciam como expoentes Aliomar Baleeiro e Aloysio de Carvalho, da Bahia; Raul Fernandes e Prado Kelly, do antigo Estado do Rio de Janeiro; Adauto Lúcio Cardoso (mineiro, de Curvelo, que fez carreira no antigo Distrito Federal); Célio Borja (de geração posterior, representante do então Estado da Guanabara); Valdemar Ferreira e Mário Masagão, de São Paulo; Arthur Santos, do Paraná; Paulo Sarasate, do Ceará; José Américo de Almeida, Oswaldo Trigueiro, Ernâni Sátiro e João Agripino, da Paraíba; Daniel Krieger, do Rio Grande do Sul e os mineiros Milton Campos, Pedro Aleixo, Virgílio Alvim de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga, Bilac Pinto, Gabriel Passos, José Bonifácio Lafayette de Andrada, José Monteiro de Castro, Oscar Dias Corrêa, Rondon Pacheco, Francelino Pereira (os dois últimos, ao lado de Aureliano Chaves, a seguir referido, ganhariam destaque mais tarde e seriam governadores de Minas, na Quarta República) e Dnar Mendes, entre outros[5].

5 Destes, Afonso Arinos, Bilac Pinto e José Bonifácio formavam, na Câmara dos Deputados, com outros representantes udenistas, como Aliomar Baleeiro, João Agripino e Herbert Levy, a chamada "banda de música da UDN", grupo de parlamentares que, ocupando as bancadas da primeira fila no plenário, "faziam barulho" como um conjunto musical, com os seus discursos e apartes eloquentes contra os governos de Getúlio e Juscelino, recebendo, por isso, o epíteto que a imprensa lhe atribuiu. José

Ao lado desses, nomes de igual estatura, mas representativos de outros setores de atividade, figuravam entre os udenistas, como Otávio Mangabeira (engenheiro de formação), primeiro presidente do partido, e Juracy Magalhães (um dos antigos tenentes), ambos da Bahia; Cid Sampaio, empresário, de Pernambuco; Aluísio Alves (jornalista) e Dinarte Mariz (empresário), ambos do Rio Grande do Norte; Magalhães Pinto, banqueiro, e Aureliano Chaves, engenheiro, de Minas Gerais; Carlos Lacerda (jornalista do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, depois, primeiro governador eleito do Estado da Guanabara) e, *last but not least,* o brigadeiro Eduardo Gomes, uma espécie de ícone udenista, em toda a história do partido, que era, por isso, costumeiramente referido como "o partido do brigadeiro". A UDN cumpriu sua missão liberal na oposição aguerrida aos governos de Getúlio e Juscelino Kubitschek, mas, aparentemente, extrapolou-lhe os limites ao tentar, sem êxito e sem fundamentos jurídicos sólidos, impugnar a posse daqueles presidentes, a pretexto de que não haviam obtido maioria absoluta nos pleitos em que se elegeram[6]. O ideal da verdade eleitoral foi, sem dúvida, perseguido, sempre,

Bonifácio destacou-se, em 1952, pela sua atuação em inquérito aberto para apurar irregularidades no Banco do Brasil e que, embora instaurado pelo governo Vargas para investigar fatos que teriam ocorrido no governo Dutra, envolvia, diretamente, o diretor do banco, Ricardo Jafet, indicado por Getúlio. Depois de renhido combate, José Bonifácio conseguiu que a Câmara aprovasse a publicação das conclusões desse inquérito, vencendo obstinada resistência do governo Vargas.

6 Observa, a esse respeito, o historiador Boris Fausto: "Desse modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores em princípio da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas" (FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 224). Entretanto, a UDN não reagiu, como podia tê-lo feito, ante o episódio que mais afetou a vontade eleitoral, em prejuízo do partido, que foi aquele verificado na eleição do general Dutra, quando um deputado getulista, Hugo Borghi, deturpando frase do brigadeiro, que dizia não necessitar do voto "dessa malta de desocupados que apoia um ditador", espalhou, pelo País, o boato de que o candidato udenista desprezava o voto dos marmiteiros. A falsidade foi assumida pela campanha de Dutra, que, para melhor propagá-la em seu proveito, fez cunhar *buttons* de lapela que reproduziam uma pequena marmita.

pelo partido e teve, na adoção da cédula única para as eleições de 1955, sua maior conquista, a despeito da resistência que lhe opôs o PSD e que acabou reduzindo-lhe o alcance, porque a cédula então instituída teve o caráter de cédula única (substituindo as antigas cédulas individuais), não sendo, porém, oficial, porque os próprios partidos podiam imprimi-la e distribuí-la aos eleitores[7]. A luta pela moralidade administrativa tornou-se apanágio da UDN. Num País pouco sensível a exigências dessa ordem, não faltam os que, ainda hoje, ironizam atitudes contrárias à corrupção qualificando-as de "udenismo" ou como frutos da "moralidade udenista". Não é este o momento de analisar a responsabilidade da UDN por episódios como o que deu ensejo à chamada "Novembrada", de 1955, ou o que se traduziu no movimento militar de 1964, os quais serão referidos mais adiante. Mas o maior erro – ou maior logro – do partido foi, certamente, o de haver lançado Jânio Quadros à presidência da República, em 1960, preterindo Juracy Magalhães, um nome de tradição no partido, cuja candidatura, a que Juscelino era simpático, poderia ensejar um acordo com o PSD[8]. Iludida pelo suposto espírito

7 Teve atuação destacada na adoção da fórmula pessedista o deputado mineiro José Maria Alkmim. A justificativa para que a cédula não fosse distribuída exclusivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral era a de que não havia garantias de que a FAB, no governo Café Filho, a fizesse chegar a todos os recantos do País. Diz o biógrafo de Alkmim, o ilustre político pessedista Murilo Badaró: "Àquela altura, Alkmin possuía seguríssimas informações de que os aviões da FAB boicotariam o envio das cédulas. Seria um golpe mortal no projeto de vitória pessedista" (BADARÓ, Murilo. *José Maria Alkmim:* uma biografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 224). O argumento revela, no fundo, pouca fé na independência da Justiça Eleitoral, já então plenamente consolidada. E chega a ser inverossímil, porque, se a FAB assim procedesse, estaria prejudicando não só Juscelino, mas todos os candidatos. Trata-se, com a devida vênia ao autor e sem embargo do alto nível da biografia que escreveu, de um sofisma bem típico do hábil político que foi Alkmim...

8 É significativo, a esse respeito, o depoimento de Juscelino Kubitschek, em suas memórias. Referindo-se à primeira vez que vira Juracy, a bordo do navio em que regressava da Europa e que aportara na Bahia, diz o ex-presidente: "Não podia imaginar que um dia, num futuro não distante ... tentaria fazer Juracy Magalhães – então presidente da UDN e meu adversário político – meu sucessor, numa atitude de elevado alcance patriótico, tendo em vista exclusivamente a pacificação do Brasil"

moralista do então governador de São Paulo ("O homem da vassoura"), de certo modo coincidente com uma das linhas de atuação do partido, mas fazendo vistas grossas em relação ao estilo histriônico e populista daquele político (em tudo e por tudo incompatível com as origens e a tradição udenista), a UDN assumiu grave responsabilidade ao avalizar, perante o eleitorado, um candidato que não primava pelo equilíbrio emocional nem pela sobriedade de hábitos[9]. A UDN não chegou a ser "um partido de centro, inclinado para a esquerda", como preconizava um de seus maiores líderes, Virgílio de Melo Franco. Ao contrário, foi apontada, muitas vezes, pelos adversários, como um partido reacionário, supostamente alheio aos projetos sociais. Cabe acrescentar, aliás, que a morte de Virgílio, em circunstâncias misteriosas, mudou o curso da história do partido[10].

(KUBITSCHEK, Juscelino. A experiência da humildade. *In: Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974, v. 1, p. 135).

9 O jornalista Villas-Bôas Corrêa, no seu livro de memórias, dá um depoimento expressivo sobre os destemperos de Jânio Quadros, narrando episódio ocorrido em cidade de Minas Gerais, quando da realização de comício da campanha daquele político à presidência da República. O comício já caminhava para o fim e Jânio, que, ao chegar à cidade, insistira em almoçar antes de dirigir-se ao local do *meeting*, permanecia na casa do líder udenista que lhe servia de anfitrião, recolhido, com a esposa, em um quarto, a fazer a sua sesta, quando Oswaldo Pierucetti, presidente da UDN de Minas, rompendo a barreira dos seguranças, foi retirá-lo de lá, quase à força, a fim de que não deixasse de comparecer ao evento. O jornalista descreve a cena, a partir da resposta de Jânio ao chamado de Pierucetti: "– Já vou. Intervalo de segundos e de dentro do quarto de hóspedes ouve-se a barulheira de vidros estilhaçados, gritos de zanga, parecendo discussão, áspera. Mas, no quarto, apenas o casal. Abre-se a porta, Jânio sai com passo estugado, seguido pela mulher, de olhos no chão, vexada, esvaindo-se em vergonha. Vistoriamos o quarto, que espalhava perfume a léguas de distância. No chão molhado, cacos de vidros estilhaçados, cadeira derrubada, cama em desalinho. Cenário de um ataque de nervos, do chilique clássico, da perda de controle emocional e do mergulho fundo no desatino". E Villas-Bôas Corrêa conclui: "Um sinal a mais de advertência do desequilíbrio que levaria à renúncia do presidente eleito, com menos de sete meses de mandato" (CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a memória*: a história de meio século de jornalismo político. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 178).

10 Virgílio de Melo Franco foi assassinado, em sua casa, no Rio de Janeiro, na madrugada de 29 de outubro de 1948, por um ex-empregado, algum tempo antes despedido.

Com estas características marcantes e apesar dos vícios que cada um deles apresentava, esses três partidos foram, talvez, os mais expressivos da vida política brasileira, em todos os tempos. Sua extinção, pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, juntamente com a das outras dez agremiações políticas que compunham o quadro partidário da Terceira República, representou um dos maiores erros do regime militar[11].

Depois de uma investida frustrada, em noite anterior, o assassino voltou à residência de Virgílio naquela madrugada e, quando este, despertado, saiu do quarto, no andar superior da casa, para apurar o barulho que ouvira, foi alvejado por um tiro de espingarda, disparado de baixo, revidando, então, com o seu revólver e matando também o ex-empregado. Outro homem foi visto, saindo da casa, após o crime. Marca de outro tiro, além dos que saíram das armas utilizadas pelos dois mortos, foi encontrada na casa. A perícia, conduzida por um elemento que pertencera à guarda pessoal de Getúlio Vargas, nada mais apurou sobre o crime. Um crime, até hoje, "não esclarecido", observa Pedro Nava, em suas memórias (NAVA, Pedro. *Beira-mar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978, p. 81). Sobre o episódio aqui narrado, ver NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962, p. 238-241; FRANCO FILHO, Afonso Arinos de Melo. O centenário de Virgílio de Melo Franco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p., 10 jul. 1997. Caderno ?; e FRANCO FILHO, Afonso Arinos de Melo. *Perfis em alto-relevo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 252-256, especialmente p. 259.

11 Nelson de Souza Sampaio, estudando os partidos políticos que atuaram no período de 1945 a 1964 (que o autor qualifica de Quarta República, mas que corresponde à etapa que preferimos denominar de Terceira República, pelas razões indicadas no capítulo anterior), distribui as 13 agremiações em três colunas, de acordo com a sua ideologia predominante. Como partido de esquerda, aponta o PSB – Partido Socialista Brasileiro (além do PCB – Partido Comunista Brasileiro –, cuja existência não era, então, reconhecida pelo sistema jurídico do País) –, figurando o PTB, nessa classificação, como partido de centro-esquerda; na coluna atinente à direita, o partido mencionado é o PRP – Partido de Representação Popular –, que reunia os antigos integralistas, sob a liderança de Plínio Salgado; e, como partidos de centro, o autor arrola o PSD, a UDN, o PR, o PDC – Partido Democrata Cristão –, o PL – Partido Libertador (liderado pelo médico gaúcho Raul Pilla, tendo como bandeira a adoção do sistema parlamentar de governo) –, o PSP – Partido Social Progressista (partido do líder populista Ademar de Barros) –, o MTR – Movimento Trabalhista Republicano (uma dissidência do PTB, surgida no final do período, sob a liderança do deputado gaúcho Fernando Ferrari) –, o PTN – Partido Trabalhista Nacional –, o PRT (sigla que pertencia, de início, ao Partido Republicano Trabalhista, sucedido, depois, pelo Partido Rural Trabalhista) – e o PST – Partido Social Trabalhista –, os três últimos partidos trabalhistas, de menor expressão (SAMPAIO, Nelson de Souza.

Não se pode deixar de observar que o PSD e a UDN tinham, em Minas, suas bases mais fortes e as lideranças mais influentes. No Estado, aliás, esses dois partidos, ao lado do PR, dominavam a cena política, elegendo, invariavelmente, os governadores e respectivos vices, com relativa alternância no exercício do poder.

O PR – Partido Republicano –, presidido por Arthur Bernardes, era uma agremiação formada, basicamente, por remanescentes do velho PRM. Como se verá a seguir, o PR teve atuação importante no Estado, em alianças (oficiais ou não), ora com o PSD, ora com a UDN, elegendo, por mais de uma vez, o vice-governador. Ocuparam esse cargo duas das suas figuras mais representativas, Clóvis Salgado (primeiro, formando chapa com Juscelino Kubitschek, e, depois, contribuindo, indiretamente, para a eleição de Magalhães Pinto) e Arthur Bernardes Filho (integrando a chapa do governador Bias Fortes). O partido bernardista teve sempre uma bancada expressiva na Assembleia Legislativa, contando com alguns chefes políticos influentes no interior do Estado. Entre os deputados estaduais do PR, deve ser destacado o nome de Mário Hugo Ladeira, que exerceu vários mandatos e foi secretário estadual de Saúde no governo Juscelino. Um dos principais líderes do partido no Estado foi Dilermando Cruz, deputado federal e, antes, prefeito de Juiz de Fora, cidade em que o partido contava, ainda, em seus quadros, com uma figura eminente, o Prof. João Luís Alves Valadão (sobrinho de João Luís Alves e de Alfredo Valadão).

Os remanescentes do integralismo tiveram, também, atuação de certo destaque na Terceira República, sob a legenda do Partido de Representação Popular, dirigido por Plínio Salgado. Deve ser referido, entre os seus militantes, Abel Rafael Pinto, empresário e professor universitário em Juiz de Fora, que se elegeu deputado federal em mais de uma legislatura e contribuiu, decisivamente, para a criação, no governo de Juscelino, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os partidos políticos na IV República. *In*: BONAVIDES, Paulo et alii. *As tendências atuais do direito público*: estudos em homenagem ao Prof. Afonso Arinos. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 321-337).

2. A PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR

O PSD, partido majoritário em Minas, mostrou-se dividido, na primeira eleição para governador, em 1947. O nome que, de início, se apresentou como pré-candidato foi o do ministro da Justiça, Carlos Luz. Este, porém, não logrou unir o partido. Na falta de consenso em torno de um líder militante na política mineira, os pessedistas foram buscar como candidato o velho presidente Wenceslau Braz, havia muito recolhido ao seu retiro de Itajubá. Na convenção do partido, realizada a 13 de dezembro de 1946, manobra de última hora fez surgir, porém, o nome de José Francisco Bias Fortes como candidato do PSD, em detrimento do antigo presidente. Isso provocou, de imediato, a formação de uma dissidência. A chamada Ala Liberal, composta, entre outros, por Carlos Luz, Melo Viana, Gustavo Capanema, Cristiano Machado e Lair Tostes, recusou apoio ao candidato oficial do partido, optando, em seguida, pela candidatura de Milton Soares Campos, já lançada pela UDN.

O lançamento do nome de Milton Campos verificou-se em convenção realizada em Juiz de Fora, a 9 de novembro de 1946. As perspectivas iniciais da campanha udenista não iam além de uma pregação cívica do ideário liberal do partido. Mas o apoio do PSD dissidente acabou tornando vitorioso o candidato do partido minoritário. Foi, sobretudo, a partir de um comício promovido em Juiz de Fora que a campanha da coligação formada pela UDN, pelo PSD dissidente, pelo PR e pelo PTN (campanha que teve, ainda, o voto dos comunistas) ganhou corpo e despontou para a vitória, no pleito de 19 de janeiro de 1947. O candidato Milton Campos obteve 55,6% dos votos, derrotando, assim, o pessedista Bias Fortes.

Milton Campos, a maior expressão do liberalismo udenista, assumiu o governo, a 19 de março de 1947, com um discurso em que prometia fazer "um governo mais das leis do que dos homens", fiel aos valores republicanos. "O governo que ora se inicia" – disse, numa frase que ficou famosa – "procurará ser modesto como convém à República e austero como é do gosto dos mineiros".

De acordo com as Disposições Transitórias da Constituição do Estado – que seguiam, neste ponto, o modelo federal –, o primeiro vice-governador foi eleito pela Assembleia Legislativa, recaindo a escolha

no nome do deputado estadual José Ribeiro Pena, do PSD. O nome do vice-governador não seria o preferido de Milton Campos, tanto mais porque fizera ele acordo prévio (não cumprido) com a liderança do governo, no sentido de declinar da investidura, em favor de quem melhor pudesse corresponder aos interesses políticos dominantes. Por isso mesmo, Ribeiro Pena não chegou a assumir o governo em nenhuma ocasião. Na Assembleia Legislativa, aliás, Milton Campos não contava com a Maioria, enfrentando o seu governo forte oposição, liderada pelo deputado Tancredo Neves. Mas o espírito democrático e a probidade inatacável do governador pairavam sobre o meio político de tal forma que isso não chegou a ser obstáculo à sua obra administrativa.

Mais de 50 anos depois da proclamação da República, Minas, que vivera, durante a primeira fase do regime, sob o domínio oligárquico do PRM e passara, depois, na Segunda República, pela experiência de um governo ditatorial, assistindo, em ambas as fases, a práticas políticas antirrepublicanas, com o favorecimento sem peias aos apaniguados do poder e a perseguição sem tréguas aos adversários, entrava, finalmente, num regime de respeito às garantias democráticas, em que a impessoalidade nas ações governamentais era a tônica. Seria este o principal legado do governo de Milton Campos, uma das maiores figuras da vida pública mineira, em toda a República[12].

3. GOVERNOS DE MINAS

Milton Campos governou Minas de 19 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951.

12 Para melhor compreensão do que está dito acima, recomenda-se a leitura do livro: SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos*: uma vocação liberal. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994. Sobre a figura de Milton Campos – de quem o poeta Carlos Drummond de Andrade disse que fora "o homem que a gente gostaria de ser" e o jornalista político Carlos Castelo Branco qualificou como "a maior figura de homem público e de cidadão" que conhecera –, são importantes os depoimentos apresentados por Milton Reis, *in*: REIS, Milton. *A trajetória do poder*: de Cesário Alvim a Aécio Neves. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008, p. 189-191.

No quatriênio incompleto de sua administração, concebeu-se o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que serviria de base às ações governamentais no respectivo mandato e no que se lhe seguiu. No contexto desse plano, surgiu o Plano Mineiro de Eletrificação, de que resultaria a criação da Cemig.

Milton Campos foi sucedido no governo de Minas por Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito a 3 de outubro de 1950. Apoiado pela coligação PSD-PR e tendo como candidato a vice-governador o médico Clóvis Salgado, do partido bernardista, Juscelino derrotou por quase duzentos mil votos o udenista Gabriel Passos, que era seu concunhado[13]. Realizou um governo de grandes empreendimentos, desenvolvendo um programa que se resumia no binômio "Energia e transporte". Soube pôr em prática o Plano Mineiro de Eletrificação, legado pelo governo anterior, que teve na Cemig sua matriz.

Renunciando ao governo, a 31 de março de 1955, para candidatar-se à presidência da República, Juscelino Kubitschek passou o cargo ao vice, Clóvis Salgado, que o exerceu até o final do quatriênio, dando continuidade ao programa de governo que, então, se desenvolvia.

A sucessão de Juscelino-Clóvis Salgado abriu ensejo, afinal, à escolha de José Francisco Bias Fortes como governador. Derrotado, em 1947, por Milton Campos e perdendo, em seguida, em 1950, a indicação para candidato do PSD, no âmbito do partido, que escolhera Juscelino para a disputa, o político pessedista de Barbacena foi eleito, a 3 de outubro de 1955, com uma vantagem de quase quinhentos mil votos sobre o seu principal adversário, o udenista Bilac Pinto. Teve como companheiro de chapa Arthur Bernardes Filho, do PR, que se elegeu vice-governador. O governo de Bias Fortes ficou marcado, entre outras realizações, pela redenção de Minas Gerais, na área da siderurgia, depois da perda sofrida com a criação de Volta Redonda. A Companhia Siderúrgica Nacional instalou uma subsidiária na cidade de Conselheiro Lafaiete, e, ao mesmo

13 Dizia-se, por isso, durante a campanha eleitoral, que não se sabia, ainda, quem seria o governador do Estado, mas já se sabia, de antemão, quem seria a sogra do governador.

tempo, foi criada a Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. –, com o concurso de capitais nacionais e japoneses. Com a criação da Usiminas, instalou-se a usina Intendente Câmara, na localidade de Ipatinga, que viria a tornar-se município autônomo. O governo de Bias Fortes beneficiou-se muito do apoio de Juscelino, cujo mandato de presidente da República coincidiu com o seu, em Minas Gerais.

Bias Fortes não conseguiu eleger o sucessor. O candidato de seu partido, Tancredo Neves, foi derrotado nas eleições de 3 de outubro de 1960, por José de Magalhães Pinto, da UDN, por uma diferença de menos de cem mil votos. Adotando hábil estratégia, Magalhães não teve candidato oficial a vice, preferindo deixar que o seu eleitorado escolhesse entre os que haviam sido lançados por outros partidos: Clóvis Salgado (candidato avulso do PR), José Maria Alkmim (que formava chapa com Ribeiro Pena, na dissidência aberta no PSD, sob a legenda do Partido Democrata Cristão – PDC) e San Tiago Dantas (candidato do PTB, em aliança com Tancredo Neves). Foi eleito vice-governador, novamente, Clóvis Salgado, e o PR (que apoiara discretamente a candidatura de Magalhães) aliou-se ao seu governo.

A criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – e a constituição de duas sociedades de economia mista destinadas às atividades metalúrgicas, a Metamig – Metais de Minas Gerais S. A. – e a Açominas S. A., foram os principais empreendimentos do governo de Magalhães Pinto, no plano econômico. Os setores da educação e da saúde receberam, igualmente, importante incentivo, com a construção de novos prédios escolares, assim como postos de saúde e hospitais, por todo o Estado.

É de notar a continuidade administrativa verificada no setor da siderurgia, em Minas Gerais, a qual, somada às ações da iniciativa privada (especialmente da antiga Acesita, hoje incorporada pela ArcelorMittal Inox Brasil), possibilitou o surgimento, anos mais tarde, do importante parque siderúrgico do Vale do Aço, que tem por eixo os municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo.

Os governos de Minas, na Terceira República, deixaram um legado histórico para o futuro do Estado, mostrando que os mineiros não primam somente pela habilidade política, mas sabem conduzir a adminis-

tração pública no rumo do desenvolvimento econômico e, apesar das diferenças de posição partidária, são capazes de preservar unidade de orientação no trato do interesse coletivo.

4. MINAS NO CENÁRIO NACIONAL

Ainda que só assumisse a presidência da República, em caráter efetivo, uma única vez, na Terceira República, a presença de Minas no cenário nacional foi bastante expressiva, manifestando-se tanto em postos do Executivo quanto na liderança exercida no Congresso Nacional. Quanto a este último, basta recordar que, na crise mais dramática da República, aquela que redundou no suicídio do presidente Vargas, os líderes das facções antagônicas na Câmara dos Deputados eram duas das mais brilhantes expressões da intelectualidade mineira, a serviço da política nacional: Gustavo Capanema, líder do governo, e Afonso Arinos de Melo Franco, líder da oposição.

Nomes prestigiosos da vida pública – políticos ou não –, nascidos em Minas, tornaram-se titulares de vários ministérios. No governo Dutra, foram ministros da Justiça Carlos Coimbra da Luz e José Francisco Bias Fortes. Exerceram o mesmo cargo, no governo Vargas, Francisco Negrão de Lima e Tancredo de Almeida Neves. Daniel Serapião de Carvalho (político da corrente bernardista, que vinha da República Velha) foi ministro da Agricultura no quatriênio do presidente Eurico Dutra. No mesmo governo, Octacílio Negrão de Lima dirigiu a pasta do Trabalho, que viria, depois, a ter como titular, na fase parlamentarista do governo João Goulart (gabinete Hermes Lima), João da Silva Pinheiro Neto. O Ministério da Viação e Obras Públicas foi ocupado por Álvaro Pereira de Souza Lima, no governo de Getúlio Vargas, e por Lucas Lopes, nos períodos governamentais de Café Filho e Nereu Ramos. O Ministério da Educação ou da Educação e Cultura, como passou a denominar-se a partir de 1953, teve à frente os mineiros Abgar Renault, nos meses em que o País foi governado por Nereu Ramos, e, no governo seguinte, de Juscelino Kubitschek, o ex-governador Clóvis Salgado, vindo a ser ocupado, no período presidencialista do governo Goulart, por Paulo de Tarso

Santos. Foi ministro da Guerra nos governos Café Filho e Juscelino o general Henrique Teixeira Lott, nascido no povoado de Sítio, localizado no distrito de Bias Fortes, então pertencente ao município de Barbacena e que, hoje, constitui o município de Antônio Carlos. Ministros das Relações Exteriores foram os políticos mineiros Francisco Negrão de Lima, no governo Juscelino, e Afonso Arinos de Melo Franco, nos governos Jânio Quadros e João Goulart (gabinete Francisco Brochado da Rocha). A pasta da Fazenda teve a dirigi-la, no governo Kubitschek, José Maria de Alkimin, Sebastião Paes de Almeida e Lucas Lopes, vindo a ser confiada, no período parlamentarista do presidente João Goulart (gabinetes Tancredo Neves e Brochado da Rocha), ao banqueiro Walter Moreira Sales. No governo Jânio Quadros, foi ministro da Indústria e Comércio Arthur da Silva Bernardes Filho. O Ministério das Minas e Energia, que havia sido criado no governo anterior, teve como titulares, no governo João Goulart, o político Gabriel de Rezende Passos (gabinete Tancredo Neves) e o industrial Eliezer Batista da Silva (gabinete Hermes Lima). O Ministério da Saúde foi dirigido, na fase presidencialista do governo Goulart, pelo político Paulo Pinheiro Chagas, que tinha dupla formação: era médico e bacharel em Direito. A Casa Civil da presidência da República foi chefiada, na fase republicana ora estudada, sucessivamente, por Gabriel Monteiro da Silva, no governo Dutra, José Monteiro de Castro, no governo Café Filho, e Victor Nunes Leal, José Sette Câmara Filho e Oswaldo Maia Penido, no governo Juscelino Kubitschek[14].

No plano do Legislativo, como já foi notado no capítulo anterior, Minas destacou-se pela expressiva representação que enviou ao Congresso Nacional, a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Esta foi, aliás, presidida por uma de suas figuras de maior relevo, o ex-presidente do Estado e antigo vice-presidente da República Fernando de Melo Viana, que seria, em seguida, eleito vice-presidente do Senado, função que exerceu por quatro anos. À época, de acordo com a Constituição de 1946, a presidência da Casa cabia ao vice-presidente da República, sendo, portanto, aquele posto o de maior importância na Câmara Alta.

14 GOVERNOS da República. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 1996.

Todavia, enquanto, na Primeira República, o prestígio político de Minas se expressou, sobretudo, no exercício sucessivo da presidência da Câmara dos Deputados por líderes da estirpe de Carlos Peixoto Filho, Sabino Barroso e Astolfo Dutra, na Terceira República a vez de Minas Gerais dirigir aquela Casa somente se verificou com a eleição de Carlos Luz, em 1955, para presidi-la por um mandato de dois anos, que, no entanto, teria fim prematuro e inglório. Como a chefia do Executivo estivesse entregue ao vice-presidente da República, Café Filho, que a assumira após a morte de Getúlio Vargas, a 24 de agosto de 1954, o presidente da Câmara tornara-se o substituto imediato do titular, e Carlos Luz foi chamado, assim, a assumir o cargo em duas oportunidades, de 20 a 29 de abril de 1955, por ocasião da viagem de Café Filho a Portugal, e de 9 a 11 de novembro do mesmo ano, quando o presidente teve de licenciar-se por motivo de saúde. Nesta última ocasião, acabou deposto por um movimento militar, coonestado pelo Congresso Nacional, a que se deu o pomposo nome de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes, e que, numa segunda etapa, consumada no dia 21 de novembro, destituiu também o presidente Café Filho. Foi, na verdade, um golpe militar, chefiado pelos generais Henrique Teixeira Lott e Odylio Denys. O primeiro, então ministro da Guerra, pretendeu que o presidente Luz autorizasse a punição do general Jurandir Bizarria Mamede, que, no enterro do antigo ministro Canrobert Pereira da Costa, pronunciara discurso contendo veladas restrições à posse de Juscelino Kubitschek, já eleito para a sucessão de Café Filho. Estando cedido à Escola Superior de Guerra, durante o tempo em que lá permanecesse, o referido general ficava diretamente subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas, vinculado à presidência da República. Daí a necessidade da autorização presidencial para a punição pretendida. Como Carlos Luz, no entanto, com base em parecer do consultor-geral da República, Temístocles Brandão Cavalcanti, considerasse descabida a prisão disciplinar proposta por Lott, este exonerou-se da pasta da Guerra, ajustando com o presidente que a transmissão do cargo ao sucessor dar-se-ia no dia seguinte. À noite, porém, induzido pelo general Denys, que comandava o Primeiro Exército, sediado na capital federal, Lott assumiu o comando do movimento golpista, a que atribuiu, por eufemismo, a denominação

já referida. Surpreendido pela movimentação de forças militares que intentavam depô-lo, na madrugada do dia 11 de novembro, Carlos Luz deixou a capital, na companhia de alguns ministros e do deputado Carlos Lacerda, a bordo do Cruzador Tamandaré, em demanda da cidade de Santos, onde o governador de São Paulo, Jânio Quadros, dispunha-se a garantir-lhe o exercício do governo, durante a crise.

Na saída da Baía de Guanabara, tiros de canhão foram disparados do Forte de Copacabana contra o navio (o que se repetiria, na passagem por outras fortalezas), mas este não foi atingido, podendo prosseguir viagem, até que, ante a constatação de que as tropas do general Lott já dominavam a situação, teve de retornar ao Rio de Janeiro. Um acordo de cavalheiros permitiu que o presidente Luz e os ministros desembarcassem, livremente, na Baía de Guanabara, a bordo de uma lancha, no dia imediato, enquanto o deputado Carlos Lacerda obtinha asilo na Embaixada de Cuba. Dois dias depois, a 14 de novembro, sujeitando-se à condição de renunciar, previamente, à presidência da Câmara, Luz compareceu àquela Casa para ocupar-lhe a tribuna, como simples deputado, proferindo discurso em que repeliu as acusações de que comandava uma articulação para impedir a posse de Juscelino. Nada se comprovou, aliás, quanto à propalada tentativa de golpe, que serviu de motivo ao dito contragolpe. Tudo não passou de uma reação do general Lott, posto em brios pelo seu companheiro de armas, Odylio Denys[15], ante o fato de o presidente Luz (de forma inábil) havê-lo feito esperar cerca de hora e meia, na antessala do seu gabinete, para, ao recebê-lo, dar-lhe notícia da decisão de não punir o general Mamede por suposto ato de indisciplina.

15 Mais tarde, o marechal Odylio Denys esclareceria sua participação no episódio, dizendo que só tomara a iniciativa de articular a deposição de Carlos Luz depois de saber que um grupo militar ligado a partidos políticos que haviam apoiado a chapa Juscelino-João Goulart – o denominado Movimento Militar Constitucionalista (MMV), de inspiração esquerdista – se preparava para deflagrar um golpe, acrescentando, quanto às motivações do referido grupo, que eram "intentos que não coincidiam com os nossos" e dos quais teriam resultado consequências "muito piores para o País" (DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 83-84).

Tão evidente era a boa-fé do presidente deposto quanto ao desfecho do caso que ele não tivera pressa em empossar o sucessor de Lott no ministério, apesar do clima de desentendimento que, àquela altura, já se criara entre ambos. Se Carlos Luz tinha restrições à maneira como Juscelino se lançara candidato – e disso se falará a seguir –, o certo é que, em nenhum momento, dera apoio a manifestações contrárias à sua posse. Estas, sem dúvida, existiam em setores militares, com o apoio de Carlos Lacerda, que, em artigos no seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, pregava a instituição de um estado de exceção, temporariamente, no País. De resto, se, para a deposição de Carlos Luz, houve, ao menos, um motivo alegado, ainda que inverossímil, o que dizer da deposição do titular da presidência, Café Filho, consumada dez dias depois, com um aparato bélico formado por tanques do Exército a cercar o edifício em que morava?

Em consequência dos acontecimentos narrados, decretou-se estado de sítio em todo o território nacional. E foi nesse clima que Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu a presidência da República, a 31 de janeiro de 1956[16].

16 Juscelino elegeu-se com apenas 36% dos votos válidos, enquanto o general Juarez Távora, segundo colocado, obteve 30% da votação e os demais candidatos alcançaram as seguintes percentagens: Adhemar de Barros, 26%; e Plínio Salgado, 8% (Cf. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 232). O governo de Juscelino enfrentou, no começo, em fevereiro de 1956, a reação de militares inconformados com a sua posse, o que armou o cenário para o levante de Jacareacanga, promovido por dois oficiais da Aeronáutica e que logo contou com a adesão de um terceiro, além de 20 homens sob o seu comando, despertando, ademais, manifestações de solidariedade de vários oficiais da Aeronáutica e da Marinha. Descendo na base aérea de Jacareacanga, no Pará, o major Veloso e o capitão Lameirão chegaram a dominar a cidade de Santarém e outras localidades próximas e a arregimentar índios e seringueiros para a luta de guerrilha que pretendiam empreender, mas, ao cabo de 20 dias, o movimento foi sufocado. Por proposta de Juscelino, lei aprovada pelo Congresso Nacional concedeu anistia aos revoltosos. O governo transcorreu, a partir daí, em clima de paz, mas, em 1959, outro movimento da mesma natureza, porém de menor repercussão, verificou-se em Aragarças, no Estado de Goiás, tendo sido logo dominado. Registre-se que o líder oposicionista Carlos Lacerda foi impedido, durante todo o período do governo JK, de ter acesso ao rádio e à televisão. Houve,

A escolha de Juscelino como candidato do PSD não se deu por consenso. Na convenção do partido que definiu a candidatura do então governador de Minas, as representações dos estados de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de parte das delegações da Bahia e do Distrito Federal, posicionaram-se contra o lançamento de seu nome. As restrições decorriam, em grande parte, dos entendimentos que, àquela altura, Juscelino já promovera com João Goulart e dos quais resultaria a indicação deste como candidato à vice-presidência. Lideranças importantes do PSD, como Etelvino Lins (ex-governador de Pernambuco) e Nereu Ramos (ex-vice-presidente da República), tomaram posição contra a candidatura de Kubitschek. Em Minas, o padrinho do seu ingresso na vida pública, Benedito Valadares, também não via com bons olhos sua ascensão à presidência, nas circunstâncias que se desenhavam. De modo que a crise de 11 de novembro, atribuída a manobras golpistas da oposição, na verdade começara a fermentar no seio do próprio partido do candidato.

A aproximação entre Juscelino e Jango deu-se em condições pouco lisonjeiras para o primeiro. Em carta ao empresário e jornalista Horácio

---

ademais, uma tentativa de cassação do mandato parlamentar do referido líder, por via de processo criminal, a pretexto da divulgação, por ele, da tribuna da Câmara, do teor de telegrama secreto recebido pelo Itamarati, o qual revelaria negócios escusos do vice João Goulart, durante o governo de Perón, na Argentina, tendo por objeto a importação de pinho brasileiro pelo país vizinho. O pedido de licença encaminhado à Câmara pelo procurador-geral da Justiça Militar – o antigo político do PSD Ivo de Aquino – para que o deputado oposicionista fosse processado perante aquela Justiça especial, por crime contra a segurança nacional, foi rejeitado e disso resultou uma derrota política de JK, a qual teve, na época, grande repercussão e comprometeu a imagem democrática do seu governo. Ficou muito claro que tudo não passava de manobra para afastar do Congresso um adversário incômodo, pois a inviolabilidade do parlamentar por suas palavras e opiniões sabidamente o poriam a salvo da acusação contra ele imputada. Mas o governo empenhou-se a fundo pela concessão da licença para processar Lacerda, o que motivou debates memoráveis na Câmara entre o líder da Maioria, deputado Vieira de Melo, e o líder da oposição, deputado Afonso Arinos de Melo Franco, com a intervenção, ademais, de outros grandes oradores, como Otávio Mangabeira, que, na defesa de Lacerda, aludiu à democracia brasileira como uma "plantinha tenra", sensível a ameaças como as que, então, se percebiam no horizonte.

de Carvalho, antigo diretor do *Diário Carioca*, que mantinha relações pessoais estreitas com o líder petebista, Juscelino credenciava o destinatário da correspondência a "assumir, em meu nome, com o presidente do PTB quaisquer compromissos visando ao desenvolvimento e bom êxito da causa comum, entre os quais os constantes" daquela missiva, autorizando, ademais, o seu amigo "a firmar, em meu nome, quaisquer outros compromissos que julgar convenientes ou necessários à nossa causa"[17]. Em suma, para usar linguagem mais simples e direta, Juscelino mostrava-se disposto a fazer qualquer negócio para obter o apoio de Jango e do PTB... E isso não agradava aos mais ciosos da austeridade que caracterizava o PSD, partido nitidamente conservador e seguro de sua independência.

Assumindo o governo, Juscelino pôs em prática um plano de metas, que abriu novas perspectivas à economia do País, em diferentes setores: o da energia, o dos transportes, o da alimentação, o das indústrias de base e o da educação.

Propunha-se, aliás, a desenvolver o País na escala de 50 anos em um período de apenas cinco. "50 anos em 5" era o *slogan* que a propaganda oficial anunciava. A construção da nova capital, Brasília, passou a ser a meta-síntese do programa de governo. A cidade seria construída no quinquênio correspondente ao seu mandato – como, de fato, foi, ainda que, ao inaugurar-se, a 21 de abril de 1960, estivesse longe de ser concluída ou, mesmo, de oferecer reais condições para que nela se abrigassem, plenamente, os órgãos públicos. Durante alguns anos, na verdade, o Brasil teve duas capitais, pois o próprio JK governava parte da semana do Palácio do Planalto, em Brasília, parte do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. A construção de Brasília em ritmo veloz representou um preço elevado para o País, e as vantagens oferecidas ao funcionalismo público e aos parlamentares para lá instalarem-se foram fontes de abuso em detrimento do erário. A falta de controle do material que entrava

17 O texto da referida carta acha-se transcrito, na íntegra e em fac-símile, no livro: CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p. 360-361.

nos canteiros de obras deu margem a que muitos se locupletassem indevidamente. O transporte, mesmo, desse material, às vezes de avião, importou em alto custo. As consequências, em suma, da execução de um plano monumental em tão curto espaço de tempo – algo impensável, do ponto de vista da normalidade administrativa – foram terríveis para a economia nacional. Mas, de qualquer forma, a promessa de Juscelino foi cumprida, e Brasília tornou-se uma realidade irreversível, que despertou o orgulho do povo brasileiro.

O projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek mudou a face do País, sob muitos aspectos. Na esteira de Brasília, abriu-se a Belém-Brasília, estrada que ligava o centro ao extremo norte; outras rodovias construíram-se ou foram pavimentadas em toda a extensão, como a que, hoje, liga a capital ao Rio de Janeiro – a BR-040 –, cujo trecho originariamente asfaltado era, apenas, o de Juiz de Fora ao Rio. A indústria automobilística tomou grande impulso, instalando-se grandes montadoras, sobretudo no Estado de São Paulo. A esse respeito, vale a pena ter em conta a análise do historiador Boris Fausto:

> Vista em termos numéricos e de organização empresarial, a instalação da indústria automobilística representou um inegável êxito. Porém, ela se enquadrou no propósito de criar uma "civilização do automóvel" em detrimento da ampliação de meios de transporte coletivo para a grande massa. A partir de 1960, a tendência a fabricar automóveis cresceu, a ponto de representar quase 58 % da produção de veículos em 1968. Como as ferrovias foram na prática abandonadas, o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e da conservação das rodovias e do uso dos derivados de petróleo na área de transportes.[18]

A observação é precisa. Em verdade, o governo Juscelino, a despeito da ênfase conferida ao planejamento econômico, teve também os seus lances de improvisação, em que o imediatismo não raro obscureceu a visão do futuro. E aí residiu o seu ponto negativo.

---

18 *op. cit.*, p. 237.

Dotado de extraordinário carisma e de uma simpatia pessoal irradiante, orador de bons recursos e de voz agradável, com uma disposição inigualável para os embates da vida pública, Juscelino, muito mais do que Getúlio, tinha todos os atributos para consagrar-se como o grande líder nacional. Consciente disso, ao passar o governo, em 31 de janeiro de 1961, a Jânio Quadros, Juscelino saía não como ex-, mas como futuro presidente da República, candidato natural que logo se tornou à sucessão de seu sucessor. Talvez por isso, pouco se importou com o fato de o seu partido ter como candidato, nas eleições de 3 de outubro de 1960, um nome pouco expressivo politicamente como o general Lott. E menos ainda em ver reeleger-se para a vice-presidência o petebista João Goulart, fator permanente de crise no meio político nacional. E esse foi o seu grande erro – o erro funesto que acabou tragando as ilusões que JK alimentava.

Jango elegeu-se juntamente com o candidato da oposição à presidência, formando com ele uma dupla contraditória, do ponto de vista da representação política – o que era admitido pela legislação da época. O candidato a vice na chapa de Jânio Quadros era o grande mineiro Milton Campos, que, pela segunda vez, foi derrotado na disputa daquele posto, perdendo, inclusive, em Minas. No pleito anterior, Milton concorrera ao mesmo cargo, na chapa de Juarez Távora. Aliás, é curioso – e significativo – observar que, ao longo da Terceira República, os candidatos a vice-presidente da UDN, nas eleições diretas, foram sempre mineiros: Odilon Braga, com o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1950, e Milton Campos, nas eleições subsequentes.

Outro mineiro ilustre que apareceu no cenário nacional, no período ora estudado, como candidato a presidente da República foi Cristiano Machado, derrotado por Getúlio Vargas no pleito de 1950 – e traído pelo próprio partido, o PSD, que, não podendo fugir às suas origens getulistas, acabou bandeando para a candidatura do antigo ditador e protagonizando, assim, o fenômeno político que ficou conhecido como "cristianização".

Minas voltaria à chefia do governo com a instituição do sistema parlamentar de governo, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Foi o parlamentarismo a fórmula encontrada pela sabedoria política para

viabilizar a posse de João Goulart, então ameaçada pela reação militar que a ela se opunha e que se chocava com a forte resistência em defesa da legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, o que gerou um clima de iminente guerra civil no País. Empossado, sob aquele sistema de governo, a 7 de setembro de 1961, Jango designou como primeiro-ministro o mineiro Tancredo Neves. Este, porém, tendo de desincompatibilizar-se para concorrer às eleições parlamentares, exonerou-se no ano seguinte (mais precisamente, a 6 de junho de 1962), juntamente com todo o gabinete, vindo a eleger-se deputado federal, nas eleições de 3 de outubro de 1962. Tancredo, que não chegara a cumprir um ano à frente do primeiro gabinete parlamentarista, tornou-se líder da Maioria na Câmara dos Deputados, comandando o bloco parlamentar formado por deputados do PSD e do PTB, na legislatura inaugurada a 1º de fevereiro de 1963. Já àquela altura, o sistema presidencial de governo havia sido restaurado, em razão da opção manifestada pelo eleitorado nesse sentido, no plebiscito realizado a 6 de janeiro de 1963.

5. OS ACONTECIMENTOS DE 1964 EM MINAS

Os acontecimentos de 1964 tiveram em Minas antecedentes premonitórios. O Estado vinha-se mobilizando, havia algum tempo, contra João Goulart, numa reação ao que para muitos representava a marcha progressiva do seu governo para um regime de esquerda, com as características de República Sindicalista[19]. Boa parte da opinião pública

19 Jango, que, após o restabelecimento do presidencialismo, dera a impressão de que faria um governo pacífico, aberto ao diálogo, chegando, mesmo, a convocar para o seu ministério homens de perfil conservador, como Carvalho Pinto, a partir de certo momento, na segunda metade do ano de 1963, quando aquele ilustre político deixou o Ministério da Fazenda, iniciou um processo de radicalização que teve o seu clímax no famoso comício pelas reformas de base, realizado, no Rio de Janeiro, a 13 de março daquele ano. Como escreve Afonso Arinos de Melo Franco, "Com o comício, verificou-se a ruptura declarada do governo com a lei. Em pequeno, foi ele a repetição de um grande e famoso exemplo, citado por Plutarco. O historiador comenta a atitude de Caio Graco, que falou ao povo virando as costas simbolica-

dava sinais de inquietação com o radicalismo da campanha pelas reformas de base – que haveriam de sair *na lei ou na marra*, como, então, se apregoava – e com o clima de agitação política e social que dominava o País. Quando dois líderes ligados a Jango vieram a Minas para defender a situação, foram recebidos com hostilidades. As presenças de Leonel Brizola, em Belo Horizonte, e de Miguel Arraes, em Juiz de Fora, nos dias que antecederam ao movimento, despertaram fortes reações. Brizola não conseguiu realizar o comício programado para o auditório da Secretaria de Saúde, ante as manifestações contrárias ao seu intento, que tinham à frente "senhoras munidas de rosários"[20]. Na avenida fronteira ao prédio, verdadeira multidão se formou, surgindo conflito com partidários daquele político. O "povo lançou mão de melancias, abóboras e tomates (adquiridos no Mercado Municipal, próximo) [que] foram usados como projéteis na batalha campal que se travava". O conflito foi apelidado pelo povo de "Noite de Melancias", com um duplo sentido, isto é, em alusão à fruta e ao epíteto do político tido pela maledicência dos adversários como pseudonacionalista, "verde por fora, vermelho por dentro"[21], que participaria do comício. Em Juiz de Fora, uma multidão

mente, para o senado, demonstrando com o gesto seu apelo às massas inorgânicas contra as instituições que considerava ineficazes e superadas." (FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros . Editores Culturais, 1967, v. 6, p. 272, n. 901). Naquele comício, o presidente assinou decretos que seriam instrumentos da reforma apregoada, encampando refinarias de petróleo e declarando de utilidade pública para efeito de desapropriação faixas de terras ao longo das rodovias federais. No dia seguinte, expediu outro decreto, na esteira dos anteriores, que tabelava alugueis de imóveis, em função do seu tamanho, tomando como parâmetro o salário mínimo, além de estabelecer rígido controle dos imóveis locados, por meio do Comissariado de Defesa da Economia Popular, a ser instituído nas prefeituras. Tratava-se de um decreto autônomo – Decreto nº 53.702, de 14 de março de 1964 –, que dispunha sobre matéria reservada à lei formal e violava, nitidamente, a Constituição, no que dizia respeito aos princípios da liberdade econômica e da autonomia municipal.

20 Cf. TORRES, João Camilo de Oliveira. *Razão e destino da revolução*. Petrópolis: Vozes, 1964, p. 171.

21 TORRES, João Camilo de Oliveira, *op. cit.*, p. 172. É possível que esse relato seja posto sob suspeita, uma vez que o historiador citado era notoriamente afinado

concentrou-se na área adjacente ao teatro (o antigo Cinema Popular) em que se realizou o comício de Miguel Arraes, a 15 de março de 1964, para protestar contra aquele ato. O então governador de Pernambuco só pôde entrar no local dentro de um carro da polícia e acompanhado do secretário de Segurança Pública do Estado. A reunião foi protegida por forte esquema policial, que teve de dispersar a multidão contrária ao aliado de Jango com bombas de gás lacrimogêneo, ao mesmo tempo que soldados da Polícia Militar, empunhando baionetas, investiam, até mesmo, contra deputados da oposição e políticos que participavam do comício paralelo, em protesto à presença de Arraes. Formou-se, na verdade, um clima de guerra, quebrando a paz dos mineiros, numa noite de domingo. Foi um espetáculo impressionante e deixou no ar a sensação de que algo de grave estava por acontecer no País. Àquela altura, aliás, poucos dias antes de o movimento eclodir, existia uma grande dúvida quanto à posição do governador Magalhães Pinto em face dos acontecimentos, sobretudo depois que ele emprestara tão ostensiva proteção à visita de Miguel Arraes à segunda cidade do Estado. Mas essa impressão foi ilusória.

Magalhães já, então, se articulava com os militares, na Capital e em Juiz de Fora – sede da 4ª Região Militar, comandada pelo general Olympio Mourão Filho. E formava um governo para enfrentar a possível luta que se seguiria à deflagração do movimento e, quiçá, para declarar Minas em estado de beligerância. Para tanto, convocou duas figuras nacionais que já haviam exercido os cargos de ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, Afonso Arinos de Melo Franco e José Maria Alkmim. A esses cumpriria exercer funções dessa natureza na eventualidade de semelhante ocorrência.

Quando as tropas do general Mourão Filho que se haviam deslocado para o Rio de Janeiro, na madrugada de 31 de março, retornaram a Juiz

com o Movimento de 1964. Podemos dar, no entanto, a esse respeito, o testemunho de quem acompanhou os acontecimentos, na época, pelo noticiário dos jornais. E isso nos autoriza a dizer que não há exagero no que expõe o Prof. João Camilo de Oliveira Torres.

de Fora, depois daquela que seria a Batalha de Itararé do Movimento de 1964 – isto é, o confronto com as tropas vindas da antiga capital para lhes dar combate e que, no vale do Paraibuna, acabaram aderindo ao movimento –, o povo as recebeu, em festa, na Av. Rio Branco, a principal da cidade. Os primeiros dias foram, sem dúvida, de amplo apoio ao movimento, em todo o Estado. Mas as prisões de adversários, os atos de violência praticados, a frustração com os rumos que o País tomava, a percepção de que não houvera, apenas, uma intervenção destinada a preservar as instituições democráticas, mas um golpe fadado a implantar um regime autoritário – tudo isso – e, mais ainda, a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek – provocou rápida mudança no ambiente. Ao sobrevirem as eleições para o governo do Estado, a 3 de outubro de 1965, o candidato do PSD, Israel Pinheiro, embora lançado poucos dias antes do pleito (depois de impugnada a candidatura de Sebastião Paes de Almeida, perante a Justiça Eleitoral, por abuso do poder econômico), foi recebido, em Juiz de Fora, de forma apoteótica, o que fazia prever sua estrondosa vitória nas urnas, derrotando Roberto Resende, candidato do governador Magalhães Pinto.

Israel Pinheiro governou num período de transição. A Terceira República ruíra com o Movimento de 1964 e viria a ser definitivamente sepultada com a edição do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos do regime anterior, forjando um novo quadro político para o País. Filho do grande João Pinheiro, tendo exercido, antes, importantes funções na vida pública, como secretário de Estado, em Minas, e presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap –, em Brasília, o novo governador de Minas realizou uma administração austera e profícua. Teve como vice-governador o político Pio Canedo, de Muriaé.

6. O FIM DA TERCEIRA REPÚBLICA

O fim da Terceira República marca o início do declínio de Minas no cenário político nacional. O desaparecimento de dois grandes partidos que tinham no Estado suas bases principais – o PSD e a UDN – e

o desestímulo ao advento de novas lideranças, que as circunstâncias políticas ocasionavam, foram os fatores determinantes desse declínio.

O jornalista político Carlos Castello Branco, na sua coluna do *Jornal do Brasil* – a mais lida da época – identificou o fenômeno, em análise precisa da conjuntura, no texto intitulado "Minas de ontem e de hoje"[22]. O artigo começa com a observação seguinte: "Embora tenha sido generalizada por todo o País a quebra de qualidade da representação política, em nenhum estado o fenômeno se tornou tão visível e tão chocante quanto em Minas Gerais".

Depois de mencionar os nomes de alguns políticos que representaram Minas no plano nacional e que se destacavam pelos atributos intelectuais ou pelas qualidades de liderança, o jornalista refere-se a Israel Pinheiro, "o último governador eleito antes que a sombra do militarismo baixasse definitivamente sobre o País", e a Tancredo Neves, "o último regente qualificado da política mineira", tecendo considerações, a seguir, sobre a sucessão do governo estadual, que, então, se processava, para concluir com estas palavras: "Minas está, portanto, numa hora de perplexidade e não há sinais de uma revitalização da sua política pelo menos em escala capaz de devolver ao Estado a influência, o prestígio e a nobreza dos velhos tempos".

Vinte e seis anos depois, o panorama descrito não mudou. A página de Castello Branco contrasta com aquela do livro de José Maria Bello, citada no capítulo atinente à Primeira República, em que o historiador alude ao ambiente político de Minas na presidência Afonso Pena[23]. A época ali referida correspondeu à fase áurea da política mineira. Ainda que sem revelar a mesma força de influência, os períodos vividos pelo Estado na Segunda e na Terceira República não foram diferentes, em relação ao nível da representação política. Mas, depois dessa última, a queda na qualidade da representação tornou-se evidente. O citado

22 BRANCO, Carlos Castello. Minas de ontem e de hoje. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1990. 1º Caderno, p. 2.

23 BELLO, José Maria. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 240.

comentarista político arrola, no seu artigo, políticos mineiros que, no regime militar ou nos primeiros tempos da Nova República, governaram Minas, os quais, se não mereceram o mesmo destaque dos seus antecessores, também não comprometeram as tradições do Estado na política.

Não há, ainda, o necessário distanciamento, no tempo, em relação ao período a que alude o jornalista Carlos Castello Branco, para que se tenha uma perspectiva histórica dos acontecimentos políticos nele ocorridos ou do comportamento dos personagens que foram seus protagonistas. Abstraindo-se de consideração nomes, bancadas parlamentares e governos daqueles anos ou dos que se lhes seguiram, o que se percebe, porém, é a ausência, ao longo de todo o período analisado, de uma renovação dos quadros políticos que revelasse o surgimento, na mesma proporção do passado, de lideranças à altura das tradições políticas do Estado. Essas continuam a existir, naturalmente, mas são escassas e isoladas. O quadro partidário do País – artificial e hipertrofiado – explica, em grande parte, a crise da representação política do Estado, que não é diferente nem maior que a de outros estados, mas é, aqui, talvez, mais intensamente sentida, como notou o comentarista político, a despeito de grandes figuras que continuaram a engrandecê-la nos últimos anos.

II
FIGURAS DA POLÍTICA MINEIRA

AFONSO PENA

Foto: Acervo ALMG

Afonso Augusto Moreira Pena nasceu a 30 de novembro de 1847, na vila de Santa Bárbara do Mato Dentro, elevada à categoria de cidade em 1858, com o nome de Santa Bárbara.

Como já foi dito antes, o insigne mineiro fez o curso de humanidades no Colégio Caraça, seguindo, depois, para São Paulo e bacharelando-se em Direito pela sua tradicional faculdade, em 1870, na turma que reunia Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves e outros nomes ilustres. Na mesma faculdade, defendeu tese, obtendo o título de doutor em Direito, em 1871. Parecia predestinado ao magistério jurídico. Oportunidade para tanto se lhe ofereceu em São Paulo, mas ele optou por voltar a Minas, onde exerceu a advocacia, de início, na cidade de Barbacena, terra de sua mulher, dona Maria Guilhermina de Oliveira Pena.

Por esse tempo, filiou-se ao Partido Liberal, elegendo-se deputado provincial, em duas legislaturas e ascendendo, em seguida, à Assembleia Nacional, como deputado-geral.

Seus méritos de jurista e político abriram-lhe caminho na vida pública, ensejando-lhe a convocação para servir em três gabinetes do Império. Foi ministro da Guerra, no governo do mineiro Martinho de Campos, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no gabinete de outro mineiro, Lafayette Rodrigues Pereira, e ministro da Justiça, no ministério Saraiva.

Assim como Lafayette, Rui e Rodrigues Alves, Afonso Pena recebeu do imperador o título de conselheiro (que não se confundia com o de membro do Conselho de Estado). Manteve-se, aliás, fiel ao Império, não participando, assim, do movimento republicano.

Proclamada a República, não se pôs, entretanto, à margem da política. Ao revés, voltando à sua antiga província – agora um dos estados da Federação –, foi eleito para a Assembleia Constituinte como senador e presidiu a comissão que elaborou o projeto da primeira Constituição estadual. A Constituinte mineira de 1891 foi uma assembleia de alto nível. Presidida por Crispim Jacques Bias Fortes, colega de turma de Afonso Pena, nela se destacavam figuras como Sabino Barroso (primeiro-secretário), Carlos Ferreira Alves (segundo-secretário), Virgílio Martins de Melo Franco, José Pedro Xavier da Veiga, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai do futuro presidente do Estado), Olegário Maciel, Davi Moretzon Campista, ao lado de outros nomes que iriam destacar-se na vida pública[1]. Afonso Pena presidiu a chamada "Comissão dos Onze" (denominação alusiva ao número dos seus membros), por haver sido indicado para integrá-la com a maior votação entre os seus pares[2].

O pensamento inicial de Afonso Pena, segundo se infere de carta dirigida ao Visconde de Lima Duarte, era o de dar por encerrada a carreira política, com o advento do novo regime, declarando-se, havia algum tempo, "desgostoso da vida pública". Encarava o novo panorama político com ceticismo, receando que, com ele, se instalasse a ditadura militar. Contudo, realista, considerava a República "um fato consuma-

1 Ver relação dos constituintes em: SILVEIRA NETO. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI/FDUFMG, 1978, p. 36-37.

2 SILVEIRA NETO, *op. cit.*, p. 16.

do". E dizia cumprir-lhe, "e a todos", respeitar o regime constituído e "marchar unidos e procurar escolher homens capazes de arcarem com a dificílima tarefa da reconstrução nacional"[3]. Mais tarde, em 1893, no manifesto dirigido aos mineiros, quando das conflagrações que marcaram o governo de Floriano Peixoto (Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul; e Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, no Rio de Janeiro), diria: "não aplaudi, antes lamentei, a revolução de 1889, que destruiu a monarquia, então representada pelo grande patriota dom Pedro II, homem de grande saber e serviços". Ressalvaria, entretanto, como antes fizera: "Compreendi, porém, desde logo, que a monarquia não poderia ser restaurada, em condições de dar-nos paz, ordem e encaminhar o País a seu engrandecimento". E assim concluía: "peço a Deus que ilumine os espíritos daqueles que combatem, fazendo-lhes ver que o sangue de crianças, de velhos, de nossos irmãos enfim, não fecunda; esteriliza o solo da Pátria"[4].

Em 1892, com a renúncia de Cesário Alvim ao mandato de presidente do Estado, Afonso Pena foi eleito para sucedê-lo, exercendo o governo por pouco mais de dois anos, até 1894. Foi, então, que se criou a Faculdade de Direito de Minas Gerais, ainda em Ouro Preto, da qual ele se tornou o primeiro diretor, função por ele exercida cumulativamente com a presidência do Estado. Foi professor catedrático de Economia Política e Ciência das Finanças.

No governo Prudente de Morais, foi convidado a assumir uma das cadeiras no Supremo Tribunal Federal. Preferiu, no entanto, continuar na atividade política.

Em 1903, foi eleito vice-presidente da República, na chapa de seu antigo colega de Faculdade e amigo íntimo Rodrigues Alves. A este sucederia, em 1906.

---

3 LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 128-129.

4 SILVA, José Anchieta da. *A celebração do tricentenário de Santa Bárbara*. Belo Horizonte: Gráfica VBR, 2005, p. 207.

Em circunstâncias já descritas em capítulo próprio, veio a falecer, sem completar o mandato presidencial, a 14 de junho de 1909.

Deixou, como herdeiro político, seu ilustre filho, Afonso Pena Júnior, que seria deputado estadual e federal, ministro da Justiça no governo Arthur Bernardes e, mais tarde, como intelectual de altos méritos, seria eleito para a Academia Brasileira de Letras.

FRANCISCO SALES

Foto: Acervo ALMG

Francisco Antônio de Sales era mineiro de Lavras – a antiga Sant'Ana de Lavras do Funil de Carrancas –, no Sudoeste do Estado. Naquela cidade nasceu a 29 de janeiro de 1863.

Aprendidas as primeiras letras na terra natal, seguiu para o Seminário de Mariana, onde iniciou os estudos de nível médio, concluindo-os em Ouro Preto. Com os preparatórios assim completados, foi para São Paulo, em cuja Faculdade de Direito se matriculou. Participou ativamente da vida acadêmica, integrando o Clube Republicano Mineiro, de que se tornou vice-presidente.

Colou grau como bacharel em Direito no final de 1886. Teve como colegas de turma, entre outros nomes que se destacariam na advocacia e na política, os seguintes futuros ministros do Supremo Tribunal Federal: Hermenegildo de Barros (mineiro), Pedro Afonso Mibieli (gaúcho), Rodrigo Octávio Langgaard Menezes (paulista), Enéas Galvão (gaúcho), Firmino Antônio da Silva Whitaker (paulista).

Formado, retornou a Lavras, onde exerceu a advocacia. Proclamada a República e convocada a primeira Assembleia Constituinte no Estado, a ela candidatou-se, elegendo-se deputado. Com a transformação da Constituinte em Congresso estadual, após a promulgação da Constituição de 1891, foi eleito, pelos seus pares, presidente da Câmara dos Deputados mineiros.

No terceiro governo estadual eleito sob a égide da Constituição republicana, que era presidido por Crispim Jacques Bias Fortes, foi convocado para a Secretaria de Finanças. E, no governo seguinte, do presidente Silviano Brandão, tornou-se prefeito da capital do Estado.

Ascendeu, em 1898, à Câmara Federal. Naquela casa permaneceu menos de quatro anos, pois, a 1º de março de 1902, era eleito presidente do Estado, sucedendo a Silviano Brandão.

O governo de Francisco Sales, em Minas, teve como preocupação básica o desenvolvimento econômico. Com o escopo de promover adequado levantamento da situação do Estado, sob esse aspecto, fez realizar em Belo Horizonte, em 1903, importante Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, que contou com ampla participação e teve a presença do ministro Lauro Muller, da Viação, como representante do governo federal. O congresso foi o primeiro evento do gênero na nova capital e movimentou a vida da cidade, alcançando repercussão nacional. Jornais do Rio de Janeiro enviaram repórteres para cobrir o acontecimento, que atraiu a presença de políticos e empresários. Esse congresso marcou, ainda, o retorno ao cenário político de João Pinheiro, o grande líder que se achava, até então, recolhido à sua cidade de Caeté. Sales o lançaria, logo depois, como candidato ao Senado Federal.

Outro grande nome de Minas para o qual se descortinaram, então, novos caminhos foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A convite do presidente Sales, o político de Juiz de Fora exerceu as funções de secretário da Fazenda, no seu governo.

Francisco Sales foi sucedido, em 1906, por João Pinheiro. E elegeu-se, em seguida, para a vaga por este deixada no Senado Federal.

Na ocasião, um aceno do condestável da República, Pinheiro Machado, poderia ter mudado o curso dos acontecimentos. Entretanto, Francisco Sales não se deixou levar pelo canto da sereia... Abrindo-se a

sucessão do presidente Rodrigues Alves, para a qual despontava como candidato natural, com o apoio de Minas, o vice Afonso Pena, Pinheiro procurou afastá-lo da disputa, invocando, contra o notório monarquista, a condição de "republicano histórico", que favorecia Francisco Sales, com o objetivo de fazer deste o candidato oficial. Mas Sales repeliu a iniciativa, reafirmando o compromisso com o seu antecessor na presidência do Estado: "Meu candidato é o Dr. Afonso Pena" – enfatizou, pondo fim à manobra do astuto político gaúcho[1].

Mas, na sucessão de Afonso Pena, Sales tomou posição contrária à dos companheiros do presidente morto. A situação mineira, aliás, como se observou no capítulo referente à Primeira República, colocou-se ao lado da candidatura do ex-ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, na disputa com Rui Barbosa. Foi bastante ostensiva a atuação de Francisco Sales no episódio, em razão do que, num dos discursos da Campanha Civilista, proferido em Juiz de Fora, a 17 de fevereiro de 1910, Rui não o poupou de uma estocada: "Minas não se vende. Minas não se escraviza. Minas não fugirá. Minas não transigirá. Minas não se desonrará. Minas não será vendida pelo Capim Branco"[2]. Era uma alusão à Fazenda do Capim Branco, de propriedade de Francisco Sales... Rui terá sido influenciado, nesse trecho final do seu discurso, pelos comentários jocosos da imprensa, na época, que sempre associavam Sales à sua propriedade rural e à renda que lhe proporcionava a exploração agrícola, cunhando, até, um apelido grotesco para o antigo presidente de Minas, o de "Chico Cebola".

Vitorioso o marechal Hermes, Francisco Sales tornou-se ministro da Fazenda, em seu governo. Foram tempos difíceis para o político mineiro, sobretudo quando surgiu a licitação para compra de prata pela Casa da Moeda, subordinada ao seu ministério. O próprio ministro chegou a ser envolvido, de forma maldosa, nas acusações de locupletamento que atingiram algumas figuras que teriam exercido *lobby* para a escolha do

1 CARVALHO, Daniel de. *Francisco Sales*: um político de outros tempos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963, p. 33.

2 Cf. Daniel de Carvalho, *op. cit.*, p. 49.

fornecedor. Embora tais acusações não envolvessem o ministro diretamente, este passou a ser fustigado, pelo *Correio da Manhã*, como "Chico Prata", outro apelido depreciativo que se lhe procurou pespegar.

A despeito disso, o conceito granjeado por Francisco Sales na vida pública foi sempre o de um homem probo, discreto e simples. Por índole e temperamento, era, ademais, pessoa de fácil trato e tendente ao entendimento.

Afonso Arinos de Melo Franco traça o seguinte perfil de Francisco Sales, como homem público, pondo-o em contraste com o antecessor no governo de Minas:

> Sales [...], além das inatas virtudes de finura pessoal e tato, possuía, ao chegar ao governo, uma larga experiência dos homens e das coisas mineiras. Era, além disso, cordato e inclinado à composição, e representava as qualidades dos nativos da sua zona sulina, na qual, como dissemos, Silviano era exceção. Este, republicano puro, mas de tonalidade florianista, não queria companheiros, mas subordinados. Era natural por isto que não vicejassem à sua volta as capacidades jovens. Sales, ao contrário do antecessor, era afável e tolerante.[3]

A figura física do líder mineiro é assim descrita por Daniel de Carvalho: "Alto, magro, de rosto fino, cabelos pretos, só diferia do retrato tradicional pela tez clara e corada e os olhos azuis encobertos por óculos escuros. Seu olhar escondido pela pálpebra, sobrancelhas bastas e óculos escuros revelava a doçura do seu coração a quem o via sem óculos"[4].

Para um homem sereno e com essas características, há de ter sido cruel o ostracismo a que foi relegado, em Minas, em virtude do tratamento hostil que Bernardes passou a dispensar-lhe, após o lapso cometido por Sales no discurso infeliz pronunciado no banquete oferecido a Delfim Moreira, por ocasião de sua investidura no cargo de vice-presidente

3 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 299-300.

4 *Op. cit.*, p. 76.

da República, como já se recordou antes. Mas Bernardes era um homem duro, talvez muito mais do que Silviano Brandão, e de um amor próprio exacerbado. Fosse em razão da malquerença então surgida, fosse pelo propósito deliberado de afastar de cena quem lhe podia fazer sombra na política, o certo é que, a partir do seu governo em Minas, usando o domínio absoluto que exercia sobre o oligárquico PRM, Bernardes tudo fez para eclipsar o político de Lavras, cujo apoio lhe fora tão importante no início de sua carreira política. E Francisco Sales, assim, desapareceu do cenário político, jamais voltando a ter influência.

Quando da chamada "reação republicana", liderada por Nilo Peçanha, que se opunha à candidatura Bernardes à presidência da República, ainda tentou, sem êxito, uma candidatura ao Senado, assim como admitiu concorrer ao governo de Minas, enfrentando nas urnas Raul Soares, mas foi derrotado. E, assim, ainda na década de 1920, encerrava sua carreira política. Dois gestos de Francisco Sales dariam grandeza a esse final aparentemente inglório. Em face do propósito de seus companheiros de reverter o resultado das urnas na Comissão de Verificação de Poderes do Senado, desautorizou a iniciativa, chegando a afirmar que renunciaria ao mandato, caso lhe fosse atribuída a vitória. De outra parte, empossado Raul Soares, enviou ao novo presidente do Estado carta em que o cumprimentava pela formação do secretariado e expressava confiança no seu governo[5].

Aludindo ao afastamento da vida pública do ilustre mineiro, Milton Campos diria, anos depois: "Recolheu-se, modesto e discreto, como sempre, às suas atividades particulares, onde foram também fecundas suas iniciativas e veio a morrer no Rio, em 1933. Antes havia morrido, na década de 1920, o "salismo", que tanta influência exercera na política de Minas"[6].

O falecimento de Francisco Sales ocorreu a 16 de janeiro de 1933.

---

5 Cf. Daniel de Carvalho, *op. cit*., p. 111-112.

6 Discurso, no Senado Federal, a 30 de janeiro de 1963, na sessão comemorativa do centenário de Francisco Sales, *in:* CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 185.

JOÃO PINHEIRO

Foto: Acervo ALMG

1 CENTENÁRIO DE MORTE[1]

Transcorre neste 25 de outubro o centenário de morte de um dos maiores homens públicos mineiros, em todos os tempos: João Pinheiro da Silva. Desaparecendo prematuramente, aos 47 anos de idade, quando se achava, pela segunda vez, à frente do governo do Estado, sua morte não foi só uma grande perda para Minas Gerais, foi um acontecimento que desviou o curso da história da República. Vivo, teria sido o candidato natural à sucessão do presidente Afonso Pena. E, assim, certamente pouparia o País da grave crise que marcou aquela sucessão, com os seus conhecidos desdobramentos: a candidatura do ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, articulada por lideranças políticas e militares (ou imposta

1 Texto publicado originariamente na *Tribuna de Minas* de Juiz de Fora, a 24/10/2008.

pelas circunstâncias...); o enfraquecimento de Minas no cenário político nacional, à medida que o até então sólido grupo de apoio ao presidente se dispersava, caracterizando o que Rui Barbosa comparou ao "estouro da boiada", em discurso proferido aqui, em Juiz de Fora, na Campanha Civilista; a morte de Afonso Pena, oito meses depois, motivada pelo que se qualificou, na época, de "traumatismo moral".

João Pinheiro, tendo assumido a presidência do Estado em 1906, para um mandato que se estenderia até 1910, encetou obra administrativa fadada a abrir novas perspectivas a Minas Gerais, especialmente nos campos da agricultura, dos transportes ferroviários e da educação primária e técnica. Empreendeu, nessa última área, importante reforma, de que resultou, por exemplo, a criação, em nossa cidade, do Grupo Escolar Delfim Moreira. No plano nacional, o nome de João Pinheiro foi como uma estrela de brilho intenso e rápido. Sob sua influência e com o seu apoio, formou-se, na Câmara dos Deputados, um grupo de jovens e brilhantes parlamentares, batizado na imprensa, ironicamente, como o "Jardim da Infância" e que era um celeiro de novos valores para o País. João Pinheiro deixou uma legenda que, cem anos depois, permanece viva. Um dos seus filhos, Israel Pinheiro, tornar-se-ia também, muitos anos depois (1966-1971), governador do Estado.

Grande foi a repercussão da morte de João Pinheiro, a 25 de outubro de 1908. O sentimento geral, que os jornais registraram, em tom profético, era o de uma "consternação apreensiva da República".

2

O texto acima reverencia a memória de João Pinheiro no centenário de sua morte. As breves considerações que nele se contêm acerca do papel desse eminente homem público na política mineira somam-se ao que sobre a sua figura já fora dito nos capítulos que tratam do movimento republicano em Minas e da Primeira República.

Nesta nota, que, agora, acrescentamos, queremos realçar alguns aspectos de sua personalidade e do seu ideário político.

Ninguém traçou com mais nitidez o perfil de João Pinheiro do que Pedro Rache – engenheiro gaúcho, formado pela Escola de Ouro Preto,

que coordenou, durante o seu governo, em Minas, o plano federal de colonização e imigração no Estado, por designação do presidente Afonso Pena. Radicando-se em Minas, onde parece ter vivido algum tempo, Pedro Demóstenes Rache dá um depoimento afetuoso do antigo presidente, em livro do qual João Pinheiro é a figura central: *Homens de Minas*. Diz o autor sobre a figura humana do presidente que se tornou seu amigo:

> João Pinheiro impressionava pela atitude no trato de qualquer assunto, ao mesmo tempo simples e digna, bondosa e severa, despretensiosa e altiva. Seu olhar dava, pelo brilho fixo, a impressão da energia inquebrantável, de dura tenacidade, mas tinha, outras vezes, o resplendor suave da doçura paternal, que emana desses homens privilegiados, educadores e orientadores da mocidade, a legatária natural dos grandes encargos do futuro. E no fundo desse olhar tão límpido e sereno, pressentia-se a bondade da alma, que ligeiro clarão iluminava, deixando perceber a tranquilidade indefinível da virtude, que distingue as consciências sem jaça.
>
> Sua palavra era, às vezes, áspera, metálica e fria, outras meiga e suave, afável e carinhosa, às vezes irônica e ferina, não raro cortante, como lâmina de aço.
>
> Dependia das circunstâncias e do momento a figura que transparecia nesse homem invulgar.[2]

O autor dá, ao longo do livro, exemplos de diálogos entre João Pinheiro e alguns interlocutores que bem ilustram essa variação de comportamento a que alude o trecho transcrito. Homem austero e simples, objetivo e pragmático, fiel aos valores que cultuava, cioso da dignidade do cargo que exercia, avesso a intimidades forçadas e à perda de tempo no exercício das funções públicas, o presidente de Minas tinha, realmente, o que os franceses chamam de *physique du rôle*. Parecia predestinado a servir à Pátria. E muito a teria servido se a morte não lhe interrompesse a trajetória ascensional – deputado provincial, deputado constituinte

2 RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947, p. 26.

republicano, vice-presidente, presidente nomeado e, depois, senador da República e presidente eleito do Estado, aos 45 anos.

O ideário político de João Pinheiro, conforme já assinalado, era o de um republicano histórico, imbuído de ideias positivistas. Não chegou a professar um positivismo ortodoxo, como Júlio de Castilhos e seus seguidores, no Rio Grande do Sul. Nem se aproximava da linha política do líder gaúcho e muito menos da de discípulos seus como Pinheiro Machado, a quem não era simpático. Aliás, se João Pinheiro houvesse chegado à presidência da República, o condestável dos pampas dar-se-ia mal com o chefe da Nação, porque este jamais admitiria as ousadas pretensões de Pinheiro de inculcar-se como eminência parda dos governos de seu tempo...

Mas a linha positivista de João Pinheiro manifestava-se, sobretudo, na concepção retrógrada – e nem os gênios ou os estadistas mais iluminados estão isentos de certas fraquezas – da liberdade de exercício profissional. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, sem os vícios, porém, que muitos apontam no bacharelismo, porque era um intelectual de acentuado senso prático e grande descortino com relação às exigências do progresso, João Pinheiro, fiel ao credo positivista, era daqueles que viam na regulamentação profissional forma de cerceamento da liberdade individual.

No desempenho de suas funções de presidente do Estado, João Pinheiro opôs veto a projeto de lei da assembleia que impedia a concessão de novas cartas de provisão de advogados, a partir de 3l de julho de 1907, ao argumento de que o referido projeto feria o livre exercício profissional[3]. Os provisionados eram, à época, rábulas a quem se permitia, mediante exames sumários, a prática da advocacia, sem o diploma de bacharel em Direito. Nas razões de veto aludidas, que o próprio presidente redigira, defende-se essa situação anômala sobre fundamentos pífios, como o de que aplicar a lei é mais fácil do que elaborá-la e, se o leigo pode ser deputado, nada impediria que exercesse também a advocacia...

3 BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Ideias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa: MEC, 1980, p. 311-313.

Essa visão distorcida da regulamentação profissional não impediu, contudo, que João Pinheiro marcasse sua passagem pelo governo de Minas com iniciativas inovadoras no campo do ensino, notadamente do ensino técnico e do ensino primário. Foi um governante preocupado com a formação educacional, na área de competência do estado-membro. E ele próprio, a despeito de tal ou qual prevenção contra o suposto desapego dos bacharéis à realidade do País, foi, na verdade, uma das expressões maiores do bacharelismo – fenômeno social que proporcionou ao Brasil a formação de uma elite dirigente do mais alto valor.

João Pinheiro dá nome a um dos municípios mineiros, no Noroeste do Estado (microrregião de Paracatu), cuja criação decorreu da Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911. A sede do município corresponde ao antigo arraial de Santana dos Alegres, havendo conservado esse nome até o advento da Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, que adotou a denominação de João Pinheiro.

CARLOS PEIXOTO

Foto: Acervo ALMG

Carlos Peixoto de Melo Filho, um dos parlamentares brasileiros de maior destaque em todos os tempos, era natural de Ubá, onde nasceu, a 1º de junho de 1871.

Fez os seus preparatórios em Juiz de Fora[1], matriculando-se, em seguida, aos 14 anos, mediante autorização especial, na Faculdade de Direito de São Paulo. Colou grau em 1889, na mesma turma de Afonso Arinos de Melo Franco (autor de *Pelo sertão* e tio do futuro senador que tem o mesmo nome), Mendes Pimentel (grande advogado e professor de Direito, primeiro reitor da Universidade de Minas Gerais), Edmundo Lins (futuro ministro do Supremo Tribunal Federal), João Luís Alves (cuja biografia se lerá a seguir) e outros nomes referidos na página alusiva a esse último.

1 Carlos Peixoto fez os preparatórios no Liceu Mineiro. Na História de Juiz de Fora, de Paulino de Oliveira (OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966, p. 183), há referência ao Colégio Mineiro, sem a denominação "Liceu". Provavelmente, se trata do estabelecimento em que o futuro parlamentar fez os seus estudos de nível médio.

Depois de exercer as funções de juiz municipal, em Ubá, e de advogar naquela comarca, ingressou na política, elegendo-se vereador, em sua cidade natal e assumindo a presidência da Câmara Municipal, a que se atribuíam, então, funções de agente executivo.

Em 1903, foi eleito deputado estadual. E, após exercer um mandato na Assembleia Legislativa de Minas, galgou o cenário federal, cumprindo vários mandatos na Câmara dos Deputados.

Naquela casa do Congresso Nacional, transcorreu a fase mais importante de sua luminosa vida pública. Logo escolhido líder da bancada mineira, tornou-se, no governo Rodrigues Alves, líder da Maioria.

Durante o governo seguinte, de Afonso Pena, aglutinou um grupo de jovens deputados, de diferentes estados, imbuídos todos de ideias novas e de propósitos de reformulação da vida parlamentar, o qual foi batizado, com ironia, de "Jardim da Infância"[2]. Um dos objetivos desse bloco era o de reagir à influência dominante de Pinheiro Machado, que, como vice-presidente do Senado, tornara-se o condestável da República, comandando as "degolas" de parlamentares, no processo de reconhecimento de mandatos, então vigorante, e tentando interferir, até, na organização dos ministérios. Os dois polos da política nacional passaram a ser, assim, o Jardim da Infância e o Morro da Graça – este uma alusão ao lugar em que residia, no Rio de Janeiro (Bairro das Laranjeiras), o senador gaúcho. O primeiro, como diz José Maria Bello, encarnava

> as aspirações de vida nova, e o segundo, o velho sentido da política, alternativamente manhosa e desabusada. Uma reprodução longínqua do duelo de todos os tempos de duas forças sociais que agem, muitas vezes,

2 Quem assim batizou o aguerrido bloco foi o deputado baiano Augusto de Freitas, em discurso, na Câmara, no qual demonstrava ressentimento pelo fato de o candidato seu, na formação do ministério de Afonso Pena, haver sido preterido em favor de Miguel Calmon, nomeado ministro da Viação (Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 418). A imprensa consagraria o epíteto. Integravam o Jardim da Infância os seguintes deputados: Carlos Peixoto – o líder do grupo –, Calógeras, Davi Campista, João Luís Alves, Gastão da Cunha, Estêvão Lobo, todos mineiros; James Darcy, gaúcho; Elói de Sousa, do Rio Grande do Norte; Alcindo Guanabara, do Distrito Federal; Miguel Calmon, da Bahia (Cf. Afonso Arinos, *op. cit.,* p. 419).

> na inconsciência das próprias finalidades, e cujo exemplo clássico seria sempre a luta entre César, precursor de um Estado Novo, e Pompeu, último representante da oligarquia republicana do Senado...[3]

O papel que daria destaque a Carlos Peixoto foi, exatamente este, o do antipinheirismo, missão que assumiu, com desassombro, mercê de um temperamento forte e autoritário e ao influxo de uma inteligência lúcida e brilhante. Assinale-se que o Jardim da Infância agia em sintonia com João Pinheiro, no fundo o grande inspirador da causa abraçada por Carlos Peixoto e seus companheiros. A bandeira do grupo era de ordem ética, porquanto pregava a preservação dos valores republicanos na política. Um de seus membros resumiu os princípios que o guiava neste quadrinômio: inteligência, cultura, patriotismo e honestidade[4].

A 9 de maio de 1907, Carlos Peixoto assumiu a presidência da Câmara dos Deputados, posição que reforçaria o seu potencial de liderança. Em 1909, já quando se prenunciava a crise da sucessão de Afonso Pena, é reeleito para o mesmo posto. Pronuncia, então, discurso que iria ter grande repercussão e provocar inesperada reviravolta na política nacional. Enfatiza, naquele pronunciamento, o fato de que a República consolidara-se "nas fórmulas das liberdades civis, que a impediam de degenerar na demagogia inconsciente, caminho da anarquia e de perigosas aventuras de violência, fonte matriz do cesarismo e da tirania"[5]. O ambiente político, já fermentado, mais ainda se adensou com o pedido de exoneração do ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, "em carta breve e áspera ao Presidente"[6], na qual, embora ainda não se dissesse candidato, repelia a ideia de que os militares estivessem impedidos de concorrer à presidência da República. Seguiu-se a essa atitude a renúncia do próprio Carlos Peixoto à presidência da Câmara. É difícil compreender as razões que a teriam motivado ou os objetivos a que visava, mas, certamente, ele percebeu que a posição do Jardim da Infância se enfraquecera e que a

---

3 BELLO, José Maria. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 245.

4 Cf. Afonso Arinos, *op. cit.,* p. 419.

5 BELLO, *op. cit.*, p. 248.

6 *Ibid.*, p. 249.

situação política do governo estava abalada – o que, aliás, se observava desde a morte de João Pinheiro, no ano anterior. Deu-se, a partir daí, o que Rui Barbosa, mais tarde, reportando-se ao episódio, em discurso da Campanha Civilista, proferido em Juiz de Fora, qualificaria de "estouro da boiada". As forças políticas que apoiavam o governo Afonso Pena se dispersaram, e a política mineira se dividiu, aderindo os fiéis ao presidente (falecido em 1909) à candidatura de Rui e caminhando aqueles com os quais Afonso Pena não pôde contar quando da escolha de seu sucessor no sentido da candidatura do marechal Hermes, que teve o então presidente de Minas, Wenceslau Braz, como vice.

Carlos Peixoto experimentou, a partir desses episódios, uma fase de ostracismo político, mas ainda exerceria dois outros mandatos de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, onde atuava em campo condizente com a sua formação cultural, afeita aos assuntos financeiros e tributários. Chegou a formular um projeto de reforma tributária, que divulgou, em trabalho doutrinário. Paralelamente às atividades parlamentares, foi advogado militante no Rio de Janeiro.

A 30 de agosto de 1917, faleceu, prematuramente, na então capital da República, aos 46 anos de idade.

Afrânio Peixoto definiu-o, em página lapidar, como "a estrela breve". Sua trajetória na política brasileira foi, no dizer do escritor baiano,

> como um risco de fósforo no céu, traço de estrela cadente. A inteligência lhe era, de fato, astral. A vida – acrescenta o escritor baiano – não me deu a conhecer ninguém mais inteligente, e tenho convivido com grandes homens, mestres e artistas, peregrinos e compatriotas, de leitura e de oração. Inteligência e cultura. Cultura geral, jurídica e filosófica. Por isso, Carlos Peixoto se juntaria àquela grande cadeia que vem de Gomes de Sousa a Alencar, de Tavares Bastos a Rui Barbosa.[7]

7 PEIXOTO, Afrânio. A estrela breve: Carlos Peixoto. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 221-222.

WENCESLAU BRAZ

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 135

Wenceslau Braz Pereira Gomes nasceu a 26 de fevereiro de 1868 em São Caetano da Vargem Grande, localidade que era, então, distrito do município de Itajubá e que, emancipada em 1901, passaria a denominar-se Brazópolis, em 1923, por força da Lei nº 843, de 7 de setembro, em homenagem ao filho ilustre.

Frequentou o Seminário Episcopal de Itajubá e realizou, em seguida, os estudos preparatórios no Colégio Moretzon, em São Paulo, mantido pela família de seu futuro correligionário político David Moretzon Campista. Ingressando na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelou-se em 1890, tendo como colega de turma seu primo – e futuro vice-presidente da República – Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

Iniciou a vida profissional como promotor de Justiça nas comarcas de Jacuí e Monte Santo. Deixando o Ministério Público, passou a advogar nessa última cidade e a militar na política local. Eleito vereador, foi presidente da Câmara Municipal, exercendo as funções de agente executivo.

Em 1892, com 24 anos de idade, é eleito deputado estadual. Seis anos depois, no governo Silviano Brandão, torna-se secretário do Interior. Elege-se, depois, deputado federal, exercendo dois mandatos seguidos. No segundo mandato, foi líder da Maioria, no governo Rodrigues Alves. Em 1909, na sucessão de João Pinheiro, é eleito para completar-lhe o mandato, como presidente do Estado.

Do governo estadual, é alçado à vice-presidência da República, em 1910, na chapa do marechal Hermes da Fonseca, a quem viria a suceder, de 1914 a 1918.

Terminado o mandato presidencial, na altura dos seus 48 anos, recolhe-se a Itajubá, para não mais exercer qualquer outro cargo público. Dedica-se, a partir de então, exclusivamente, a atividades empresariais, em seu município. Em 1946, chegou a anuir no lançamento de seu nome ao governo do Estado, pelo PSD, com o propósito de exercer o mandato por um ano, passando o cargo, em seguida, ao vice-governador que viesse a ser eleito pela Assembleia Legislativa. Mas, como se viu no capítulo correspondente à Terceira República, foi traído na convenção daquele partido, que, em manobra de última hora, acabou escolhendo como candidato Bias Fortes. Ficou, então, com a candidatura vitoriosa de Milton Campos, lançada pela UDN, com apoio da Ala Liberal, que era formada por pessedistas dissidentes.

Wenceslau Braz foi, assim, um exemplo raro de político que, chegando à presidência da República, não voltou a disputar outros mandatos. Tornou-se o conselheiro natural de quantos, frequentemente, o procuravam, em busca de sua palavra sábia e serena. Dessa forma, exerceu discreta influência nas Revoluções de 1930 e de 1932, sempre ao lado das lideranças dominantes em Minas. Como foi dito no capítulo correspondente, teve participação indireta na Revolução de 1930, como integrante do Diretório do PRM e, nessa condição, esteve presente à reunião decisiva do partido, realizada em Juiz de Fora, na residência de Antônio Carlos, que consolidou o apoio de Minas àquele movimento.

Tendo manifestado, a certa altura da vida, o pressentimento de que não iria longe, viveu, no entanto, lúcido e saudável, até os 98 anos, falecendo, em Itajubá, aos quinze minutos do dia 16 de maio de 1966 – hora que ficou marcada pelo fato singular de o relógio de parede, no solar da

família, haver parado de funcionar no exato momento em que parava de bater seu coração[1]. Foi homenageado, em suas exéquias, pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e por ministros de seu governo, presentes ao ato.

1 Sobre o fato, ver BESSONE, Darcy. *Wenceslau, um pescador na presidência*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968, p. 301, n. 205.

DELFIM MOREIRA

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 137

A presença de Delfim Moreira na galeria das grandes figuras da política mineira decorre, antes, dos atributos que lhe davam o perfil de autêntico homem público das Gerais, do que de sua breve passagem pela presidência da República. Já vimos que esta coincidiu, lastimavelmente, com o declínio de sua saúde mental, que Rui Barbosa foi dos primeiros a perceber, manifestando, a esse respeito, impressão talvez exagerada, porque, na verdade, o vice-presidente em exercício alternava, durante aquele tempo, momentos de lucidez e de certa confusão mental, num quadro que não era, propriamente, de alienação. Afonso Arinos de Melo Franco, cujo pai, Afrânio, era, então, ministro da Viação e Obras Públicas e, pela confiança que nele depositava Delfim, assumiu, nas circunstâncias, papel que a imprensa qualificou de chefe de uma espécie de Regência Republicana, registra uma das qualidades marcantes do presidente em exercício, que era a absoluta lealdade ao titular do cargo, não empossado em virtude de sua debilidade física, decorrente da doença (a devastadora gripe espanhola) que, em dois meses, o levaria à morte.

Narra Afonso Arinos que, desde que Rodrigues Alves, no esforço para superar as limitações que a saúde lhe impunha, deslocou-se de Guaratinguetá para o Rio de Janeiro, aguardando, ali, por melhoras do seu quadro de saúde, que lhe permitissem, afinal, tomar posse no cargo de presidente da República, Delfim o visitava *todos os dias* para expor-lhe o estado do governo e dar-lhe conta de suas ações, o que fazia, acrescenta o historiador, porque, nele, "era fino o senso de compostura e inato o de responsabilidade"[1]. Numa dessas visitas foi que se travou o interessante diálogo entre Delfim e Rodrigues Alves acerca do convite a Rui Barbosa para chefiar a delegação brasileira à Conferência da Paz, de Versalhes, a que aludimos no Capítulo V, em nota de rodapé. A postura de Delfim Moreira, no episódio, revela sua acuidade mental, seu pundonor e sua presença de espírito.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro nasceu na Fazenda da Pedra, município de Cristina, a 7 de novembro de 1868. Fez os estudos iniciais em Pouso Alegre e Mariana, concluindo os preparatórios em São Paulo, em cuja Faculdade de Direito ingressou, colando grau em 1890.

No Capítulo IV, referente ao movimento republicano em Minas, viu-se como foi destacada a atuação de Delfim Moreira na vida acadêmica e no Clube Republicano dos Estudantes Mineiros, fundado na Faculdade do Largo do São Francisco. Despontava, naquele cenário, o homem público que tantos serviços haveria de prestar a Minas e ao Brasil.

Formado, Delfim Moreira voltou a Santa Rita do Sapucaí, assumindo o cargo de promotor de Justiça e advogando por algum tempo. Logo ingressou na política, elegendo-se vereador e tornando-se agente executivo municipal. Nos primeiros tempos da República, elegeu-se deputado estadual para duas legislaturas seguidas. Foi, depois, secretário do Interior nos governos Francisco Sales e Júlio Bueno Brandão. Elegeu-se, subsequentemente, senador estadual e deputado federal.

---

1 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 703.

Eleito presidente do Estado, pelo velho PRM, para o mandato de 1914 a 1918, desenvolveu profícua administração, centrada nos problemas da agricultura, que procurou incrementar segundo os melhores padrões da tecnologia agrícola, criando, para tanto, escolas para formação de técnicos aptos a atuar nesse setor.

Quando da segunda candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República, que marcou a retomada da política do café com leite, na sucessão de Wenceslau Braz, foi escolhido como Vice, assumindo o governo, a 15 de novembro de 1918, data aprazada para a posse dos eleitos, em face da impossibilidade percebida pelo próprio presidente de comparecer ao ato solene, na capital federal, dado o seu estado de saúde. Rodrigues Alves, aliás, tomou, então, a iniciativa de oficiar a Delfim, nesse sentido, ao mesmo tempo que comunicava o fato ao presidente do Congresso Nacional[2]. Delfim assumiu com o ministério formado por Rodrigues Alves, sobre o qual fora ouvido, nos entendimentos que antecederam à definição dos nomes que o compunham. Situação bem semelhante, como se vê, à que, anos mais tarde, ocorreria quando José Sarney tomou posse em substituição a Tancredo Neves, que, na véspera, fora internado num hospital de Brasília para cirurgia de urgência. A diferença estava na circunstância de que, segundo a Constituição de 1891, então vigente, dando-se a vaga na primeira metade do mandato, nova eleição para o cargo haveria de ser realizada.

Em razão disso, Delfim Moreira exerceu, interinamente, a presidência da República até a posse do sucessor, Epitácio Pessoa, a 28 de julho de 1919. Cessada a interinidade, voltou às funções de vice-presidente, ao qual competia, à época, presidir o Senado Federal. Faleceu, no entanto, quase um ano depois, a 1º de julho de 1920. Outro mineiro – político também do Sul do Estado –, Francisco Álvaro Bueno de Paiva, assumiu, então, o lugar de vice-presidente da República.

---

2 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973, v. 2, p. 844-845.

No livro em que exalta algumas personalidades da política mineira, o gaúcho Pedro Rache dedica dois capítulos a Delfim Moreira, destacando-lhe as qualidades de "modéstia, simplicidade, grandeza d'alma, generosidade" e, sobretudo, "compenetração honesta e verdadeira da função pública do Estado"[3].

3 RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947, p. 202.

RAUL SOARES

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 187

1

Raul Soares de Moura insere-se entre os homens de alto valor intelectual que militaram na política mineira. Nascido em Ubá, a 7 de agosto de 1877, realizou carreira brilhante na vida pública, numa trajetória de ascensão vertiginosa e duração efêmera, que se estendeu por menos de quinze anos, pois faleceu ele às vésperas de completar 47 anos, em 4 de agosto de 1924.

Bacharel em Direito, fez os dois primeiros anos do curso em Ouro Preto, transferindo-se, em 1898, para a Faculdade de São Paulo, onde colou grau em 1900, tendo sido o orador da turma. Foi colega de turma de Arthur Bernardes, de quem se tornou, desde então, grande amigo.

Formado, depois de iniciar-se na advocacia, em sua cidade natal, assumiu o cargo de promotor de Justiça na comarca de Carangola, ali permanecendo durante dois anos. Uma desilusão amorosa o teria levado

a deixar Minas Gerais, partindo para São Paulo, onde, depois de breve passagem por Ribeirão Preto, radicou-se em Campinas.

Em 1903, concorrendo com dois outros candidatos – um dos quais o conhecido gramático Otoniel Mota –, tornou-se professor catedrático de Português do Ginásio Estadual de Campinas, com uma tese sobre *Os lusíadas*. Dedicando-se, por esse tempo, a acuradas pesquisas no campo da língua e da literatura, publicou trabalho de grande repercussão – *O poeta Crisfal* –, em que, refutando tese recente de autor português que atribuía a autoria dessa écloga a Bernardim Ribeiro, demonstrou, de forma tida como incontestável, que o autor do poema pastoril era Cristóvão Falcão[1]. Lançou também, em 1904, a *Gramática de João Ribeiro, anotada*. Firmou-se, assim, como autoridade em Linguística. Tudo indicava que a sua vida transcorreria restrita ao plano profissional, como advogado e professor, na cidade paulista.

Em 1910, porém, com a morte trágica (vítima de homicídio) de seu irmão Carlos Soares de Moura, chefe político em Visconde do Rio Branco, que se achava engajado na campanha do marechal Hermes da Fonseca, Raul Soares vai substituí-lo no posto de liderança e no comando da campanha eleitoral, transferindo-se, pois, para aquela cidade, vizinha à sua terra natal. Começa, então, aí, a carreira política. Eleito vereador, assume a presidência da Câmara, cargo que tinha, à época, funções de agente executivo, equivalentes às de prefeito. É curioso observar que as

1 É interessante recordar o que escreve Gilberto Amado, em suas memórias, sobre a primeira vez que viu Raul Soares, de quem se tornaria amigo e admirador. "Um dia, nos começos de 1919, indo almoçar com um colega da Câmara no Grande Hotel da Lapa, lar carioca dos deputados e senadores mineiros, vi, na sala, a certa distância, de pé, num grupo, um homem delgado, de pince-nez, cuja fisionomia impassível, plasmada numa palidez de velho marfim, me impressionou. – Quem é? – perguntei. – Raul Soares. – O de Campinas, o do poeta Crisfal?" (AMADO, Gilberto. *Presença na política.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 98). Vê-se, aí, como a composição do importante estudo dera projeção a Raul Soares, antes mesmo que ele viesse a destacar-se na política nacional. É interessante, ainda, observar, nessa passagem de Gilberto Amado, a coincidência entre a descrição que faz da palidez de Raul Soares e aquela que Pedro Nava, anos depois, iria apresentar, no trecho que, mais adiante, será transcrito.

circunstâncias o levaram a aderir à candidatura do marechal, embora, em São Paulo, se mostrasse adepto da campanha civilista, que tinha Rui Barbosa como candidato.

Em 1911, é eleito deputado estadual, passando a integrar, em 1914, o governo Delfim Moreira, como titular da Secretaria de Agricultura. Por essa época, residindo em Belo Horizonte, torna-se professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Nas eleições seguintes, elege-se deputado federal, renunciando, porém, ao mandato, logo no início, para assumir a Secretaria do Interior, no governo Arthur Bernardes. Nessa condição, passa a ser um dos articuladores da candidatura de Epitácio Pessoa à presidência da República. E, no governo deste, é nomeado ministro da Marinha, tornando-se, assim, o primeiro civil a dirigir aquela pasta militar, no regime republicano, enquanto outro político de Minas (nascido no Rio de Janeiro), João Pandiá Calógeras, assumia o Ministério da Guerra – fato inusitado na história da República. Deixando o ministério, Raul Soares elegeu-se senador por Minas Gerais, na vaga de Francisco Álvaro Bueno de Paiva, que fora eleito, com a morte de Delfim Moreira, vice-presidente da República.

Como já se recordou, no capítulo atinente à Primeira República, foi relevante o papel desempenhado por Raul Soares na sustentação da candidatura de Arthur Bernardes, à sucessão de Epitácio Pessoa. Homem de posições firmes, de bravura cívica e coragem física, conta-se que Raul Soares atuou até na proteção pessoal de Bernardes, quando este chegou ao Rio de Janeiro, a 15 de outubro de 1821, para ler a sua plataforma de candidato à presidência. Preocupado com as ameaças que pairavam sobre o amigo e percebendo que se formara, ao longo do trajeto, estimulada por oficiais do Exército contrários ao candidato mineiro, verdadeira malta de arruaceiros, entre a Estação da Central do Brasil e o centro da cidade, Raul Soares teria tomado posição no estribo do carro que conduzia Arthur Bernardes, de revólver em punho, pronto para defendê-lo.

Com Bernardes na presidência da República, Raul Soares elegeu-se para o governo de Minas. Sobre sua breve administração, que durou, a rigor, menos de dois anos, já se falou, alhures. Seu governo interrompeu-se no meio do mandato, com o prematuro falecimento, ocorrido em

Belo Horizonte. Sua morte, na frase de Gontijo de Carvalho, "desviou o curso da história do Brasil".

Minas Gerais homenageou a figura de Raul Soares de maneira muito expressiva, logo depois de seu desaparecimento, dando seu nome a um dos municípios do Estado – o antes denominado Matipoó, na Zona da Mata –, por meio da Lei nº 862, de 19 de setembro de 1924.

2

O perfil de Raul Soares situa-o, na galeria dos grandes vultos da história política de Minas Gerais, ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcelos. A cultura, o espírito conservador, o senso de realidade são traços comuns aos dois homens públicos. Provavelmente, militariam nas mesmas hostes se houvessem sido contemporâneos. Recorda o biógrafo do ex-presidente do Estado, Afrânio de Carvalho, que, em página sobre o grande estadista da Regência e do Primeiro Império, Raul Soares revelou o "profundo respeito" que lhe votava[2].

Pedro Nava, com a sua capacidade de descrever tipos humanos, compõe nítido retrato de Raul Soares, a quem conheceu de vista, em Belo Horizonte, nos seus tempos de estudante de medicina:

> Era um homem de belas feições, cor de marfim, nariz muito regular, o olhar de míope filtrado através das lentes do pincenê. Aquela palidez, se a visse hoje, levar-me-ia logo a um diagnóstico e a um prognóstico. O tempo viria mostrar que quando Raul Soares tomou posse seus dias de cardiorrenal estavam contados. Vestia-se com elegância, sempre de escuro. [...] Era orador fluente: prendia e impunha principalmente pela voz vibrante e profunda. Quem quiser ter uma ideia do seu poderoso registro, lembre-se do mais recente de Carlos Lacerda ou duma mistura dos que

2 CARVALHO, Afrânio de. *Raul Soares, um líder da República Velha*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 50.

> ouvimos todas as noites na televisão: os de Cid Moreira e Sérgio Chapelin. Isso quer dizer que a dicção de Raul Soares era perfeita.[3]

Gilberto Amado descreve o perfil psicológico de Raul Soares: "Como todos os homens puros, os santos e os heróis, tinha alegria na alma. Vi Raul Soares sério, nunca o vi triste. Vi-o doente, nunca o vi macambúzio. Esse homem de bem podia ser austero, mas não enjoado... aborrecido"[4].

Se, no plano da história, a figura de Raul Soares aproxima-o de Bernardo Pereira de Vasconcelos, no âmbito da convivência pessoal sua afinidade maior era com outro político da mesma estirpe – Arthur Bernardes. Este era, igualmente, um homem probo e de elevado espírito público. Mas de feitio pessoal bem diferente do de Raul Soares.

Foi relevante, como já se ressaltou, o papel de Raul na articulação e na sustentação da candidatura de Bernardes à presidência da República. Talvez houvesse feito mais falta ao governo Bernardes do que se imagina a presença, ao seu lado, no governo, de Raul Soares. Este, embora de firmes convicções, era um político mais flexível, mais afeito ao diálogo e uma pessoa, como notamos, mais afável e simples[5]. Arthur Bernardes era por demais rígido e reservado. É ainda do citado biógrafo de

---

3 NAVA, Pedro. *Beira-mar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978. (Memórias, 4), p. 108-109.

4 Ob. e vol. cits, p. 203.

5 Joaquim de Sales descreve Raul Soares na intimidade, mostrando como o político mineiro era um pai amoroso. Recolhido a uma chácara, no Rio de Janeiro, em tratamento de saúde, divertia-se com as filhas, que deixaria órfãs em tenra idade (SALLES, Joaquim de. Raul Soares na intimidade. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma), p. 224). Afonso Arinos de Melo Franco fala, em suas memórias, de uma viagem ao interior de Minas Gerais, que fizera, ainda adolescente, levado pelo pai, Afrânio, no trem especial que conduzia o presidente do Estado, Arthur Bernardes, e os secretários Raul Soares e João Luís Alves. Hospedados num convento, Afonso Arinos narra o seguinte: "Lembro-me de Raul Soares se despindo sem cerimônia, expondo à vista os pelos do púbis, no dormitório comum que as religiosas haviam preparado para nós. De Bernardes não me lembro. Creio que lhe haviam reservado um quarto especial. Nem poderia ser de outra maneira. Aquele homem, aquele Presidente, não tiraria as calças de brim claro na vista de ninguém." (FRANCO, Afonso Arinos de

Raul Soares esta observação sobre o político de Viçosa: "Até o fim do quatriênio, o seu comportamento foi o de um ressentido, que, havendo vencido os adversários, não venceu a si mesmo"[6].

Encerrando o capítulo sobre a Primeira República, lembramos a frase de Pedro Nava segundo a qual, "com Raul, pode ser que houvesse um 1930, mas... sem Minas". A conjectura faz sentido, se considerarmos a sensibilidade política de Raul Soares, o conhecimento dos homens do seu meio, o equilíbrio de suas posições. Muito significativa, a esse respeito, é a carta que Raul Soares enviou a Antônio Carlos, a 28 de maio de 1924, na qual, referindo-se ao então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, diz, a certa altura: "Como sabe, não tenho nenhuma admiração pelo Borges, seus homens e seus processos"[7].

Não é sem propósito acrescentar que, quando estudante, em Ouro Preto, Raul Soares foi o orador que falou à beira do túmulo do colega Carlos de Almeida Prado, em nome da Academia de Direito. Esse estudante, de tradicional família paulista, fora assassinado, na então capital mineira, por dois irmãos Vargas, mais velhos do que Getúlio, Viriato e Protásio[8].

É curioso observar que a morte prematura ceifou as carreiras políticas de dois grandes mineiros da mesma família, duas das maiores expressões da nossa política, na Primeira República: Raul Soares, que desapareceu aos 47 anos; e Carlos Peixoto Filho, seu primo, morto aos 46.

Melo. *A alma do tempo*: memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961, p. 100).

6 CARVALHO, Afrânio de, *op. cit.*, p. 262-263.

7 *Ibid.*, p. 271.

8 *Ibid.*, p. 40-43. Protásio foi impronunciado pelo juiz de Direito, que era Augusto de Lima (pai), grande figura de intelectual e político mineiro. Viriato fugiu e nunca foi julgado. Ver, sobre o episódio, LIRA NETO. *Getúlio:* dos anos de formação à conquista do poder (1882–1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 45-57.

JOÃO LUIZ ALVES

Foto: Acervo ALMG

1

João Luiz Alves nasceu numa fazenda situada em terras de Matias Barbosa, então distrito de Juiz de Fora. Essa circunstância faz com que tanto este quanto o novo município de Matias Barbosa (depois desmembrado do de Juiz de Fora) possam reivindicar-lhe a naturalidade[1].

1 Em 1970, comemorou-se, em Juiz de Fora, o centenário de nascimento de João Luiz Alves, com a realização de solenidade promovida pela Faculdade de Direito da UFJF, a que o autor compareceu, representando o então diretor da Casa de Benjamin Colucci, Prof. Almir de Oliveira. Falou, em nome da Faculdade, o saudoso Prof. Nelson Villa Verde Coelho de Magalhães. Estiveram presentes, o Prof. João Luiz Alves Valadão, sobrinho do homenageado, que agradeceu em nome da família, ali representada, ainda, por suas filhas e netos. A celebração destacou os cem anos de João Luiz Alves, como filho de Juiz de Fora.

Veio ele ao mundo a 23 de maio de 1870. Em Juiz de Fora, iniciou os estudos, continuados no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde fez os chamados "preparatórios". Seguiu, depois, para São Paulo, cursando Direito na tradicional Faculdade do Largo do São Francisco. Bacharelou-se em 1889, logo depois da proclamação da República, numa turma que contava com outros nomes que iriam destacar-se na vida pública: Edmundo Lins (futuro ministro do Supremo Tribunal Federal), Afonso Arinos de Melo Franco (irmão de Afrânio, membro da Academia Brasileira de Letras, autor do clássico *Pelo sertão*), Francisco Mendes Pimentel (grande advogado e professor de Direito), Herculano de Freitas (deputado federal por São Paulo, professor de Direito e ministro do Supremo Tribunal Federal), Edmundo da Veiga (futuro presidente do Estado do Rio de Janeiro).

Formado, iniciou suas atividades como promotor de Justiça, em circunstâncias que pareciam revelar o sinal do destino. Conta-se que, ao passar por Juiz de Fora rumo a Ouro Preto, para assumir o governo provisório de Minas Gerais, Cesário Alvim recebeu do jovem bacharel João Luiz pedido no sentido de que o aproveitasse numa função pública, abrindo-lhe perspectiva de vida profissional. O jovem que, por certo, lhe fora apresentado por terceiro ou, provavelmente, levava ao presidente do Estado uma carta de apresentação, impressionou bem a Cesário Alvim, que não tardou a nomeá-lo promotor de Justiça da comarca de Campanha[2].

No início de sua carreira no Ministério Público, deu-se outro fato revelador dos mistérios do acaso. De passagem por Campanha, conhecido jornalista da época assistiu a uma atuação de João Luiz em sessão do Tribunal do Júri e, de regresso ao Rio de Janeiro, fez, a esse respeito, comentário altamente elogioso, em sua coluna, louvando o talento do jovem promotor que pontificava na distante comarca do Sul de Minas. A crônica teria produzido efeito nos meios políticos, num

2 Cf. Milton Campos, discurso no Senado, por ocasião do centenário de João Luiz Alves, *in:* CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 272-277.

tempo em que, a despeito das imperfeições do regime político vigente, as lideranças procuravam atrair os melhores valores para os postos de representação popular. E isso descortinou oportunidades a João Luiz Alves, em pouco tempo[3].

Depois de breve passagem pela magistratura, abriam-se-lhe, finalmente, as portas dos círculos políticos, sendo ele eleito, sucessivamente, vereador em Campanha, agente executivo municipal, deputado estadual, deputado federal (por duas legislaturas), senador.

Ao tempo em que exercia o mandato de deputado à Assembleia Legislativa, tornou-se professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde lecionaria Direito Administrativo, Direito Comercial e Direito Civil. Renunciou ao mandato de deputado federal para assumir a Secretaria da Fazenda, no governo de Arthur Bernardes, em Minas. Eleger-se-ia, depois, senador pelo Espírito Santo, numa combinação entre os líderes daquele Estado e os de Minas, comum, à época, quando a força atrativa dos grandes estados da Federação era poderosa e justificava acertos com objetivos difíceis de entender-se, hoje.

Eleito presidente da República, Bernardes convocou o velho amigo para o Ministério da Justiça, ponto alto da carreira política de João Luiz Alves. Cumprida a primeira metade do mandato, Arthur Bernardes nomeou-o ministro do Supremo Tribunal Federal, onde tomou posse em janeiro de 1925. Pouco tempo permaneceu, no entanto, João Luiz Alves na Suprema Corte. Gravemente enfermo, viajou a Paris, em busca de recursos médicos mais adiantados e, na capital francesa, faleceu, a 15 de novembro de 1925.

2

João Luiz Alves integrou, na Câmara dos Deputados, o chamado "Jardim da Infância", grupo de jovens parlamentares que dava sustentação

3 CAMPOS, Humberto de. *Perfis*. São Paulo: Mérito, 1967. (Obras Completas, v. 8), p. 67-73.

política, naquela Casa do Congresso, ao governo Afonso Pena. Como já se observou, no capítulo correspondente, era esse bloco composto, sob a liderança de Carlos Peixoto Filho, por este e pelos deputados mineiros João Luiz, Davi Campista e Gastão da Cunha, bem como pelo gaúcho James Darcy e pelo potiguar Elói de Souza, entre outros. Era um grupo aguerrido e promissor, que enfrentava, com galhardia, os partidários de Pinheiro Machado.

Quando fracassou a tentativa de Afonso Pena de fazer-se suceder por Davi Campista, surgindo, então, a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, tendo como opositor Rui Barbosa, na famosa Campanha Civilista, João Luiz fez um discurso no Senado em que dava as razões por que não podia apoiar a chapa Hermes da Fonseca-Wenceslau Braz. Amigo de Davi Campista, seu companheiro de bancada na representação de Minas, João Luiz via-se na contingência de manter-se ao lado dos civilistas, que eram, em Minas, Afonso Pena Jr., Carlos Peixoto, Carvalho Brito, Duarte de Abreu e outros líderes influentes.

Os cuidados com que assim expôs sua posição pareciam indicar certa tendência de João Luiz de alinhar-se à corrente contrária, conforme os rumos dos acontecimentos. Foi o que aconteceu, logo após a vitória (fraudada e, por isso, ilegítima) do marechal Hermes e a instalação do seu governo, quando João Luiz filiou-se ao Partido Republicano Conservador, fundado por Pinheiro Machado e passou a atuar ao lado deste, no Senado[4].

Por essa época, João Luiz Alves foi protagonista de um incidente com Rui Barbosa, no Senado, nada consentâneo com a sua habitual elegância. Discursava o senador pela Bahia e conselheiro do Império, figura já então aureolada por tantos méritos e cercada de admiração geral, quando João Luiz pôs-se a aparteá-lo, levando Rui a manifestar seu desagrado com a atitude do senador pelo Espírito Santo, que estaria sempre a provocá-lo, todas as vezes em que subia à tribuna do Senado. João Luiz respondeu de forma descortês:

4 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 532.

— "Isto é uma das muitas intrigas dos turiferários baratos de V. Exa."

E Rui redarguiu, com visível irritação:

— "V. Exa. está enganado. Não tenho turiferários nem baratos nem caros."

Sentindo o excesso que cometera, João Luiz replica, então, noutro tom, referindo-se à "palavra gloriosa e veneranda do representante da Bahia", à qual, simplesmente, se contrapunha, no momento, a "palavra humilde do representante do Espírito Santo"[5].

João Luiz Alves teve participação importante, no Senado, quando da discussão do projeto do Código Civil, elaborado por Clóvis Beviláqua, propugnando por sua rápida aprovação. Entrando em vigor o código, em 1917, deu sua contribuição de jurista – e professor da matéria – para a aplicação dessa lei básica, lançando o *Código Civil anotado*, obra que se tornou clássica.

Em 1919, na sucessão de Rodrigues Alves (eleito, mas não empossado, em virtude de sua morte, ocorrida quando o vice, Delfim Moreira, já havia assumido, interinamente a presidência), João Luiz chegou a empenhar-se pelo apoio de Minas à candidatura de Rui Barbosa. Mas o velho PRM, cedendo, sobretudo, às ponderações de Raul Soares, acabou cerrando fileiras em torno da candidatura de Epitácio Pessoa.

João Luiz Alves, a despeito das críticas que sua conduta política sempre muito pragmática poderia suscitar, foi parlamentar combativo, como fora professor dedicado e seria sempre jurista de reconhecidos méritos. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Eduardo Ramos, que, tendo falecido antes de tomar posse, não chegou a ocupar o lugar de Pedro Lessa, no qual, assim, se investiu João Luiz Alves, ocasião em que proferiu discurso de exaltação à figura desse grande mineiro do Serro[6].

---

5 Cf. Milton Campos, discurso no Senado, cit., *in op. cit.*, p. 275-276.

6 CAMPOS, Humberto de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Mérito, 1967. (Obras Completas, 18), p. 408-409.

3

A atuação de João Luiz Alves como ministro da Justiça ficou marcada por importante iniciativa na área da educação, então vinculada ao seu ministério. Tal se verificou com a edição do Decreto nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que traz a seguinte ementa: "Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências".

Contendo 310 artigos, o referido decreto corresponde, na verdade, a um *estatuto do ensino*, representando um dos atos mais importantes entre nós expedidos com o escopo de regular a educação nacional. Originando-se da contribuição oferecida pelo educador cujo nome se lhe associou, ficou conhecido como Lei Rocha Vaz[7].

Foi decisiva, no entanto, a determinação do ministro João Luiz Alves no sentido de editar o mencionado decreto. Com este surgiu, conforme se vê da respectiva ementa, o Departamento Nacional de Ensino, que foi o embrião do Ministério da Educação, criado após a Revolução de 1930.

É significativo observar que dois eminentes homens públicos mineiros, ambos professores de Direito – João Luiz Alves e Francisco Campos –, tenham dado contribuições tão relevantes à reorganização do ensino no País. Aquele, por assim dizer, preparou o terreno sobre o qual o segundo iria edificar o Ministério da Educação e Saúde (cuja denominação foi, depois, sucessivamente, alterada para Ministério da Educação e Cultura e, afinal, para Ministério da Educação), ao assumir-lhe a direção, como primeiro titular da nova pasta.

7 Juvenil da Rocha Vaz, médico e professor, nascido em Juiz de Fora em 1881 e falecido no Rio de Janeiro em 1964.

AFRÂNIO DE MELO FRANCO

Foto: Acervo ALMG

Afrânio de Melo Franco simboliza a presença de Minas no cenário internacional. Político influente, como os demais vultos aqui estudados, foi, acima de tudo, diplomata de grande prestígio.

Melo Franco nasceu em Paracatu, a 25 de fevereiro de 1870. Seu pai, Virgílio Martins de Melo Franco, foi juiz de Direito em Goiás e em Minas Gerais, antes de tornar-se senador estadual e membro da Constituinte mineira de 1891[1]. Sua mãe, Ana Leopoldina, pertencia à

1 Virgílio de Melo Franco deixou importante obra, em que, relatando os percalços dos primeiros tempos de sua carreira de juiz, em Goiás e Minas, descreve o que eram, àquele tempo, as terras, a gente e os caminhos acidentados daquelas províncias (*Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1888, edição, em fac-símile, da British Library, série *History of Travel*). O ilustre magistrado, ao tempo em que exerceu a judicatura na comarca de Rio Novo, em Minas Gerais (1881-1883), residiu na cidade vizinha, de São João Nepomuceno, onde, a 27 de abril de 1881, hospedou, em sua casa, no Largo da Matriz, membro da comitiva do imperador

família da célebre matriarca dona Joaquina do Pompéu, conforme já se observou alhures. Tinha um irmão, mais velho, Afonso Arinos, que se notabilizaria nas letras nacionais como autor de um livro clássico de contos – *Pelo sertão* –, o qual, ao lado de outras obras de valor, lhe abriu caminho para a Academia Brasileira de Letras.

Afrânio fez os estudos fundamentais no Colégio da Conceição, em São João del-Rei e os de nível médio ou ginasial no Colégio Abílio de Barbacena.

Ingressou, em 1887, na Faculdade de Direito de São Paulo. Curiosamente, usou, no ato da matrícula, o nome Afrânio Camorim Jacaúna de Otingi, segundo uma tradição maçônica que seu pai preservava. Depois, com autorização deste, expressa em requerimento ao diretor da faculdade, simplificou o nome, passando a assinar Afrânio Otingi, acrescendo o sobrenome de família.

Na Faculdade do Largo de São Francisco, Afrânio teve como colegas de turma, entre outros, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Irineu Machado (político, tribuno e professor de Direito no Rio de Janeiro), Arnolfo Azevedo (paulista, que seria deputado e presidente da Câmara Federal, por mais de um mandato) e Estêvão Pinto (conhecido advogado, em Minas e presidente da seccional mineira da Ordem dos Advogados do Brasil). Entre os seus contemporâneos estavam Wenceslau Braz, Washington Luís, Delfim Moreira, Alfredo Ferreira Laje (fundador do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora), João Luiz Alves, Carlos Peixoto Filho, Mendes Pimentel (grande advogado e primeiro reitor da Universidade de Minas Gerais), Afonso Arinos (seu irmão), Edmundo Lins (futuro ministro do Supremo Tribunal Federal), Artur Ribeiro (desembargador em Minas e, depois, ministro do Supremo), Rafael de Almeida Magalhães (também desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e Ataulfo de Paiva (ministro do Supremo)[2].

dom Pedro II, em visita àquela vila de então – ou, segundo uma das versões do fato, o próprio imperador, a quem, é certo, recebeu, naquela comunidade. O autor deste livro, são-joanense, conheceu, ainda, a referida casa, hoje, lastimavelmente, demolida.

2 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p.181-182.

Concluído o curso de Direito, em 1891, foi nomeado promotor de Justiça em Queluz (hoje, Conselheiro Lafaiete), transferindo-se, em seguida, para Ouro Preto e, depois, para Juiz de Fora. Nesta cidade permaneceu, por alguns meses, entre 1894 e 1895, retornando, em seguida, a Ouro Preto, por haver sido nomeado procurador seccional da República. Na então capital do Estado, iria participar da fundação da Faculdade de Direito, da qual foi secretário, antes de assumir, como professor, a cadeira de Direito Internacional Público e Privado. Foi também professor de Lógica no Ginásio Mineiro, onde teve como aluno o futuro governador de Minas, Milton Campos. Advogou, por essa época, em Belo Horizonte.

Em 1896, teve sua primeira experiência na diplomacia, servindo como secretário da legação do Brasil em Montevidéu. Exerceu a mesma função, depois, em Bruxelas.

No ano de 1902, dá-se o ingresso na política, pelas mãos de Francisco Sales, então presidente do Estado, quando se elegeu deputado estadual. Sua carreira parlamentar se desenvolveria em vários mandatos, primeiro na Assembleia Legislativa do Estado, depois na Câmara dos Deputados. Nessa casa do Congresso Nacional, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e pertenceu à Comissão de Diplomacia e Tratados.

Na vida privada, Afrânio de Melo Franco passou por difíceis momentos, em 1918, quando a epidemia da gripe espanhola atingiu duramente sua família, levando-lhe o filho adolescente, Cesário (tratado como Cesarinho) e, dias depois, a esposa, Sílvia. Esta era filha de Cesário Alvim, o primeiro governador efetivo de Minas – após a proclamação da República, por nomeação do marechal Deodoro – que, depois, assumiu o mesmo cargo, para o primeiro mandato eletivo, pelo voto indireto da Assembleia Legislativa.

Durante o governo de Arthur Bernardes, em Minas, Afrânio de Melo Franco foi secretário de Finanças. Na presidência interina de Delfim Moreira, ocupou o cargo de ministro da Viação, tornando-se, então, o regente da República (conforme a denominação atribuída pela imprensa), em virtude das limitações que o estado de saúde mental impunham ao vice-presidente, no exercício da presidência da República.

Depois de chefiar a delegação brasileira à IV Assembleia da Liga das Nações, em 1923, assumiu, no ano seguinte, o cargo de embaixador per-

manente do Brasil naquela organização, exercendo-o até 1926. Desempenhou outras missões diplomáticas como representante do nosso País.

Nas eleições de 1930, Melo Franco elegeu-se, mais uma vez, deputado federal, mas a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara não reconheceu o seu mandato, como fizera a outros parlamentares eleitos pela Aliança Liberal. Encontrava-se ele no Rio, quando eclodiu a Revolução de 1930 e teve, então, de asilar-se na Embaixada do Peru.

Com a deposição do presidente Washington Luís, tendo assumido, provisoriamente o governo, uma Junta Militar formada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, Afrânio de Melo Franco foi designado ministro das Relações Exteriores. Como chanceler seria mantido por Getúlio Vargas, exercendo o cargo até 1933, quando, em virtude de uma questão política interna (a preterição de seu filho Virgílio para o cargo de interventor no Estado, quando Benedito Valadares foi o escolhido pelo presidente da República), deixou o ministério.

À frente dos assuntos diplomáticos, interveio na pacificação entre países vizinhos que se encontravam em guerra por questões territoriais. Tal se verificou na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai e na questão de Letícia, entre Peru e Colômbia. A primeira foi "o mais grave problema político que conheceu a América Latina, na primeira metade do século XX"[3]. Dificuldades e incompreensões impediram, contudo, que a missão de Melo Franco, tivesse êxito, no caso. Já o contrário sucederia na questão de Letícia, que culminou na assinatura do protocolo de paz firmado a 24 de maio de 1934 entre Peru e Colômbia, quando Afrânio, embora afastado do ministério, continuava credenciado para intermediar os entendimentos entre os dois países. Tal se verificou em conferência realizada no Rio de Janeiro, que foi presidida por Melo Franco.

Em razão do papel que desempenhara nas duas questões internacionais referidas, Afrânio de Melo Franco foi indicado, em 1935, para o Prêmio Nobel da Paz, não havendo o Brasil, entretanto, alcançado êxito nesse intento. As últimas missões que o ilustre estadista cumpriu foram no plano interno e no âmbito constitucional. A primeira, ainda

3 Cf. Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, p. 1027.

ao tempo em que se encontrava no Ministério das Relações Exteriores, quando presidiu a comissão constituída pelo governo para elaborar o anteprojeto de Constituição a ser submetido à Assembleia Nacional Constituinte. Tratava-se da comissão que ficou conhecida como Comissão do Itamarati, por reunir-se no palácio que servia de sede ao Ministério das Relações Exteriores.

A derradeira missão de Afrânio proporcionou-lhe a oportunidade de retornar ao Estado natal, encerrando a vida pública onde a começara. Foi quando integrou a Assembleia Constituinte encarregada de elaborar, em Minas, a Constituição estadual de 1934. Afrânio, eleito pelo PRM, já então um partido minoritário, era o mais velho entre os constituintes, e sua figura, nimbada por uma auréola de respeito e admiração, ali atuou acima das divisões partidárias. Na última sessão da Assembleia, já promulgado o texto constitucional, o discurso de Afrânio de Melo Franco marcou, de forma consagradora, o fecho dos trabalhos e o final de sua carreira. Ao dar-lhe a palavra, o presidente da Assembleia, Abílio Machado, enfatizou: "Vou dar a palavra ao último orador inscrito e desejo que as primeiras palmas a acolhê-lo partam da Mesa"[4]. Afrânio proferiu, então, vibrante discurso, assim perorando:

> A obra que nos incumbimos realizar é uma obra mineira, é uma obra para Minas. Inspiremo-nos nas virtudes da nossa terra, nas virtudes da nossa raça e juremos, agora e para o futuro, defender na República, na unidade nacional, a sagrada, a amada terra que nos viu nascer – a terra de Minas Gerais[5].

O homem que fora de Paracatu a Genebra, conforme o título da conferência de Milton Campos, citada neste texto, voltava a Minas para, aqui, encerrar sua vida pública.

---

4 Cf. Milton Campos, *De Paracatu a Genebra*, conferência pronunciada em Belo Horizonte, no Instituto Histórico e Geográfico, em nome do governo de Minas Gerais, em abril de 1970, quando do centenário de Afrânio de Melo Franco, *in:* CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 264-271.

5 *Ibid*.

Afrânio de Melo Franco deixou, nas pessoas de filhos e genros, denodados continuadores de seu trabalho na advocacia, na diplomacia e na política. Nesse último campo, devem ser destacados seus dois filhos Virgílio Alvim de Melo Franco e Afonso Arinos, que se tornaram líderes preeminentes, na Segunda e na Terceira República.

O ilustre mineiro faleceu no Rio de Janeiro, a 1º de janeiro de 1943.

ARTHUR BERNARDES

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 138

1

De Arthur Bernardes muito já foi dito neste livro. Sobre o seu governo em Minas (1918-1922) e na presidência da República (1922-1926), discorreu-se no capítulo pertinente, pondo-se em relevo suas iniciativas e sua orientação. Falou-se também de sua participação na Revolução de 1930 e na liderança que assumiu, no Estado, em apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, cujo malogro o levou ao exílio, em Portugal.

Arthur da Silva Bernardes era natural de Viçosa, na Zona da Mata mineira, onde nasceu a 8 de agosto de 1875. Frequentou, durante algum tempo, o Colégio do Caraça, mas dificuldades financeiras por que passou a família fizeram-no interromper os estudos e voltar à terra natal. Trabalhou, então, numa firma exportadora de café, na vizinha cidade de Coimbra, exercendo, em seguida, funções de guarda-livros em outra cidade da região, Visconde do Rio Branco. De acordo com a legislação

então vigente, pôde fazer exame direto para obtenção do diploma correspondente ao curso ginasial, no Colégio Mineiro, em Ouro Preto. Matriculou-se, em seguida, na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, da qual se transferiu, no terceiro ano, para a de São Paulo, bacharelando-se na turma de 1900, a mesma de Raul Soares, como já foi referido.

Cumpre mencionar, neste capítulo, alguns traços de sua personalidade e de sua extraordinária vocação para o poder. Gilberto Amado, no seu estilo às vezes pitoresco, dá, a esse respeito, testemunho expressivo:

> Bernardes gostava do poder para o exercer de fato, não para mostrar ou fazer de conta que mandava. A este respeito era tão autêntico quanto Floriano Peixoto. Não se conceberia a hipótese de Bernardes abandonar o poder; a criança gulosa não abandona o bocado que pôde alcançar. Bernardes mandou, jamais foi mandado.[1]

Em Minas, Bernardes exerceu o poder político dominando o velho PRM e assumindo-lhe a liderança, ao alijar do comando daquela agremiação o ex-presidente do Estado Francisco Sales. Surge, então, o fenômeno do "bernardismo", que ganharia vulto depois de sua passagem pela Chefia da Nação e sobreviveria à queda da Primeira e da Segunda República, para renascer, qual fênix, no regime da Constituição de 1946, à frente de um partido nacional, o PR – Partido Republicano –, ainda que este fosse uma agremiação partidária de reduzido tamanho, cuja influência, praticamente, se limitava ao Estado de Minas Gerais e a alguns outros poucos estados da Federação, como a Bahia.

Mas Bernardes foi também um homem de ideias. Nacionalista, sem ser xenófobo, figura entre os precursores da exploração do petróleo pelo Estado, assim como foi um ardoroso defensor da preservação da Amazônia contra as investidas internacionais.

Arthur Bernardes foi, sobretudo, um homem do Executivo. Iniciou a longa trajetória pela vida pública em Viçosa, sua terra natal, no início

1 AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 211.

do século XX, elegendo-se vereador e assumindo, depois, a presidência da Câmara Municipal, cargo a que se atribuíam, então, as funções de agente executivo. Tornou-se, na sua cidade, herdeiro político do sogro, Carlos Vaz de Melo, o que lhe favoreceu a ascensão na política. Nas eleições seguintes ao exercício da vereança, alcançou o mandato de deputado estadual. Elegeu-se, depois, deputado federal, renunciando ao mandato para assumir a Secretaria da Fazenda, no governo de Júlio Bueno Brandão. Depois de exercer a chefia do Executivo nas esferas do Estado e da União, tornou-se senador da República. Voltaria à Câmara dos Deputados, como constituinte, em 1946, reelegendo-se, depois, sucessivamente. A morte, a 23 de março de 1955, o colheu no exercício de mais um mandato de deputado federal, que, então, se iniciava. Foi velado no Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, recebendo as homenagens do presidente Café Filho e do governador de Minas, Juscelino Kubitscheck.

2

É interessante observar que Bernardes, tendo sido presidente da República e dirigindo um partido de muita tradição, não ocupou, como seria natural, uma cadeira no Senado, a não ser por breve período, no final da Primeira República. O jornalista e historiador juiz-forano Paulino de Oliveira contou-nos, certa feita, as razões que, segundo o próprio líder mineiro, o impediram de postular o mandato de senador.

De passagem por Juiz de Fora, Arthur Bernardes hospedou-se no Hotel São Luiz, então dos mais novos hotéis da cidade, embora não fosse o de categoria mais elevada. O saudoso jornalista (de cuja amizade desfrutou o autor deste trabalho) foi entrevistá-lo, no referido hotel. E perguntou-lhe, em determinada altura, por que ele não se candidatava ao Senado, o destino habitual dos ex-presidentes e ex-governadores. Bernardes respondeu-lhe que uma eleição para o Senado exigia gastos acima das suas possibilidades. E como Paulino de Oliveira observasse que o filho do presidente, conhecido como Arthurzinho – Arthur da Silva Bernardes Filho –, era, então, senador por Minas Gerais, o entrevistado

disse ao jornalista, sem nenhum constrangimento ou mágoa, que o seu primogênito tinha mais recursos do que ele, encerrando, assim, esse ponto da entrevista.

Eis aí mais um exemplo da probidade e da simplicidade dos políticos mineiros da Primeira República, tão ressaltada no capítulo atinente àquela fase da nossa história política.

3

Já nos referimos, quando tratamos da campanha presidencial de Arthur Bernardes, em 1922, às dificuldades que o candidato teve de enfrentar e às hostilidades que sofreu no meio militar. E mencionamos, a esse propósito, o episódio das cartas falsas de que o político mineiro foi vítima.

A trama odiosa a que serviram de instrumento as referidas cartas, pela sua importância histórica, merece ser exposta mais amplamente.

Como se disse, dois foram os falsários responsáveis pelas cartas: Oldemar Maria de Lacerda, autor intelectual do crime, e Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães, o autor material. Mas havia também, por trás dos dois falsários, políticos e oficiais militares que instigaram o procedimento criminoso, procurando dessa forma criar ambiente hostil a Bernardes no seio do Exército, com o fito de afastá-lo da disputa presidencial, abrindo espaço a nova candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Entre os primeiros, o mais notório era Irineu Machado, deputado pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Foram duas as cartas simuladas, ambas supostamente dirigidas por Bernardes ao seu amigo Raul Soares. A primeira, datada de Belo Horizonte, em 3 de junho de 1921, começava com este período: "Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou".

Mais adiante, a missiva voltava a conter referência ao marechal Hermes, tratado como "esse canalha". E aludia aos oficiais superiores que se opunham à candidatura dele, Bernardes, como "esses generais anarquizadores".

A segunda carta era datada de 6 do mesmo mês e se referia a Nilo Peçanha (que viria a concorrer com Bernardes, na disputa presidencial), dizendo que "esse moleque é capaz de tudo".

Ambas as cartas foram publicadas pelo *Correio da Manhã.*

O Clube Militar chegou a designar comissão para examinar a autenticidade das cartas, e uma perícia então encomendada concluiu que elas seriam autênticas. Mas a verdade acabou prevalecendo, e a falsidade dos documentos restou comprovada, de forma inequívoca. Contratado por Bernardes, o perito Edgard Simões Corrêa produziu, sobre a questão, laudo circunstanciado, cujos fundamentos são irrespondíveis[2].

Observou o perito que a falsidade nem sempre resulta de falha grafológica, uma vez que os desvios dessa ordem são, às vezes, difíceis de perceber – e, no caso, eram mínimos. Mas o contexto do documento tem, para esse fim, peso considerável.

Diz o perito Simões Corrêa:

> O exame da identidade gráfica é apenas uma das faces do exame de documentos e a sua última fase. [...]
>
> Um documento da natureza de uma carta, de um testamento, etc., não consiste apenas no seu grafismo, senão também, e principalmente, no seu contexto.[3]

Ora, sob esse aspecto, é fácil observar que o estilo das cartas não condiz com a sobriedade, a elegância, o feitio austero e formal de Arthur Bernardes. É, ao contrário, como observou o perito, "puro estilo malandro", com expressões chulas, inconcebíveis na escrita do líder mineiro.

---

2 CORRÊA, Edgard Simões. *"As cartas falsas" atribuídas ao sr. Arthur Bernardes e a prova da verdade*. [*S.l.*: s.n.], 1922. O trabalho, de que o autor deste livro conserva, em sua biblioteca, um exemplar, foi consultado diretamente, sendo as citações aqui feitas, portanto, extraídas do original. Trata-se de uma raridade bibliográfica, que pertenceu ao avô do autor, o médico Dr. José Augusto de Gouvêa e, hoje, enriquece seu acervo de história política do País.

3 Os trechos transcritos foram postos na ortografia atual.

Alguém observou, a esse respeito, que Bernardes, se o quisesse, teria dificuldade em expressar-se da forma como estão vazadas as cartas...

Mas, o perito foi além e demonstrou, ademais, que, para a composição da primeira carta, utilizou-se um tipo de papel timbrado do governo do Estado de Minas que, na respectiva data, ainda não existia!

Quem também opinou sobre a momentosa questão foi Rui Barbosa. Consultado pelo senador Barbosa Lima, Rui respondeu-lhe por meio de extensa carta, na qual tece importantes considerações sobre o imbróglio, destacando-se o seguinte trecho: "A preliminar indeclinável da questão, para quem de boa-fé quisesse esclarecê-la, não podia deixar de ser esta: 'Onde foram achadas as cartas, por quem e de que maneira?'"[4]

Realmente, tais questões jamais foram respondidas...

Falsidade da mesma natureza e com o nítido objetivo de desgastar uma candidatura presidencial só se viria a conhecer, novamente, vinte e poucos anos depois, no episódio dos marmiteiros, urdido por outro falsário, o deputado Hugo Borghi contra o brigadeiro Eduardo Gomes, cuja candidatura era, aliás, apoiada por Arthur Bernardes.

4 Cf. texto integral da referida carta de Rui Barbosa, *in:* AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 55-56. Sobre o assunto, outra fonte de consulta importante é o livro MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes, estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973, p. 97-104.

MELO VIANA

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 167

Fernando de Melo Viana era natural de Sabará, tendo nascido a 15 de março de 1878. Iniciou sua formação no tradicional Colégio Caraça, concluindo-a no Ginásio Mineiro, em Ouro Preto. Matriculou-se, em seguida, na Faculdade de Direito da então capital de Minas Gerais, vindo a graduar-se em Belo Horizonte, para onde aquela instituição se transferira, colando grau em dezembro de 1900.

Nomeado promotor de Justiça na comarca de Mar de Espanha, ali, depois, exerceu a advocacia e foi eleito vereador.

Elegeu-se deputado estadual, permanecendo na Assembleia Legislativa de 1903 a 1905. Renunciou ao mandato, por motivo de saúde. Passou, então, uma temporada em Sete Lagoas, onde exerceu a advocacia.

Ingressou, depois, na magistratura, exercendo o cargo de juiz de Direito em várias comarcas do Estado.

No governo de Arthur Bernardes, foi nomeado subprocurador-geral do Estado e, depois, advogado-geral do Estado. No exercício das funções desse último cargo, deu importante contribuição à Fazenda estadual, ao

promover a cobrança da dívida ativa, com resultados altamente positivos para os cofres públicos. Em página biográfica repassada de humor, Humberto de Campos louva sua atuação como "executor das dívidas estaduais", sugerindo que esse trabalho o teria credenciado para a rápida ascensão que, a partir daí, alcançou na política[1].

No governo de Raul Soares, ocupou o cargo de secretário do Interior. E, após a morte do presidente do Estado, em 1924, foi eleito para completar-lhe o mandato.

Elegeu-se, em seguida, vice-presidente da República, na chapa de Washington Luiz.

Quando da sucessão de Antônio Carlos, em 1930, pretendeu voltar ao governo do Estado. Preterido, rompeu com o PRM e alistou-se nas hostes da Concentração Conservadora, apoiando a candidatura de Júlio Prestes no plano federal e concorrendo à presidência do Estado. Foi derrotado, no entanto, por Olegário Maciel e, vitoriosa a Revolução de 1930, teve de exilar-se na Europa, onde permaneceu durante dois anos.

De volta ao Brasil, tornou-se advogado do Estado de Minas Gerais no Rio de Janeiro, onde exerceu também a advocacia particular. Assim, foi eleito, em 1938, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido reeleito para dois outros mandatos. Foi o segundo presidente da entidade dos advogados, sucedendo a Levy Carneiro, e o que por mais tempo ocupou aquele cargo[2].

Com a reconstitucionalização do País, em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático – PSD e elegeu-se senador por Minas Gerais, assumindo, por expressiva votação, a presidência da Assembleia Nacional Constituinte[3].

---

1 CAMPOS, Humberto de. *Perfis*. São Paulo: Mérito, 1967.

2 BAETA, Hermann Assis. *História da Ordem dos Advogados do Brasil.* Brasília: OAB, 2003, v. 4, p. 161.

3 Melo Viana recebeu 200 votos para a presidência da Assembleia, num universo de 229 votantes. Só os comunistas opuseram-se ao seu nome, em bloco, dando 15 votos ao seu líder, Luiz Carlos Prestes. Os votos restantes foram atribuídos, isoladamente, a outros constituintes, tendo havido também votos em branco (NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituinte de 1946:* Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 28).

A presidência da Constituinte foi o grande momento da vida pública de Melo Viana. Na direção dos trabalhos, ele portou-se com a mesma galhardia que marcara a atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na Assembleia de 1934. Octaciano Nogueira, no magnífico estudo que escreveu sobre a Constituinte de 1946, define-o como o maestro daquela orquestra de legisladores. Diz o citado autor:

> Cumpriu com zelo, com reconhecida isenção e com inúmeras demonstrações de transigência o papel de árbitro dos trabalhos, reconhecido por seus colegas, quando do encerramento da Constituinte. Em várias e sucessivas ocasiões, atendeu a ponderações feitas por seus colegas em plenário, em relação às questões de ordem que tinha que decidir soberanamente, tendo utilizado, como se verá nos capítulos seguintes, o seu "voto de minerva" para dirimir uma das mais polêmicas questões da Constituinte. [...] Era, porém, enérgico e inflexível em tudo quanto dissesse respeito à ordem interna e às manifestações das galerias que viviam apinhadas de espectadores.

Conclui o autor, depois de referir-se à composição complexa e ao nível elevado da Assembleia Constituinte de 1946: "Melo Viana navegou nesse microcosmo de interesses – divergentes uns, conflitantes quase todos, raramente convergentes – com muito sucesso, evitando os escolhos partidários com bom senso, que não pode ser-lhe negado".[4]

O lance mais importante de sua atuação na presidência dos trabalhos constituintes verificou-se no voto de minerva mencionado acima, que o atento comentarista relata com este título já por si expressivo: "O voto de Minerva salva o país de um vexame".

Cuidava-se da votação da emenda nº 3.165, que assim dispunha: "É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência".

Embora se tratasse de proposição obscurantista – mesmo se consideramos o contexto mundial do pós-guerra –, a votação em torno dessa emenda dividiu, matematicamente, os constituintes presentes,

4 NOGUEIRA, *op. cit.*, p. 32.

resultando em empate por 99 votos a favor e 99 contra. Coube a Melo Viana, como presidente da Assembleia, dar o voto de minerva. E ele o fez, de imediato, sem vacilação: "Voto contra a emenda. Está rejeitada."[5]

Na legislatura que se seguiu, Melo Viana foi eleito vice-presidente do Senado, cuja presidência, à época, cabia ao vice-presidente da República. Reconduzido àquele cargo, para um segundo mandato, coube-lhe presidir a sessão do Congresso Nacional que, em 1950, deu posse a Getúlio Vargas na presidência da República. Nas eleições em que o político gaúcho foi vitorioso, mantivera-se fiel à candidatura de Cristiano Machado, lançada pelo PSD, não compactuando, portanto, com a infidelidade de muitos dos seus correligionários, que deu origem, então, ao termo "cristianização".

Melo Viana, após o término do segundo mandato como vice-presidente do Senado, assumiu a presidência da Comissão de Relações Exteriores daquela casa.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de fevereiro de 1954.

A rica biografia de Fernando de Melo Viana situa-o como se observa, entre as grandes figuras da política mineira que se destacaram no período abrangido por este ensaio. Espírito liberal, ele defendeu a concessão de anistia aos revoltosos de 1922 e 1924. Cioso de seus deveres para com a classe a que pertencia, fez jus aos mandatos que esta lhe conferiu para presidir a Ordem dos Advogados do Brasil.

5 *Ibid.*, p. 499-502.

ANTÔNIO CARLOS

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 191

1

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada personifica a figura do político mineiro que mais haveria de inspirar uma página do gênero "meu tipo inesquecível", mesmo da parte de quem não o tenha conhecido senão por descrição. O porte esguio, a figura hierática, a presença de espírito, a habilidade em contornar situações, os ditos espirituosos, aliados a uma extraordinária percepção do senso comum, o domínio de uma inteligência aguda, a sensibilidade de uma intuição sempre pronta a captar o perfil psicológico do interlocutor, todas essas qualidades faziam do terceiro Antônio Carlos uma rica personalidade, digna de incorporar-se à galeria das maiores expressões da vida pública mineira. No dizer do advogado Dario de Almeida Magalhães, que com ele conviveu, Antônio Carlos "tinha o corte de uma palmeira imperial, no porte altaneiro de

um corpo elancé, equilibrado nas suas linhas puras"[1].

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena, a 5 de setembro de 1870. Seu pai, o segundo Antônio Carlos, era filho de Martim Francisco e neto de José Bonifácio, o patriarca da Independência. Isso porque a mãe, Gabriela Frederico Ribeiro de Andrada, filha do patriarca, casara-se com o tio. Vindo para Barbacena em 1864, em companhia de sua mãe, na busca de clima favorável à saúde delicada de ambos, o segundo Antônio Carlos tornou-se o fundador do ramo mineiro da família. De uma prole de 13 filhos, o futuro presidente de Minas e o deputado e embaixador José Bonifácio tornaram-se figuras eminentes da política, transplantando para o Estado a saga de dois dos fundadores do Império do Brasil. O nosso Antônio Carlos – o terceiro com esse nome – era, pois, bisneto do patriarca e neto de Martim Francisco.

Depois de fazer os "preparatórios" (isto é, os estudos secundários) no Colégio Abílio, de Barbacena, Antônio Carlos cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1891, na mesma turma de outro grande nome da política mineira, Afrânio de Melo Franco.

Iniciou a vida profissional em Ubá, como promotor de Justiça. Ali não se demorou, entretanto. Já em 1894, aprovado em concurso público para professor de História e Economia Política da Escola Normal Estadual, recém-criada, transfere-se para Juiz de Fora, onde, paralelamente ao magistério, passa a exercer a advocacia e ingressa na vida política, sendo eleito vereador. Torna-se, por essa época, professor de História e Direito Comercial também na Academia de Comércio. Destacando-se como advogado, é admitido no Instituto Jurídico Mineiro, sendo eleito para a sua diretoria, na condição de orador, em 1898.

A 30 de outubro de 1899, casa-se com dona Julieta de Araújo Lima Guimarães, de tradicional família pernambucana, bisneta do regente Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, a quem conhecera no elegante Hotel Rio de Janeiro, de Juiz de Fora[2]. Seguindo a tradição da

1 ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Um artista da política. *In*: MAGALHÃES, Dario de Almeida. *Figuras e momentos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 288.

2 É curioso observar que, nesse mesmo hotel, então o melhor do Estado, viria a casar-se, em cerimônia civil, anos mais tarde, Pedro Aleixo, cuja vida política se entrechoca com a de Antônio Carlos, em determinado momento da Segunda Repú-

família de perpetuar os nomes dos antepassados nas sucessivas gerações, um dos filhos do casal acrescentaria ao nome o título do ancestral ilustre – José Bonifácio Olinda de Andrada, conhecido como Olinda, que foi professor catedrático de Economia Política na Universidade de Minas Gerais e na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

A carreira ascensional de Antônio Carlos já foi descrita, antes, em suas linhas gerais. Vereador e agente executivo, em Juiz de Fora, ganhou o cenário estadual em 1902 como secretário de Finanças do governo Francisco Sales, durante todo o quatriênio. Eleger-se-ia, depois, senador estadual e, em seguida, por diversos mandatos, deputado federal. Presidiu a Câmara dos Deputados em mais de um período. Foi ministro da Fazenda no governo Wenceslau Braz. Teve breve passagem pelo Senado Federal, antes de assumir a presidência do Estado, que exerceu de 7 de setembro de 1926 a 7 de setembro de 1930. Nesta, realizaria importante obra administrativa, como já foi exposto no capítulo correspondente à Primeira República, além de empenhar-se pela adoção, em Minas, por lei do Congresso estadual, do voto secreto. A posição de maior destaque que ocupou, no plano nacional, aquela que o marcaria na história republicana do País, foi a de presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, para a qual foi eleito por unanimidade dos seus pares. Seria, subsequentemente, presidente da Câmara, frustrando-se, no entanto, sua reeleição, em rumoroso episódio de que já se falou, tristemente bafejado pelos maus presságios que anunciavam o fim do regime constitucional de 34. Candidato natural à presidência da República, na sucessão de Washington Luís, o malogro de sua candidatura foi, como, igualmente, já se observou, a causa determinante do apoio de Minas à Revolução de 1930. Somente exerceria a presidência interinamente, como presidente da Câmara, quando Getúlio viajou à Argentina e ao Uruguai, no período de 16 de maio a 7 de junho de 1935.

Durante quase toda sua vida pública (salvo no período final, do Estado Novo, quando permaneceu quase todo o tempo no Rio de Janeiro),

blica, como se viu, no capítulo pertinente. A informação que ora se acrescenta foi transmitida ao autor por um dos filhos de Pedro Aleixo, o padre José Carlos Brandi Aleixo, professor da Universidade de Brasília.

Antônio Carlos manteve residência em Juiz de Fora. Morava numa casa de dois pavimentos, ampla, mas simples, na rua Espírito Santo, centro da cidade. O imóvel não era propriedade sua, mas de seu genro, Francisco Batista de Oliveira Filho[3].

Antônio Carlos é homenageado como nome de praças, ruas ou avenidas tanto em Juiz de Fora, Belo Horizonte, Poços de Caldas e outras cidades mineiras, quanto no Rio de Janeiro, onde a Av. Presidente Antônio Carlos é uma das principais artérias do centro da cidade, situando-se à sua margem direita (para quem desce) o Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara dos Deputados. Em Minas Gerais, na zona dos Campos das Vertentes, o antigo povoado de Sítio, que integrava o distrito de Bias Fortes, ao tempo em que este pertencia ao município de Barbacena, foi emancipado pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, com o nome de Antônio Carlos.

2

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada distinguia-se, entre os bacharéis que marcaram época na política mineira da Primeira República, pelos seus conhecimentos de economia política e finanças públicas. João Luiz Alves, Raul Soares, Arthur Bernardes, Afrânio de Melo Franco, eram bacharéis de formação clássica, isto é, voltados para o campo jurídico ou tendentes a fazer do Direito instrumento de atuação política. Antônio Carlos, ao revés, era um bacharel em que preponderava o interesse pelas finanças, das quais extraiu o fio condutor de sua vida pública.

Secretário das Finanças no governo Francisco Sales, ministro da Fazenda no governo Wenceslau Braz, foi também presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e representou o Brasil no

3 Ver, sobre o personagem deste capítulo, PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos*: um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Com relação à sua residência, em Juiz de Fora, anota o autor que teve, ainda, o privilégio de conhecê-la, embora, nela, jamais houvesse penetrado.

Congresso Internacional de Finanças, realizado em Londres, em 1926, pouco antes de assumir a presidência do Estado de Minas Gerais.

Aliás, não lhe faltavam atributos para atuar no plano internacional, e a este estaria, provavelmente, destinado, não fora o gosto dominante pela política interna.

Gilberto Amado, que esteve com ele em Londres, dá, sobre a sua presença no referido Congresso Internacional, este testemunho:

> Aí, num meio em que tanta magnitude se empresta à "distinção", o seu porte, as suas maneiras, impunham-se, marcavam extraordinariamente. Que embaixador! Ao lado dele, Dona Julieta, nos salões dos Rothschilds, discreta, segura de si, parecia a esposa de um primeiro-ministro tory dos tempos da Rainha Vitória[4].

O político em geral recordado pela sua habilidade, pelas suas frases de espírito, pela sua fina ironia, era, mais do que isso, um homem público preparado para as missões que foi chamado a exercer e com uma visão elevada dos interesses nacionais. Dir-se-ia que o professor de Economia e Finanças, em Juiz de Fora, ganhou espaço na política e na diplomacia para transformar em ação as ideias que cultivara desde a mocidade.

4 AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 93.

OLEGÁRIO MACIEL

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 193

Olegário Dias Maciel era mineiro de Bom Despacho, tendo nascido a 6 de outubro de 1855, época em que aquela localidade pertencia ao município de Pitangui. Ali, entretanto, não fincou raízes. Aos dois anos de idade, seus pais transferiram residência para Patos de Minas – a então Santo Antônio dos Patos. Essa cidade do Triângulo foi o cenário de sua infância e, mais tarde, base política.

Aluno do tradicional Colégio Caraça, naquele estabelecimento adquiriu sólida formação humanística. Exprimia-se, com correção, em francês e latim.

Cursou Engenharia na Escola Central do Rio de Janeiro, graduando-se aos 23 anos. Especializou-se como engenheiro ferroviário.

Seu pai, Antônio Dias Maciel, era político de prestígio na região de Patos, o que lhe favoreceu o ingresso na vida pública. Aos 25 anos, pouco tempo depois de formado, elegeu-se deputado à Assembleia Provincial pelo Partido Liberal. Ao termo do seu mandato, não parecia inclinado a fazer carreira na política, pois preferiu não disputar a reeleição, passan-

do a dedicar-se à atividade profissional. Retornaria, porém, mais tarde, à Assembleia de Minas, que integrou por seguidos mandatos.

Nos primeiros anos da República, foi eleito deputado federal, permanecendo na Câmara até 1912, quando pretendeu novamente abandonar a vida pública.

No governo Wenceslau Braz, foi nomeado diretor-geral das Estradas de Ferro e, em seguida, diretor dos Portos, Rios e Canais.

Em 1922, retornou a Minas, eleito vice-presidente na chapa de Raul Soares. Substituiu, por largo período, o presidente, em virtude do estado de saúde deste, que o levara a licenciar-se do cargo. Mas, não lhe sucedeu, após sua morte.

Foi, depois, senador estadual e presidente do Senado mineiro, durante o governo Antônio Carlos. Nas eleições de março de 1930, elegeu-se, ao mesmo tempo, senador federal e presidente do Estado. Como senador, livrou-se da "degola" de que muitos dos opositores de Washington Luís foram vítimas, como se expôs no capítulo referente à Revolução de 1930 em Minas. A 7 de setembro de 1930, empossou-se como sucessor de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, cumprindo, então, importante papel na revolução.

O estilo independente e austero marcou a personalidade de Olegário Maciel como homem público. Recorde-se, a esse propósito, o episódio narrado no capítulo da Segunda República (Capítulo VII), relativamente ao seu encontro com o presidente Getúlio Vargas, realizado em Juiz de Fora, a meio caminho entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro – e não na capital federal, como se convocado estivesse sendo pelo chefe da Nação. De seus hábitos austeros e espartanos, um episódio doméstico dá bem a medida. Aos domingos, três sobrinhas de Olegário, internas em colégios de freiras em Belo Horizonte, costumavam almoçar com o tio, então presidente do Estado. A sobremesa resumia-se a umas poucas maçãs argentinas, mas cada convidada não podia comer mais de uma. É que os gastos da mordomia do palácio, controlados por Ataulfo Maciel, também sobrinho do presidente, eram rigorosamente contidos[1].

1 Informação extraída de texto sobre Olegário Maciel fornecido ao autor pelo ministro Adhemar Ferreira Maciel.

Outra faceta de Olegário Maciel, que diz respeito ao seu feitio pessoal, é o sentimento de amor-próprio, o pundonor em alto grau, que ele possuía. Esse atributo explicaria, até mesmo, o grande gesto de sua vida pública – o apoio dado à Revolução de 1930, contra todas as expectativas.

Já eleito presidente do Estado, Olegário Maciel foi ao Rio de Janeiro, a fim de empossar-se como senador federal, cujo mandato lhe havia sido conferido pelo eleitorado mineiro no mesmo pleito. Contrariando a praxe, o presidente Washington Luís não mandou recebê-lo na Estação Pedro II da Central do Brasil, nem mandou visitá-lo, no hotel em que se hospedara, por intermédio de um secretário[2]. Francisco Campos, em conversa com o seu amigo Carlos Drummond de Andrade, a que já se fez referência alhures, observou, sobre o fato de Washington Luís não haver mandado visitar o político de Minas: "Se o fizesse, Olegário retribuiria a visita, e os dois se entenderiam. Ofendido, o velho Olegário voltou para Minas e desfechou a Revolução, que antes não aceitava"[3].

A 5 de setembro de 1933, um mês antes de completar 78 anos de idade, Olegário Maciel faleceu, repentinamente, em seus aposentos do Palácio da Liberdade, quando tomava o banho matinal. Cardíaco, recebera recomendação de seu médico assistente no sentido de que evitasse esforços, até mesmo ao levantar-se da banheira, para o que seria prudente contar com a ajuda de enfermeiro. Não atendeu, porém, ao conselho. Naquele dia, demorando, além do habitual, a deixar o banheiro particular, um sobrinho, residente no palácio, pressentiu o ocorrido e, esgueirando-se pelo lado externo do edifício, conseguiu penetrar, através da janela, naquela dependência, constatando, então, que o presidente estava morto.

Joaquim de Salles o descreve como um homem "suave nos modos, extremamente polido. Tinha todas as atitudes de um tipo de político autenticamente nórdico. Sabino [Sabino Barroso] afirmava ser Olegário

2 SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*: políticos e jornalistas do meu tempo. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961, p. 253. ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 142.

3 ANDRADE, *op. cit.*, p. 142.

de uma erudição enciclopédica e, efetivamente, a propósito de tudo, tinha sempre uma informação segura e sobretudo atual"[4].

O poeta juiz-forano Belmiro Braga dedicou-lhe belo soneto, em que realça a circunstância de que "Minas nele achou, mas que trabalho / No revolver montanhas de cascalho / O seu brilhante de maior valor!"[5].

Olegário Maciel, na frase de Paulo Pinheiro Chagas, já citada, foi "o último representante de uma estirpe de grandes varões, singelos e puros, nobres e pobres", que engrandeceram o cenário político de Minas Gerais, na Primeira República.

4 Joaquim de Salles, *op. cit.*, p. 248.

5 Os dados biográficos e as circunstâncias da morte de Olegário Maciel, aqui referidos, foram fornecidos ao autor pelo sobrinho-neto do presidente, ministro Adhemar Ferreira Maciel.

FRANCISCO CAMPOS

Foto: Acervo ALMG

1

Uma das personalidades mais complexas da política em Minas Gerais e um dos talentos maiores que o Estado conheceu, em todos os tempos, foi, sem dúvida, Francisco Luís da Silva Campos. Nascido em Dores do Indaiá, a 18 de novembro de 1891, e falecido em Belo Horizonte a 1º de novembro de 1968, ele ingressou na vida pública em 1916, tendo sido deputado estadual e, depois, deputado federal, para, em 1926, no governo Antônio Carlos, assumir a Secretaria do Interior. Desde o início de sua atividade parlamentar, sustentou posições conservadoras, opondo-se, inclusive, à autonomia municipal. No governo, realizou importante obra no campo da educação, empreendendo reformas no ensino primário (ou fundamental) e no ensino normal, consideradas, à época, bastante inovadoras.

Com a vitória da Revolução de 1930 (de que foi um dos principais articuladores) e a criação do Ministério da Educação e Saúde, tornou-se

o primeiro titular dessa pasta, à frente da qual esteve de 6 de dezembro de 1930 a 16 de setembro de 1932. Da mesma forma como fizera no plano estadual, levou a cabo, então, ampla reforma do ensino médio e superior, que ficou conhecida como "Reforma Francisco Campos". O ensino médio foi desdobrado em dois níveis, o ginasial e o complementar. O ensino superior ganhou estrutura universitária, lançando-se, então, as bases da universidade brasileira. Sua obra de educador desenvolver-se-ia, em seguida, no âmbito da administração do Distrito Federal, cuja Secretaria de Educação assumiu, em 1936. No intervalo entre as duas funções, exerceu o cargo de consultor-geral da República.

No ano seguinte, voltaria ao ministério do governo Vargas, como titular da pasta da Justiça, cujas funções exerceu de 8 de novembro de 1937 a 17 de julho de 1942. Deixou também, da passagem pelo Ministério da Justiça, a marca de sua imaginação criadora. Primeiro, no sentido negativo, ao conceber a Carta de 10 de novembro de 1937, que serviu de instrumento ao golpe do Estado Novo. Depois, no sentido positivo, ao promover ampla reforma da legislação brasileira, de que resultaram, entre outros importantes diplomas legislativos outorgados pelo governo, o Código de Processo Civil de 1939, o Código Penal de 1940 e o Código de Processo Penal de 1941. Esses códigos, elaborados por comissões constituídas de eminentes especialistas nas respectivas matérias (salvo o primeiro referido, que foi obra do advogado mineiro Pedro Baptista Martins), são precedidos de primorosas exposições de motivos, da lavra do ministro.

A Constituição de 1937, como já foi dito no capítulo atinente à Segunda República, inspirou-se em ideias autoritárias dominantes na época e que o seu autor, havia muito, professava. Mas acabou sendo, na prática, muito mais nefasta do que se antevia no respectivo texto, porquanto o ditador a aplicou conforme a sua conveniência e segundo os seus propósitos continuístas. Na verdade, a malfadada Constituição não foi cumprida, porque o órgão representativo de um dos Poderes, o Parlamento Nacional, não chegou a ser instalado, nem se realizou o plebiscito a que seria submetida a Carta outorgada, a fim de ganhar visos de legitimidade.

Deixando o governo, Francisco Campos somente voltaria a exercer cargo público em organismo internacional ao passar a integrar e

presidir, como representante do Brasil, em 1943, a Comissão Jurídica Interamericana, sediada no Rio de Janeiro, onde atuou durante 12 anos. Retornaria à cena política em 1964, quando foi chamado a colaborar na edição do Ato Institucional então expedido (e que, depois, em virtude da sequência de atos dessa natureza que se editaram, tomou o número "1"), redigindo o preâmbulo do referido documento. Nele, desenvolveu a teoria da revolução como fonte do poder constituinte.

Francisco Campos era sobrinho-neto de Martinho Álvares da Silva Campos, eminente figura do Império, que, como se viu no capítulo correspondente, presidiu um dos gabinetes daquele período.

Graduando-se em Direito pela Faculdade Livre de Minas Gerais, em 1914, pouco tempo depois Francisco Campos tornar-se-ia professor catedrático de Filosofia do Direito naquela instituição, transferindo-se, depois da Revolução de 1930, para a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde passou a reger a mesma cadeira, no curso de doutorado.

Seus atributos intelectuais lhe valeriam a alcunha de "Chico Ciência". Aliás, já na República Velha, no começo de seu primeiro mandato como deputado federal, revelou-se homem público de talento invulgar, a ponto de provocar, da parte de um dos seus pares, o então deputado por Sergipe Gilberto Amado, a reação que este recorda, em suas Memórias:

> Falava ele já algum tempo no meio do bruaá sem poder ser ouvido. Ergui-me, na bancada, e soltei o grito: "Senhores deputados, ouçam. Não é apenas um orador que está falando; é uma aurora que está surgindo[1].

San Tiago Dantas, ao sucedê-lo como delegado do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana, aludiu à "legenda de genialidade, que acompanhou os seus primeiros passos na nossa cara província de Minas, e até hoje aí está, pesando sobre os seus ombros – espécie de estigma luminoso, com que a *vox populi* marca de tempos em tempos um dos

1 AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p. 94.

nossos compatriotas". E acrescentou, estabelecendo um paralelo entre ele e outra figura tida sempre como genial:

> As duas forças intelectuais mais poderosas que acionaram, entre nós, a cultura jurídica nos últimos cinquenta anos – a de Rui Barbosa e a de V. Exa. – tiveram, assim, direções diversas. Uma, a do grande advogado baiano, operou no sentido da elevação dos princípios jurídicos, principalmente, dos princípios do liberalismo, à dignidade de um credo social. Outra, a do grande professor mineiro, operou no sentido do reexame das construções jurídicas em face das condições sociais e políticas que nelas se encarnam, e abriu o caminho da modernização de inúmeras instituições[2].

Francisco Campos, a despeito de suas concepções políticas tão distantes do liberalismo de Rui Barbosa, contribuiu, realmente, para a modernização do Direito brasileiro, por meio da obra de reformulação legislativa que empreendeu quando ministro da Justiça e também mediante luminosos pareceres que proferiu, como jurisconsulto, e que foram, depois, reunidos em livros, compondo a série que traz os seguintes títulos: *Direito Constitucional*, *Direito Administrativo*, *Direito Civil* e *Direito Comercial*. Não deixou, contudo, obra jurídica sistematizada.

2

O pensamento político de Francisco Campos manifestou-se, especialmente, em duas conferências que proferiu, em épocas distintas e distanciadas no tempo. A primeira, a 28 de setembro de 1935, no salão da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, sob o título *A política e o nosso*

2 DANTAS, San Tiago. *Figuras do direito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962, p. 123-124.

tempo[3]. A segunda, de 1947, em torno de um tema literário, versado, no entanto, com enfoque eminentemente político: *Atualidade de D. Quixote*[4].

A política e o nosso tempo contém, ao mesmo tempo, uma impressionante profissão de fé antidemocrática e uma antevisão do futuro, em que o impacto das massas no panorama político é analisado com notável lucidez, prevendo como seriam as campanhas políticas nos anos vindouros (e como, efetivamente, passaram a ser) e mostrando a influência que sobre elas teria a televisão – meio de comunicação que só quinze anos depois chegaria ao Brasil. É uma peça a que se tem muito o que objetar, mas na qual se encontram também passagens magistrais de ciência política. A ela já se fez, aliás, referência, no capítulo correspondente à Segunda República.

Importa destacar, neste passo, o fato de que, segundo dizia o conferencista de 1935,

> [há] uma relação de contraponto entre massa e César. Os ouvidos habituados a distinguir, a distância, o rumor das coisas que se aproximam, percebem, sob o tropel confuso das massas, cuja sombra começa a dominar o horizonte da nossa cultura, os passos do homem do destino. Essa relação entre o cesarismo e a vida, no quadro das massas, é, hoje, um fenômeno comum. Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos de angústia e de medo de que se compõe o páthos ou a demonia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um César.

Atualidade de D. Quixote foi a conferência que Francisco Campos proferiu no ciclo promovido pelo Ministério da Educação, no Rio de

---

3 A política e o nosso tempo, *in:* CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001. (Biblioteca Básica Brasileira), p. 13-38.

4 CAMPOS, Francisco. *Atualidade de D. Quixote*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1950.

Janeiro, em 1947, em comemoração dos 400 anos do nascimento de Miguel de Cervantes, autor daquela obra clássica[5]. Nesse trabalho, de profundo sentido filosófico e nítida inspiração política, Campos afirma:

> O foco da problemática contemporânea, o centro do grande cisma moral, a origem desse sentimento de insegurança e de fim de mundo, a causa do estado de tensão explosiva em que vive o homem dos nossos dias, não se situa no espírito, mas na emoção.[6]

Assinalando que "A emoção é a raiz e a mãe da razão; dela desabrochou a inteligência", o autor vê em Dom Quixote uma figura na qual Sancho Pança encontrara um "polo para as suas emoções", o elemento em que "aquietou a sua natureza", podendo, assim, "renunciar de uma só vez às ilusões e às cobiças que lhe haviam sido inspiradas pela sua pobreza." E a conclusão é a de que, tal como Sancho, o povo estaria, nos tempos atuais, carente de alguém que o inebriasse, que o fizesse esquecer as angústias, que o iludisse, até, suprindo-lhe, pelo poder da emoção, aquilo que lhe faltaria por tantos outros motivos. Eis como Francisco Campos fecha o seu interessante texto:

> Este nosso mundo de hoje, que é como Sancho abandonado por seu amo, reclama a volta de D. Quixote, por sentir que sem ele a sua vida não teria sentido. De todos os lados, sob os mais diversos nomes e as mais contraditórias aparências, o que o homem dos nossos dias pede e reclama, o que ansiosamente espera – é o retorno de D. Quixote.

---

5 Do mesmo evento participou San Tiago Dantas, pronunciando conferência a que deu o título *D. Quixote: um apólogo da alma ocidental* (DANTAS, San Tiago. *D. Quixote:* um apólogo da alma ocidental. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.). O enfoque de San Tiago foi de ordem filosófica, mostrando "o sentido que ele [o Quixote] adquiriu ao se projetar na consciência do mundo ocidental" como um símbolo, em razão, especialmente, de três atributos do "heroísmo quixotesco": "1º o dom de si mesmo; 2º a fé; 3º a pureza".

6 CAMPOS, Francisco. *Atualidade de D. Quixote*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1950.

> Eis a razão pela qual, mais do que estivesse vivo e presente entre nós, D. Quixote é hoje de maior atualidade do que o era para os seus contemporâneos, quando percorria os ensolarados caminhos de Espanha.

Com boa dose de ironia, Campos vai ao ponto de preconizar uma *cruzada*, liderada pelo papa, no sentido de galvanizar as emoções contidas e dar-lhes expressão numa forma nova de democracia, em que as suas instituições fundamentais fossem revitalizadas, mediante a superação do que entendia constituir, então, o grande erro em que estas haviam incorrido, por se apresentarem como "instituições excessiva e unilateralmente racionalizadas pelo pensamento jurídico".[7]

Chega a parecer um tanto enigmática essa nova forma de democracia, mas, de qualquer modo, o que se observa no pensamento de Francisco Campos, expresso nessa conferência, é o mesmo desencanto com a democracia liberal manifestado 12 anos antes. E a mesma ideia de que um demagogo estaria por vir, a fim de atender aos reclamos da massa, ainda que mediante uma forma autoritária de governar. O César antevisto em 1935 assumia, em 1947, a feição de Dom Quixote. Não que o autor o desejasse, mas porque lhe parecia inevitável, na sociedade de massas, o domínio do populismo e, com este, a ascensão de um demagogo. Teria o jurista mineiro desenvolvido esse pensamento como um futurólogo cujas previsões se acabariam confirmando entre nós?

Não há dúvida de que o discurso de Francisco Campos mostra-se, aí, tão cético quanto antes em relação às virtudes da democracia, a justificar, assim, o aposto que lhe atribui o Prof. Paulo Bonavides em "Francisco Campos, o antiliberal"[8], trabalho extenso e profundo, em que, ao mesmo tempo que os méritos intelectuais do jurista mineiro são ressaltados, sua orientação autoritária é exposta e estigmatizada pelo jurista cearense.

---

7 CAMPOS, Francisco. *Atualidade de D. Quixote*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1950.

8 BONAVIDES, Paulo. Francisco Campos, o antiliberal. *In*: _____. *Política e Constituição:* os caminhos da democracia. Rio de Janeiro: Forense, 1985, cap. 27, p. 435-457.

Curioso é que esse pensador tão avesso ao liberalismo, no plano da organização política do Estado, se mostrasse um jurista fiel aos postulados liberais no trato das relações jurídicas intersubjetivas, como se nota em seus substanciosos pareceres versando questões de Direito Civil ou de Direito Administrativo, especialmente. O respeito ao devido processo legal e aos direitos adquiridos, por exemplo, revela-se, então, em sua plenitude.

3

A essas digressões em torno da vida e do pensamento de Francisco Campos deve ser acrescentado o depoimento do autor do presente texto sobre a sua figura humana. E isso será feito em tom pessoal, de modo a transmitir ao leitor uma impressão viva do personagem.

Conheci Francisco Campos em 1965, quando, jovem procurador-geral do município de Juiz de Fora, fui ter com o ilustre jurista, a propósito de uma questão momentosa que, à época, ocupava a administração municipal: o fim da concessão atribuída a determinada empresa para a exploração do serviço telefônico, mediante a desapropriação de suas ações e a constituição de uma sociedade de economia mista que assumiria a prestação do serviço. Para dar suporte às teses que defendíamos na linha desse projeto, era importante obter do Prof. Francisco Campos um parecer sobre a matéria, o qual poderia confirmar a orientação que traçáramos e instruir as ações pendentes em torno do problema. A questão complicara-se ainda mais depois que o presidente Castelo Branco, com base no mesmo decreto expedido por João Goulart para impedir que Carlos Lacerda fizesse mais ou menos o mesmo em relação à Light, no Rio de Janeiro, interveio na empresa municipal de Juiz de Fora. E, estando a concessionária sob intervenção, a desapropriação de suas ações não poderia ter curso.

O problema levou-me por três vezes à residência de Francisco Campos, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Ele sempre me recebia cordialmente, não deixando de servir um cafezinho, segundo a boa tradi-

ção mineira. De minha parte, havia sempre a preocupação de não tomar o tempo do jurista, razão por que procurava ser o mais objetivo, indo logo ao ponto a ser examinado. Mas mestre Campos sempre conduzia a conversa para assuntos da política mineira e nacional.

Numa dessas ocasiões (estávamos em 1965), perguntei-lhe se teríamos as eleições previstas para breve. E ele respondeu-me: "As deste ano (para governador do Estado) creio que sim. Mas as do ano que vem (para a presidência da República), certamente, não."

Os fatos comprovaram a previsão. Tivemos as eleições para governador, em clima tenso e de muita turbulência, de que resultou a edição do Ato Institucional nº 2, que tornou indireta a eleição para presidente da República. Foi dito, na época, que Campos se manifestara contrário à edição do referido ato, recusando-se a colaborar no seu texto. É provável.

Certa feita, ouvi de mestre Campos este comentário, que reproduzo literalmente: "Os homens não souberam conduzir a Revolução".

Jamais me esqueço de uma pitoresca observação do Prof. Francisco Campos. À saída de seu apartamento, levou-me ele até o elevador. Era um desses elevadores de porta sanfonada, confeccionada em metal, comuns nos prédios antigos como aquele em que se situava o elegante apartamento do jurista mineiro. Quando eu já estava dentro do ascensor, mestre Campos fechou-lhe a porta, lentamente e antes do aceno de despedida observou: "Aquela intervenção na companhia foi uma *sacanagem*...".

Desci rindo comigo mesmo. O termo chulo empregado pelo grande jurista, embora, hoje, de uso mais ou menos comum, era daqueles que não se pronunciavam em minha casa, onde meu pai nos habituara a não empregar semelhantes expressões e a não usar gírias na linguagem... E eu acabara de ouvi-lo a um intelectual do mais alto nível, um homem que, por vezes, interviera no curso da história do País...

Desses contatos, não me ficou a impressão de um homem rígido, tendente a ideias políticas autoritárias, nem de uma figura distante, ciosa do seu papel e da sua importância. Ao contrário. Francisco Campos pareceu-me o mineiro típico, um homem simples, discreto, de voz pausada, cordial e afável. Cumpre que se diga, aliás, que suas ideias políticas

teriam evoluído, com o tempo, no sentido de uma posição neoliberal, tanto no campo político quanto no plano econômico, segundo um dos estudiosos do seu pensamento, Jarbas Medeiros[9]. De resto, nunca foi um homem intolerante ou inflexível.

9 MEDEIROS, Jarbas. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Forense Universitária, 1984, v. 1, p. 571-581.

BENEDITO VALADARES

Foto: Acervo ALMG

A trajetória de Benedito Valadares pela política brasileira já foi amplamente exposta na Primeira Parte deste livro, em especial no Capítulo VII, que trata da Segunda República. O registro que aqui se faz de alguns dados biográficos do antigo interventor e governador de Minas Gerais tem, pois, o sentido de introduzi-lo, dessa forma, na galeria das figuras da política mineira, entre as quais foi, sem dúvida, um nome marcante.

Natural de Pará de Minas, Benedito Valadares Ribeiro nasceu no distrito de Mateus Leme, daquele município, a 4 de dezembro de 1892, filho do tenente-coronel da Guarda Nacional Domingos Justino Ribeiro e de sua esposa Dona Antônia Benedita Valadares Ribeiro. Fez os primeiros estudos na terra natal e em Belo Horizonte, diplomando-se, em 1914, pela Escola Livre de Odontologia e Farmácia de Minas Gerais. Cursou, posteriormente, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, pela qual se graduou em 1920.

Formado, retornou a Pará de Minas, onde advogou, por algum tempo e exerceu dois mandatos de vereador, vindo a eleger-se prefeito do muni-

cípio em 1930. Apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Quando, em 1932, os paulistas deflagaram a Revolução Constitucionalista, engajou-se entre os legalistas que defendiam o governo Vargas, quebrando lanças, mesmo, no sentido de ver-se admitido à frente das forças combatentes chefiadas, em Minas, pelo coronel (depois, general) Cristóvão Barcelos, que o comissionou no posto de capitão. Atuou, então, como delegado civil na área do Túnel da Mantiqueira, onde se concentraram as operações militares, na divisa entre Minas e São Paulo. Foi ali que se deu a aproximação entre ele e Juscelino Kubitschek de Oliveira, seu futuro discípulo na política, quando o então jovem capitão-médico da Polícia Militar de Minas Gerais incorporou-se à equipe que trabalhava no hospital de guerra montado na cidade de Passa Quatro.

Após a Revolução de 1932, munido de uma carta de apresentação do general Barcelos e com o respaldo do capitão Ernesto Dornelles (seu concunhado e primo do Presidente), Benedito foi ao Rio e avistou-se, pela primeira vez, com Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Nessa audiência, manifestou ao Presidente o desejo de transferir-se para o Rio de Janeiro, terra de sua mulher e insinuou a possibilidade de ser nomeado para um cargo no serviço público federal. Getúlio admitiu, em princípio, a hipótese. Constou, aliás, que a pretensão de Benedito era a de tornar-se Fiscal do Imposto de Consumo, cargo, à época, dos mais ambicionados. Mas, em face da realização, em breve, de eleição para uma Assembleia Constituinte e tendo o Presidente de Minas, Olegário Maciel, revelado o propósito de incluí-lo na lista de candidatos do recém-criado Partido Progressista, Benedito acabou preferindo aguardar essa oportunidade alvissareira, que, afinal, se concretizou. Eleito, teve abertas, assim, as portas da política para a sua rápida e surpreendente ascensão ao governo de Minas.

A forma como se deu a escolha de Benedito Valadares para interventor em Minas foi narrada, minudentemente, no item 2 do citado Capítulo VII, assim como sua subsequente eleição para governador, pela Assembleia Constituinte mineira e a administração que realizou, ao longo de quase doze anos. Não cabe repetir, neste espaço, o que ali foi dito. Mas, não é demais destacar que, na chefia do Executivo mineiro, Benedito, vencendo o desagrado que sua investidura inicial despertara

e superando expectativas adversas que o meio político nutria a seu respeito, revelou, desde logo, inegável senso político, qualidade que viria a ser crescentemente aprimorada ao longo de sua vida pública e mercê da qual firmou-se como um líder partidário dos mais acatados.

Benedito Valadares integrou e dirigiu a Comissão Executiva Provisória do Partido Social Democrático – PSD, um dos braços políticos de Getúlio Vargas, criado, ao final do Estado Novo, ao lado do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, este o outro membro do aparelho político getulista, destinado a abrigar os que se alinhavam à esquerda, bem como as lideranças operárias. No PSD, a liderança de Valadares revelou-se em sua plenitude. Ele presidiu a Seção mineira do partido até a sua extinção, pelo Ato Institucional n. 2, em 1966. Filiou-se, depois, à Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Quando da redemocratização do País, em 1945, Benedito articulou o lançamento da candidatura do general Eurico Dutra à Presidência da República e elegeu-se deputado federal, sendo o mais votado na representação de Minas Gerais. Seria reeleito para a Câmara Federal, no pleito seguinte. Em 1954, foi eleito senador, reelegendo-se, em 1962, para um segundo mandato, que expirou em 1971. Viu frustrada, então, a expectativa de permanecer no Senado, quando a ARENA, seguindo diretriz emanada do governo militar, promoveu uma renovação *pro forma* na escolha dos candidatos à Câmara Alta, substituindo-o na representação de Minas pelo seu antigo correligionário Gustavo Capanema.

Benedito Valadares pautava-se por uma linha política conservadora. Embora sempre afeiçoado ao presidente Getúlio Vargas, via com reservas a atuação do afilhado desse, João Goulart, na política. A aproximação de Juscelino com Jango, quando aquele candidatou-se à Presidência da República, em 1955, levou-o a um certo distanciamento do antigo discípulo, que o fez cogitar, até mesmo, de não lhe dar apoio, naquele pleito. Mas a fidelidade ao PSD falou mais alto e Benedito, contrafeito, permaneceu ao lado de Juscelino na disputa eleitoral.

Como já referido, no capítulo a que nos reportamos, Benedito publicou dois romances – *Esperidião* e *A lua caiu* -, além de um livro de memórias – *Tempos idos e vividos* – e uma coletânea de discursos parlamentares – *Na esteira dos tempos.*

Recebeu, em vida, homenagem *ad aeternum*, que ele mesmo, aliás, oficializou. Por proposta do prefeito do município de Figueira, que promoveu um abaixo-assinado entre a pequena população com esse objetivo, o topônimo do referido município do Vale do Rio Doce foi mudado, recebendo o nome do chefe do executivo mineiro. Isso se deu por meio do decreto-lei estadual n. 148, de 17 de dezembro de 1938, assinado pelo próprio homenageado, que estabelecia nova divisão territorial do Estado de Minas Gerais. No anexo desse diploma legal, no item correspondente ao município, figurava o novo nome, *Governador Valadares*, que ficou, assim, instituído.

O tino político, a capacidade de liderança, o dom de agregar e de fazer-se obedecer foram, sem dúvida, atributos que marcaram a personalidade de Benedito Valadares. Em crônica que lhe dedicou, quando de sua morte, o jornalista Carlos Castello Branco resumiu assim essas características: *"ele foi o líder, a expressão, o expoente máximo do PSD e da geração de políticos pessedistas de Minas. Bastava um encontro dele com qualquer um de seus antigos comandados para se sentir que a voz de comando que lhe brotava naturalmente da alma era obedecida sob pena de cruel e imediata represália."*[1].

Benedito Valadares faleceu, no Rio de Janeiro, a 2 de março de 1973.

1 *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1994, p. 25-28.

GUSTAVO CAPANEMA

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 224

Gustavo Capanema Filho era natural de Pitangui, onde nasceu a 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de dona Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Fez os estudos primários ou fundamentais na terra natal, prosseguindo sua formação em Belo Horizonte, no Colégio Arnaldo e no Ginásio Mineiro.

Em 1920, ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, colando grau em 1924. Recebeu o Prêmio Rio Branco, conferido ao melhor aluno da turma.

Retornando a Pitangui, iniciou o exercício da advocacia e lecionou na Escola Normal da cidade, ali permanecendo até 1929.

Foi eleito vereador em 1927, cumprindo um mandato na Câmara Municipal de Pitangui.

Em 1930, volta a Belo Horizonte, assumindo funções de oficial de gabinete no governo Olegário Maciel. Tornou-se, depois, secretário do Interior e Justiça, sucedendo a Cristiano Machado, quando este, juntamente com Alaor Prata (secretário de Finanças) e José Carneiro

de Resende (secretário de Agricultura), rompeu com o presidente do Estado, na cisão que afastou o grupo bernardista de Olegário Maciel.

Após a Revolução de 1930, a que deu apoio, lançou, em Minas, com Francisco Campos e Amaro Lanari, a Legião de Outubro, de que já se falou no Capítulo VII da Primeira Parte.

Em 1932, participou do chamado Acordo Mineiro, que marcou a reaproximação dos governistas com Arthur Bernardes e resultou na criação do efêmero Partido Social Nacionalista.

Com o fracasso daquela iniciativa, tornou-se, depois, um dos fundadores do Partido Progressista (PP), em 1933.

Tendo falecido, a 5 de setembro de 1933, o presidente Olegário Maciel, Capanema, na condição de secretário do Interior e Justiça (que era o seu substituto natural), assumiu o governo, interinamente. Desenvolveu intensas gestões no sentido de permanecer no cargo em caráter efetivo, tendo como concorrente Virgílio de Melo Franco. Mas quem acabou escolhido por Getúlio foi Benedito Valadares, como amplamente se expôs no capítulo atinente à Segunda República (Capítulo VII da Primeira Parte).

Enquanto seu competidor naquele episódio rompia com Vargas, Capanema era guindado a outro posto, em que iria realizar a etapa mais vitoriosa de sua carreira política: por ato de 26 de julho de 1934, Getúlio, que fora eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte, nomeou Capanema ministro da Educação e Saúde.

Ao longo de 11 anos no comando daquela pasta, Gustavo Capanema desenvolveu importantes atividades em todos os campos então abrangidos pelo ministério. Criou o Departamento Nacional de Saúde e vários serviços específicos que lhe ficaram subordinados, além de promover extensas campanhas sanitárias no País. Fundou a Universidade do Brasil e realizou nova reforma no ensino médio, de que resultou sua divisão em duas etapas, a do curso ginasial e a do curso colegial, subdividido este em curso científico e curso clássico. Projetou e construiu o edifício sede do ministério, cujo projeto foi obra de uma equipe coordenada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a que o arquiteto francês Le Corbusier, vindo especialmente para esse fim ao Brasil, deu sua orientação. O aludido projeto foi um marco na arquitetura

brasileira, inaugurando, entre nós, um novo estilo de construção. A ele emprestaram importante concurso, nas partes de suas especialidades, o já então consagrado pintor Cândido Portinari e o paisagista Burle Marx, que, igualmente, se tornaria um nome de prestígio internacional. O prédio, praticamente concluído em 1944, foi inaugurado no ano seguinte, quando Capanema já deixara o ministério, após a queda do Estado Novo. Na área cultural (que mereceu atenção especial do ministro Capanema e dele fez o maior ministro da Cultura, quando a pasta ainda não ostentava esse nome), são de sua gestão o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro, além da criação de vários museus, o principal dos quais foi o Museu Imperial, localizado em Petrópolis.

Em 1945, Gustavo Capanema estava entre os fundadores do Partido Social Democrático (PSD), de que seria um dos grandes líderes. Pela legenda desse partido, elegeu-se, nas eleições de 2 de dezembro do mesmo ano, deputado constituinte, tendo tido destacado papel na elaboração da Constituição de 1946.

Em 1947, participou da Ala Liberal que, abrindo dissidência no PSD, apoiou a candidatura de Milton Campos ao governo de Minas.

Foi reeleito, a partir de 1950, sucessivamente, para a Câmara dos Deputados, onde permaneceu até o fim da Terceira República.

No governo Vargas (1950-1954), foi indicado líder da Maioria. Desempenhou, então, com eloquência e galhardia, a missão de defender o governo em face das acusações de que esse foi alvo, principalmente na mais grave das crises da Terceira República, a que resultou do atentado ao jornalista Carlos Lacerda, a 5 de agosto de 1954, e culminou no suicídio do presidente, a 24 daquele mesmo mês.

Protagonizou, então, na tribuna da Câmara, prélios oratórios que marcaram época nos anais do Parlamento brasileiro, enfrentando o brilhante líder da oposição, Afonso Arinos de Melo Franco, que era, aliás, seu amigo íntimo.

Quando da crise de 11 de novembro de 1955, que determinou o impedimento do presidente interino Carlos Luz, Capanema foi quem arquitetou a fórmula adotada pela Câmara que, sem instaurar processo de *impeachment*, declarou o presidente impedido de exercer suas funções,

por meio de simples resolução legislativa, ao argumento de que ele, tendo deixado a sede do governo para embarcar num navio, com alguns dos seus ministros, rumo a São Paulo, estava impossibilitado de chefiar o governo. Na verdade, como se observou no capítulo pertinente, tratava-se de um ato da Câmara destinado a coonestar um golpe militar e que se repetiria, sem o mesmo fundamento de fato, dez dias depois, para impedir que o presidente da República, Café Filho, reassumisse o cargo, de que se achava afastado por motivo de saúde.

Capanema somente se afastou da Câmara dos Deputados na legislatura de 1958 a 1962, quando, não tendo sido reeleito, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, ministro do Tribunal de Contas da União, afastando-se daquela Corte, mediante aposentadoria, em 1961.

Em 1964, Capanema apoiou o movimento que destituiu o presidente João Goulart do governo, passando a integrar, em seguida, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Elegeu-se senador, em 1970, pela referida agremiação partidária, cumprindo integralmente o seu mandato até 1979.

Em 1975, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras, na vaga aberta com a morte de Pedro Aleixo. Frustrou-se, contudo, sua tentativa de ascender à Academia Brasileira de Letras, uma vez que, concorrendo a uma vaga naquela casa, foi derrotado, em 1980, pela escritora Diná Silveira de Queirós.

Gustavo Capanema faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de março de 1985.

PEDRO ALEIXO

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 170

Pedro Aleixo foi dos poucos políticos que trouxeram para a Terceira República uma biografia já consolidada no regime anterior – o que ocorreu, aliás, antes que ele houvesse atingido os 40 anos. Nascido em Mariana (no distrito de São Caetano), a 1º de agosto de 1901, fez os primeiros estudos em sua terra natal, dando-lhes continuidade em Ouro Preto e em Belo Horizonte, onde concluiu os preparatórios no Ginásio Mineiro. Era filho de José Caetano Aleixo (comerciante em Mariana) e de sua esposa, dona Úrsula Martins Aleixo.

Bacharelou-se em 1922 pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, que hoje integra a Universidade Federal de Minas Gerais, tendo recebido o prêmio Rio Branco, conferido ao melhor aluno da turma.

Formado, ingressou no escritório Abílio Machado, onde trabalharia ao lado de Milton Campos (seu colega de turma) e de José Maria Alkmim.

Sua carreira política iniciou-se em 1927, ano em que foi eleito conselheiro municipal, cargo equivalente ao de vereador na organização política daquela época.

Por esse tempo, fundou, com dois outros sócios, o jornal *Estado de Minas*, que viria, depois, a incorporar-se aos *Diários Associados*.

Apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Nas últimas eleições da República Velha, candidatou-se a deputado federal, em chapa avulsa, obtendo expressiva votação, mas não teve a eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes.

Já no regime da Segunda República, tornou-se membro do Conselho Consultivo de Minas Gerais, de 1932 a 1933. Nesse último ano, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, pela legenda do Partido Progressista (PP) e, logo depois, deputado federal para a legislatura que se seguiu à promulgação da Constituição de 1934. Na Câmara dos Deputados, foi indicado líder da Maioria e, a 3 de maio de 1937, era eleito presidente da casa, derrotando Antônio Carlos, que se candidatava à reeleição.

Com o fechamento da Câmara, após o golpe de Estado que implantou o Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, voltou a Minas Gerais e, de Matias Barbosa (terra de sua esposa), enviou telegrama de protesto a Getúlio Vargas.

Em Belo Horizonte, retomou o exercício da advocacia e assumiu o cargo de Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Convidado pelo interventor, Benedito Valadares, para a Prefeitura de Belo Horizonte, declinou do convite, dizendo que só voltaria a exercer cargo público mediante eleição pelo voto popular. Foi, então, nomeado prefeito da capital Juscelino Kubitschek.

Em 1938, Pedro Aleixo foi eleito presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Antes, fora conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, participando da elaboração do primeiro Código de Ética do Advogado.

Em 1943, foi um dos coordenadores e signatários do *Manifesto dos mineiros*. Dois anos depois, participou da fundação da UDN (União Democrática Nacional), cuja sessão inaugural presidiu, havendo sido escolhido para tanto em homenagem à sua condição de último presidente da Câmara dos Deputados.

Em 1947, foi eleito deputado à Assembleia Estadual Constituinte, que, em seguida, se transformou em Assembleia Legislativa.

Convocado pelo velho amigo Milton Campos para participar de seu governo, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça. Sua atuação no governo foi de tal modo destacada que a sátira política lhe deu o cognome de "Pedro I", em razão do fato de o governador, frequentemente, recomendar a quem lhe apresentava certos assuntos de natureza política que falasse com "o Pedro, primeiro".

No final dos anos 1940, passou a lecionar Direito Penal na Universidade Católica de Minas Gerais e, na década seguinte, tornou-se professor catedrático da mesma cadeira na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com a tese *O peculato no Direito Penal brasileiro*. Paralelamente à atividade política, sempre exerceu, aliás, a advocacia criminal, especialidade de que se tornou um dos expoentes no País.

Na eleição de 1950, foi candidato a vice-governador na chapa de Gabriel Passos, derrotada por Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado. Consta que sua candidatura visou, especialmente, a evitar que o candidato da UDN pudesse ter, então, o apoio de Getúlio Vargas, simpático a Gabriel Passos, que, durante dez anos, no Estado Novo, exercera o cargo de procurador-geral da República.

Pedro Aleixo voltaria à Câmara dos Deputados nas eleições de 1958, exercendo o mandato de 1959 a 1962 e sendo reeleito para a legislatura seguinte. Assumiu, então, primeiro a liderança da Minoria e, depois, nos períodos de Jânio Quadros e Castelo Branco, a liderança do governo.

Apoiou o Movimento de 1964, mas, nele, não teve participação ativa. Quando as tropas do Exército depuseram João Goulart a 1º de abril de 1964, Pedro Aleixo participava, no Tribunal do Júri de Ouro Preto, do julgamento de um processo rumoroso, em que eram acusadas as irmãs Poni, então absolvidas.

Em 1966, convidado pelo presidente Castelo Branco, assumiu o cargo de ministro da Educação, que exerceu na primeira metade daquele ano.

No ano seguinte, tornou-se vice-presidente da República, na chapa do marechal Costa e Silva, representando o contraponto da chamada "linha dura", então encarnada pelo referido militar.

Na sessão do Conselho de Segurança Nacional que aprovou a edição do Ato Institucional nº 5, a 13 de dezembro de 1968, manifestou-se contra essa medida. Foi o único integrante daquele conselho a adotar

tal posição. O presidente, que expediu o mencionado ato a contragosto (pois já se inclinava, então, pela abertura do regime), fez questão de mandar que o serviço de som reproduzisse as palavras de Pedro Aleixo, para que todos sobre elas refletissem. Como continuou contando com o apoio de Costa Silva, não se afastou do governo. Recebeu, aliás, do presidente, algum tempo depois, a incumbência de preparar um projeto de nova Constituição que adotasse salvaguardas constitucionais suscetíveis de permitir a revogação do Ato Institucional nº 5. Pedro Aleixo contou, então, com o auxílio de eminentes juristas, entre os quais o Prof. Miguel Reale.

Em 1969, porém, Costa e Silva foi acometido de um acidente vascular cerebral, vendo-se impedido de outorgar a Constituição preparada por Pedro Aleixo. Mais grave, ainda, foi o fato de os ministros militares haverem, então, impedido Pedro Aleixo de assumir o governo. Chamado ao Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro, o vice-presidente foi informado de que a situação política do País não permitia que tal acontecesse, sobretudo porque os militares sabiam que, assumindo a presidência, ele cuidaria de revogar o AI-5, o que lhes parecia inoportuno. Pedro Aleixo ficou, na ocasião, virtualmente detido em casa de sua filha, no Rio de Janeiro, impedido de deixar a cidade, até que os ministros militares, formando uma Junta Governativa, assumissem o governo, o que aconteceu a 31 de agosto de 1969, tendo sido expedido, então, o Ato Institucional nº 12, que formalizou a constituição da referida junta. Menos de dois meses depois, o Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, expedido pela referida junta militar, declarava vagos os cargos de presidente e de vice-presidente da República.

É de observar que Pedro Aleixo opôs-se, na ocasião, a qualquer tentativa de evitar a consumação do golpe de que foi alvo, consciente, naturalmente, da inviabilidade de semelhante atitude e preocupado, por certo, com o risco de eventual resistência provocar incidentes indesejáveis ou, até mesmo, uma conflagração armada. José Maria Alkmim chegou a articular sua ida para Belo Horizonte, onde lhe seria prestada uma grande homenagem, em seguida à qual ele assumiria o governo, no Palácio da Liberdade. A articulação contava com o apoio do governador Israel Pinheiro, o que faz supor que a Polícia Militar de Minas daria

proteção à investidura de Pedro Aleixo na presidência da República. Pode-se depreender da narração do episódio por Murilo Badaró, na biografia de Alkmim, que a intenção deste fosse, na verdade, a de criar um fato consumado, alvitrando, para isso, que Pedro Aleixo, em vez de atender ao chamado dos ministros militares para dirigir-se ao Rio de Janeiro, fosse para Belo Horizonte e procedesse conforme sugerido.[1]

Voltando a Minas Gerais, Pedro Aleixo desligou-se do partido oficial – a Arena – e passou a desenvolver a última atividade de sua vida política, empenhando-se na coleta de assinaturas para a formação de um novo partido – o Partido Democrático Republicano (PDR). Embora obtivesse grande apoio para tanto, as dificuldades impostas pela legislação da época e suas sucessivas alterações inviabilizaram o projeto de Pedro Aleixo, que faleceu, a 3 de março de 1975, sem alcançar o seu intento.

Por força da Lei nº 12.486, de 12 de setembro de 2011, Pedro Aleixo passou a figurar "na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais."

É muita expressiva a observação do mais conceituado dos brasilianistas, Thomas Skidmore, sobre o papel desempenhado por Pedro Aleixo no regime militar:

> Pedro Aleixo era apenas o membro mais recente de uma geração de ilustres políticos da UDN (Milton Campos, Adauto Lúcio Cardoso e Daniel Krieger) que assumiram a liderança pró-governo no Congresso para depois se convencerem de que não podiam reconciliar uma consciência liberal com as exigências militares de mais e mais poder arbitrário[2].

Com a ressalva de que Milton Campos não foi, propriamente, líder do governo no Congresso, mas ministro da Justiça de Castelo Branco, o comentário é bem ilustrativo da dificuldade que sentiram, em dado

1 Sobre o episódio, ver BADARÓ, Murilo. *José Maria Alkmim:* uma biografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 349-350.

2 SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 195.

momento, grandes figuras da UDN para conciliar seus princípios liberais com os rumos que tomou o movimento deflagrado em 1964, o qual, aliás, acabou extinguindo aquele partido e os demais que compunham o quadro partidário do regime de 1946.

A última posição relevante que Pedro Aleixo ocupou foi no campo intelectual. Em 1972, foi eleito para a vaga de Milton Campos na Academia Mineira de Letras, nela se empossando.

MILTON CAMPOS

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 201

1 O CENTENÁRIO DE UM ESTADISTA[1]

A data de 16 de agosto merece receber, no calendário deste ano, a moldura que se confere às grandes efemérides. Nela se comemora o centenário de nascimento de Milton Campos, figura ímpar que, tomada no conjunto de sua rica personalidade, é, talvez, a mais expressiva entre os homens públicos mineiros, neste século.

Nascido em 1900, na cidade de Ponte Nova, onde seu pai, o futuro desembargador Rodrigues Campos, exercia o cargo de juiz de Direito, Milton Campos destacou-se, muito cedo, como advogado em Belo Horizonte, vindo a ser, no governo Olegário Maciel, advogado-geral do Estado e presidindo, depois, a Seção de Minas Gerais da Ordem dos

1 Texto publicado no *Diário Regional*, de Juiz de Fora, edição de 15/8/2000.

Advogados do Brasil. Ingressando na política, foi, sucessivamente, deputado à Assembleia Constituinte Estadual, em 1934; deputado federal constituinte, em 1946; governador do Estado, de 1947 a 1951; deputado federal, novamente, em 1954; senador, por dois mandatos, de 1958 até o seu falecimento, em 1972; ministro da Justiça, nos primeiros tempos do governo Castelo Branco. Duas vezes candidato à vice-presidência da República, sua derrota terá constituído, sobretudo na última eleição, em que figurava como companheiro de chapa de Jânio Quadros, motivo de grande arrependimento para muitos brasileiros que não lhe sufragaram o nome. Houvesse sido ele eleito, naquela ocasião, certamente, o País teria sido poupado da crise que o abalou quando da renúncia do presidente e cujo desdobramento foi o longo período de regime autoritário que, depois, atravessamos.

Mas o que sobreleva na vida de Milton Campos, nimbando sua figura com a auréola de grande vulto da nossa história, são as virtudes morais que o distinguiam, o senso comum por que se orientava, o desprendimento, a discrição e o equilíbrio que lhe marcavam o perfil. Como dele dizia, ainda em vida, outro grande nome de Minas, Afonso Arinos de Melo Franco, "Milton Campos exprime, em conjunto, as melhores virtudes que a generosa tradição brasileira atribui a Minas Gerais".

É significativo observar que a convenção da antiga União Democrática Nacional, a UDN, que lançou a candidatura de Milton Campos ao governo do Estado realizou-se, aqui, em Juiz de Fora, a 22 de dezembro de 1946. No discurso que, então, proferiu, o futuro governador teve palavras simpáticas com a cidade, qualificando-a como "uma grande tribuna de onde se fala a uma população numerosa e ativa", antecipadora, "entre as municipalidades de Minas na organização industrial".

Ao empossar-se no cargo, declarou o propósito de fazer "um governo mais da lei do que dos homens", "modesto como convém à República e austero como é do gosto dos mineiros". E assim foi, bem ao jeito de sua personalidade. Avesso à propaganda, refratário a certas atitudes de promoção pessoal com que, em geral, se comprazem os políticos, de seu governo não ficou, para o homem comum, a imagem exata do ingente trabalho que empreendeu. Foi no respectivo quadriênio, porém, que se concebeu, em Minas, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da

Produção, base das administrações que se lhe sucederam. No contexto do planejamento então traçado, lançou-se também o Plano Mineiro de Eletrificação, de que resultou a criação da Cemig. Mais importante do que tudo foi o exemplo de democracia e tranquilidade que aquele período representou para o País, graças à serena e firme direção que o governador soube imprimir ao Estado.

Para as novas gerações, a melhor maneira de descrever a figura de Milton Campos consistirá, certamente, em pô-la em contraste com o quadro atual de nossa vida pública. Numa época em que o espírito público cede lugar às ambições pessoais; em que tantos se movem ao influxo de inspirações menores; em que os casos de improbidade administrativa e locupletamento ilícito se repetem, em escala preocupante – bastaria dizer, em prol da figura centenária que hoje recordamos, que Milton Campos foi o oposto de tudo isso. Ele foi, na frase de Carlos Drummond, o "homem que a gente gostaria de ser". E mais: o estadista modelar que, oxalá, os futuros homens públicos do nosso País queiram, um dia, vir a ser.

2

O que Milton Campos significou para a política mineira e para a história do nosso País já foi amplamente dito ao longo deste livro, condensando-se na página comemorativa do seu centenário, reproduzida acima.

Não é demais ressaltar, porém, o traço principal de sua atuação como homem público: o liberalismo. Já na introdução do capítulo correspondente ao Império, fizemos menção a texto seu que se tornaria um clássico da ciência política no Brasil: "A constante liberal de Minas Gerais".

Numa retrospectiva da vida desse grande mineiro, pode-se dizer, parafraseando o título do referido trabalho, que ela espelha a constante liberal de um grande líder.

Não foi apenas pela pregação cívica que Milton Campos fez-se arauto das virtudes do liberalismo político. Foi, sobretudo, pelo exemplo de uma carreira política que primou pela coerência, no plano das ideias e pela coragem, nas posições assumidas, em horas difíceis.

Em 1943, foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros*, em cuja redação final colaborou. Em 1944, estando no exercício da presidência da Seção de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil, teve de enfrentar a solerte tentativa do governador Benedito Valadares de interferir na eleição daquele órgão, apoiando a chapa oposicionista por meio de processos a que o interventor estava habituado: a pressão sobre advogados do interior, promovida diretamente ou por intermédio de prefeitos dos respectivos municípios; o uso de veículos oficiais, na capital do Estado, para transporte dos referidos eleitores; a coação exercida de várias formas. É que a chapa situacionista, liderada por Milton Campos, era composta, em grande parte, de advogados que haviam assinado o manifesto – os "leguleios em férias", segundo os denominara, sarcasticamente, Getúlio Vargas. Era preciso, portanto, derrotá-los e, para esse fim, Valadares não mediu esforços. Teve, porém, uma vitória de Pirro, porque um recurso ao Conselho Federal da Ordem, em que todas as manobras políticas que caracterizaram a interferência indébita do governo de Minas ficaram demonstradas, redundou na anulação daquele pleito corporativo[2].

Em 14 de dezembro de 1968, Milton Campos foi um dos senadores que subscreveram telegrama dirigido ao presidente da República manifestando discordância com a edição, naquela data, do Ato Institucional nº 5[3]. Em dezembro de 1969, após a destituição do vice-presidente da

2 Sobre o episódio, ver SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos:* uma vocação liberal. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994, p. 122; ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MINAS GERAIS (OAB MG). *80 anos da Ordem dos Advogados, 1932-2012:* memorial do advogado mineiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 317. Milton Campos seria eleito e reeleito, na década seguinte, para sucessivos mandatos como presidente da Seccional de Minas Gerais da OAB, de 1953 a 1961. Embora substituído pelo vice-presidente, nos períodos que coincidiram com mandatos legislativos por ele exercidos, o fato mostra o papel que Milton Campos desempenhou entre os advogados mineiros. No período que vai de 4/5/1959 a 2/4/1961, sendo ele senador da República, substituiu-o na presidência da Ordem o advogado Homero Paulino da Costa (Cf. subsídio fornecido ao autor pelo Dr. Décio Mitre, acompanhado de cópias de atas da Seccional e de um quadro dos presidentes da Seccional, publicado em jornal de campanha de uma das chapas concorrentes à sua presidência, em 2015).

3 KRIEGER, Daniel. *Desde as missões...*: saudades, lutas, esperanças. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976, p. 384, onde o referido telegrama acha--se transcrito,

República, Pedro Aleixo, e em seguida à investidura da Junta Militar e à subsequente eleição do general Emílio Médici para a presidência, proferiu discurso no Senado, logo numa das primeiras sessões que se sucederam a esse último ato, manifestando, de forma serena e firme, sua discordância com os acontecimentos. Disse, inicialmente, que, muito de propósito, estivera ausente à sessão do Congresso Nacional que elegera os novos presidente e vice-presidente da República. "Por meio da abstenção – frisou, na oportunidade – quis manifestar minha divergência com o processo adotado pela cúpula dirigente para resolver a crise que desnecessariamente se criara." E acrescentou que se lançara mão, para tanto, de um processo inédito, que violava a Constituição, fugia à natureza das coisas e afastava o "legítimo titular" da vaga, o Sr. Pedro Aleixo, "um homem cheio de serviços"[4]. Esse discurso foi publicado, na época, pelo prestigioso *Jornal do Brasil*, rompendo a censura que, então, recaía sobre a imprensa brasileira.

Era esse o estadista, fiel ao ideário que professava e defendia tanto na cátedra universitária quanto na tribuna das duas casas do Congresso Nacional, que integrou por vários mandatos.

Milton Campos foi professor catedrático de Política na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais e professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou nas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde proferiu importantes pareceres. Jurista respeitado, foi, por duas vezes, convidado a ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Recusou o convite do presidente Castelo Branco, ao deixar o Ministério da Justiça, porque a vaga que iria ocupar havia sido criada pelo Ato Institucional nº 2 e, embora houvesse

com os nomes dos signatários: Gilberto Marinho, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto, Eurico Rezende, Manoel Vilaça, Wilson Gonçalves, Aloysio de Carvalho Filho, Antonio Carlos Konder Reis, Ney Braga, Mem de Sá, Rui Palmeira, Teotônio Villela, Victorino Freire, José Cândido Ferraz, Leandro Maciel, Arnon de Mello, Clodomir Millet, José Guiomard, Waldemar Alcântara.

4 Ver a íntegra desse discurso em CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 287-291.

discordado da edição deste, poderia parecer que estivesse a beneficiar-se de iniciativa partida do governo que integrara. Recusou-o, depois, no governo do presidente Costa e Silva, porque, já com 68 anos, permaneceria menos de dois anos no tribunal, o que não lhe parecia ético.

Muitos estranham que Milton Campos houvesse aceitado ser ministro de um governo nascido de movimento militar, como foi o do presidente Castelo Branco. Cabe observar, a esse propósito, que, ao ser convidado, ele recusou, inicialmente, o convite, alegando seus compromissos com a ordem jurídica, que dificultariam a tomada de decisões num governo revolucionário. Foi então que o presidente ponderou que se via sem alternativa para o provimento do cargo, porquanto, se ele não o aceitasse, não poderia deixar de nomear o candidato indicado pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva. Esse, segundo se sabe, era o Prof. Gama e Silva, que viria a assumir o cargo no governo seguinte, tornando-se mentor e autor do Ato Institucional nº 5. No exercício do cargo de ministro da Justiça, Milton Campos serviu de elemento catalisador em relação a muitas medidas discricionárias que, sem ele no comando do ministério, acabariam agravando o panorama institucional do País. Talvez assistisse razão a Carlos Lacerda, que, ao opor-se à escolha do grande mineiro para a pasta da Justiça, naquele momento, disse ao presidente Castelo Branco que "o Dr. Milton Campos não é o ministro da Justiça para uma revolução; é um homem dominado por escrúpulos jurídicos de tal ordem, que seria um excelente ministro para depois de uma revolução, ou para evitar uma revolução"[5]. O certo é que Milton Campos foi dos que se empenharam, no centro dos acontecimentos, no sentido de que o processo revolucionário fosse "transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social."[6]

5 LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 300.

6 Milton Campos, Revolução e Processo Revolucionário – manifesto como candidato ao Senado, em 1966 --, *in* CAMPOS, Milton. *Milton Campos*: testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 233-234.

3

O nome de Milton Campos chegou a ser cogitado, em 1949, como provável candidato à presidência da República, numa coalizão de forças que uniria a UDN e o PSD.

Como já foi dito no capítulo referente à Terceira República, a UDN participou da união nacional que se formou em apoio ao governo Dutra. Havia, da parte do presidente, o propósito de preservar essa união no processo sucessório de 1950. Inspirada nessa ideia, surgiu a chamada "fórmula mineira", que consistiria no seguinte: o candidato à sucessão sairia de um elenco de cinco políticos indicados pelo PSD ou seria aquele que representava o nome natural da UDN – isto é, o então governador Milton Campos. O PSD mineiro apresentou, para o referido fim, estes nomes: Carlos Luz, Bias Fortes, Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu e Cristiano Machado. Ficou assentado, em princípio, que o partido que indicasse o candidato à presidência apoiaria o do outro partido para governador de Minas.

Os entendimentos nesse sentido não lograram êxito, porém, fosse porque Milton Campos não demonstrasse maior interesse em ser o candidato, fosse porque a UDN mineira visse com desconfiança o pacto proposto, fosse porque o presidente Dutra não houvesse sabido conduzir as articulações. É certo que um fator local dificultou a candidatura de Milton Campos. Tendo como vice um pessedista, Ribeiro Pena, que não contava com a confiança do governador nem a da UDN, o afastamento de Milton Campos do governo de Minas para disputar a presidência da República implicaria a assunção do cargo pelo referido adversário.

Conta Oswaldo Trigueiro episódio curioso, que, a seu ver, reforçaria a primeira hipótese aventada. Realizando-se, no Rio de Janeiro, reunião da liderança da UDN nacional com os governadores do partido, a ela compareceu Milton Campos, que, na ocasião, foi convidado pelo presidente Dutra para uma entrevista, no Palácio do Catete. Reuniram-se, na residência do líder da UDN na Câmara dos Deputados, Gabriel Passos, o presidente do partido, Prado Kelly, e os governadores Otávio Mangabeira, da Bahia, Oswaldo Trigueiro, da Paraíba, e Milton Campos, de Minas

Gerais. Aguardavam todos, ansiosos, o retorno deste, vindo da audiência com o presidente da República, e qual não foi o espanto geral quando Milton Campos, ao voltar à casa do correligionário, informou que o assunto sucessório não fora tratado, porquanto o presidente, a quem, a seu ver, cabia a iniciativa de abordá-lo, nada dissera a esse respeito... "Mas, Dr. Milton...", estranhou Otávio Mangabeira, que fez, então, com que Milton Campos retornasse ao palácio, em sua companhia; ambos, porém, regressaram da segunda entrevista com o presidente Dutra sem uma solução e o assunto acabou morrendo no esquecimento.

Conclui Oswaldo Trigueiro a narrativa do fato:

> Do episódio guardei duas impressões indeléveis. Uma, a da completa desambição de Milton Campos que, se tivesse manifestado o menor interesse, teria sido Presidente da República, como que por aclamação. Outra, a da indecisão da UDN de Minas Gerais que nem quis continuar no Palácio da Liberdade, com o apoio do PSD, nem quis prestar ao Brasil um serviço inestimável – o de entregar o governo da República a um homem da categoria intelectual, do senso administrativo, e da inteireza moral de Milton Campos[7].

Milton Campos aventou, ainda, outra solução mineira para o processo sucessório do presidente Dutra, indicando o nome de Afonso Pena Júnior como candidato. Embora se tratasse de um nome ilustre e de linhagem histórica, no plano da política nacional, o lançamento dessa candidatura pareceu, desde logo, uma ideia fora da realidade. Custa a crer que Milton Campos não houvesse tido sensibilidade para percebê-lo. Afonso Pena Júnior, já, àquela altura, com 71 anos de idade, achava-se, havia muito, afastado da política. Fora deputado estadual e federal, em mais de uma legislatura, na República Velha, e ministro da Justiça na segunda metade do governo Arthur Bernardes. Depois, sua única aparição no cenário político foi como signatário do *Manifesto*

7 TRIGUEIRO, Oswaldo. *A política do meu tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 341-345, especialmente p. 345, com relação ao trecho transcrito.

dos mineiros. A hipótese de sua candidatura à presidência estava, pois, claramente, destinada ao fracasso ou revelava-se sem a menor chance de êxito. Por isso, não prosperou a ideia de Milton Campos.

4

A impressão pessoal de quem conheceu Milton Campos só vem corroborar o perfil que dele se costuma traçar.

Dr. Milton (como era, em geral, tratado) foi, antes de tudo, uma figura humana singular: simples, cortês, discreto, ameno no trato, de fala pausada, revelando, ao mesmo tempo, extraordinária firmeza de atitudes e inquebrantável coerência no plano dos princípios.

Nos idos de 1966, logo depois da reforma tributária do governo Castelo Branco, de que resultou o Código Tributário Nacional, sabendo-me procurador-geral do município de Juiz de Fora, perguntou-me o que eu achava daquela reforma. Era eu, à época, ainda muito jovem, mas a opinião do colega pouco experiente contava para ele, que a todos distinguia com invariável atenção. Disse-me, então, que, ainda no governo, ponderara ao Dr. Octávio Gouvêa de Bulhões (ministro da Fazenda) e ao embaixador Roberto Campos (ministro do Planejamento) temer que aquela reforma pudesse comprometer a federação, no Brasil. Era essa uma de suas constantes preocupações: o respeito ao federalismo, que tinha como um dos pilares da organização política brasileira.

Já àquela época, eu trabalhava na elaboração do Código Tributário Municipal, ajustado ao Código Tributário Nacional, que entraria em vigor a 1º de janeiro de 1967. Jamais perdi de vista a ponderação do Dr. Milton.

Anos depois, em Belo Horizonte, conversando com o Prof. Raul Machado Horta, seu genro (que sempre me distinguiu com o maior apreço), observei-lhe, ao longo de considerações sobre a política nacional, que, no quadro atual, dificilmente um homem como o Dr. Milton teria êxito na vida pública. Prof. Raul, hoje também de saudosa memória, concordou plenamente com a minha observação.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 145

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina, a 12 de setembro de 1902. Tendo perdido o pai – João César de Oliveira – , quando contava dois anos e quatro meses, foi criado pela mãe, dona Júlia, professora primária, ao lado da irmã, Naná, um ano mais velha. Na intimidade familiar, era tratado como Nonô.

O futuro presidente teve uma infância difícil. O pai, caixeiro-viajante, falecendo aos 33 anos, deixou a família sem recursos. Foi com inaudito esforço que a mãe criou os dois filhos e pôde matricular Juscelino no Seminário Diocesano, onde ele fez parte dos estudos secundários.

Como o próprio Kubitschek observa, em suas memórias, a pobreza da família não derivava da origem, "mas das circunstâncias"[1]. A mãe lecionava numa escola particular somente oficializada com a criação

1 KUBITSCHEK, Juscelino. A experiência da humildade. *In*: *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974, v. 1, p. 21.

do Grupo Escolar de Diamantina, quando da visita àquela cidade do presidente João Pinheiro[2]. A família materna era de origem tcheca: seu bisavô, João Nepomuceno Kubitschek, viera da antiga Boêmia. Um filho deste, tio-avô de Juscelino, que tinha o mesmo nome do pai, foi senador estadual em Minas, tendo feito parte da Assembleia Constituinte de 1891.

Juscelino concluiu os preparatórios em Belo Horizonte. Para a capital do Estado se mudaria ao ser aprovado em concurso para telegrafista, tornando-se funcionário dos Correios e Telégrafos. No exercício dessa função, estreitaria relações com José Maria Alkmim, a quem já conhecia desde Diamantina, frequentada, na infância, pelo seu futuro ministro da Fazenda. E se aproximaria de outras figuras que ficariam conhecidas, mais tarde: Odilon Behrens, colega na Faculdade de Medicina e que seria secretário de Finanças, em seu governo, em Minas; Antônio Martins Vilas Boas, a quem nomearia, quando presidente da República, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Juscelino Kubitschek trabalhou como telegrafista durante todo o curso de Medicina, realizado de 1922 a 1927. Formado, passou a servir na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia, como assistente do médico Júlio Soares, que se casara com sua irmã, Naná. Dedicando-se à Cirurgia, fez estudos de especialização em Paris, de abril a novembro de 1930. Tornar-se-ia, depois, médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas, atingindo, em sua carreira funcional, o posto de tenente-coronel.

Foi nessa condição que participou da resistência de Minas à Revolução Constitucionalista de 1932, desempenhando importante trabalho no setor do túnel – isto é, na região do túnel que liga o Estado a São Paulo, do lado de Passa Quatro. Aí conheceu Benedito Valadares, que, como

2 Essa visita deve ter ocorrido por volta de 1907. Juscelino dá, a esse respeito, o seguinte testemunho: "No segundo dia de sua permanência na cidade, o presidente foi à nossa casa. Lembro-me de tudo com perfeita nitidez. A entrada, na sala, em meio dos políticos, que o cercavam. O abraço que deu em minha mãe. O estampido de uma garrafa de champanha, que eu ouvia, assustado, pela primeira vez. A ideia da bebida fora de meu tio Hilário Figueiredo." (*Ibid*., p. 36).

civil, engajara-se também naquele movimento, tendo sido designado chefe de polícia na região. E as relações que, então, se firmaram entre os dois abrir-lhe-iam perspectivas promissoras na política.

Quando Benedito foi nomeado interventor em Minas, convocou Juscelino para o seu governo, designando-o chefe da Casa Civil. Nomeou-o, depois, prefeito de Belo Horizonte. E fez dele candidato a deputado federal, em 1935, tendo Juscelino sido eleito com a maior votação entre os representantes mineiros.

Na Prefeitura de Belo Horizonte, Juscelino revelou o espírito empreendedor que assinalaria, mais tarde, seu governo como presidente da República. Concebeu e executou um moderno conjunto arquitetônico em torno da Lagoa da Pampulha, segundo projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, o qual compreendia uma igreja (em honra de São Francisco de Assis, cuja efígie foi traçada, na parte exterior, por Cândido Portinari), um cassino (hoje Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (transformada em Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design) e o Iate Tênis Clube. Esse conjunto – o Conjunto Moderno da Pampulha, que contava, ainda, com jardins projetados pelo paisagista Burle Marx –, em razão de suas linhas modernas, teve significativa importância no desenvolvimento da arquitetura brasileira e tornou-se uma referência de tal ordem que o comitê da Unesco para esses assuntos inscreveu-o, recentemente, na lista do Patrimônio Mundial.

Juscelino retornaria à Câmara dos Deputados em 1946, como constituinte, eleito na legenda do Partido Social Democrático (PSD), do qual se tornou figura exponencial.

Em 1950, como candidato de oposição, foi eleito governador de Minas, realizando obra de grande repercussão, centrada no binômio "Energia e transporte", de que já se falou, no capítulo correspondente à Terceira República.

Concorrendo à presidência da República, em 1955, foi eleito, assumindo o cargo a 31 de janeiro de 1956. O que representou o seu governo para o País também já foi relatado no referido capítulo.

Findo o mandato presidencial, forjou-se uma vaga de senador pelo Estado de Goiás, com a nomeação do então titular para o Tribunal de

Contas do Distrito Federal emanada de ato do próprio Juscelino, em janeiro de 1961, no ocaso de seu governo. Para essa vaga foi eleito, em seguida, o já então ex-presidente.

Tendo votado no general Castelo Branco para presidente da República, quando da homologação do nome deste pelo Congresso Nacional, após o Movimento de 1964, Juscelino tornou-se vítima do regime e do seu primeiro chefe, uma vez que este, com base no Ato Institucional então vigente, cassou-lhe o mandato e os direitos políticos, a 3 de junho de 1964, por proposta do ministro da Guerra, general Costa e Silva.

Os constrangimentos a que foi submetido em sucessivos interrogatórios, o exílio na Europa que se impôs e o ostracismo a que foi relegado abateram profundamente Juscelino. Tendo retornado, afinal, ao País, aqui veio a falecer a 27 de agosto de 1977, em circunstâncias trágicas, num acidente automobilístico na estrada Rio-São Paulo, altura do município de Resende, quando, de madrugada, regressava de viagem à capital paulista.

Os planos alimentados por Juscelino de voltar à presidência da República frustraram-se com a cassação de seus direitos políticos, quando seu nome já havia sido lançado pelo PSD para a disputa então prevista para ocorrer em 1965. Mais tarde, da mesma forma, seu adversário anunciado para a referida eleição, Carlos Lacerda (candidato da UDN), também teria os direitos políticos cassados.

A construção de Brasília, ao lado de outros empreendimentos que promoveram a interiorização do País, bem como o impulso que este tomou no plano econômico asseguram a Juscelino Kubitschek lugar de destaque na história republicana.

Sobre a personalidade de Juscelino Kubitschek também já se falou, alhures. Homem afável e de simpatia irradiante, a imagem que projetou no imaginário popular, como figura humana, contribuiu consideravelmente para que ele se tornasse querido e admirado da maioria da população brasileira. Quem o conheceu ou o viu de perto, como o autor destas linhas, não pode deixar de confirmar essa impressão e de dizer que ele não era um demagogo ou um populista, mas o representante típico do homem médio, com suas virtudes e seus defeitos!

Certa feita, em 1959, num congresso jurídico, em Fortaleza, que reunia estudantes e professores universitários, causou-me especial admiração vê-lo aplaudido, entusiasticamente, no meio acadêmico, ao dirigir-se à assembleia num discurso que começou lendo e concluiu de improviso, arrancando palmas espontâneas e intensas. Finda a cerimônia, Juscelino deixou o recinto passando por entre as pessoas presentes e por elas sendo cumprimentado efusivamente.

BIAS FORTES

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 205

1

José Francisco Bias Fortes trouxe do berço a aura de uma predestinação política. Seu pai, Crispim Jacques Bias Fortes, republicano histórico, era o chefe do PRM no Estado e, por duas vezes, governou Minas, a primeira nos primórdios da República, em caráter interino, a segunda, como presidente eleito na sucessão de Afonso Pena. Sua mãe, dona Adelaide de Araújo Bias Fortes, deu-o à luz no dia 3 de abril de 1891, na cidade de Barbacena.

Depois dos estudos iniciais, realizados na terra natal, Bias Fortes foi para Belo Horizonte, onde fez os preparatórios e ingressou, em 1908, na Faculdade de Direito, colando grau em 1912. Militou na política universitária do seu tempo, tornando-se presidente da Confederação Acadêmica, órgão que congregava os estudantes das Faculdades de Direito,

Medicina e Engenharia, correspondendo, pois, aos atuais diretórios centrais de estudantes.

Formado, retornou a Barbacena, onde passou a advogar e, logo, elegeu-se vereador à Câmara Municipal.

Despontou para o cenário político mineiro em 1914, quando foi eleito deputado estadual, reelegendo-se para dois outros mandatos, no último dos quais assumiu a presidência da Câmara – uma das casas do Congresso de Minas, que, naquela época, como já foi visto, compunha-se da Câmara e do Senado.

Em 1925, na vaga deixada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que se elegera senador, Bias é conduzido à Câmara Federal, mas ali permanece pouco tempo, porque, logo em seguida, com a posse de Antônio Carlos na presidência de Minas, é por este convidado para ocupar a Secretaria de Segurança e Assistência Pública. Ao final do governo Antônio Carlos, integrado na Aliança Liberal, é novamente eleito deputado federal pelo PRM, salvando-se da "degola" imposta pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara, que não reconheceu a eleição da maioria dos representantes daquele partido. Divergência quanto à escolha do sucessor de Antônio Carlos afastou-o, contudo, do antigo líder. Bias preferia o nome de Melo Vianna ao de Olegário Maciel como candidato à presidência do Estado. Curiosamente, porém, quando Melo Vianna rompeu com a Aliança Liberal para integrar-se na Concentração Conservadora, que se opôs à candidatura de Getúlio Vargas à presidência e, depois, à Revolução de 1930, Bias não o acompanhou. A consequência de seu desligamento da liderança de Antônio Carlos teria efeito na política de Barbacena, datando do episódio a divisão irreconciliável entre os dois grandes grupos políticos daquela cidade, o de Bias Fortes, que, mais adiante, se filiaria ao PSD, e o dos Andradas, liderado, já então, por José Bonifácio (seu concunhado), que veio a integrar-se na UDN.

Em 1933, com a formação do Partido Progressista no Estado, elegeu-se, pela sua legenda, deputado à Assembleia Nacional Constituinte e, em seguida, para a Câmara Federal.

Quando sobreveio o golpe de estado que implantou o Estado Novo, já, então, alinhado com o interventor Benedito Valadares, foi por este nomeado prefeito de Barbacena.

Em 1945, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se elegeu deputado à Assembleia Nacional Constituinte.

No ano seguinte, tornou-se o pivô da crise que cindiu o seu partido na eleição para governador, quando foi derrotado por Milton Campos, candidato da UDN, com apoio da ala liberal do PSD.

Frustrou-se sua segunda tentativa de chegar ao governo de Minas, ao perder para Juscelino Kubitschek, na Comissão Executiva do PSD, a indicação para candidato a governador, em 1950.

Em agosto do mesmo ano, porém, é nomeado pelo presidente Dutra ministro da Justiça, exercendo o cargo até o final do mandato presidencial.

Com a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, Bias Fortes passa a exercer a função de presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, de acordo com a organização que tinha, então, a atual empresa pública do setor bancário.

Em 1955, é eleito, afinal, governador do Estado pelo PSD, derrotando o candidato udenista Bilac Pinto, por larga margem de votos. Sobre o seu governo e sobre a sua sucessão já se falou no Capítulo VIII, referente à Terceira República.

Bias Fortes apoiou o Movimento Militar de 1964, liderado, em Minas, pelo seu antigo adversário e sucessor, Magalhães Pinto.

O último cargo exercido pelo prestigioso político de Barbacena foi o de diretor do Banco de Crédito Real. Achava-se no exercício desse cargo quando faleceu no Rio de Janeiro, a 30 de março de 1971.

2

Numa tarde de domingo, em meados de 1960, uma comitiva de professores das faculdades de Juiz de Fora, a que se juntou o presidente do Diretório Central dos Estudantes (que era, então, o autor deste livro), visitou o governador Bias Fortes, em sua fazenda de Barbacena, com o propósito de obter-lhe o apoio ao projeto de criação da Universidade Federal. Bias recebeu-nos no gabinete que, ali, mantinha, com toda a fidalguia, ouvindo a exposição dos visitantes sobre o ensino superior

em Juiz de Fora e as perspectivas que se ofereciam para a reunião de seus antigos estabelecimentos numa universidade, notadamente em razão da circunstância de a futura sede desta ser uma cidade polo da região, conhecida por seu pioneirismo em diversos setores. Particularmente, apresentei-me como filho de um correligionário seu, ex-prefeito de São João Nepomuceno, a quem ele costumava receber no Palácio da Liberdade, reservadamente, nas primeiras horas da manhã, sempre atento às suas postulações. O governador foi extremamente gentil para com todos e o nosso encontro terminou com a sua promessa solene de instar junto à bancada do PSD na Câmara dos Deputados, no sentido de que apoiasse o projeto de nosso interesse. Faria o mesmo, acrescentou, com relação à bancada do PTB, por intermédio do deputado San Tiago Dantas, a quem ligaria expondo nossa justa pretensão.

Bias Fortes deu-me, então, na sua simplicidade, a nítida impressão de um fazendeiro de Minas, ocasionalmente na chefia do governo estadual.

MAGALHÃES PINTO

Foto: *Política, arte de Minas*, p. 207

1

José de Magalhães Pinto nasceu em Santo Antônio do Monte, no Alto São Francisco (Centro-Oeste de Minas), a 28 de junho de 1909, filho de José Caetano de Magalhães Pinto (comerciante de cereais) e de dona Maria Araújo de Magalhães Pinto.

Sua infância transcorreu em Formiga, para onde a família se mudou quando ele tinha dois anos de idade, fixando-se, logo em seguida, no distrito de Arcos (hoje município autônomo).

Em 1924, veio para Juiz de Fora, onde estudou na tradicional Academia de Comércio e ingressou, por concurso, na atividade bancária, como funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Tornou-se, em pouco tempo, gerente da agência desse banco em Lima Duarte, onde iria conhecer sua futura esposa, dona Berenice Catão, filha do senador estadual Alfredo Carneiro Viriato Catão. Transferindo-se,

depois, para o Banco da Lavoura, em Belo Horizonte, ali continuou os estudos. Fez carreira no referido banco, do qual, em 1935, já era diretor. Projetando-se no meio social na capital do Estado, em 1938 foi eleito presidente da Associação Comercial de Minas Gerais.

Como diretor do Banco da Lavoura, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez os primeiros contatos políticos, ao aproximar-se de Virgílio de Melo Franco e de Odilon Braga, que se tornariam seus amigos e correligionários.

Em 1944, Magalhães Pinto funda o Banco Nacional de Minas Gerais, juntamente com o coronel Francisco Moreira da Costa (irmão de Delfim Moreira e sogro de seu amigo Bilac Pinto), Valdomiro Magalhães (seu irmão), José Wanderley Pires e Paulo Auler.

Foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros*, em 1943, e também um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN).

Em 1945, inicia sua carreira política elegendo-se deputado federal constituinte pela UDN de Minas. Na Câmara, participa da Comissão de Finanças, desempenhando, ali, funções condizentes com a sua formação, uma vez que era formado em Direito e em Economia.

Com a eleição de Milton Campos para o governo de Minas, é convocado para integrar a sua equipe administrativa, assumindo a Secretaria de Finanças.

Voltaria, depois, à Câmara Federal, reelegendo-se, sucessivamente, até 1961, e exercendo novamente o mandato de deputado em períodos intercalados, de 1967 a 1971 e de 1979 a 1987.

Foi presidente do Diretório Regional da UDN, em Minas (1958) e do Diretório Nacional (1959). Era o presidente do partido quando da escolha de Jânio Quadros como candidato à presidência da República, em 1960. De início, sua preferência era pelo nome de Juracy Magalhães, governador da Bahia, que contaria, provavelmente, com o apoio de Juscelino Kubitschek. Mas acabou cedendo à onda de apoio em favor do então governador de São Paulo, que galvanizou o partido e a Nação. Tornar-se-ia beneficiário, aliás, desse fenômeno, já que a aliança com Jânio foi um dos fatores decisivos de sua própria eleição, em outubro daquele ano, para o governo de Minas.

Magalhães Pinto governou Minas Gerais de 1961 e 1966. Sobre a sua ação administrativa, já se falou no Capítulo VIII, da Primeira Parte, atinente à Terceira República. Cabe salientar que, em seu governo, desencadeou-se, em Minas e em outros vários estados da federação, o movimento que visava à queda de João Goulart e acabou resultando na implantação do regime militar, que duraria 21 anos.

Magalhães, ao assumir a responsabilidade pela liderança do movimento, levou em conta a possibilidade de a revolução encontrar resistência, forçando Minas a declarar-se em estado de beligerância. Preparou, para tanto, o seu secretariado, convocando homens de comprovada experiência nas áreas jurídica, diplomática e de finanças, que teriam missões especiais naquela emergência. Passou a contar, assim, com o concurso de Milton Campos, Afonso Arinos de Melo Franco e José Maria Alkmim no governo revolucionário que, então, organizou.

Extintos os partidos políticos da Terceira República pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e desaparecendo, portanto, a UDN, Magalhães Pinto filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Estremecido com o primeiro presidente do regime militar, Castello Branco, apoiou a candidatura de Costa Silva à sua sucessão e tornou-se ministro das Relações Exteriores, no novo governo.

Magalhães viu-se, assim, na contingência de apoiar a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 – o mais drástico de todas as medidas do regime militar e que implantou a ditadura no País. Enquanto muitos dos seus antigos correligionários da UDN, fiéis à linha liberal do partido, opunham-se ao ato de força, Magalhães, a despeito da manifestação contrária do vice-presidente Pedro Aleixo, na sessão do Conselho de Segurança Nacional que o aprovou, cedeu ao império das circunstâncias e assinou o referido ato. Fosse porque, realmente, o impressionasse a situação descrita pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, e pelos ministros militares, que pintavam um quadro de grave ameaças às instituições e à paz nacionais, em consequência dos focos de guerrilha e dos assaltos frequentes a bancos, coordenados pelos radicais de esquerda; fosse porque pretendesse evitar o confronto com o regime, para o qual se propunha ser uma alternativa civil, como provável

sucessor de Costa e Silva, a verdade é que Magalhães, com essa atitude, fez surgir uma sombra em sua biografia.

É certo que, mais adiante, reconheceria a desnecessidade da edição daquele ato e romperia, praticamente, com o regime militar, na sua última etapa, quando, já em oposição ao governo do general João Batista Figueiredo, uniu-se ao velho adversário, Tancredo Neves, para fundar um novo partido, o Partido Progressista (PP). Mas, sem dúvida, Magalhães teria ficado em melhor posição na história se, a 13 de dezembro de 1968, repetisse o gesto do seu amigo Odilon Braga, que, em situação análoga, a 10 de novembro de 1937, recusou-se a assinar a Carta Política outorgada por Getúlio Vargas, que implantou o Estado Novo.

Após o fim do governo Costa e Silva – sucedido, interinamente, por uma junta militar e, em seguida, pelo governo do general Médici, Magalhães Pinto elegeu-se senador para o mandato que duraria de 1971 a 1979, assumindo a presidência do Senado (e, consequentemente, a do Congresso Nacional), de 1975 a 1977 e voltando, depois, à Câmara dos Deputados, como já referido. Achava-se no exercício do mandato de deputado federal, em 1986, quando foi acometido de um derrame cerebral que o afastou da vida pública. Veio a falecer no Rio de Janeiro, onde residia, a 6 de março de 1996.

Magalhães Pinto, além de hábil político, foi um homem empreendedor. Banqueiro de sucesso, participou também de outras atividades empresariais, nas áreas de mineração e de seguros. Em 1976, a revista *Visão*, como fazia anualmente, em evento que destacava o descortino de uma grande figura nacional, deu-lhe o título de "Homem de Visão".

2

Magalhães está entre os políticos mineiros dos áureos tempos que o autor deste livro teve o privilégio de conhecer. Sua aproximação com o ilustre homem público deu-se por intermédio de um fraternal amigo, Sebastião de Almeida Paiva, médico conceituado, ex-reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, casado com uma sobrinha-afim de Magalhães. Sempre afável e simpático, o ex-governador de Minas distinguia o

então jovem advogado com a sua atenção. Em dezembro de 1975, tivemos ambos a oportunidade de ser homenageados pela turma de formandos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, em Juiz de Fora, da qual Magalhães foi o patrono e o autor paraninfo.

Recordo-me do bom humor de Magalhães, ao contar-me, uma noite, no Hotel Imperial de Juiz de Fora, episódio ocorrido no final do seu governo em Minas, quando um grupo de senhoras da sociedade de São João Nepomuceno o procurou, cobrando-lhe o fim do asfaltamento da estrada que ligava aquele município ao de Bicas, na rota de Juiz de Fora. Magalhães ficara impressionado com o fato de as senhoras gravarem sua promessa de concluir a referida estrada.

De outra feita, descíamos a Rua Halfeld, à noite, e Magalhães reagiu sorrindo, com um aceno, ao gracejo de alguém que lhe gritara o nome, como se fosse um velho conhecido.

Em outras muitas ocasiões, fosse quando ministro de Estado, fosse como senador ou deputado, Magalhães Pinto deu-me a honra de sua atenção e foi de extrema lealdade comigo, em episódio relevante, quando da minha escolha para o cargo de diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. A nomeação cabia ao presidente da República (que era o general Ernesto Geisel), a partir de uma lista sêxtupla elaborada pela congregação da Faculdade. O governador do Estado, Aureliano Chaves, empenhava-se pelo nome de outro candidato e um terceiro contava com o apoio de Oswaldo Pierucetti, amigo íntimo de Magalhães, a quem pediu que intercedesse em favor do nome de sua preferência. Magalhães respondeu ao velho amigo dizendo que não poderia apoiar o seu candidato porque eu também figurava na lista e ele já se manifestara pela minha nomeação. Não foi evasivo nem reticente, foi sincero e leal.

TANCREDO NEVES

Foto: Acervo ALMG

1

Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João del-Rei a 4 de março de 1910, filho de Francisco de Paula Neves e de dona Antonina de Almeida Neves. Pertenceu a uma brilhante geração de políticos que marcou a presença de Minas no cenário nacional a partir da Segunda República. Muito da sua trajetória até as cumeadas da presidência da República já foi, antes, narrado, na primeira parte deste livro.

Cursou Direito na tradicional faculdade que, ao seu tempo, veio a formar com outras instituições a Universidade de Minas Gerais – hoje Universidade Federal de Minas Gerais. Mas, a opção pelo curso jurídico não foi a primeira na vida desse bacharel típico. Antes, tentara outros caminhos, fazendo exame de admissão na Marinha, sem lograr obter matrícula e vendo escapar a última vaga de excedente por apresentar-se tardiamente, numa época em que os jornais chegavam com atraso

à sua cidade, o que o impedira de tomar conhecimento, a tempo, da prorrogação do prazo para inscrição. Desistiu, em seguida, do curso de Engenharia, em Ouro Preto, onde chegou a passar dois meses preparando-se para o respectivo vestibular. Inscreveu-se, então, para o de Medicina, em Belo Horizonte, mas viu frustrado seu intento em vista da limitação de vagas. E, assim, acabou optando pelo curso de Direito.

Seu pai era um ativo administrador de bens em São João del-Rei, tendo granjeado prestígio na cidade. Mas faleceu, prematuramente, aos 44 anos de idade, deixando a viúva com pesados encargos para a criação dos filhos. Por isso, a vida de Tancredo não foi fácil. Em Belo Horizonte, aonde chegou em 1926, ingressou, mediante concurso, na Guarda-Civil, servindo, naquela corporação, sob a chefia do Dr. Menelick de Carvalho, futuro prefeito de Juiz de Fora, que era o seu diretor. Poucos meses depois, ingressou no serviço público estadual, por meio de concurso aberto pela Secretaria de Educação. Feitos os preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito, graduando-se em 1932, numa turma brilhante, que deu ao País políticos de valor, como José Monteiro de Castro, grandes advogados e respeitados desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Formado, Tancredo voltou a São João del-Rei, servindo, naquela comarca, inicialmente, como promotor de Justiça, para, logo depois, passar a advogar e a fazer política. Elegeu-se vereador em 1934, pela legenda do Partido Progressista, assumindo a presidência da câmara municipal no período de 1935 a 1937. Após a reconstitucionalização do país, em 1945, elege-se deputado estadual constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD). Na Assembleia, foi relator do projeto de Constituição e passou a atuar, em seguida, como líder da oposição ao governo de Milton Campos.

Nas eleições de 1950, Tancredo Neves despontou para o cenário nacional, elegendo-se deputado federal pela legenda do PSD. Licenciou-se da Câmara em 1953, para assumir, aos 43 anos, o cargo de ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas.

O exercício desse cargo, no último ministério Vargas, não só o aproximou do presidente, com quem estreitou laços de convivência e a quem foi de reconhecida lealdade até o trágico fim de Getúlio, mas também delineou para Tancredo um novo rumo na vida política, fazendo dele, a

partir de então, o elo mais expressivo entre o PSD e o PTB. Aliás, é digno de nota o fato de que Getúlio Vargas morreu nos braços de sua filha Alzira e do ministro Tancredo Neves. Este, que permanecera no Palácio do Catete, após a reunião ministerial da madrugada de 24 de agosto de 1954, acorreu, *incontinenti*, aos aposentos presidenciais, tão logo ouviu o tiro disparado por Getúlio contra o peito, na manhã daquele dia.

No governo de Juscelino Kubitschek, Tancredo foi diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e, em seguida, assumiu a presidência do banco oficial. Voltou a Minas em 1958, para exercer o cargo de secretário de Finanças no governo Bias Fortes. Candidatou-se à sucessão deste, em 1960, tendo sido derrotado pelo candidato da UDN, Magalhães Pinto.

O destino, no entanto, lhe reservava chefia mais alta. Instituído o parlamentarismo como solução para a crise que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros, torna-se, em 1961, primeiro-ministro no primeiro gabinete do governo João Goulart, cargo que exerceu até junho de 1962, quando renunciou para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados.

A renúncia de Tancredo Neves, acompanhado por todo o gabinete que chefiava, costuma ser apontada como um gesto de desinteresse do político mineiro pela sorte do parlamentarismo. Na verdade, porém, Tancredo não teria renunciado se lhe fosse permitido concorrer às eleições sem afastar-se da chefia do gabinete, como sói acontecer no sistema parlamentar. Não vingou, porém, a proposta de emenda constitucional que adotava essa solução e o primeiro-ministro viu-se na contingência de renunciar ao cargo para desincompatibilizar-se. Já àquela altura, aliás, João Goulart trabalhava pelo restabelecimento do presidencialismo e sua base de apoio no Congresso não se interessou, por isso, pela aprovação da referida emenda[1].

Eleito deputado federal, Tancredo foi escolhido líder do governo João Goulart, já no período presidencial deste. Seria reeleito em 1966. O Movimento de 1964 o encontrou naquela casa do Congresso Nacional.

---

1 Ver, a esse respeito, FRAGA, Plínio. *Tancredo Neves:* o príncipe civil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017, p. 218-219.

Discretamente, como era do seu feitio, permaneceu ao lado do presidente João Goulart. Com o regime militar e o novo sistema partidário, filiou-se ao MDB, de cuja bancada seria líder na Câmara dos Deputados.

Pelo referido partido, elegeu-se senador da República em 1978.

Seu papel na oposição ao regime militar foi moderado, mas atuante e firme. Político de centro, não se comprometeu jamais com o radicalismo das esquerdas, para as quais, todavia, era um interlocutor confiável. Ficou famosa sua frase no sentido de que o seu MDB não era o mesmo de Miguel Arraes.

Não foi surpresa, portanto, sua saída do MDB, em 1979, para formar, com o antigo adversário Magalhães Pinto e outros líderes, o Partido Progressista (PP). O referido partido, que foi por ele presidido, teve, no entanto, vida efêmera, uma vez que, já em 1982, fundia-se ao novo PMDB.

Pelo PMDB, Tancredo Neves elegeu-se governador de Minas em novembro de 1982. Governou Minas de 1983 a 1984, quando renunciou ao cargo para ser o candidato da aliança formada pelo PMDB e pela Frente Liberal (ala dissidente de um partido também novo, o PDS) à presidência da República.

Frustrado o movimento das *Diretas Já*, a eleição processou-se no Colégio Eleitoral, onde Tancredo obteve 480 votos contra os 180 do candidato do partido oficial, Paulo Salim Maluf.

Eleito presidente com a simpatia da corrente moderada dos militares, que tinha no ex-presidente Ernesto Geisel sua maior expressão, Tancredo empreendeu viagem aos Estados Unidos e à Europa, para estabelecer contatos e granjear apoio à obra que intentava realizar.

Às vésperas da posse, entretanto, o presidente eleito teve de internar-se no Hospital de Base, em Brasília, para uma cirurgia de emergência. As complicações decorrentes do procedimento cirúrgico fizeram com que fosse levado para São Paulo, onde permaneceu internado, no Incor, até a noite de 21 de abril de 1985, quando faleceu. A Nação acompanhou, em suspense, a agonia do presidente e viu, atônita, frustrarem-se as esperanças que depositava em seu governo – o primeiro governo civil, após o longo período de regime militar. Em significativa homenagem, quando se comemorava o primeiro aniversário de sua morte, o nome

de Tancredo Neves passou a figurar na galeria dos ex-presidentes da República, nos termos da Lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986.

Tancredo foi um liberal, como corretamente o celebrou a biografia que dele escreveram Vera Alice Cardoso Silva e Lucília de Almeida Neves Delgado – *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*[2].

Uma frase que bem define o seu perfil de homem público foi aquela com que abriu o discurso de posse no cargo de governador de Minas Gerais: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade."

Tancredo foi fiel a esse ideário dos mineiros.

2

O autor deste livro teve ensejo de estar com o presidente Tancredo Neves em mais de uma ocasião. Lembra-se, especialmente, do encontro que com ele manteve quando o político mineiro, então pré-candidato ao governo de Minas, visitou Juiz de Fora, em 1960. À frente da campanha que os estudantes promoviam pela criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, o jovem presidente do Diretório Central dos Estudantes foi levado à presença de Tancredo por seu ex-professor na Faculdade de Direito Wilson João Beraldo, companheiro do então secretário de Finanças na Constituinte estadual de 1947. Além de amigo de Tancredo, Beraldo era filho do antigo interventor João Beraldo, figura preeminente do PSD. Tancredo Neves viera fazer uma palestra no salão nobre da Casa de Itália e, ali, o aguardamos para uma agradável conversa, antes do evento, durante a qual ele nos garantiu apoio ao movimento e prometeu-nos sua prestigiosa intercessão junto à bancada do PSD na Câmara dos Deputados para a aprovação do projeto de lei (originário de mensagem do Executivo) que criava a Universidade de Juiz de Fora. Guardei desse encontro uma impressão muito simpática daquele polí-

2 DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves:* a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.

tico, com um nome já aureolado por justificada fama, na altura, então, dos seus 50 anos de idade.

Anos depois, Tancredo, que conhecera meu pai, quis fazer de meu irmão, Heleno, prefeito de São João Nepomuceno, pela legenda do MDB. Constando-lhe que minha cunhada se opunha a esse projeto, ligou diretamente para ela, procurando convencê-la da ideia e tentando fazer com que induzisse o marido a aceitar a candidatura. Este acabou concordando em formar uma chapa (ao final, vitoriosa) na qual figurava como candidato a vice de um jovem candidato a prefeito, por ele indicado.

REFERÊNCIAS

A CRUZADA (Jornal), São João Nepomuceno-MG, n. 188, 9 mar. 1930.

AMADO, Gilberto. *Depois da política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

_____. *Presença na política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

AMORA, Paulo. *Bernardes:* o estadista de Minas na República. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964.

ANDRADE, Carlos Drummond de. José. *In:* _____. *Antologia poética.* 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978. p. 10-12.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *In*: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. p. 945-1093. Organizada por Afrânio Coutinho.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1970. v. 5.

BAETA, Hermann Assis. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. Brasília: OAB, 2003.

BADARÓ, Murilo. *José Maria Alkmim:* uma biografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *Gustavo Capanema* – A Revolução na Cultura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Ideias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa: MEC, 1980. (Ação e Pensamento da República, 2).

BARBOSA, Rui. *Memória sobre a eleição presidencial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1971. (Obras Completas de Rui Barbosa, 37, t. 2).

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage:* sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BELLO, José Maria. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BESSONE, Darcy. *Wenceslau, um pescador na presidência*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968.

BONAVIDES, Paulo. *Política e Constituição:* os caminhos da democracia. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

BRASIL. Decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933. *Diário Oficial da União*, 27 abr. 1933. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 53.702, de 14 de março de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 mar. 1964. Seção 1, p. 2491.

BRASIL. Lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 abr. 1986.

BRASIL. Lei nº 12.486, de 12 de setembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 set 2011.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete:* memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966. (Coleção Documentos Brasileiros, 125, 125a).

CAMPOS, Francisco. *Atualidade de D. Quixote*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1950.

_____. *O Estado nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, 2001. (Biblioteca Básica Brasileira).

CAMPOS, Humberto de. *Perfis, 1ª série*. São Paulo: Mérito, 1967. (Obras Completas, 8).

_____. *Antologia da Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Mérito, 1967. (Obras Completas, 18).

CAMPOS, Milton. *Milton Campos:* testemunhos e ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

CARVALHO, Afrânio de. *Raul Soares, um líder da República Velha*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

CARVALHO, Daniel de. *Ensaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964.

_____. *Francisco Sales:* um político de outros tempos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

_____. Raízes psicológicas. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 91-94.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Fundadores do Brasil).

_____. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Coleção Perfis Brasileiros).

CASTELLO BRANCO, Carlos. Minas de ontem e de hoje. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1990. 1º Caderno, p. 2.

_____. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1994.

CHAGAS, Carmo. *Política, arte de Minas*. Belo Horizonte: FIEMG, 1993. 259 p.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

_____. *O brigadeiro da libertação*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1946.

_____. *Teófilo Ottoni, ministro do povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: MEC, 1978.

CORRÊA, Edgard Simões. *"As cartas falsas" atribuídas ao sr. Arthur Bernardes e a prova da verdade*. [S.l.: s.n.], 1922.

CORRÊA, Oscar Dias. *Brasílio*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a memória:* a história de meio século de jornalismo político. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

DANTAS, San Tiago. *D. Quixote:* um apólogo da alma ocidental. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

_____. *Figuras do direito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves:* a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 28 ago. 1928.

DIÁRIO MERCANTIL. Juiz de Fora, ago. 1928, out. a nov. 1930.

DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patrícia. *Júlio Tavares – 1863/1906:* café, Mogiana e PRM. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

DUVERGER, Maurice. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FARIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite; MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Lafayette, um jurista do Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros).

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERNANDES, Flávio Sátiro; BONAVIDES, Paulo. *História constitucional dos estados brasileiros*. São Paulo: Malheiros, 2014.

FERREIRA, Roberto Nogueira. *Cem anos-luz! O imparcial:* 1896-1996, um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: RN Ferreira, 1996.

FERREIRA, Waldemar Martins. *História do direito constitucional brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2003. (Coleção História Constitucional Brasileira).

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1939, v. 2.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: a* Aliança Liberal e a Revolução de 30. Porto Alegre: Globo, 1963. v. 2.

FRAGA, Plínio. *Tancredo Neves:* o príncipe civil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo:* memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

_____. *A escalada:* memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.

_____. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

_____. *Rosa de ouro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. *Um estadista da República:* Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

_____; QUADROS, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1967.

FRANCO FILHO, Afonso Arinos de Melo. O centenário de Virgílio de Melo Franco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1997.

_____. *Perfis em alto-relevo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. FRANCO, Virgílio de Melo. *Outubro, 1930*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (Coleção Retratos do Brasil, 1).

GOVERNOS da República. 3. ed. Brasília: presidência da República, 1996.

GRAVE, João; COELHO NETO, Henrique Maximiano (Dir.). *Lello universal.* Porto: Livraria Chardron, [19--]. v. 2.

JACQUES, Paulino. *Curso de direito constitucional.* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

JF HOJE. Juiz de Fora, 1º, 8 e 15 out. 1990, p. 16-17, 16-17 e 18-19, respectivamente.

JOSÉ, Oiliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

KELLY, Prado. *Estudos de ciência política.* São Paulo: Saraiva, 1966.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões...:* saudades, lutas, esperanças. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

KUBITSCHEK, Juscelino. A experiência da humildade. *In*: _____. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974. v. 1.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Maurício de. *Segunda República*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1931.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua* época. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Alceu Amoroso. Lista de defeitos. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 94.

LIMA, Hermes. Notas à política do Segundo Reinado. *In*: BONAVIDES, Paulo et al. *As tendências atuais do direito público:* estudos em homenagem ao Prof. Afonso Arinos. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 111-118.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro:* 1930. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIRA NETO. *Getúlio:* dos anos de formação à conquista do poder (1882–1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Getúlio:* do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930–1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros).

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes, estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

MAGALHÃES, Dario de Almeida. *Figuras e momentos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943.

MARINHO, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos).

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas:* a origem do estilo mineiro de fazer política (1889/1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MAXWELL, Kenneth. Jefferson e o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2015.

MEDEIROS, Jarbas. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Forense Universitária, 1984.

MEDEIROS, Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de. *Um poema para Bárbara:* a história de amor que ajudou a escrever a história do Brasil. São Paulo: Gutenberg, 2015.

MELO, Gladstone Chaves de. Vida política. *In*: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais:* terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 281-296.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

MORAES, Aurino. *Minas na Alliança Liberal e na revolução*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990.

NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

_____. *Minha formação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972. (Memórias, 1).

_____. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. (Memórias, 3).

_____. *Beira-mar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978. (Memórias, 4).

_____. *O círio perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. (Memórias, 6).

NICÁCIO, Astolfo Dutra. *Biografia de Astolfo Dutra:* um líder mineiro na República Velha. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

NÓBREGA, Dormevilly. *Revendo o passado (memória juiz-forana)*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1998. (2ª Série).

NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituinte de 1946:* Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Temas Brasileiros).

O PAIZ, Rio de Janeiro, 27 a 28 ago. 1928.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MINAS GERAIS (OAB MG). *80 anos da Ordem dos Advogados, 1932-2012:* memorial do advogado mineiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

OLIVEIRA, Almir de. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PEIXOTO, Afrânio. A estrela breve: Carlos Peixoto. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 221-222.

PEREIRA, Antônio Baptista. *Figuras do Império e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos:* um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1947.

REIS, Milton. *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

ROMÃO, J. E. (Coord.). *Arquivo "Odilon Braga"*. Juiz de Fora: UFJF, Imprensa Universitária, 1979.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

SABINO, Fernando. Afinal, que é ser mineiro?. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 103-105.

SALLES, Joaquim de. Raul Soares na intimidade. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 224.

_____. *Se não me falha a memória*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993.

_____. *Se não me falha a memória*: políticos e jornalistas do meu tempo. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos:* uma vocação liberal. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994.

SAMPAIO, Nelson de Souza. Os partidos políticos na IV República. *In*: BONAVIDES, Paulo et al. *As tendências atuais do direito público:* estudos em homenagem ao Prof. Afonso Arinos. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 321-337.

SEMANA COMEMORATIVA DA REVOLUÇÃO DE 30, 1980, Brasília. *Anais...* Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1984.

SENADO FEDERAL. *Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal*. 3ª. edição. Brasília, 1991.

SETÚBAL, Paulo. *Nos bastidores da história:* contos históricos. São Paulo: Saraiva, 1955.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 9. ed. Lisboa: Litteraria Fluminense, s/d.

SILVA, José Anchieta da. *A celebração do tricentenário de Santa Bárbara*. Belo Horizonte: Gráfica VBR, 2005.

SILVEIRA NETO. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI/FDUFMG, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Castelo a Tancredo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. (História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 2, t. 1).

_____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil).

_____. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil).

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Perfis Brasileiros).

TOLEDO, Eduardo. Estórias do Mandu. *Pouso Alegre, passado e presente*. Disponível em: <http://www.tvuai.com.br/pousoalegre/ home.html>. Acesso em 26 abr. 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. 1720: Filipe dos Santos. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de (Sel.). *Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. (Brasil, Terra & Alma). p. 78-80.

_____. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1961-1962. v. 4.

_____. Momentos capitais do processo histórico. *In*: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais:* terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1970.

_____. *Razão e destino da revolução*. Petrópolis: Vozes, 1964.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *A política do meu tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial:* 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial:* 1822–1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALLADARES, Benedicto. *Tempos idos e vividos:* memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VASCONCELOS, Agripa de. *Sinhá Braba:* D. Joaquina do Pompeu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. *Alguns personagens de nossa história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Companhia das Letras, 1992.

A Política em Minas, de Paulo Roberto de Gouvêa Medina, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Polen Natural 80g/m^2 nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em dezembro de 2023, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

A Política em Minas é apresentada, neste livro, por meio de amplo panorama, que o autor procura traçar, da vida pública mineira, desde os seus primórdios, com a epopeia dos inconfidentes, passando por episódios em que a presença do Estado foi marcante (movimento republicano, Revolução de 1930, fim do Estado Novo), para culminar na Terceira República, correspondente ao regime da Constituição de 1946. A participação de Minas Gerais nas diferentes fases da nossa história é aqui estudada, mostrando a contribuição dos seus líderes para a consolidação do Império, o advento da República, a renovação dos valores inerentes ao novo regime e a evolução deste ao longo das suas três primeiras etapas institucionais. O trabalho é permeado de comentários críticos, o que lhe dá o caráter de crônica histórica da política mineira. Compreende esse estudo a primeira parte do livro, composta de oito capítulos.

A segunda parte – *Figuras da política mineira* -, contém o perfil de vinte e dois vultos que se destacaram pelo protagonismo exercido nesse campo, seja pela capacidade de liderança, seja pelas qualidades intelectuais, virtudes que foram postas a serviço do Estado em momentos importantes de sua história.

Numa época em que a atividade política é vista por muitos com menosprezo, voltar as atenções para o panorama político que este livro recompõe é, certamente, oportuno. O leitor encontrará nas suas páginas razões que o levem a valorizar a contribuição de Minas para a política brasileira e nela identificar sinais animadores de como a atividade política pode descortinar um futuro promissor para o País ou um ambiente de paz e progresso para o povo brasileiro.

9 786556 764184

BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL